



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS

ISABELA TORRES DE CASTRO INNOCENCIO

MEMÓRIA DE AFRODESCENDENTES NO VALE DO
PARAÍBA: DE COLÔNIA AGRÍCOLA NOSSA SENHORA
DA PIEDADE A BAIRRO DE VILA ISABEL. LUGAR DE
MEMÓRIA, HISTÓRIA E ESQUECIMENTO EM
TRÊS RIOS, 1882-1951

RIO DE JANEIRO

2015

ISABELA TORRES DE CASTRO INNOCENCIO

MEMÓRIA DE AFRODESCENDENTES NO VALE DO
PARAÍBA: DE COLÔNIA AGRÍCOLA NOSSA SENHORA
DA PIEDADE A BAIRRO DE VILA ISABEL. LUGAR DE
MEMÓRIA, HISTÓRIA E ESQUECIMENTO EM
TRÊS RIOS, 1882-1951

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Doutora em Memória Social.

Orientadora: Regina Abreu

Linha de Pesquisa: Memória e Patrimônio.

RIO DE JANEIRO

2015

Innocencio, Isabela Torres de Castro.

Memória de Afrodescendentes no Vale do Paraíba: de Colônia Agrícola Nossa Senhora da Piedade a Bairro de Vila Isabel. Lugar de Memória, História e Esquecimento em Três Rios, 1882-1951 / Isabela Torres de Castro Innocencio. -- 2015.
369 f. : il.

Orientadora: Regina Abreu

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Rio de Janeiro, BR-RJ, 2015.

1. Colônia Nossa Senhora da Piedade. 2. Bairro Vila Isabel. 3. Memória. 4. Silêncio. 5. Esquecimento. 6. Afrodescendentes. I. Título. II. Abreu, Regina, orient. III - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

ISABELA TORRES DE CASTRO INNOCENCIO

MEMÓRIA DE AFRODESCENDENTES NO VALE DO
PARAÍBA: DE COLÔNIA AGRÍCOLA NOSSA SENHORA
DA PIEDADE A BAIRRO DE VILA ISABEL. LUGAR DE
MEMÓRIA, HISTÓRIA E ESQUECIMENTO EM
TRÊS RIOS, 1882-1951

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Doutora em Memória Social.

Linha de Pesquisa: Memória e Patrimônio.

Data de defesa: 05 de maio de 2015.

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA:

Andrea Lopes da Costa Vieira Prof. Dra. _____
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

José Ribamar Bessa Freire Prof. Dr. _____
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Martha Campos Abreu Prof. Dra. _____
Universidade Federal Fluminense

May Telles Ribeiro Waddington Prof. Dra. _____
Universidade Federal do Sul da Bahia

In memoriam
Aylton Torres de Castro

À Isabel Maria de Castro, exemplo de amor, força e fé.

Ao Marcelo Innocencio, companheiro, incentivador, amor e amigo.

Aos meus filhos Vanessa e Gabriel, amores que me impulsionam, que nutrem a minha vida de energias positivas e me realizam em nosso convívio.

Ao concluir este trabalho, quero agradecer:

- a Deus, que me fortalece e me faz confiar na capacidade de vencer os obstáculos que se apresentam nas pequenas e nas grandes realizações de minha vida.

- a minha orientadora, Professora Dr^a Regina Abreu, pela paciência, dedicação e compreensão nos momentos difíceis; e por sua orientação minuciosa e competente.

- aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, pela sabedoria e contribuição dada à minha formação e à minha tese.

- ao coordenador do curso, Professor Dr. Francisco Ramos de Farias, por sua solicitude e competência ao se relacionar com os discentes.

- aos funcionários da Câmara Municipal de Paraíba do Sul, da Câmara Municipal de Três Rios, da Casa de Cultura de Três Rios; ao Vicente Torres do Instituto Histórico e Geográfico de Paraíba do Sul; aos moradores do bairro de Vila Isabel que colaboraram na pesquisa, pelo carinho e auxílio no levantamento de fontes.

- aos meus colegas da FAETERJ/Três Rios, compreensivos e dispostos a colaborar para a realização deste trabalho.

- à professora Mariângela Innocencio, pela revisão do texto final e ao professor Anrafel do Centro Vocacional Tecnológico de Três Rios, pela contribuição dada à formatação das tabelas.

- a todas as pessoas que me incentivaram, entenderam e contribuíram para o término desta pesquisa.

RESUMO

Em 1931, a Colônia Agrícola Nossa Senhora da Piedade estava sendo aforada. Para não perder o restante de suas terras, herdadas dos libertos da Condessa do Rio Novo, os seus descendentes resistiram durante duas décadas (1930 e 1940) até que, em 1951, conseguiram as escrituras das terras que eram suas por direito, através de uma ação de usucapião iniciada em 1940. As terras nessas décadas sofreram transformações. A Colônia Agrícola Nossa Senhora da Piedade tornou-se bairro Colônia e, posteriormente, bairro Vila Isabel. Nesta tese percorremos os caminhos da memória dos libertos da Condessa do Rio Novo, bem como a de seus descendentes. Para isso, transitamos pelas terras de Paraíba do Sul, quando foram ocupadas no final do século XVII, narrando as lutas, as resistências e os conflitos empreendidos naquele espaço onde se desenvolveu essa história e conhecendo um pouco do ambiente senhorial e escravista em que a Condessa do Rio Novo estava inserida. Analisamos o período de 1882 a 1932, que compreendeu a alforria dos escravos da Condessa do Rio Novo, a criação da Colônia Agrícola Nossa Senhora da Piedade, o seu funcionamento e a sua decadência. Mostramos as transformações sociais, econômicas, culturais e políticas ocorridas naquele espaço, nas décadas de 1930, 1940, até o início da década de 1950, quando o bairro Colônia se transforma em bairro Vila Isabel. Entrevistamos afrodescendentes dos libertos e moradores antigos que acompanharam as mudanças no bairro. Assim, a história que procuramos narrar transita por três caminhos: a memória, o silêncio e o esquecimento.

Palavras-chave: Colônia Nossa Senhora da Piedade. Bairro Vila Isabel. Memória. Silêncio. Esquecimento. Afrodescendentes.

SUMMARY

In 1931, the Nossa Senhora da Piedade Agricultural Colony was being transferred. Not to lose the rest of the lands inherited from those who were set free by Condessa do Rio Novo, the descendants resisted during two decades (1930 and 1940) so that, in 1951, they got the land's contracts that were theirs right, through an adverse possession law suit initiated in 1940. The lands on those days suffered transformations. The Nossa Senhora da Piedade Agricultural Colony, turned into Colony borough and, after, Vila Isabel borough. On this thesis we went through the memories of the Condessa do Rio Novo's freed., as well as their descendants and for this we roamed through Paraíba do Sul's lands when they were occupied at the end of the XVII century, to narrate the fights, the resistances and the conflicts undertaken on that space where the history was developed and know a little of the manorial atmosphere and slave which Condessa do Rio Novo was inserted. We analyzed the 1882 through 1932 period, that comprehended the Condessa do Rio Novo slaves' emancipation, the Nossa Senhora da Piedade Agricultural Colony foundation, and its operation and its decadence. We showed the social, economic, cultural and political transformations occurred on that space, on the 1930, 1940 and in the beginning of the 1950 decade, when it turns into Vila Isabel borough. We interviewed freed's afro-descendants and old dwellers that followed the borough changes. This way, the history we tried to narrate, goes through three ways: memory, silence and forgetfulness.

Key words: Nossa Senhora da Piedade Colony. Vila Isabel borough. Memory. Silence. Forgetfulness. Afro-descendants.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação de escravos africanos que deveriam ser livres.....	80
Tabela 2 – Escravos nascidos na província do Rio de Janeiro – de 10 a 30 anos de idade.....	82
Tabela 3 – Escravos nascidos na província do Rio de Janeiro – de 31 a 70 anos de idade.....	82
Tabela 4 – Distribuição por sexo e faixa etária.....	84
Tabela 5 – Número de ingênuos existentes na fazenda de Cantagalo.....	85
Tabela 6 – Escravos comprados de outras províncias.....	87

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – D. Nair Pereira de Oliveira no quintal de sua casa no bairro Vila Isabel.....	199
Figura 2 – Documento do pai de D. Nair Pereira de Oliveira (Sr. João Pereira).....	201
Figura 3 – D. Nair Pereira de Oliveira na porta de sua casa no bairro Vila Isabel.....	203
Figura 4 – Escritura dos terrenos de D. Nair Pereira de Oliveira no bairro Vila Isabel.....	204
Figura 5 – Área dos terrenos de D. Nair Pereira de Oliveira no bairro Vila Isabel (escritura).....	205
Figura 6 – Terrenos de D. Nair Pereira de Oliveira no bairro Vila Isabel (escritura).....	206
Figura 7 – Lei Municipal reconhecendo a utilidade pública do movimento comunitário Grupo dos Treze.....	209
Figura 8 – “Prêmio Mãe Preta” ao Grupo dos Treze “pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Vila Isabel”.....	211
Figura 9 – Destaque do ano de 2004 ao “Movimento Comunitário Grupo dos Treze”.....	215
Figura 10 – Sede do Grupo dos Treze no bairro Vila Isabel.....	215
Figura 11 – Sede do Grupo dos Treze (à esquerda, o Sr. Hélio Silva).....	216
Figura 12 – D. Maria da Glória Cerqueira de Carvalho e sua filha Angela Maria em sua casa no bairro Vila Isabel.....	217
Figura 13 – Sr. Feliciano Cerqueira de Carvalho (de chapéu, terno e bengala, ao centro) em suas terras no bairro Vila Isabel.....	218
Figura 14 – D. Maria da Glória Cerqueira de Carvalho e sua filha Angela Maria na varanda de sua casa no bairro Vila Isabel.....	219
Figura 15 - Sr. Feliciano Cerqueira de Carvalho em suas terras no bairro Vila Isabel.....	220
Figura 16 – Sr. Valdir Neves de Lima e sua esposa, D. Ana.....	222
Figura 17 – Fachada do prédio do Sr. Valdir Neves de Lima no bairro Vila Isabel (residência e loja) – à esquerda Praça Ambrozina Bastos.....	227
Figura 18 – Busto da “Mãe Preta” na Praça Ambrozina Bastos.....	227

Figura 19 – D. Jane Machado da Costa.....	229
Figura 20 – Rossi Meleide, Wilson e Vilma Bastos.....	239
Figura 21 – Documento do filho de D. Ambrozina Bastos – Sr. Porfírio de Lima Bastos (Pipiu).....	240
Figura 22 – D. Ambrozina Bastos (ao centro de casaco preto) e amigos em suas terras no bairro Vila Isabel.....	244
Figura 23 – Sr. José Ferreira da Costa.....	250
Figura 24 – Sr. José Ferreira da Costa e D. Sebastiana.....	253

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	25
1.1 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS EM PARAÍBA DO SUL E A FORMAÇÃO DA FAZENDA DE CANTAGALO.....	25
1.2 PARAÍBA DO SUL E O CONTEXTO HISTÓRICO A PARTIR DE MEADOS DO SÉCULO XIX: LUGAR DE FUGAS, RESISTÊNCIA E CONQUISTAS ESCRAVAS.....	38
2. LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS E FORMAÇÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA NOSSA SENHORA DA PIEDADE EM 1882.....	62
2.1 OS SIGNIFICADOS: RELIGIOSO, POLÍTICO-SOCIAL E DA LIBERDADE NO TESTAMENTO E NO INVENTÁRIO DA CONDESSA DO RIO NOVO.....	64
2.1.1 O Significado Religioso.....	64
2.1.2 O Significado Político-Social.....	72
2.1.2.1 <i>A escravidão como modelo político-social</i>	73
2.1.2.2 <i>As listas dos libertos</i>	76
2.1.2.3 <i>Libertos e a questão do tráfico</i>	78
2.1.2.4 <i>Filhos de africanos que deveriam ser livres</i>	81
2.1.2.5 <i>Reprodução de escravos</i>	83
2.1.2.6 <i>Escravos de outras províncias</i>	86
2.1.2.7 <i>As ideias abolicionistas no século XIX</i>	88
2.1.3 Os Significados da Liberdade.....	98
3. O LIBERTO NA COLÔNIA AGRÍCOLA NOSSA SENHORA DA PIEDADE.....	107
3.1 DE ESCRAVO A COLONO.....	107
3.2 OS PRIMEIROS ANOS DA COLÔNIA AGRÍCOLA.....	124
3.3 AS MUDANÇAS NA COLÔNIA	132
3.3.1 O Arrendamento da Terra.....	132
3.3.2 Os Aforamentos.....	143

4. DE COLÔNIA AGRÍCOLA NOSSA SENHORA DA PIEDADE A BAIRRO DE VILA ISABEL: HISTÓRIA, ESQUECIMENTO E SILÊNCIO.....	150
4.1 ABOLIÇÃO E REPÚBLICA: MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E EMBRANQUECIMENTO DA POPULAÇÃO.....	150
4.2 HISTÓRIA, ESQUECIMENTO E SILÊNCIO.....	162
4.2.1 A Década de 1930.....	163
4.2.2 A Década de 1940.....	174
5. MEMÓRIAS DA VILA ISABEL.....	195
5.1 LEMBRANÇAS DE TRAJETÓRIAS DE VIDA.....	196
5.1.1 Nair Pereira de Oliveira.....	199
5.1.2 Aurélio de Oliveira.....	206
5.1.3 Hélio Silva.....	210
5.1.4 D. Maria da Glória Cerqueira de Carvalho.....	216
5.1.5 Sr. Valdir Neves de Lima.....	220
5.1.6 D. Jane Machado da Costa.....	228
5.1.7 Rossi Meleide Bastos.....	238
5.1.8 Wilson Bastos.....	244
5.1.9 Vilma Lima Bastos.....	245
5.1.10 Sr. X conta a história do Sr. “João Caetano” (João Pereira da Silva): uma versão.....	247
5.1.11 Sr. José Ferreira da Costa.....	250
5.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE VIDA.....	254
CONCLUSÃO.....	269
REFERÊNCIAS.....	273
ANEXOS.....	283
Anexo I – Plano da Capitania do Rio de Janeiro – Levantado 1784-Copiado em 1803.....	283
Anexo II – Parte do Caminho Novo para Minas – 1803.....	284
Anexo III – Mapa da Província do Rio de Janeiro – 1830.....	285
Anexo IV – Área do Caminho Novo para Minas.....	286

Anexo V – Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro – 1858-1861.....	287
Anexo VI – Tabela de Dados de Escravos Fugitivos – 1868/1869.....	288
Anexo VII – Tabela de Dados de Escravos Fugitivos – 1873/1874.....	293
Anexo VIII – Trechos do Artigo sobre a Colônia de Nova Lousã.....	298
Anexo IX – Relação dos Escravos Declarados Livres da Fazenda de Cantagalo.....	301
Anexo X – Relação dos Ingênuos da Fazenda de Cantagalo.....	306
Anexo XI – Relações do Acrescentamento dos Ingênuos; dos Escravos Libertados; dos Escravos Falecidos; e dos Ingênuos Falecidos da Fazenda de Cantagalo.....	307
Anexo XII – Nota do Jornal “Gazeta de Notícias”.....	309
Anexo XIII – Boletim nº 3 da Sociedade Central de Imigração – RJ.....	311
Anexo XIV – Nota do Jornal “O Provinciano”.....	316
Anexo XV – Nota do Jornal “O Provinciano” – Paraíba do Sul à S. M. O Imperador e ao Sr. Ministro da Justiça.....	317
Anexo XVI – Ata da Câmara Municipal de Paraíba do Sul, 26 de Junho de 1892.....	319
Anexo XVII – Análise do Dr. Antonio Luz dos Santos Werneck.....	320
Anexo XVIII – Capítulo XIV – Da Administração dos Bens e Patrimônio da Casa de Caridade.....	321
Anexo XIX – Relatório de 1916 – Irmandade de Nossa Senhora da Piedade.....	322
Anexo XX – Relatório de 1929 – Irmandade de Nossa Senhora da Piedade.....	323
Anexo XXI – Notas do “Entre-Rios Jornal” – PMPS – Seção de Obras – Edital; PMPS – Estrada de Entre-Rios à Colônia; Foi inaugurada a Escola da Colônia.....	324
Anexo XXII – Nota do “Entre-Rios Jornal” – Foram incineradas, em Entre-Rios, 23.129 saccas de café.....	325
Anexo XXIII – Nota do “Entre-Rios Jornal” – Uma Embaixada do Collegio Universitário visitou Entre-Rios.....	326
Anexo XXIV – Nota do “Entre-Rios Jornal” – Inaugurada no Bairro da Colônia a iluminação pública.....	327

Anexo XXV – Nota do “Entre-Rios Jornal” – Comarca de Paraíba do Sul.....	329
Anexo XXVI – Juntada do Inventário do Espólio da Condessa do Rio Novo.....	332
Anexo XXVII – Nota do “Entre-Rios Jornal” – O Colônia Esporte Clube concretiza uma de suas caras aspirações.....	334
Anexo XXVIII – Nota do “Entre-Rios Jornal” – Um grande Festival Esportivo dia 15 deste mês, na Colônia, com uma sensacional corrida atlética.....	335
Anexo XXIX – Escritura de Doação de D. Nair Pereira de Oliveira.....	336
Anexo XXX - Ata da Câmara Municipal de Três Rios, 22 de Janeiro de 1951.....	338
Anexo XXXI – Figuras.....	343
Anexo XXXII – Roteiro de Entrevista.....	368

INTRODUÇÃO

Se eu mesmo sou um ser acabado e se o acontecimento é algo acabado, não posso nem viver nem agir; para viver, devo estar inacabado, aberto para mim mesmo – pelo menos no que constitui o essencial da minha vida-, devo ser para mim mesmo um valor ainda por- vir, devo não coincidir com a minha própria atualidade.

Mikhail Bakhtin

A conclusão do curso de graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vassouras, em 1991, foi o ponto de partida de nossa busca. Para o trabalho de conclusão do curso, a proposta era de que os discentes fizessem uma pesquisa sobre história local, de suas cidades de origem.

Nosso trabalho consistiu em analisar o testamento da Condessa do Rio Novo, proprietária da Fazenda de Cantagalo, em Paraíba do Sul. Chamou a nossa atenção que, em seu testamento, ela, tendo libertado seus escravos, propôs que fosse formada, em sua fazenda, uma “colônia agrícola”. Assim, foi criada a Colônia Agrícola Nossa Senhora da Piedade.

A nossa busca iniciada ao final do curso de graduação encontra-se, atualmente, em seu momento de conclusão. A seguir iremos descrever a trajetória e as etapas de nossa pesquisa.

Continuando os estudos, tendo ingressado no mestrado¹ continuamos a pesquisa sobre a Colônia Agrícola Nossa Senhora da Piedade, situada em Paraíba do Sul (1882-1932), Vale do Paraíba Fluminense².

¹ INNOCENCIO, Isabela Torres de Castro. **Liberdade e acesso à terra: Fazenda de Cantagalo – Paraíba do Sul (1882-1932)**. Dissertação de Mestrado – USS/Vassouras, 2002.

² Atualmente, a região onde se localizava a colônia agrícola, pertence à cidade de Três Rios/RJ, que até 1938 era 2º distrito de Paraíba do Sul/RJ. “Três Rios possui uma área de 288 quilômetros quadrados. A altitude de sede corresponde a 160m. O clima é tropical de altitude, quente e úmido com chuvas de verão, os solos predominantes são argilosos, sendo uma temperatura máxima de 40° (quarenta graus) e mínima de 17° (dezessete graus), Temperatura de bulbo úmido 28° e índice pluviométrico de 47 mm/média anual. O município limita-se a Noroeste com o município de Levy Gasparian/RJ; a Nordeste, com o estado de Minas Gerais,

Posteriormente, o projeto para o ingresso no curso de doutorado tinha como objetivos: promover e proteger a sua memória, de uma colônia formada por libertos da Condessa do Rio Novo e, posteriormente, conseguir o reconhecimento da história da colônia, como um “patrimônio cultural imaterial” de nossa região. Partimos do princípio de que seria preciso valorizá-la para utilizá-la como objeto de conscientização. Isso porque,

[...] os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, apresentar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas. (GONÇALVES, In: ABREU e CHAGAS, 2009, p. 31)

Acreditamos que ampliar o conhecimento sobre a cultura dos afrodescendentes, em especial a história dos libertos na colônia agrícola, produziria um efeito positivo na vida de seus descendentes, e nos demais segmentos da sociedade, no que diz respeito às redes de relações. O antropólogo Claude Lévi-Strauss (1960, apud, ABREU, In: ABREU e CHAGAS, 2009, p. 37), afirma que “[...] o relacionamento entre as culturas seria a forma mais positiva de atualizar o ideário da igualdade dos homens, em suas realizações particulares”.

Segundo Abreu, com a afirmação de Lévi-Strauss,

[...] delineava-se a ideia de que havia um patrimônio cultural a ser preservado e que incluía não apenas a história, em suas mais diversas expressões. A noção de cultura incluía hábitos, costumes, tradições, crenças; enfim, um acervo de realizações materiais, e imateriais, da vida em sociedade. (ABREU, In: ABREU e CHAGAS, 2009, p. 37)

sendo o rio Paraíba o limite natural; ao Sul, com o município de Areal/RJ; a Sudeste, com o município de São José do Vale do Rio Preto/RJ; a Leste, com o município de Sapucaia/RJ, e, a Oeste, como o município de Paraíba do Sul/RJ. Possui uma população aproximada de 80.000 habitantes. Fonte: “Panorama Sócio-Econômico do Município de Três Rios” /PMTR – Prefeitura Municipal de Três Rios, 2002.

Ao assimilarmos tais informações, por continuarmos envolvidos com aquela história, começamos a relacionar a colônia ao conceito de “patrimônio cultural imaterial”. Imaterial, pois ela foi extinta através de arrendamentos e aforamentos feitos pela Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, responsável pela sua administração, além de questões políticas e econômicas do final do século XIX e início do XX. Após 1932, a colônia agrícola foi se transformando, tornou-se bairro³ Colônia e, posteriormente, bairro de Vila Isabel⁴.

A noção de patrimônio imaterial ou intangível começa a penetrar no discurso ocidental de patrimônio por meio das criações populares, na primeira expansão tipológica do conceito, ocorrida nos anos 60. Em nível internacional, o primeiro documento a introduzir a importância de sua valorização foi a Carta de Veneza, de 1964, ao estabelecer, em seu artigo 1º, que a noção de monumento histórico se estende “não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, significação cultural”. Foi então, mediante a valorização do caráter dos pequenos povoados, que a chamada “cultura tradicional e popular” foi se tornando objeto patrimonial. (SANT’ANNA, 2001, p. 153)

Pensamos em contribuir para a “memória social”, em especial para a memória da cidade de Três Rios/RJ; continuando a pesquisa e o registro da memória daquele grupo que viveu em um “lugar de memória”, na expressão de Pierre Nora, apresentando trajetórias de vida dos seus descendentes; trajetórias de vida de antigos moradores do bairro de Vila Isabel, e de documentação histórica referente ao período pesquisado.

³ “O bairro é, quase por definição, um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido. Pode-se portanto apreender o bairro como esta porção do espaço público em geral (anônimo, de todo o mundo) em que se insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço. A fixidez do habitat dos usuários, o costume recíproco do fato da vizinhança, os processos de reconhecimento – de identificação – que se estabelecem graças à proximidade, graças à coexistência concreta em um mesmo território urbano, todos esses elementos ‘práticos’ se nos oferecem como imensos campos de exploração em vista de compreender um pouco melhor esta grande desconhecida que é a vida cotidiana.” Para maior compreensão sobre “bairro”, ver: CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2012, p. 37- 45.

⁴ “A troca de nome se deu através do projeto de lei apresentado em plenário pelo professor Monerat (então vereador), em 26 de novembro de 1951 e sancionado como lei Nº 106, de 06 de dezembro de 1951”. www.associartbrasil.com.br. Acesso em: 14.06.2013.

Entendemos que o conceito de memória social “[...] se trata de um conceito complexo, inacabado, em permanente processo de construção”, pois a memória “[...] está inserida em um campo de lutas e de relações de poder, configurando um contínuo embate entre lembrança e esquecimento”. (GONDAR e DODEBEI, 2005, p. 7)

Para Bourdieu (1990, p. 28), muitas vezes o “campo de lutas” é o próprio objeto do pesquisador. Este pretende revelar fatos e relações que nem sempre são explícitos, pois muitas questões aparentam naturalidade, uma vez que, as lutas e as relações de poder são aspectos pouco revelados da realidade social.

Bourdieu (1988, p. 19) acredita no interesse do pesquisador em produzir um discurso verdadeiro, para desvendar o que está escondido e censurado no mundo social.

Sendo assim, nosso objeto de pesquisa se insere no conceito de “campo” de Bourdieu (1988, p. 86), pois ele o define como um espaço estruturado de posições, onde dominantes e dominados lutam pela obtenção e pela manutenção de determinados postos. Com as suas características próprias, os campos possuem propriedades que lhes são particulares, onde existem os mais variados tipos.

Nos processos de diferenciação social se formam os campos com os seus “seres” e os seus modos de conhecerem o mundo. Neles, se apresentam as relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pela hegemonia, isto é, o monopólio da autoridade, que possui o poder de ditar as regras e de repartir o capital específico de cada campo. (BOURDIEU, 1988, p. 114)

A estrutura dos campos envolve lutas e tensões pela conquista de posições e de capital. Desigualmente distribuído e acumulado, o capital específico do campo, motiva os seus agentes a buscarem a sua posse elaborando estratégias de luta. Aqueles que monopolizam a autoridade específica ao campo tendem a organizar estratégias de conservação, opondo-se aos dominados que detêm menos capitais e que procuram subverter a dominação, articulando estratégias de subversão. Os momentos de crise surgem quando a posição dos antigos dominantes é questionada pelos dominados que procuram alterar as posições de poder. (BOURDIEU, 1988, p. 114)

Sendo assim, consideramos o bairro de Vila Isabel como um “campo de lutas” e também como um “lugar de memória” do afrodescendente, porque, segundo Nora,

[...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso que a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados, nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. (NORA, 1993, p. 13)

Concordando com o pensamento de Bourdieu e de Pierre Nora, o nosso trabalho consistiu no registro de uma memória que permanece obscurecida, uma vez que, também em nossa região, o “foco” da história privilegiou os grupos dominantes em detrimento dos grupos dominados.

Na Carta⁵ de Atenas, de novembro de 1933, encontramos a seguinte afirmação: “[...] a morte atinge tanto as obras como os seres [...]”; como também a seguinte indagação: “[...] quem fará a discriminação entre aquilo que deve subsistir e aquilo que deve desaparecer?”

Observando os patrimônios históricos das cidades de Paraíba do Sul e de Três Rios, como, por exemplo, o que restou da estação Ferroviária de Três Rios; a Capela de N^a S^a da Piedade; o palacete do Barão Ribeiro de Sá (ex-provedor da Irmandade de N^a S^a da Piedade); a Câmara Municipal de Paraíba do Sul; a ponte sobre o rio Paraíba do Sul, entre outros, percebe-se que estes são testemunhos materiais, expressões de cultura de uma época, dos barões, do Império. Foram os patrimônios escolhidos para subsistir.

Segundo Fonseca (In: ABREU e CHAGAS, 2009, p. 64),

[...] o termo “preservação” costuma ser entendido exclusivamente como tombamento. Tal situação veio reforçar a ideia de que as

⁵ “Cartas Patrimoniais são documentos, cartas, recomendações referentes à proteção e preservação do patrimônio cultural, elaborados em encontros em diferentes épocas e partes do mundo. São políticas de preservação do Patrimônio Nacional desenvolvidas por órgãos de preservação que referenciam os valores patrimoniais quanto a seus aspectos sócio-culturais. Na Carta de Atenas marca-se a primazia atribuída à definição dos contornos urbanos pelos princípios do urbanismo e a necessidade de construções funcionais amplas e ensolaradas. O documento caracteriza-se como referência para fundamentações ideológicas principalmente na América Latina, ditando os projetos de urbanismo de muitas gerações.” www.portaliphan.gov.br e www.trabalhosfeitos.com/ensaios/cartas_patrimoniais/736478.html Acesso em: 10.04.2012.

políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição européia, que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes.

Pensamos, inicialmente, a colônia agrícola Nossa Senhora da Piedade como patrimônio cultural. Todavia, com as leituras e as discussões promovidas pelo curso, resolvemos mudar a perspectiva trabalhando outros conceitos ligados à memória e ao esquecimento. Tal mudança se deu, pois entendemos que estávamos defendendo a colônia como bem cultural, por conta do nosso envolvimento e interesse com a pesquisa. Isso ocorreu por causa da vivência, das experiências sociais, que nos fizeram buscar uma maneira de incluí-la na totalidade cultural do nosso país. (GONÇALVES, 2002)

A mudança de perspectiva ocorreu, principalmente, ao conhecermos a obra: “A Retórica da Perda”, um estudo sobre o “patrimônio cultural” no Brasil que apresenta referências à formulação e à implementação de leis, de projetos, isto é, de políticas oficiais para a sua preservação. Nela aparecem ainda, os discursos de personagens que foram importantes na organização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além de análises sobre a forma como os indivíduos pensam e reagem diante de “bens” culturais que podem se tornar patrimônios, dependendo da sua aceitação e de seu reconhecimento social. (GONÇALVES, 2002)

A partir dessas questões, percebe-se que há um longo percurso para que a “Colônia Agrícola de Nossa Senhora da Piedade” seja aceita e reconhecida socialmente como “patrimônio cultural”. O interesse por ela tem se resumido aos nossos estudos; à publicação da dissertação; às palestras as quais apresentamos o conteúdo da pesquisa; à divulgação entre os alunos do curso de Pedagogia da Faculdade Faeterj ao lecionarmos a disciplina História e Cultura afro-brasileira, para que eles possam inseri-la no conteúdo de história local nas escolas, entre outras ações. Enfim, nota-se que estamos procurando promover esse reconhecimento.

Nesse contexto, a pesquisa contribui para o registro da memória daqueles libertos e de seus descendentes, no momento em que as “políticas de ações afirmativas” se apresentam como políticas de reparações, de

reconhecimento e de valorização da história, cultura e identidade da população afrodescendente.

Concordamos com Paul Ricoeur⁶ (2010, p. 17) quando defende a “[...] ideia de uma política de justa memória [...]”, como também reconhecemos que há um excesso de memória, um excesso de esquecimento e de erros de memória, com os quais nos identificamos e contribuímos para continuar construindo um registro mais justo. Através das pesquisas se percebe as práticas de esquecimento, de silêncio e de apagamento em Três Rios. Sendo assim, nos esforçamos em buscar esse passado, uma vez que Ricoeur (2010, p. 71) nos diz:

[...] lembrar-se é não somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, “fazer” alguma coisa. O verbo “lembrar-se” faz par com o substantivo “lembrança”. O que esse verbo designa é o fato de que a memória é “exercitada”.

Isso posto, este trabalho apresenta alguns objetivos, quais sejam: (a) compreender os caminhos percorridos pelos libertos da Condessa do Rio Novo e de seus descendentes, como também as suas relações com outros sujeitos sociais; (b) perceber a “invisibilidade” destes no pós-abolição; (c) registrar para promover e proteger a memória da Colônia Agrícola de Nossa Senhora da Piedade; (d) apresentar as trajetórias de vida dos descendentes dos libertos e suas relações com os habitantes do bairro de Vila Isabel, mostrando que estes tentaram ampliar os espaços de construção de cidadania, em uma sociedade que lhes negava o direito de serem cidadãos e; (e) valorizar a “memória afrodescendente”, reconhecendo a sua importância na “memória social” de Três Rios.

O recorte temporal selecionando o período de 1882 a 1951 se fez necessário, uma vez que, estender a pesquisa além desse período, não era de nosso interesse, pois o recorte ficaria muito longo para atender ao projeto que apresentamos ao ingressar no curso de Doutorado. Sendo assim, o tema comporta pesquisas futuras para além do referido recorte.

⁶ Para uma análise sobre “lembranças”, “memória”, “história” e “esquecimentos”, vide: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

O trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro apresenta o processo de ocupação das terras em Paraíba do Sul e a formação da fazenda de Cantagalo, destacando-se os estudos de Motta (1996) nos quais se percebe que, desde o início de sua ocupação, essas terras foram palco de lutas e conflitos. Localizou-se o espaço e conheceu-se um pouco do ambiente senhorial e escravista em que Mariana Claudina Pereira Barroso cresceu e se tornou a Condessa do Rio Novo. No mesmo capítulo analisa-se o contexto histórico relacionado aos movimentos de fuga dos escravos e às outras formas de busca pela sua liberdade. Nesse segmento se destacam as informações obtidas nos periódicos “Parahybano” e “O Agricultor” e a contribuição de autores como Machado (2010), Chalhoub (2003), Botelho (2005), Gomes (2006), entre outros, para conhecer e analisar com mais clareza o contexto no qual a pesquisa se insere.

Os segundo e terceiro capítulos consistem de uma releitura à pesquisa empreendida no mestrado, a qual analisou o período de 1882 a 1932, que compreendeu a alforria dos escravos da Condessa do Rio Novo, a criação da Colônia Agrícola de Nossa Senhora da Piedade, o seu funcionamento e a sua decadência. Machado (2010) contribuiu nas reflexões atuais a respeito dos movimentos a favor da abolição nos anos de 1880. Jorge (2012) apresentou notas de periódicos, que puderam ser analisadas e inseridas nas discussões sobre o funcionamento da colônia e as dificuldades enfrentadas pelos libertos. Rios e Mattos (2005) informaram sobre o “universo rural do século XIX”; assim como Couceiro e Araújo (2003), entre outros, contribuíram na reinterpretação de documentos analisados anteriormente. A inserção desses dois capítulos após uma revisão da literatura e das análises dos documentos, além de modificações na sua apresentação, foi imprescindível ao trabalho, uma vez que estes complementam o atual momento de nossa pesquisa sobre os libertos da fazenda de Cantagalo.

O quarto capítulo trata da continuação da pesquisa sobre a colônia nos seus aspectos históricos, mostrando as transformações sociais, econômicas, culturais e políticas ocorridas naquele espaço, nas décadas de 1930, 1940 até o início da década de 1950, quando se transforma em bairro de Vila Isabel; como também apresenta a definição dos conceitos de “memória coletiva”, “memória histórica”, “memória do grupo nacional”, por Halbwachs (2006);

“memórias subterrâneas”, “lembranças traumatizantes”, “esquecimento”, “silêncio”, por Pollak (1989); “abusos de esquecimento”, por Ricoeur (2010) e de “identidade”, por Silva (2009). No início do capítulo, foram feitas algumas considerações baseadas nos estudos de Schwarcz (2012) sobre o advento da República no Brasil, identificando as influências desse regime nos sujeitos da região pesquisada, na constituição do bairro Colônia (ex-colônia agrícola) e na cidade de Três Rios. Posteriormente, com base nos estudos de Giarola (2010), de Domingues (2002) e de Barros (2009), foram analisados alguns aspectos sobre a política de branqueamento no início do século XX. Para construir os segmentos das décadas de 1930 e 1940, foram utilizadas atas das assembleias da Câmara Municipal de Paraíba do Sul e de Três Rios; periódicos da Casa de Cultura de Três Rios (Jornal “A Tribuna”, “Jornal Arealense” e “Entre-Rios” Jornal) e documentos cartoriais (Juntada do inventário da Condessa do Rio Novo e Escritura de Doação de D. Nair Pereira de Oliveira). Através dos estudos de Ribeiro (2009), percebe-se a definição das identidades individuais e coletivas de Três Rios como modernistas, progressistas, desenvolvimentistas. O capítulo encerra-se informando a troca de nome do “bairro da Colônia” para “Vila Isabel”, em 1951.

O quinto capítulo foi construído a partir de entrevistas individuais, feitas com descendentes dos libertos e com “informantes-chaves”, moradores antigos que acompanharam as mudanças no bairro. Gomes e Duarte (2007) forneceram elementos para a análise das relações sociais entre as famílias de classes populares. As suas “trajetórias de vida” mostram os obstáculos, as lutas e as dificuldades que se levantaram devido às “desigualdades sociais” no país. Este capítulo, não teve a continuidade da contextualização histórica empreendida nos capítulos anteriores, que avançaria para os anos de 1950 até os dias atuais, pois, como dissemos anteriormente, o período se tornaria muito longo para este trabalho. Nosso objetivo consistiu em registrar aquelas trajetórias incluindo-as na “memória social” de Três Rios.

Ecléa Bosi (2010, p. 82) defende a importância da “memória dos velhos”, pois através dela, podemos chegar a “[...] um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos”. Com isso, procuramos descrever aquelas lembranças, pois “[...] momentos desse mundo perdido

podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa do velho é sempre uma experiência profunda”.

Segundo Thompson (2002, p. 44),

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga o seu campo de ação.[...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato -e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época.

Para a construção dos capítulos citados acima, realizamos, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2011, p. 50) é aquela “[...] desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Posteriormente, no período de agosto de 2012 a maio de 2013, pesquisamos as atas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul, analisadas de 1928 a 1937, livros 19 e 20; as atas da Câmara Municipal de Três Rios, analisadas de 1949 a 1951; os periódicos da Casa de Cultura de Três Rios (“Entre-Rios Jornal”, de 1932 a 1957; “Jornal Arealense”, de 1937 a 1938; “Jornal A tribuna”, de 1932 a 1951). Além disso, foram entrevistados 11 idosos, com idade entre 60 a 85 anos, com os quais conseguimos fotos e documentos antigos.

Segundo Tesh (apud, GIL, 2011, p. 176), os dados coletados nos documentos devem ser analisados de forma reflexiva, a fim de promover algum tipo de explicação dos fatos descritos nos mesmos, comparando-os com “[...] modelos já definidos, com dados de outras pesquisas e também com os próprios dados”.

Sendo assim, na análise da documentação coletada, procuramos fazer uma interpretação reflexiva, por considerarmos que essa interpretação tem o papel principal na pesquisa documental.

“O que se procura na interpretação é a obtenção de um sentido mais amplo para os dados analisados, o que se faz mediante sua ligação com conhecimentos disponíveis.” (GIL, 2011, p. 178)

Procuramos, seguindo as orientações de Gil, após a leitura dos dados, interpretá-los e “integrá-los num universo mais amplo” para que fizessem algum sentido; iniciando uma fundamentação teórica acerca das questões abordadas. (GIL, 2011, p. 178-179)

Mediante o auxílio de uma teoria pode-se verificar que por trás dos dados existe uma série complexa de informações, um grupo de suposições sobre o efeito dos fatores sociais no comportamento e um sistema de proposições sobre a atuação de cada grupo. (GIL, 2011, p. 179)

Após o levantamento dos dados documentais, como dissemos anteriormente, as entrevistas foram iniciadas, a fim de procedermos a um aprofundamento nas questões propostas.

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendam fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes. (SELLTIZ et al, apud, GIL, 2011, p. 109)

Embora, nas entrevistas, tenhamos utilizado um roteiro (Anexo XXXII) com o objetivo de orientar o entrevistado, no seu desenrolar, não raro, surgiam outras perguntas em relação ao tema. Em alguns momentos, os entrevistados tiveram a oportunidade de construir as suas próprias narrativas.

1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O presente capítulo tem por objetivo apresentar a origem de Paraíba do Sul e da Fazenda de Cantagalo; o contexto histórico no que tange aos movimentos de fuga dos escravos e às outras formas de busca pela liberdade. Assim, o leitor terá um melhor entendimento das questões que posteriormente analisaremos no segundo e no terceiro capítulos respectivamente: a libertação dos escravos de Mariana Claudina Pereira Barroso, Condessa do Rio Novo, e a formação da Colônia Agrícola de Nossa Senhora da Piedade, concedidas no seu testamento em 1882.

1.1 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS EM PARAÍBA DO SUL E A FORMAÇÃO DA FAZENDA DE CANTAGALO

O crescimento da circulação de mercadorias e de homens, no final do século XVII, na região entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, foi motivado pela abertura do Caminho Novo⁷. Com isso, começaram as disputas pelas terras localizadas ao longo do percurso, intensificando os pedidos de sesmarias e de desbravamentos. As terras ocupadas por várias nações indígenas⁸, em matas virgens, passaram a ser cobiçadas por homens e mulheres oriundos de Minas ou do Rio de Janeiro.

A abertura daquele caminho, por volta de 1683, pelos fundos da serra dos Órgãos, teve como responsável: Garcia Rodrigues Paes que, descendo uma trilha indígena na serra da Mantiqueira, descobriu um remanso no rio Paraíba. Instalou ali alguns de seus agregados, após formar uma fazenda chamada Paraíba. Acreditando ter descoberto ouro e pedras preciosas, solicitou uma ordem real à Coroa para abrir o referido caminho. Foi-lhe

⁷ O Caminho Novo saía das margens da Baía da Guanabara, atravessava o rio Paraíba do Sul e a Serra da Mantiqueira e atingia as lavras auríferas de Minas Gerais. Substituiu o Caminho Velho para Minas, “[...] parcialmente marítimo da Guanabara até Parati, de onde se galgava a Serra pela garganta do Cunha na alargada trilha dos Goianás, indo-se a Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, a um tempo servindo a capital paulista e as lavras mineiras”. LAMEGO, Alberto. **O Homem e a Serra**. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1963, p. 126. (apud, MOTTA, 1996, p. 29)

⁸ Vide Mapas – ANEXOS I a IV (apud, MOTTA, op. cit., p. 30).

concedida uma grande gleba de terras oficialmente devolutas, no sertão da Paraíba, para que erigisse uma vila no “rio das águas claras”, sendo, então, agraciado como donatário.⁹

Antonil (1711)¹⁰, no “Roteiro do Caminho Novo da Cidade do Rio de Janeiro para Minas”, descreve a viagem mencionando as roças existentes no trajeto, ressaltando as que pertenciam a Garcia Paes.

Ao longo do tempo, inúmeras fazendas foram abertas naquela região, que se tornou palco de muitas lutas pela posse das terras. Garcia Paes formou ali mais duas fazendas: a da Várzea e a da Paraibuna. Esta última adquirida por um ex-arrendatário de Garcia: Christovão Rodrigues de Andrade, pai de Hilário Joaquim de Andrade, futuro Barão do Piabanha. Posteriormente, o Marquês de São João Marcos e seus irmãos, herdaram as outras fazendas, terras e roças pertencentes ao desbravador do Caminho Novo.

A Fazenda da Farinha e a Fazenda do Silva foram abertas por volta de 1830, em terras herdadas pelo Marquês e arrendadas posteriormente. A Fazenda da Serraria e a Fazenda do Travessão originaram-se das terras herdadas pelo Barão do Piabanha; Francisco Rodrigues de Andrade, irmão do Barão, denominou o seu quinhão de: Fazenda São João do Deserto.

Fazendo parte de nossos estudos, a Fazenda de Cantagalo¹¹, pertencente a Antonio Barroso Pereira, limitava-se com a Fazenda da Paraíba, a Fazenda da Serraria e a Fazenda dos Embargos, de José Agostinho de Abreu Castelo Branco, localizando-se às margens do rio Paraíba. Nessas mesmas margens, encontrava-se ainda a Fazenda da Cachoeira, de Francisco Antonio da Costa Barradas, herdada por volta de 1820 de seu sogro. (MOTTA, 1996, p. 31-32)

⁹ Foi, em 14 de agosto de 1711, “[...] avantajado com uma data com a natureza de sesmarias como se houvesse de dar repartidas a quatro pessoas, nas formas das Reais Ordens, e que não seriam contíguas à Vila senão na parte em que não pudessem haver contendas e que se concederia mais a cada um de seus doze filhos uma data”. C.M.P.S. – Ata da Sessão de 26 de janeiro de 1836. Vide Mapa 2 (apud, MOTTA, op. cit., p. 30). Vide Mapa - ANEXO II.

¹⁰ ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil**. 1711, 3ª edição. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. USP, 1982, p. 184-185. (apud, MOTTA, op. cit., p. 31)

¹¹ Ver: ANEXO XXXI, Figura 21, páginas 3 a 10, “Aspectos Históricos e Geográficos – Evolução Social, Evolução Política, Distritos Componentes, Descrição do Território”, do município de Três Rios – Estado do Rio de Janeiro. IBGE, 1948.

A ocupação de terras em Paraíba do Sul também foi registrada por Saint Hilaire, em sua viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas (1816-1822):

Para evitar os incômodos das passagens contínuas, esses proprietários se fixam a alguma distância do caminho; fazem vender o milho por homens de poucos recursos, e, embora não possam cultivar senão uma porção de terrenos infinitamente pequena, dificilmente toleram que outros aí se venham estabelecer. Já tem sucedido que gente pobre e sem asilo levante choupanas sobre terras incultas e que pareçam desprezadas pelos proprietários; esses, porém, destroem essas miseráveis moradas. Às vezes, é verdade, eles permitem a um protegido, um compadre, fixar-se à margem da estrada, e não exigem nenhuma retribuição. Se, entretanto, o agregado, é o nome que se dá ao colono a quem é permitido estabelecer-se por esse modo, nas terras de outro; se o agregado, digo, não presta ao proprietário todas as homenagens que este exige, corre o risco de ser expulso, e proprietários houve que mandaram atear fogo à casa de seus agregados.¹²

Segundo Motta (1996, p. 39), obter domínio sobre a terra possibilitava outras prerrogativas. Entre elas, podemos citar a de dominar os homens, que nela habitavam ou que desejassem habitar. Inicialmente, aqueles fazendeiros, não mediam e nem demarcavam as suas terras, pois limitar o território significaria não apenas se subordinar à Coroa; como também diminuir o seu poder sobre os posseiros e os seus vizinhos. “Ser senhor de terras significava, antes de mais nada, ser senhor – e era sobretudo este domínio senhorial que não podia ser medido ou limitado”.

A extensão do poder senhorial era possibilitada pela existência de matas virgens, que poderiam ser ocupadas por fazendeiros ou lavradores, isto é, que poderiam ser disputadas com os senhores que tentariam impedir esse acesso a terceiros. As coisas e as pessoas tinham que permanecer sob o domínio, de fato ou potencialmente, daqueles senhores citados anteriormente.

A política agrária que permaneceu por todo o século XIX consistia em conflitos diários e lutas pelo acesso à terra, pois não havia legislação agrária brasileira, o que permaneceu até 1850. Antes disso, desde 1822 com o fim do

¹² SAINT HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo: USP, 1975, p. 43. (apud, MOTTA, op. cit., p. 38-39)

sistema de sesmarias, recorriam-se constantemente aos artigos das Ordenações Filipinas¹³. (MOTTA, 1996, p. 39-40)

Em 1834, Antonio Barroso Pereira, senhor da Fazenda de Cantagalo, foi acusado pelo Marquês, através de um procurador, de estar fazendo ranchos e roças para pretos em uma das fazendas de suas terras, a da Paraíba.

Em um processo¹⁴ rápido e de poucas páginas, Antonio Barroso alegou que possuía, além do lugar chamado Cantagalo, posse pacífica de duas sesmarias havia mais de vinte anos. Mesmo não apresentando documentos ou testemunhas que provassem o seu direito à terra, conseguiu suspender o embargo de suas plantações, pois o Juiz entendeu que o Marquês de São João Marcos não provou, na forma da lei, ser o verdadeiro senhor das referidas terras.

Além dos processos jurídicos, a violência, os desmandos e os assassinatos entre os fazendeiros, expressavam tragicamente a luta pelo poder, envolvida com a ocupação, a expansão e a conquista das terras naquela região.

Outra maneira de possuir força e poder consistia nos fazendeiros assumirem o papel de Juizes de Paz. Nos anos de 1836 e 1837, Antonio Barroso Pereira tornou-se Juiz de Paz¹⁵. (MOTTA, 1996, p. 48-49)

Os Juizes de Paz não conseguiam, na maioria das vezes, solucionar litígios potenciais, mesmo porque muitas vezes estavam envolvidos nas

¹³ O sistema jurídico que vigorou durante todo o período do Brasil Colonial foi o mesmo que existia em Portugal, ou seja, as Ordenações Reais, compostas pelas Ordenações Afonsinas (1446), Ordenações Manuelinas (1521) e, por último, fruto da união das Ordenações Manuelinas com as leis extravagantes em vigência, as Ordenações Filipinas, que surgiram como resultado do domínio castelhano. Ficaram prontas ainda durante o reinado de Filipe I, em 1595, mas entraram efetivamente em vigor em 1603, no período de governo de Filipe II. As Ordenações Filipinas foram a base do direito no Período Colonial e também durante a época do Império no Brasil. Fonte: <http://pt.scribd.com/doc/33881697/Ordenacoes-Filipinas>. Acesso em: 02.09.2014.

¹⁴ A.J.R.J./P.E., 1834. Autor: Marquês de São João Marcos/Réu: Antonio Barroso Pereira. (apud, MOTTA, op. cit., p. 45)

¹⁵ “Criado em 1827, o cargo de Juiz de Paz expressou -em teoria- o anseio dos liberais, que viam na descentralização política a concretização de seus desejos. Com a autonomia corporificada na pessoa do juiz eleito, responsável pela conciliação de litígios potenciais, o Juiz de Paz tornar-se-ia símbolo daqueles que vislumbravam, em sua figura, uma independência frente à justiça profissional. Após 1831, com a abdicação de D. Pedro e o conseqüente período regencial, as responsabilidades do Juiz de Paz foram aumentadas através do Código Processual de 1832.” (MOTTA, op. cit., p. 49)

questões. A sociedade, bastante complexa, não se resumia em senhor/escravo ou grande fazendeiro/pequeno arrendatário. Formada por muitos personagens, estes lutavam por terras, contra a pobreza e os preconceitos que lhes eram imputados. (MOTTA, 1996, p. 51-52)

Naquela época, para se tornar senhor e possuidor de terras, os interessados deveriam ocupá-las, exercer um poder efetivo, praticar atos possessórios (cultivo; edificação de benfeitorias) para assegurar, na prática, o direito e legitimidade sobre elas, não somente disputá-las na justiça colocando-se como proprietários. (MOTTA, 1996, p. 57)

Motta (1996, p. 70) afirma que, na região de Paraíba do Sul, revelava-se uma sociedade rural extremamente complexa no século XIX. O Marquês de São João Marcos, que não mediu e nem demarcou as suas terras, presenciou o apossamento sucessivo entre pequenos e grandes posseiros (sesmeiro com situação de comisso) e arrendou outra grande parte delas. Outros fazendeiros ficavam do lado de pequenos posseiros, procurando limitar o desejo de expansão de seus pares, fazendo com que a pequena gleba apossada fosse transformada em marco territorial das terras de outrem. Os pequenos posseiros, aproveitando os embates, utilizavam o argumento de que teriam sido os primeiros a cultivarem as referidas terras.

A existência de disputa por uma parcela de terra, às vezes um pequeno quinhão ou um córrego d'água, poderia significar o rompimento do frágil equilíbrio entre fazendeiros e subordinados, entre o chefe de família e seus parentes. Assegurar a vitória no processo não dizia respeito apenas à manutenção da parcela como parte integrante das terras pertencentes a um dos litigantes. Significava também, no caso dos fazendeiros, reforçar as relações de dominação sobre sua parentela. Ou seja, a disputa pela terra era também uma disputa por gente. A manutenção da área ocupada se consubstanciava na luta por preservar a condição de senhor e possuidor de terras ou no desejo de se constituir como um lavrador. (MOTTA, 1996, p. 79-80)

Outras desavenças originavam-se na morte de algum fazendeiro. Na formulação da partilha, os parentes defendiam “[...] aquilo que julgavam lhes pertencer [...]”; como também, na ameaça de um invasor. Neste caso, uniam-se para defender a terra ameaçada. (MOTTA, 1996, p. 81-82)

Nesses jogos de poder, Motta (1996, p. 90) também percebe que, os trabalhadores arrendatários se autodenominavam assim, para demonstrar a

sua autonomia perante os senhores, pois como agregados ficava enfatizada a sua condição de dependência.

Até a década de 1850 existiam terras devolutas e matas virgens na região. Sendo assim, os fazendeiros, como também, outros agentes sociais buscavam expandir os limites das terras originais ou ter acesso a elas.

O viajante Burmeister registra a sua viagem através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, em 1852, informando sobre as matas virgens, ao longo do Rio Paraíba:

Prosseguindo em nosso caminho, tivemos de entrar novamente na mata, e foi somente aí que vimos em toda a sua grandeza e perfeição. As impressões profundas que ali recebi fizeram empalidecer qualquer outra até ali sentida. Mesmo hoje, ao escrever estas linhas e ao rememorar o aspecto majestoso da paisagem, não posso deixar de sentir-me impressionado. Lembro-me ainda do êxtase que de mim se apoderou quando contemplei e senti a profunda paz daquela mata silenciosa, através da qual a vereda seguia sinuosa, ora mergulhando nas sombras, atrás de uma árvore, ora surgindo mais nítida, a pouca distância, fazendo mil e uma voltas e perdendo-se de vista a cada instante, devido à meia luz e à impenetrabilidade da Selva.¹⁶

Homens e mulheres ocuparam pequenas faixas de matas virgens em todo o Vale do Paraíba, em um processo de imigração após a abertura do Caminho Novo¹⁷. Com o tempo, porém, a ocupação de terras devolutas foi ficando cada vez mais difícil, pois os fazendeiros forjavam, através de processos jurídicos, a “[...] inexistência de matas virgens, incorporando-as às suas grandes glebas de terras”. (MOTTA, 1996, p. 98)

Motta (1996, p. 105) através de suas pesquisas, afirma ainda que “[...] as fronteiras das fazendas dependiam do poder dos fazendeiros, e nada tinham a ver com delimitações físicas precisas e inquestionáveis”.

Destacamos os estudos de Motta (1996) para atentar ao fato de que a ocupação das terras na região de Paraíba do Sul por Garcia Paes, desde o seu início, foi cercada de lutas e conflitos. Muitas terras consideradas devolutas,

¹⁶ BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1850-1852)**. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d, p. 150. (apud, MOTTA, op. cit., p. 90-92)

¹⁷ STEIN, Stanley. **Vassouras**. (1ª ED. 1957). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. (apud, Idem, p. 92)

desocupadas eram, na verdade, habitadas, ocupadas por nações indígenas. Herdeiros de Garcia Paes não conseguiram deter a onda migratória vinda de Minas e de outras regiões da Província do Rio de Janeiro. Poucos fazendeiros ocuparam terras com a concessão de sesmarias, mas não se identificavam legalmente como posseiros. Nos processos judiciais, inicialmente não podiam afirmar que eram posseiros, começavam a argumentação informando a ocupação mansa e pacífica, isto é, “[...] reafirmavam – mas não diretamente sua condição de posseiro”. (MOTTA, 1996, p. 60) Grandes e pequenos arrendatários questionavam os limites territoriais das fazendas de seus senhores ou os conteúdos dos contratos. Outras vezes, vendiam as benfeitorias realizadas nas terras arrendadas. Lavradores, vistos como posseiros, na maioria das vezes, não conseguiam o direito à terra, mas outros conseguiram declarar e registrar suas terras no Registro Paroquial. “Muitos deles [...] se tornaram parte integrante da comunidade, [...] puderam, aos poucos, transformarem-se em fazendeiros, numa trajetória de ascensão social”. (MOTTA, 1996, p. 109). Existiam, ainda, lavradores roçando terras arrendadas.

O jogo de forças entre grandes arrendatários, pequenos arrendatários, fazendeiros e lavradores nos revela também como a luta pelo domínio da posse da terra era dinâmico. Esta luta está permeada por interpretações conflitantes sobre as práticas de arrendamentos e por esforços no sentido de subjugar arrendatários. (MOTTA, 1996, p. 120)

Nessa região conflituosa, destaca-se a grande região de Cantagalo, onde se encontravam as fazendas de Antonio Barroso Pereira e de Hilário Joaquim de Andrade, Barão de Entre Rios e Barão do Piabanha, respectivamente. “Entre os anos de 1857 e 1858, arrendatários esforçaram-se por se constituir enquanto lavradores, ocupando terras que alegavam estar fora dos limites destas fazendas.” (MOTTA, 1996, p. 122-123)¹⁸

Tantos conflitos poderiam ter sido em parte evitados, lembra-nos Motta (1996, p. 177), caso os projetos como o de José Bonifácio de Andrada e Silva, com uma nova lei agrária, em 1821, e o de Padre Antonio Diogo Feijó, em 1828, tivessem sido levados a efeito.

¹⁸ Vide Mapa – ANEXO V.

O projeto de José Bonifácio obrigaria os sesmeiros a cultivarem a terra, caso contrário, elas voltariam à massa dos bens nacionais; incluía uma política de venda de terras; proibia novas doações, entre outros. Esse projeto jamais saiu do papel, uma vez que “[...] feria claramente os interesses dos grandes fazendeiros (sesmeiros ou grandes posseiros)”.¹⁹

No projeto de lei agrária de Padre Feijó, a proposta era ambiciosa, “[...] pretendia democratizar o acesso à terra – ao defender uma nova orientação na distribuição de terra no país-, e também tentava lidar com a questão da defesa do direito de propriedade”.²⁰ Assim como o projeto de José Bonifácio, o projeto de Padre Feijó também não saiu do papel.

As propostas

[...] demonstram que os problemas relacionados à ocupação territorial no Brasil se traduziram em propostas legislativas, bem antes do projeto que resultou na Lei de Terras de 1850. Apesar dos projetos nunca terem sido discutidos na Câmara dos Deputados ou no Senado, algumas das questões mais importantes defendidas pelos dois autores não deixariam de estar também presentes na discussão que deu origem àquela lei. (MOTTA, 1996, p. 177)

Nas medidas postas em prática sobre a distribuição de terras no país, nos anos de 1830, e nas propostas legislativas que perduraram durante os anos de 1840²¹ até 1850, percebe-se que “[...] era preciso fazer um acerto com o passado, regularizar a distribuição de terras e definir – de uma vez por todas – os critérios legitimadores do direito à terra daqueles que a ocuparam.” (MOTTA, 1996, p. 187) A partir da Lei de Terras de 1850, a única forma legal de adquiri-las seria através da compra, não mais se aceitando a sua posse. (MOTTA, 1996, p. 201)

A lei aprovada em 18 de setembro de 1850, além de estabelecer que “[...] a compra era a única forma legal de aquisição de terras devolutas [...]”;

¹⁹ Para maior conhecimento sobre o projeto, vide: **Lembranças e Apontamentos do Governo Provisório da Província de São Paulo, para os seus Deputados. Instruções redigidas por José Bonifácio de Andrada e Silva, 1821.** (apud, MOTTA, 1996, p. 170-171)

²⁰ Para conhecer os artigos, vide: **Proposta do Senhor Feijó sobre Datas e Terras, 12 de setembro de 1828** apud: **Catálogo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.** São Paulo: 1976, p. 313. (apud, MOTTA, op. cit., p. 172)

²¹ Maiores detalhes estão nos debates dos deputados e dos senadores até a promulgação da Lei de Terras em 1850, vide: Motta, 1996, p. 178-200.

resolve também que “[...] as terras devolutas seriam definidas por exclusão das terras particulares[...]” e que “[...] haveria uma reserva de terras devolutas para fins de colonização, fundação de povoações, abertura de estradas, construção naval”. (MOTTA, 1996, p. 201)

Ficou também estabelecido com a lei, sobre a legitimidade e a revalidação das terras possuídas que: seriam revalidadas, aquelas nas quais houvesse cultivo, seja nas sesmarias, seja nas posses mansas e pacíficas daqueles primeiros ocupantes. Assim, em um prazo determinado, deveriam ser demarcadas “[...] as terras adquiridas por posses, sesmarias ou outras concessões [...]”. (MOTTA, 1996, p. 202) Seria conservada a posse, somente da área cultivada, daquelas terras caídas em comisso, porque seus possuidores não procederam à medição; os possuidores ficaram obrigados a tirar títulos de suas terras, além do fato de que o registro paroquial²² de terras possuídas tenha ficado organizado por freguesia.²³

Os grandes fazendeiros eram, na verdade, os posseiros que a lei tentava beneficiar e legalizar; embora também dela se beneficiassem os muitos pequenos posseiros. Sendo assim, a lei permitia uma “[...] possibilidade de democratizar o acesso à terra, ao salvaguardar os interesses dos lavradores que haviam ocupado pequenas parcelas de terras, antes da aprovação da lei”.

24

Em um debate de várias interpretações, percebe-se que a

[...] Lei de Terras não deixou de expressar aquela arena de lutas. E sua aplicação, como registrar ou não a sua terra, concretizou a continuidade refeita desta mesma arena, na qual combatiam os que a queriam como a possibilidade real ou apenas imaginária para regularizar o seu acesso à terra. (MOTTA, 1996, p. 209)

²² Esses registros “tornaram-se obrigatórios para ‘todos os possuidores de terras, qualquer que seja o título de sua propriedade ou posse’. Eram os vigários de cada freguesia os encarregados de receber as declarações para o registro de terras. Cada declaração deveria ter duas cópias iguais, contendo: ‘o nome do possuidor, designação da Freguesia em que estão situadas; o nome particular da situação, se o tiver; sua extensão, se for conhecida; e seus limites’”. (MOTTA, op. cit., p. 211)

²³ Lei número 61, de 18 de setembro de 1850. Brasil. Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. **Coletânea: legislação de registro públicos, jurisprudência.** Maria Jovita Wolney Valente (elaboração). Brasília, 1983, p. 357-361. (Idem, p. 201-202)

²⁴ Para maior entendimento sobre a legitimização das terras e os significados da Lei de 1850, vide: (MOTTA, p. 204-227)

Após vinte anos, nos anos de 1870, a visibilidade do fracasso da Lei, no que tange à política de regularização fundiária era possível, devido aos Relatórios Oficiais do Ministério da Agricultura. Um deles apontava para a necessidade de ela ser revista, porque não tinha impedido, sequer, “[...] o abuso da invasão das terras públicas”. Elas continuavam a ser invadidas e a madeira de lei, existentes em suas matas, vendidas, possuídas ilegalmente. (MOTTA, 1996, p. 218)

Outra dificuldade encontrada era de “[...] discriminar as terras públicas das privadas [...]”, pelos órgãos responsáveis. Essa questão somava-se “[...] à união de interesses dos grandes fazendeiros para impedir que parte das terras devolutas servisse para os aldeamentos indígenas [...]”, de acordo com a lei. As Câmaras Municipais da Província do Rio de Janeiro, não respondiam aos ofícios do Presidente “[...] sobre o número de índios nas aldeias e extensão e valor de suas propriedades [...]” e também “[...] tendiam a não responder às solicitações referentes à existência de terrenos devolutos em seus respectivos municípios”. (MOTTA, 1996, p. 219-220)

Em março de 1885, as Câmaras Municipais receberam uma circular do Governo solicitando informações sobre a existência de terrenos devolutos. Algumas delas responderam: “[...] temos a honra de informar que neste município não há terrenos devolutos”.²⁵

Os vereadores das Câmaras Municipais da Província do Rio de Janeiro eram os grandes fazendeiros. Estes conseguiram se consagrar os senhores das terras. Criaram a ficção de que não havia mais terras devolutas e continuaram, como também os lavradores, “[...] a expandir suas terras pelas portas dos fundos de suas fazendas e sítios”. (MOTTA, 1996, p. 221)

Motta (1996, p. 222) esclarece que, provavelmente os senhores de terras não quissem cumprir a determinação legal por ter “[...] uma dúvida, ou seja, se o registro de suas terras lhes seria vantajoso ou não”.

²⁵ Os seguintes municípios responderam à circular: “Barra Mansa, Barra de São João, Cabo frio, Cantagalo, Capivari, Iguassú, Itaguaí, Niterói, Nova Friburgo, Paraíba do Sul, Parati, São Fidelis, São João da Barra, Sapucaia e Vila do Carmo). A.P.R.J. Correspondência recebida pela Presidência das Câmara Municipais, 12 de março de 1885”. (apud, MOTTA, 1996, p. 220-221)

Segundo o Almanaque Laemmert de 1858, em Paraíba do Sul, 40% dos fazendeiros inventariados não registraram as suas terras, até aquela data; e cerca de 80% destes “[...] ocultaram a forma como as haviam adquirido”. (MOTTA, 1996, p. 228)

Para que houvesse o reconhecimento de um posseiro como senhor e possuidor de determinada terra era preciso ter prestígio, poder e sorte, pois todos os seus confrontantes deveriam reconhecer fielmente a realidade da área ocupada ao registrarem as suas respectivas terras. Os barões do café, por exemplo, “[...] tinham mais chances de salvaguardar o seu domínio registrando-o e vendo-o reconhecido por outros”. (MOTTA, 1996, p. 236) Todos os barões possuidores de terras em Paraíba do Sul (Barão do Piabanha, Barão da Paraíba, Barão de Entre Rios, Barão do Rio Novo, Barão de Lages e Barão de Diamantina) registraram-nas, seguindo as determinações legais.

Entre os barões citados pela autora, encontra-se o Barão de Entre-Rios, Antonio Barroso Pereira, cujo registro de sua fazenda nos interessa observar. Seu genro, o Barão do Rio Novo, como seu procurador, registrou a Fazenda de Cantagalo, em fevereiro de 1857, enumerando dois confrontantes: ele próprio e o fazendeiro Albino Lúcio de Figueiredo Lima, sendo que este não tinha registrado as suas terras. Antonio Barroso registrou também a sua outra fazenda. Nesse registro, os limites foram reconhecidos por três dos seis confrontantes: o Barão do Piabanha, o fazendeiro José Antonio Henriques e seu genro. “Para além do rio Paraíba, em frente a sua casa no Porto [...]”, onde tinha rancho e pasto, registrou um terreno, não declarando a sua extensão e nem citando os seus confrontantes. Com relação à extensão, não as declarou em nenhum dos três casos.

Motta (1996, p. 238-239) acredita que não foi por descuido que o Barão de Entre Rios tenha registrado com tanta imprecisão as suas terras. Um ajudante de piloto de corda, Antonio Bernardes de Oliveira, conhecido como Antonio Pascoal, que participou da medição das referidas terras, desafiou-o alegando que parte delas não lhe pertencia. Na tentativa de não permitir a apropriação de terrenos por Antonio Bernardes, na região onde trabalhara, o

Barão foi autor de um processo contra este, em janeiro do mesmo ano, quando procedeu ao registro das terras.²⁶

Antonio Pascoal saiu derrotado em setembro de 1858, depois de muitos esforços e interpretações da Corte que, salvaguardou os direitos do Barão de Entre Rios. (MOTTA, 1996, p. 263)

Durante o processo, contudo, a decisão da justiça municipal em aceitar os argumentos do Barão de Entre Rios contra Antonio Pascoal, teve desdobramentos graves entre os agregados, arrendatários e fazendeiros da região.

Para Motta (1996, p. 286), não foi coincidência que os agregados do Barão do Piabanha tenham se sublevado, em 17 de março de 1858, ocupando a Fazenda Travessão, que pertencia ao seu filho, o qual ficou mantido em cativeiro. Somente “[...] 10 dias depois de ter sido iniciada, a revolta foi sufocada e o chefe de polícia pôde ter a certeza de que a ordem pública no município de Paraíba do Sul havia sido restabelecida”. O Barão do Piabanha saiu vitorioso e “[...] em nenhum momento foi posta em dúvida a extensão territorial de suas terras”.²⁷

Aquele levante foi o “[...] conflito mais explosivo de uma série de conflitos agrários ocorridos na região [...]”; resultado de “[...] um processo de lutas pelo direito à terra, que permitiu a consolidação de uma comunidade de agregados que se esforçavam por se constituírem como pequenos posseiros”. (MOTTA, 1996, p. 292)

Após esse breve relato sobre dois entre os diversos conflitos que se travaram na região de Paraíba do Sul, voltamos a recordar que “[...] a região do Cantagalo e as fazendas e sítios ali localizados estavam em terras que anteriormente haviam pertencido aos herdeiros de Garcia Rodrigues Paes”. Portanto, uma área que vivenciara várias tentativas e lutas pela posse de terras. A fazenda do Barão de Entre Rios, no Sertão do Cantagalo, localizava-se nos “[...] fundos da sesmaria de Fernando Dias Paes Leme”. (MOTTA, 1996, p. 281)

²⁶ Para maiores detalhes do conflito de terras entre o Barão de Entre Rios e o seu agregado Antonio Bernardes, vide: Motta, 1996, p. 251-263.

²⁷ Para saber mais sobre a sublevação em 1858, vide: Motta, op. cit. p. 286-289.

Em Paraíba do Sul,

Os fazendeiros haviam construído uma sociedade na qual o limite das terras estava intimamente ligado à criação e recriação de uma rede de relações pessoais. Para defender-se de um invasor, um fazendeiro precisava reafirmar sua condição de senhor e possuidor, no momento da escolha de suas testemunhas. Da mesma forma, ao vender sua terra – com os limites territoriais que afirmava possuir-, ele precisava contar também com sua rede de relações pessoais para forjar, nos cartórios locais, a extensão alegada e seu respectivo preço. Ao vendê-la ainda, o fazendeiro não somente transferia a terra em si, mas também seu poder sobre os homens que ali habitavam. E isso não mudou com a promulgação da Lei de Terras. (MOTTA, 1996, p. 300)

Dentro desse contexto, o fazendeiro Antonio Barroso Pereira formou o seu patrimônio territorial, fundando cinco fazendas: a de Cantagalo, Piracema, Rua Direita, Boa União e Cachoeira.

Para a construção da Estrada União e Indústria, inaugurada em 23 de junho de 1861, Antonio Barroso vendeu 81.480 braças quadradas de suas terras, que foram compradas de volta por sua filha, em 1881, após a liquidação da companhia responsável pelo empreendimento. (JORGE, 2012, p. 44-45)

O povoado de Entre Rios, que se formou às margens daquela rodovia, recebeu em 1867 os trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II. Em 13 de agosto de 1890, pelo decreto 114, foi elevado a 2º Distrito de Paraíba do Sul.²⁸

Procuramos, ao apresentar esse contexto histórico do povoamento e do domínio das terras em Paraíba do Sul, no final do século XVII até meados do século XIX e, ao apontar a origem do povoado de Entre Rios e posteriormente sua elevação a 2º Distrito, localizar o espaço onde se desenvolveu a história que pretendemos registrar. Foi importante, também, conhecer um pouco do ambiente (senhorial e escravista) em que Mariana Claudina Pereira Barroso cresceu e se tornou a Condessa do Rio Novo, filha do Barão de Entre Rios. Quando se casou com seu primo José Antonio Barroso de Carvalho, recebeu então a Fazenda Boa União, fundada a partir do desmembramento de parte da propriedade de seu pai.

Após o falecimento do pai em 1862 e do marido em 1869, Mariana Claudina muda-se para a Fazenda de Cantagalo, onde fica morando com sua

²⁸ Informação retirada do texto de Ezilma Maria Teixeira. www.tresrios.rj.gov.br/historia-de-tres-rios/ Acesso em: 03.09.2014.

mãe e dedicando-se à administração de suas propriedades. Eram de sua propriedade então: a Fazenda Boa União; a Fazenda de Cantagalo; imóveis em São João Del Rei; uma residência na Rua 1º de Março no Rio de Janeiro e; duas casas de veraneio na Rua do Imperador, em Petrópolis. (JORGE, 2012, p. 34-39)

Entre aquelas propriedades, a Fazenda de Cantagalo era constituída de

225 (duzentos e vinte e cinco) alqueires de terras, parte em campo e parte em cafezais, noventa e cinco alqueires de terras, em mata virgem; nove alqueires que constituem o Sítio “Santana”. Benfeitorias constantes de dez casas, cobertas de telhas, inclusive a da sede; três casas cobertas de telhas, denominadas respectivamente “Sítio do Vicente”, “Sítio do Germano”, “Sítio dos Caxinquentes”; duas casas cobertas de sapé; cinco ranchos, cobertos de telhas, paióis, currais para gado, galinheiros, coberto de telhas, terreiro com lavador de café, cocheiras, fornos para cerâmica e para doces, tulhas para café, hospitais para escravos, olarias, muralhas de pedra dividindo as diversas dependências da fazenda, moinhos, duzentos e setenta e sete (277) mil pés de café, horta, pomares, etc. Em Entre Rios: quatorze casas cobertas de zinco, digo, de telhas; um sobrado onde funciona um hotel e mais duas casas laterais, cobertas de zinco, com noventa e oito metros de frente por quatro de fundos; uma cocheira coberta de zinco, com cinco lances, uma casa arruinada, coberta de feno.²⁹

A partir de 1882, após a morte da Condessa do Rio Novo, no dia 05 de junho, em Londres, após uma cirurgia mal sucedida, a Fazenda de Cantagalo volta a ser palco de uma longa disputa por terras, tendo como atores sociais outros personagens em um outro contexto histórico.

Analisaremos, a seguir, a época que precede a morte da Condessa, na tentativa de entender o contexto histórico que a motivou a doar, em testamento, a sua fazenda de Cantagalo para a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, que foi fundada em Paraíba do Sul, a libertar seus escravos e a desejar que eles constituíssem uma colônia agrícola na propriedade.

1.2 PARAÍBA DO SUL E O CONTEXTO HISTÓRICO A PARTIR DE MEADOS DO SÉCULO XIX: LUGAR DE FUGAS, RESISTÊNCIA E CONQUISTAS ESCRAVAS

²⁹ “De acordo com o livro 2-AP, fls 292, registro 11.724 do Cartório de Registro do 1º Ofício de Justiça de Três Rios”. (JORGE, 2012, p. 45-46)

Na busca por fontes³⁰ e bibliografia que pudessem contribuir na construção do trabalho, procuramos um membro do Instituto Histórico e Geográfico de Paraíba do Sul, que relatou estar preocupado com o futuro de documentos históricos que se encontravam sob sua responsabilidade. Não existe um local formal para que o referido instituto realize as suas funções. Segundo o informante, os outros membros também possuem documentos históricos em seu poder. Tais documentos despertaram nosso interesse uma vez que poderiam conter dados importantes para a pesquisa.

O senhor chamado Vicente Torres de Castro, também conhecido como Timvicente Torres, armazenou em nove Compact Disc (CD-ROM) os seguintes dados: dois CD-ROM do periódico “Parahybano”, de julho a dezembro de 1868 e julho a dezembro de 1869; sete CD-ROM do periódico “O Agricultor”, de janeiro de 1873 a agosto de 1873 e de novembro de 1873 a janeiro de 1874.

A despeito de se tratar de um período bem anterior à formação da colônia agrícola e da libertação dos escravos da Condessa do Rio Novo, poderia haver algum indício de resistência escrava na região pesquisada. Por isso, debruçamo-nos sobre aqueles arquivos na tentativa de encontrar algum fato ligado aos movimentos de contestação à escravidão.

No jornal “Parahybano”³¹, pudemos constatar ter havido uma quantidade considerável de casos de fugas de escravos, que ocorriam recorrentemente, durante o período analisado.³²

Chamou a atenção a quantidade de fugas e de escravos fugidos. No total foram 17 (dezessete) casos de fugas em um período de 1 (um) ano. Sendo que 7 (sete) casos de julho a dezembro de 1868 e 10 (dez) casos de julho a dezembro de 1869. Nos sete casos de fugas de 1868, somou-se um total de oito escravos, sendo que, em um dos casos, dois escravos fugiram juntos da mesma fazenda. Nos dez casos de 1869, somou-se um total de

³⁰ Para auxílio no levantamento de fontes, ver: **Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual**. Fontes Arquivistas/Coordenação do Arquivo Nacional. 2 v. Rio de Janeiro – Sergipe. Brasília, 1988.

³¹ “Jornal Político, Litterário e Noticioso. Publica-se às quartas-feiras e sábados. Subscreve-se na Rua do Imperador. Preço Adiantado – Parahyba do Sul – Por um anno...12\$000. Preço Adiantado – Para Fora – Por um anno...14\$000”.

³² Vide: Tabela de Dados de Escravos Fugitivos-1868/1869 – ANEXO VI.

quatorze escravos. Em dois casos, houve fuga de dois escravos da mesma fazenda e em outro, três escravos fugiram juntos também. Todos do sexo masculino. O número de escravos fugidos de um ano para o outro quase que dobrou.

Embora a média de escravos fugidos girasse em torno de um a dois por mês, chama a atenção o fato de que, em dezembro de 1869, oito escravos tenham fugido.

Apesar de serem oferecidas gratificações para aqueles que porventura capturassem escravos fugidos, nos jornais pesquisados, não encontramos menção se, naqueles casos, algum escravo foi capturado. Dos dezessete casos, onze ofereciam gratificações sem mencionar a quantia; cinco ofereciam 50\$000 (cinquenta mil réis), parecendo um valor com o qual os fazendeiros concordavam em pagar para terem seus escravos de volta; somente um ofereceu 100\$000 (cem mil réis), pois, provavelmente, poderia tratar-se de um escravo de valor considerável. Em quatro casos apareceram ameaças de punição com o rigor da lei a quem porventura acoitasse um escravo fugido, ou seja, a prática de acoitamento aos fugitivos ocorria.

Dos vinte e dois escravos listados e analisados, quatorze eram crioulos, isto é, escravos nascidos em seu país de cativo, oposto ao de Nação (SIMON, 1996, p. 128), sendo que seis deles aparecem com os locais de suas origens: Minas, Sergipe, Bahia, Guaratyba, Villa da Estrella e Norte. Os outros oito não aparecem com as informações de suas origens. Cinco eram africanos, de nação, sendo que quatro aparecem com as suas origens: dois do Congo, um de Moçambique e um Inhambane. Parecido com o caso anterior, um escravo não aparece com a informação de sua origem. A quantidade de crioulos fugidos era bem superior, mais do que o dobro do número de africanos.

Com relação às fazendas de onde aqueles escravos eram provenientes, interessante observar que cinco casos de fugas se deram na região de Bemposta³³; duas na de Parahybuna; uma na do Piabanha; uma na de Serraria; uma na de Entre Rios; uma na de Areal e uma na de Sant'Anna do

³³ Atualmente, 2º Distrito de Três Rios.

Deserto. Toda essa região ficava próxima ao povoado de Entre Rios, onde se localizava a Fazenda de Cantagalo, mas não houve notícia de que algum escravo tivesse fugido dessa fazenda.

Quanto à idade, cinco tinham de 18 a 24 anos; seis de 27 a 38 anos; quatro tinham 40 anos; sete não constam a idade. A maioria então, em idade produtiva. Quanto às profissões, somente de seis constavam: oficial de alfaiate; preto de ganho; oficial de carpinteiro; pedreiro; de roça e arriador; e de roça, que faz telha. Dezesseis estavam sem registro de profissão. Nos registros consta que um deles sabia ler e outro era considerado inteligente.

Quatro deles apresentavam feridas no corpo: um com sinais de castigo; um com feridas no peito e nas costas; um nos pés e outro nas pernas.

Ao analisar e descrever todos os dados acima inferiu-se que uma atmosfera de subversão com relação à escravidão se fazia sentir naqueles acontecimentos.

Ainda naqueles periódicos, aparecem mais duas notícias mostrando um ambiente movimentado por sujeitos sociais subvertendo a ordem, como podemos observar abaixo:

A Pedido

Jury

Desta vez entrarão em julgamento os escravos que estão sendo processados como assassinos do capitão Lino Manoel da Costa?! A demora da justiça é injustiça.

Um jurado (Jornal "Parahybano", 03.11.1868)

Um capitão sendo assassinado por escravos; um jurado pedindo por justiça e, no mesmo mês, no dia 25 de novembro de 1868, o inconformismo com os maus tratos sofridos por um escravo doente, fugido e capturado:

Mau trato – Houve quem visse passar nesta villa um escravo, que, tendo fugido e sendo capturado, ia conduzido por modo selvagem : os conductores davão puxões nas partes delicadas para o fazerem caminhar mais depressa, entretanto que o pobre crioulo estava visivelmente doente. Esta scena causou riso a alguns des-humanos; mas geralmente indignação. Não é o primeiro caso: já vimos dous destes conductores que querião que um crioulo algemado e velho seguisse ao passo largo das bestas que os mesmos cavalgavão; e só por intervenção nossa e de companheiros de viagem, tiverão de ceder. (Jornal "Parahybano", 25.11.1868)

Dissemos anteriormente que, daqueles escravos fugidos, analisados nos anos de 1868 e 1869, não se encontram notícias sobre sua captura. Contudo, pela notícia acima, conclui-se que outros escravos foram capturados e maltratados e que pessoas comuns interferiam no processo de violência contra eles.

A interferência daqueles atores sociais se expandiu das ruas para as próprias casas dos senhores de escravos, caso a violência fosse ouvida ou presenciada.

Barbaridade

Sr Redactor – Tenha a bondade de levar ao conhecimento do público, dando inserção nas columnas de seu muito acreditado jornal ao seguinte e horroroso facto:

No domingo próximo passado, à vista de Deos e todo mundo, e em pleno dia, foi barbaramente castigado em uma casa desta villa um pobre escravo, que, por ser muito notório o facto, não declinamos o nome do calcanico senhor, que só faltou bater com um malho, como em uma bigorna, nas fontes de sua vítima!...

É sabido, Sr. Redactor, que taes castigos não podem ser infligidos em um lugar civilisado, onde há humanidade, e autoridades a quem se deve recorrer, quando os escravos commeterem grandes faltas, a fim de dar-se o competente correctivo.

Assim, Sr. Redactor, V., como defensor da humanidade, há de permitir que eu me sirva deste meio para chamar a atençaõ das mesmas autoridades, a fim de que não se reproduzão factos tão bárbaros, que fazem lembrar os tempos inquisitoriaes, e que a civilização do século repelle.

Fazendo-me este favor, Sr Redactor, muito obrigará ao seu constante leitor e

Amigo da Humanidade (Jornal “Parahybano”, 23.12.1868)

Embora o “Amigo da Humanidade” não defendesse o fim dos castigos físicos aos escravos, este chamava a atençaõ do público e das autoridades quanto aos excessos de violência dos senhores escravistas.

Aparecem também, críticas aos atos dos chamados “humanitários”, no mesmo jornal, pois suas ideias, para a época, eram consideradas “imprudentes e intempestivas”. Na notícia, “a ideia” era a libertação de um escravo.

Alforria – O Commendador Jacintho Alves Barbosa e seu irmão o capitão Francisco Alves Barbosa derão 2.000\$ para a liberdade do creoulo Joaquim, antigo boleeiro do Sr. Tigre, e hoje escravo do Sr. Joaquim Lucio. Este e outros actos fazem mais do que imprudentes e intempestivas idéas dos chamados humanitários. (Jornal “Parahybano”, de 25.08.1869)

Já o Jornal “O Agricultor”³⁴, destacam-se as análises a seguir.³⁵

O número de casos de fugas continuou alto na região. Foram 18 (dezoito) casos, envolvendo 22 (vinte e dois) escravos nos dez meses analisados. Uma média de dois escravos por mês.

Comparando o conteúdo dos dois jornais analisados, percebe-se que, quatro anos depois, as fugas se generalizaram para outras fazendas de Paraíba do Sul. Já não se concentravam próximas à Fazenda de Cantagalo, mas se espalharam para outros locais mais distantes. Até mesmo duas fugas, uma de dois escravos do município de Valença, e outra, de um escravo que fugira no Rio de Janeiro, mas pertencia a uma senhora de Juiz de Fora, também foram noticiadas. Cinco casos de fugas aconteceram em Santo Antonio da Encruzilhada. Foi o local onde apareceram mais casos, sendo que em um deles, fugiram quatro escravos de uma só vez. Dos outros onze casos, somente dois continuaram próximos à Fazenda de Cantagalo: um em Serraria e outro em Bemposta. Os nove restantes aconteceram nos locais seguintes: Cebolas; Fazenda de Santo Amaro; Fazenda de Cachambú; Grama; Sítio Recreio; Fazenda do Capitão João Gomes de Aguiar; Fazenda Santo Elias; Fazenda Santa Innocencia e Fazenda de João Jacintho. Novamente contata-se que, não fora noticiada nenhuma fuga de escravos da Fazenda de Cantagalo.

Dos vinte e dois escravos fugidos, oito eram crioulos, mas somente três aparecem com origem, sendo um de Pernambuco, um do Pará e uma da Côrte; oito africanos, sendo que seis aparecem com as seguintes nações: Moçambique (2), Benguela (2), Rebolo (1), Cabinda (1), os outros dois africanos aparecem como de nação; três aparecem como pardos; e três sem origem. Diversamente do primeiro grupo analisado anteriormente, o número de africanos fugidos se iguala ao de crioulos, aumentando, assim, a quantidade de africanos fugitivos. Duas escravas aparecem nesse grupo, diferentemente do primeiro grupo analisado que era formado somente por homens.

³⁴ “Jornal de Agricultura e Commercio. Redação e propriedade de Soares de Souza Júnior. Publica-se às quintas e domingos. Subscreve-se na Typographia do Agricultor, rua de D. Izabel, n. 7. Assignaturas: para a cidade, por um anno, 12\$000. Para Fora, por um anno, 14\$000”.

³⁵ Vide: Tabela de Dados de Escravos Fugitivos – 1873/1874 – ANEXO VII.

Com relação à idade, oito tinham de 20 a 26 anos; dois tinham 30; um tinha 40; um, que fugia pela segunda vez, tinha 50, e dez aparecem sem a idade especificada. Não se pode afirmar quantos estavam em idade produtiva, mas pelo menos a metade do grupo tinha entre 20 a 30 anos.

Quanto às gratificações, o valor de 50\$000 (cinquenta mil réis) ainda era um valor consensual entre os senhores para ter de volta os escravos fugidos, uma vez que, em oito casos, foi esta a quantia oferecida. Em onze notícias, falou-se apenas que seriam gratificadas as pessoas as quais prendessem os fugitivos. Em um desses casos ofereceu-se pagar as despesas com o transporte. Em três fugas ofereceram 100\$000 por cada escravo, sendo que em um destes era uma escrava que estava há sete meses desaparecida. O seu senhor dizia que ela não tinha motivos para fugir, como se a condição de escrava não fosse motivo suficiente para isso, e que, provavelmente, deveria ter sido seduzida. Em quatro casos havia ameaças de punir com todo o rigor da lei a quem acoitasse os ditos escravos.

Um escravo aparece com a profissão de pedreiro; uma escrava tinha sido mucama, mas fazia o trabalho na roça quando fugiu. Dos demais não são mencionadas as profissões.

Um deles aparece com cicatrizes de pancadas nas costas.

Nos casos acima, percebe-se que os anos de 1860 e 1870, com relação à fugas na região, foram movimentados. Seus corpos com feridas; com marcas de pancadas; vestidos em sua maioria com roupas de algodão; descalços ou poucos deles, calçados; com seus chapéus e juponas. Enfim, saíam daquelas fazendas apenas com as roupas do corpo. Em nenhum dos fatos citados mencionou-se que tenham levado algo para dar início a uma vida não se sabia onde. O mais importante é observar que fugiram, tentaram mudanças na sua condição cativa, reagiram.

Continuando com a proposta de perceber mudanças na mentalidade dos sujeitos sociais da região, outra notícia no jornal “O Agricultor”, de 23 de janeiro de 1873, demonstra claramente uma simpatia pelas ideias emancipacionistas:

Emancipação

Com este título, lê-se no Mercantil de Petrópolis: “Uma senhora, mui distinta por suas virtudes e das mais estimadas da sociedade fluminense, D. Carolina Souto, cuja perda lamentamos,

libertou por testamento cinquenta dos seus captivos, a muitos dos quaes fez consideráveis legados.

D'Entre os casos de alforria voluntária que frequentemente se publicação, é esse um dos casos dignos de louvor. (Jornal "O Agricultor", 23.01.1873)

Seria esse "caso digno de louvor", de D. Carolina Souto, uma influência do "Abolicionismo Católico"? Posteriormente, no segundo capítulo, falaremos sobre esse assunto.

Em 26 de janeiro de 1873, a notícia chama a atenção para uma fuga de escravos da prisão, após serem capturados. O texto sugere que tais escravos tivessem tido ajuda para fazê-lo.

Evasão

Na noite de 22 para 23, conseguirão evadir-se da cadeia desta cidade, quatro escravos do commendador Bastos e um que estava a muito tempo detido por fugido; do exame que se fez na prisão onde elles estavam depreheende-se que alguém da parte de fora, protegido pela escuridão que reinava [...] ³⁶ (Jornal "O Agricultor", 26.01.1873)

Todas as considerações acima concordam com os estudos de Machado (2010, p. 27-28), segundo a qual, um dos maiores desafios para controlar e conservar a ordem escravista consistia em combater as solidariedades entre escravos, libertos, plebe e abolicionistas radicalizados. Esse potencial nas lutas contra a escravidão foi percebido pelas autoridades naquela época.

No período das décadas de 1870 e 1880, Machado (2010, p. 35) constata que a consciência dos fazendeiros aumentava no que diz respeito à identificação do escravo como inimigo doméstico e dos riscos que isso acarretava à sua família, a ele próprio, como também "[...] a viabilidade econômica de suas plantações". Particularmente violentas eram as áreas cafeeiras do Oeste Paulista por conta dos crimes cometidos pelos escravos, fazendo com que a escravidão passasse a ser vista como empresa de risco.

Mesmo sendo informações advindas de outra região, percebe-se a importância de apresentá-las, uma vez que permitem ampliar a visão quanto à movimentação dos escravos junto à ordem senhorial, baseada nas mesmas leis em todo o país. Portanto, apresentam semelhanças que fornecem um

³⁶ O restante da frase foi danificado.

arcabouço de comportamentos percebidos nas fazendas de cafeicultura, seja no Oeste Paulista, seja no Vale do Paraíba fluminense.

Alguns historiadores defendem a ideia de que o aumento daqueles crimes esteve ligado aos escravos vindos em massa nos anos de 1870, recém-chegados, desenraizados, através do tráfico interprovincial.

Segundo Machado (2010, p. 36-37), analisando os autos criminais, o conflito era muito mais complexo nos crimes cometidos “[...] contra a figura senhorial e os fiscalizadores do trabalho”. Estes estavam ligados a “[...] questões cruciais atinentes à autonomia escrava e à problemática do trabalho fiscalizado no processo de transição.”

Os ataques violentos contra os senhores e os feitores tinham como justificativa os castigos injustos e o não cumprimento das obrigações senhoriais, que se percebia existirem naquelas fazendas. Entre elas podemos citar: roças próprias, pequeno comércio dos produtos advindos das mesmas, “[...] um ritmo de trabalho próprio ao grupo [...]”, folga semanal, remuneração pelo trabalho a mais que se realizava, alimentação e vestuário.

À medida que as muralhas defensivas da ordem escravocrata foram sendo minadas e o consenso ideológico em relação à propriedade escrava tornava-se mais e mais problemático, o arcabouço disciplinar e a efetiva manutenção do sistema de exploração do trabalho escravo surgiam como o último bastião de resistência da instituição peculiar. Era esta uma conjuntura que havia povoado as fazendas com escravos ansiosos por prover pecúlios, por libertos condicionais que sistematicamente negavam-se a cumprir os contratos, dando margem a intermináveis autos jurídicos, por cativos fugitivos e indisciplinados, apoiados por um crescente número de advogados abolicionistas e por cada vez mais ousados golpes de propaganda antiescravocrata; toda essa conjuntura eludia, com rapidez crescente, as fronteiras entre o escravo e o homem livre. (MACHADO, 2010, p. 37)

Com relação aos castigos injustos, entre os escravos fugidos em Paraíba do Sul, aparecem alguns com feridas e marcas de pancadas nas costas.

Entre os escravos fugidos, gostaríamos de destacar alguns que chamaram a atenção, pois seus casos, por serem mais detalhados, levam a querer conhecê-los um pouco mais.

João fugiu do Piabanha, era congo e tinha um sinal bem no meio do peito, atravessado de feridas nas costas e outro sinal de ferida bem no meio

das costas, Caetano era crioulo, fugiu do Registro do Parahybuna, e tinha na garganta uma cicatriz de uma ferida que tivera. Todos os dois com aparência de bem castigados.³⁷

Ignácio Mineiro, que fugira com João da fazenda do Retiro, tinha parentes em Pitangui – MG e desconfiava-se que tinha seguido para lá. Ignácio deveria mostrar-se saudosos de sua província de origem, daí a desconfiança de que poderia ter voltado para lá. Os fatos narrados levam a pensar que Ignácio e João agiram sigilosamente, partiram para a ação, ou seja, estabeleceram laços de solidariedade em relação ao projeto conjunto.

Firmino fugiu da fazenda Laranjeiras em Entre Rios, levando uma argola no pescoço e uma carapuça de preto do ganho. Era provável que tivesse fugido para a Corte, pois fora preso lá uma vez, na rua do Aterrado. Esse escravo transferido de Sergipe pelo tráfico interprovincial deixara para trás as suas experiências vivenciadas naquele lugar. Como também, tivera experiências como escravo do ganho na Corte. Provavelmente não se conformara em estar trabalhando na roça, longe de Sergipe e em um trabalho diferenciado do que fazia na Corte. Além disso, a argola no pescoço indicava que estava cumprindo pena, conforme o Artigo 60 do Código Criminal do Império³⁸, provavelmente depois de ter sido preso na Corte. Contra tudo isso, reagiu fugindo novamente.

Fellipe, de Nação e Daniel, crioulo do Norte, que possuía sinais de queimadura em uma das pernas, fugiram juntos em 1869. Novamente observam-se laços de solidariedade e possíveis castigos em um escravo vindo através do tráfico interno.

Antonio, originário da Bahia, também apresentava marcas de ferida no peito do pé. Contudo, fugiu, talvez tentando voltar para o seu lugar de origem. Pela recompensa que ofereciam, 100\$000 (cem mil réis), o dobro das demais, provavelmente era um escravo valoroso.

³⁷ Vide: Tabela de dados de Escravos Fugitivos – 1869/1869 – ANEXO VI.

³⁸ “Estabelecia que ‘Se o réo fôr escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou galés, será condenado na de açoites, e, depois de os soffrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a traze-lo com um ferro, pelo tempo e maneira que o Juiz designar’. Código Criminal do Império, p. 150”. (GUIMARÃES, 2011, p. 10) bdjur.stj.jus.br?xmlui/bitstream/handle/2011/65405/criminalidade_escravidao_guimaraes.pdf?sequence=1 Acesso em: 25.09.2014.

Marcos, que fugiu de Valença, tinha no corpo alguns sinais de castigo.

José Miguel e Laurindo; João e Martinho, duas duplas fugitivas e, provavelmente, solidárias.

Domiciano, de Nação; Norberto, de Pernambuco, e Manuel, pardo, tinham feridas na canela, nas pernas e cicatrizes de pancadas nas costas, respectivamente. Nos dois primeiros, as feridas eram sinais de castigo? Na notícia da fuga, assim como em outras também, falam de feridas, mas não as explicam. Mas, a informação das cicatrizes de pancadas nas costas de Manuel, explicitara o motivo de ele ter fugido.³⁹

Domingas, “creoula”, fora mucama na Corte, tornando-se roceira em Paraíba do Sul. Fugiu, muito provavelmente, por não estar satisfeita com a mudança radical de vida. Mudara de cidade, de um contexto urbano para um contexto rural e para uma função muito mais exaustiva. Seu senhor dizia que ela deveria ter sido seduzida, porque não tinha motivo algum para fugir.

Eulália nascera em Paraíba do Sul, não sofrera as agruras do tráfico interprovincial, mas, segundo a descrição do jornal, tinha, na cabeça, “uma brecha velha”. Assim, fugir significaria não ser mais castigada.

Joze, Pedro, Frederico e Jacintho; quatro africanos solidários, que fugiram juntos. E, finalmente, Messias e José, outra dupla de fugitivos.

Os demais: Tiburcio, Lazaro, Mariano, Galdino, Manoel Moçambique, Bento, Marianno Moçambique, Cesário, Paulino, Jacob, Martins, José, Pedro Germano, Manoel Moçambique de Juiz de Fora, Bueno, Vicente, Augusto e Benedito; que constam nas duas tabelas, não tiveram revelados, nas suas notas de fuga, detalhes como os demais que citamos acima, mas seus nomes aparecem aqui para que fiquem registrados como sujeitos sociais que tentaram livrar-se do cativeiro.

Vimos que os casos de violência no meio rural multiplicavam-se. E no meio urbano? Embora os sujeitos sociais analisados na pesquisa deste trabalho pertençam ao meio rural, não poderíamos deixar de citar a contribuição de Sidney Chalhoub em sua obra: “Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte” (2003, p. 20).

³⁹ Vide: Tabela de Dados de Escravos Fugitivos – 1873/1874 – ANEXO VII.

Concordamos com o autor já no início de sua fala, quando diz preferir o termo “processo histórico” em vez de “transição”, ao se referir aos últimos anos da escravidão, pois os rumos da história não estavam previamente determinados. Seu esforço foi o de “[...] recuperar a indeterminação, a imprevisibilidade dos acontecimentos [...].” O autor diz que isso é crucial “[...] se quisermos compreender adequadamente o sentido que as personagens históricas de outra época atribuíam as suas próprias lutas”.

Chalhoub (2003, p. 23) interpreta as concessões ou doações da classe dominante desse período como uma conquista dos escravos. Essas práticas tornaram-se uma “[...] ‘necessidade’ diante das condições históricas específicas do exercício da dominação”.

O autor faz parte daquele grupo de historiadores, citados por Machado anteriormente, que atribui ao tráfico interno, as reações violentas dos negros aos seus novos senhores, aos “[...] donos das casas de comissões – lojas de compra e venda de escravos [...]”, na tentativa de fugir e voltar para a sua província de origem, onde deixaram as suas famílias. Não queriam ir para as fazendas de café, e nem desempenhar tarefas com as quais não estavam acostumados. (CHALHOUB, 2003, p. 27)

Segundo as estimativas de Robert Slenes, esse movimento de população despejou no Sudeste, a partir de 1850, cerca de 200 mil escravos. O auge desse movimento de transferência interna de cativos ocorreu entre 1873 e 1881, quando 90 mil negros, numa média de 10 mil por ano, entraram na região, principalmente através dos portos do Rio de Janeiro e de Santos. Só a polícia do porto do Rio registrou a entrada de quase 60 mil escravos nos nove anos de apogeu do tráfico interprovincial. (CHALHOUB, 2003, p. 43)

Mas, e antes do auge desse movimento de transferência interna, ocorrido entre 1873 e 1881, como se apresentava a população da província do Rio de Janeiro?

Segundo Botelho (2005, p. 77)⁴⁰, a população livre, na província do Rio de Janeiro, formada por homens, em 1823, era de 122.546, por mulheres, 119.007, somando um total de 241.553. A população escrava de homens era

⁴⁰ O autor, a partir de levantamentos censitários, acompanhou a evolução demográfica brasileira ao longo do século XIX.

de 63.571, e a de mulheres, 37.754, somando um total de 101.325. A população livre somada à população escrava era de 342.878 habitantes.

Ao longo do século XIX, nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, o café se tornara o motor da economia brasileira como um todo. “Coerente com o forte crescimento econômico, houve um rápido incremento da população. [...] O apoio na mão de obra escrava fez com que na região ela se apresentasse em altos índices.” Sendo assim, vindos do Nordeste açucareiro através do tráfico interno, “[...] o grosso da população mancipia [...]” se concentrou no Sudeste, após 1850. (BOTELHO, 2005, p. 70-71)

Com isso, a população da província do Rio de Janeiro, em 1854, apresentava os seguintes números: homens livres = 268.924; mulheres livres = 255.282; total = 524.206; escravos = 311.294; escravas = 212.725; total = 524.018. A população total somava 1.048.224 habitantes. (BOTELHO, 2005, p. 78)

Observa-se, então, que a população escrava na província do Rio de Janeiro saltara de 101.325, em 1823, para 524.018, em 1854. Um aumento de 422.693 escravos em 31 anos; 13.635 escravos por ano. Essa população praticamente se igualou à população livre que era de 524.206. Uma população escrava muito alta, considerando que, no Brasil, no mesmo ano, a população total de escravos era de 1.840.138. Quase 30 % dos escravos do Brasil estavam concentrados somente na província do Rio de Janeiro. (BOTELHO, 2005, p. 77-78)

Nos estudos de Botelho (2005, p. 80), o auge da população escrava na província do Rio de Janeiro aparece no ano de 1854. Em relação ao ano de 1872, o autor nos fornece as seguintes informações: homens livres = 256.296; mulheres livres = 234.283; total = 490.579; escravos = 162.394; escravas = 130.243; total = 292.637. População total = 783.216. A população diminuíra em 265.008 habitantes, denotando uma queda significativa de habitantes da província e do número de escravos, dezesseis anos antes do fim da escravidão, além de uma queda pequena da população livre.

Como se explica esse decréscimo da população? A movimentação quanto às alforrias aumentaram, uma parte da população escrava se tornara livre, é verdade, mas a população livre teve o seu número de habitantes

diminuído também. Como explicar a queda da população escrava em 231.381 e a população livre em 33.627 habitantes?

Gomes (2006, p. 30-31) informa que, entre os anos de 1855 e 1856, o Cólera “[...] provocou alta mortalidade na população escrava tanto no centro da cidade como no interior da província. Na Corte Imperial, das 4.899 vítimas do Cólera, 2.523 eram escravas.” Os cativos foram mais atingidos ainda, nas áreas rurais.

Em meados de 1856, em apenas oito dias o Cólera matou mais de trinta escravos na fazenda do Rio Seco, no município de Rio Bonito. Em Barra Mansa, das 372 pessoas mortas, 311 eram escravos. Já na Vila de São João do Príncipe, em apenas um mês e meio – no final do ano de 1855 e início de 1856 – cerca de 498 pessoas foram infectadas, sendo 164 livres e 334 cativos. Dos 160 mortos, 108 eram escravos.[...] Também africanos recentemente comprados – que seguiam para as áreas cafeeiras de Vassouras e Valença por estradas que cortavam Iguaçu – eram vitimados pelo Cólera. (GOMES, 2006, p. 30-31)

Sendo assim, a manutenção da mão de obra escrava na cafeicultura não foi prejudicada somente pelo fim da sua reposição pelo tráfico Atlântico. O índice de mortalidade alta entre os cativos explica-se pelas doenças pelas quais eram atingidos, demonstrando a fragilidade a qual estavam expostos no modo de vida proposto pela sociedade escravocrata. Houve mudanças no tratamento dado aos cativos no que tange não apenas aos maus tratos, mas também nas questões de saúde. Como exemplo, temos a fazenda de Cantagalo onde existiam hospitais para o tratamento médico de escravos, como informado anteriormente.

Ainda com relação à diminuição da população na província do Rio de Janeiro entre 1854 e 1872, atentamos para o fato de que em 01 de março de 1870 terminava a Guerra do Paraguai (1864-1870), que “[...] foi tratada pelo Estado Imperial como uma questão nacional e, dessa forma, a adesão social foi buscada mediante o Decreto n. 3.371, de 7 de janeiro de 1865.” Com isso, os chamados “Voluntários da Pátria” foram constituídos. “O esforço envolveu aproximadamente um contingente recrutado entre 150 e 200 mil pessoas, chocando-se com os limites sociais da sociedade escravista”. (SALLES, 1990, apud, RODRIGUES, 2009, p. 123)

Os cenários político e social do país se modificaram, pois, durante cinco anos, as famílias perderam filhos, irmãos, pais, esposos, parentes ou amigos. “Nas prisões públicas encontramos ex-escravos reconduzidos ao cativeiro pelos seus senhores.” Muitos escravos morreram nessa guerra. (RODRIGUES, 2009, p. 212)

A participação de escravos na guerra foi resultado de diversos fatores: falta de contingentes regulares para atender às exigências de uma guerra externa, difícil campanha de mobilização de tropas militares no vasto Império e as estratégias montadas por homens de cor permitindo-lhes subtrair-se à condição de escravos. Assim, o Império recorreu ao expediente de antigas leis, as quais permitiram o engajamento de negros libertos nas tropas para fazer a campanha. (RODRIGUES, 2009, p. 213)

O Imperador recebera recomendação de Joaquim Nabuco para que recrutasse os escravos das capitais, mas nos processos pesquisados por Rodrigues (2009, p. 220), “[...] foram encontrados escravos provenientes do interior das províncias, que chegavam recrutados e prontos para o embarque para a guerra, o que permite supor a existência de uma rede de sociabilidade [...]” e de laços de comunicabilidade, entre os recrutadores e os homens de cor e das capitais com a zona rural. Uns ganhavam dinheiro com os recrutados e outros a possibilidade de liberdade.

Escravos rurais fugiam com o propósito de assentar praça no Exército, e assim livrar-se dos maus tratos a que estavam sujeitos, ao contrário do que ocorria nas cidades, pois, nestas, os maus tratos poderiam implicar punições aos seus senhores. (RODRIGUES, 2009, p. 220)

Nesse contexto, podemos nos perguntar: alguns daqueles escravos fugidos de Paraíba do Sul fizeram parte dessa empreitada?

O autor nos informa que, um dos recursos utilizados pelos “[...] proprietários de escravos fugidos para reaver seus cativos [...]”, consistia em publicar nos jornais, “[...] características que pudessem identificar o negro fujão”. (RODRIGUES, 2009, p. 222)

Aquela prática de publicação de notas, nos jornais, sobre os escravos fugidos, descrevendo-os com o máximo de características possíveis, conferem exatamente com as fontes que utilizamos. Sendo assim, acreditamos que um

percentual daqueles escravos fugidos pode ter ingressado nas fileiras do Exército para lutar na Guerra do Paraguai, almejando a sua liberdade.

Os escravos depois de fugirem do cativo e alistar-se nas tropas, o retorno ao Brasil após anos de luta, embora não representasse uma efetiva conquista da liberdade com o fato de lutarem e destacarem-se na campanha, condecorados por gestos de bravura e heroísmo, poderia representar uma possibilidade de livrar-se do cativo. O governo Imperial apelou para o ingresso de escravos nas fileiras oferecendo para eles a liberdade. Assim, assentaram praça escravos da Nação, escravos procedentes da Casa Imperial e de conventos, por doação de particulares, prevalecendo, todavia, um número maior de libertos que chegaram ao Exército como substitutos de pessoas livres e mediante o pagamento de indenização a seus senhores pelo governo. (RODRIGUES, 2009, p. 230)

Segundo Rodrigues (2009, p. 230-231), o recrutamento e o ingresso de escravos no Exército e Armada se faziam mediante vista grossa de autoridades que, não verificavam a identidade e nem a condição servil dos mesmos. Muitos escravos mudavam o nome e eram aceitos por conta da necessidade de aumentar os efetivos para a guerra.

Terminada a guerra, muitos proprietários que não tinham recebido indenização por aqueles escravos, “[...] tentaram reconduzir ao cativo os seus cativos reconhecidos nas ruas, mesmo que a farda lhe garantisse a liberdade”. Com isso, os debates sobre a emancipação desses escravos exacerbou-se, “[...] chegando às Câmaras de Deputados e Senado, às Associações Libertadoras que se reproduziam na Corte e nas Províncias, aos Ministérios, ao Imperador [...]”, sendo uma situação constantemente denunciada na imprensa. (RODRIGUES, 2009, p. 231)

Rodrigues (2009, p. 235-236) apresenta um caso de um escravo chamado José Maria Joaquim Soares, apreendido em Entre-Rios:

[...] escravo fugido que lutou na guerra. [...] Trouxe no peito 3 medalhas quando voltou da campanha, atestando sua bravura. A liberdade, prerrogativa do decreto imperial, conquistada pelos serviços prestados à pátria, e as honrarias concedidas para os heróis de nada lhe valeram. Na estação de Entre Rios, no Rio de Janeiro, o voluntário José Maria foi retido [...] para que fosse conduzido à residência do seu senhor, a quem havia prestado serviços antes de ser recrutado.

E aqueles não interessados em deixar suas roças próprias ou algo que já os fazia se sentirem menos escravos e, por isso, não queriam substituir as

pessoas livres convocadas? Provavelmente fugiam também, ou se rebelavam contra os seus senhores. Mas fugiam para onde?

Percebemos que muitas eram as saídas encontradas pelos cativos para escaparem do cativeiro, ou para diminuir as agruras que lhes eram imputadas. Além das saídas já apresentadas, temos as fugas para as matas, para a Corte e para os quilombos.

Em sua etimologia *bantu*, quilombo significa “acampamento guerreiro na floresta”, referia-se “[...] às unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no país.” A administração colonial no Brasil o popularizou em suas leis, relatórios, atos e decretos. Para os libertos teve um significado especial, conquista e liberdade, com amplas dimensões e conteúdos. (LEITE, 2008, p. 965)

[...] A legislação Ultramarina (1740) em sua fase áurea definiu como sendo um quilombo a reunião de mais de cinco negros – tal era o potencial de revolta contido na união dos escravos. [...] “como toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. [...] Com o recrudescimento do escravismo, a Lei n. 236, de 20 de agosto de 1847, sancionada pelo Presidente da Província, Joaquim Franco de Sá, diminuiria o número de escravos fugidos: “Art 12 – Reputa-se-há escravo aquilombado, logo que esteja no interior das matas, vizinho ou distante de qualquer estabelecimento, em reunião de dois ou mais com casa ou rancho”. (ROCHA, 2005, apud, LEITE, 2008, p. 970)

A palavra quilombo foi re-significada, através dos processos de luta dos movimentos e ações dos sujeitos sociais, somente um século depois da abolição, na Constituição de 1988. Contudo, respeitando a cronologia de nosso estudo, falaremos desses novos significados no capítulo cinco. A seguir, apresentamos os estudos de Gomes (2006), cuja pesquisa contempla, em parte, a região de Paraíba do Sul no que tange às fugas e a presença de um quilombo.

Gomes (2006, p. 62), ao analisar “[...] as narrativas e experiências, marcadas por confrontos, embates e solidariedades [...]” em processos-crimes das áreas de café do Vale do Paraíba (Paraíba do Sul, Barra Mansa, Valença e Vassouras), percebe que aqueles homens e mulheres envolvidos nos casos, apresentam o cotidiano das tentativas de fugas; a convivência nas senzalas; a

formação de comunidades; a cultura sendo recriada; as relações entre senhores e escravos; “[...] as redes de solidariedade e os conflitos que podiam proteger os fugitivos ou mesmo denunciá-los”; isto é, percebe-se naquelas falas que os cativos inventavam as suas liberdades ou suas escravidões.

Os processos consistiam em conflitos, mortes e ofensas físicas advindas da “[...] tentativa de senhores e autoridades capturarem fugitivos”. Feitores, agregados, outros cativos, capitães-do-mato, as autoridades locais, perseguiram escravos que porventura pudessem estar escondidos nas matas das fazendas vizinhas.

Tanto se manter escondido nas matas quanto tentar se dirigir à Corte era muito perigoso. Arriscados eram os roubos e furtos de dinheiro, roupas ou alimentos, cometidos pelos escravos, pois fazendeiros e os próprios cativos desconfiavam. Roubar produtos das roças de escravos ou assaltar senzalas poderia gerar conflitos ou solidariedades. (GOMES, 2006, p. 63)

O autor descreve um conflito ocorrido na Paraíba do Sul em 1876, cujo registro apresenta interesse:

Foi na freguesia de Sant’Ana de Cebolas. Dois escravos fugidos estavam escondidos na Fazenda São Romão do dr. Jerônimo Macário Figueira de Melo. Este enviou o seu feitor Antonio Gonçalves para capturá-los. [...] Houve lutas e ferimentos. Mais tarde um dos escravos faleceu, não sabendo ‘se das contusões recebidas ou de outro qualquer incômodo’. [...] A melhor parte desse episódio surge mesmo no depoimento do preto Abraão. Era ele e o preto Damásio que estavam escondidos nos “terrenos” da Fazenda São Romão. (GOMES, 2009, p. 68-69)

Daquele depoimento, podemos destacar as seguintes informações: Abraão disse que fugira para os lados do Cavarú, porque quisera, havia muitos anos; que não fora punido e nem ameaçado por ninguém, mas fugira por ter medo do feitor e por ter sido tentado pelo diabo fugido. Esteve muitas vezes no mato, roubando, ora em um lugar ora no outro, e que certa vez tinha resolvido voltar para o seu senhor. Antes disso, em uma noite, encontrara com Damásio que estava fugido há mais de 12 anos. Este estava forte e gordo, pois vivia num “[...] quilombo na Fazenda de São Romão, em uma capoeira⁴¹ acima do

⁴¹ A palavra capoeira é originária da língua tupi-guarani, usada para designar a vegetação que nasce após a derrubada de uma floresta. Significa o que foi mata, através da junção dos termos ka’a (mata) e pûer (que foi), "mato que foi cortado". (PORTO, 2010)

cafezal, onde já tinha um rancho, aí continuaram a habitar escondendo-se de dia e saindo de noite.” Roubavam mandioca e milho em vários lugares e apanhavam café para vender. Em uma dessas noites, encontraram dois escravos fugitivos pertencentes ao senhor chamado Vicente Antonio. Juntaram-se os quatro escravos fugidos, seguiram para o quilombo, onde continuaram habitando e roubando para comer e viver.

“O resto dessa incrível história é previsível. O feitor Antonio Gonçalves, da Fazenda São Romão, realizou uma expedição nos matos e prendeu alguns escravos.[...] Na ocasião Damásio acabou ferido e morreu.” (GOMES, 2009, p. 69)

Gomes (2009, p. 71) acredita que Damásio por ser forte e esperto, permanecendo fugido por tanto tempo sem ser capturado, “[...] talvez fosse um ídolo dos escravos locais”. Com isso, estimulava as fugas de outros escravos. O sucesso de sua fuga estava em ter conseguido proteção não só dos matos, mas “[...] roubando, permutando produtos e prestando pequenos serviços para taberneiros e lavradores, já fazia parte da paisagem local”. Para o autor, Abraão “[...] articulou-se com as redes socioeconômicas que Damásio e outros fugidos já tinham.” Comerciam com as vendas locais os seus produtos. Naqueles matos eram montados e desmontados os seus ranchos. “Fazendeiros e autoridades não viam os fugitivos, mas encontravam os rastros de seus roubos.”

Outro caso relatado por Gomes (2009, p. 72) informa a capacidade dos escravos em permanecer fugidos, por muitos anos, sem serem capturados:

Roubando para sobreviver era o que fazia o fugido Sebastião, em Paraíba do Sul, em 1880. Acabaria ferido, tendo que amputar a perna. Tudo porque recebera um tiro do escravo Pascoal, quando vagava pelos ‘terreiros’ da fazenda. No inquérito, perguntado se era seu ‘costume’ roubar porcos, café e outros produtos, disse que era fugido havia muito tempo e quanto a ‘isso fez há muitos anos, mas que esta era a primeira vez que vinha na fazenda, mas não com o fim de roubar’.

Após todos os relatos e estudos imprescindíveis ao trabalho, que deram maior clareza ao contexto histórico em que estamos nos inserindo e maior percepção da movimentação imprevisível daqueles cativos, como disse Chalhoub, voltamos às análises no Jornal “O Agricultor”.

Observa-se que, em meio às notícias de fugas, às propagandas, entre outros, continuavam as demonstrações de simpatia aos atos a favor da emancipação dos escravos, como foi vista a “boa ação” dos Srs Penna e Bastos, que, segundo o jornal, eram artistas de circo.

Boa Acção

Consta-nos que os Srs Penna e Bastos concederão um benefício para a libertação de uma escrava alugada ao Sr. Veríssimo Joaquim Pacheco.

Os nomes destes senhores, já se achavam gravados em nossos corações como artistas de mérito e agora ficará também como apóstolos da caridade. (Jornal “O Agricultor”, de 16.03.1873)

Já em 03 de abril de 1873, a notícia apontava para outra vertente, a do suicídio que, atribuído à alucinação e à embriaguez, não era visto como um ato voluntário objetivando um ponto final à opressão:

Suicídio

Hoje, 28 uma escrava do Sr. Jorge Mathias de Oliveira Junior, atirou-se à corrente impetuosa do rio, e foi submergida pelas águas.

Tem sido baldados os esforços feitos pelos habitantes desta localidade em procura do cadáver. Atribui-se este crime a allucinação, e à embriaguez, a que quase sempre se entregava aquella infeliz. (Jornal “O Agricultor”, de 03.04.1873)

Destacamos também a formação da “Junta de emancipação” em Paraíba do Sul, publicada em 06 de abril de 1873:

Junta de emancipação

A Junta de emancipação do município de Parahyba do Sul, [...]: Faz público que no dia 6 do corrente mez de Abril, reunir-se-há no paço da Câmara Municipal desta cidade, para tratar da classificação para alforria dos escravos do município, e continuará em seus trabalhos até o dia 6 de maio, reunindo-se nas quintas feiras e domingos de cada semana. Faz saber outro-sim que aceitam-se informações de qualquer pessoa do povo para os trabalhos a seu cargo, tudo na forma do decreto n. 5135 de Novembro de 1872. Parahyba do Sul, 1 de abril de 1873 – O presidente interino da Câmara, Ladislau Accrisio de Almeida Fortuna. (Jornal “O Agricultor”, de 06.04.1873)

O trecho acima foi selecionado com o objetivo de registrar que, na segunda metade do século XIX, surgiram sociedades e associações de ajuda mútua para promover o abolicionismo no Brasil. A conhecida “Lei do Ventre Livre”, nº 2040, de 28 de setembro de 1871, demonstrou a intenção do Estado Imperial em garantir uma transição segura e gradual do trabalho escravo para o

livre. Juntamente com a decisão de tornar livres os filhos das escravas nascidos a partir de 1871, a mesma lei criou o Fundo de Emancipação de Escravos estabelecido em seu artigo 3º.⁴²

A atuação desse Fundo, considerado como instrumento libertador, pode ser definida assim:

- O Fundo reuniria recursos pecuniários a serem destinados a cada província do País e ao Município Neutro para a libertação de quantos escravos fosse possível.
- A cota recebida por província e pelo Município Neutro seria proporcional ao número de escravos ali residentes.
- Para a execução das cartas de liberdade, deveria se proceder à matrícula dos escravos de todo o império brasileiro. Por meio do decreto 4.835, de 1º de dezembro de 1871, ficou instituído que na matrícula especial deveria conter dados como nome, sexo, cor, idade, estado civil, filiação, aptidão para o trabalho e a profissão do escravo.
- Em todas as províncias e no Município Neutro seria estabelecida uma Junta Classificadora de Escravos que seria responsável pelos critérios de classificação e de exclusão de escravos. (DAUWE, apud: SANTOS, 2009, p. 19)

Sobre os critérios de classificação e exclusão, o artigo 27 do decreto de nº 5.135 de 13 de novembro de 1872, priorizava as famílias, seguidas dos indivíduos. Deveriam ser respeitados, para os escravos com famílias constituídas, os critérios abaixo:

- os cônjuges que fossem escravos de senhores diferentes e seus filhos;
- os cônjuges com filhos ingênuos em função da lei e menores de 8 anos;
- os cônjuges com filhos livres menores de vinte e um anos;
- os cônjuges com filhos escravos menores de vinte e um anos;
- as mães solteiras com filhos menores;
- os cônjuges sem filhos. (DAUWE, apud: SANTOS, 2009, p. 20)

Os critérios para os indivíduos consistiam nos seguintes: “os que tivessem filhos livres; e os de entre doze a cinquenta anos, começando pelas mulheres mais jovens e homens mais idosos”.

O objetivo principal desses critérios de classificação era, portanto, o de manter unidas as famílias ou de tornar possível essa união, o que requeria garantir a liberdade a todos os seus membros de uma só vez. (DAUWE, apud: SANTOS, 2009, p.20)

⁴² www.revistahistoria.ufba.br/2009_2/a02.pdf. Acesso em: 06.09.2014.

Os critérios de exclusão eram os seguintes:

- os escravos sujeitos a cláusula de serviço ou alguma condição para alforria;
- os suspeitos de crime ou de indicativo de crime, mesmo fugitivo ou “habitado à embriaguez”;
- os escravos que estivessem buscando judicialmente a liberdade; e
- os escravos egressos de outro município, no ano da migração. (DAUWE, apud: SANTOS, 2009, p. 21)

O parágrafo primeiro do artigo terceiro da Lei de 1871 dizia que o Fundo seria composto financeiramente pela taxa de escravos; pelos impostos gerais sobre transmissão de propriedade de escravos; pelo produto de 6 loterias anuais, isentas de impostos, e da décima parte das que fossem concedidas da data do regulamento em diante para concorrerem na capital do império; pelas multas impostas em virtude dessa lei; pelas cotas que fossem marcadas no Orçamento Geral e nas províncias e municípios e pelas subscrições, doações e legados com esse destino. (DAUWE, apud: SANTOS, 2009, p. 21)

Menos preocupado com a sua eficácia, em termos de número de escravos libertados por este Fundo, Dauwe (apud: SANTOS, 2009, p 22) defende a ideia de que ele foi importante por embalar as expectativas de liberdade de muitos escravos, como também porque o Estado retirava da classe senhorial parte da prerrogativa de libertar seus escravos, dando-lhes alguns direitos.

Foi observada também, nessa medida institucional, a preocupação em indenizar os proprietários. (DAUWE, apud: SANTOS, 2009, p. 38)

Nove anos antes da liberdade condicional dada pela Condessa do Rio Novo aos seus escravos, em 1882, o processo de emancipação em Paraíba do Sul já estava sendo largamente discutido, colocado em prática e entendido pela população como um processo irreversível. Como podemos observar abaixo:

Alforria

O Sr. José Cordeiro Couto negociante desta cidade, acaba de passar carta de liberdade a Alb...(ilegível) escravo seu, pela quantia de 600\$000 que foi avaliado o dito escravo. (Jornal “O Agricultor”, de 10.08.1873)

Por fim, outras informações que chamaram a atenção relacionavam-se à defesa do sistema de colonização em substituição ao trabalho escravo, em um artigo que foi dividido em diversas edições do jornal “O Agricultor”, escrito por

João Elisiário de Carvalho Monte-Negro. Tratava-se de um artigo que se dedicava a explicar o funcionamento da “Colônia de Nova Lousã”, fundada em 1867 na província de São Paulo. Na primeira publicação em 03 de abril de 1874 o autor afirmava que aquele sistema iria se generalizar na província para interesse dos imigrantes e dos próprios lavradores. (Vide Anexo VIII)

Como o colonato foi o sistema escolhido pela Condessa do Rio Novo, em seu testamento, para ser implantado em sua fazenda após a sua morte, selecionamos alguns trechos do artigo que podem ter possibilitado certa influência nas decisões da testadora.

Outros trechos foram selecionados, por nos mostrarem mais um pouco da mentalidade da época, ainda que não a tenham influenciado. Como exemplo, temos a escolha da mão de obra para a formação da colônia agrícola, como podemos observar a seguir.

O artigo⁴³ defende a colonização com imigrantes europeus, em oposição à colonização chinesa. De forma preconceituosa e racista, apresenta interesse no “[...] predomínio da raça caucásica – mais inteligente, industriosa, progressiva do que todas as outras [...]”; em detrimento do chinês, pois nada se podia “[...] esperar de um povo tão estacionário, tão alheio aos progressos da humanidade, tão supersticioso e mal educado”.⁴⁴

O autor do artigo afirmava que o tráfico de escravos era um ato infame, mas não mencionava a mão de obra de libertos após a abolição, nem mesmo os considerava como os mais dedicados aos trabalhos agrícolas. Segundo ele, os predicados de um bom agrônomo só poderiam ser vistos, nos alemães, suíços, holandeses, “[...] não somente por serem os filhos destas nações muito dedicados ao trabalho, e de costumes muito sérios, mas principalmente por serem eles os que mais se dedicam a indústria agrícola.”

No que tange à remuneração do trabalho, defendia a parceria, pois acreditava que os colonos sentir-se-iam como proprietários, o que os animaria e consolaria quanto à pátria perdida. Outra vantagem do núcleo de colonização consistia na reunião de muitas famílias, sendo assim mais estável e seguro.

⁴³ ANEXO VIII.

⁴⁴ Questões sobre a política de branqueamento no Brasil serão discutidas posteriormente.

Nesse ponto da opinião do Sr. João Elisiário percebe-se semelhança com o desejo da Condessa que analisaremos no capítulo a seguir.

Antes, porém, devemos considerar o seguinte comentário do antropólogo Roberto da Matta (apud: BARROS, 2002, p. 35):

A eventos distantes no tempo corresponde uma predominância de interpretações acadêmicas em contraste com interpretações políticas; o evento está mais “frio”, para usarmos um qualificativo inventado por Lévi-Strauss. Concomitantemente, um evento mais próximo no tempo é um fato ainda se desenrolando entre nós. Um episódio que não esgotou suas ondas de impacto. Daí, certamente, as dificuldades de uma interpretação “fria” acadêmica e a multiplicidade de interpretações políticas. Trata-se de um episódio “quente”, que se desenrola diante dos nossos olhos, e que ainda depende de nossa ação sobre ele.

Barros (2002, p. 35-36) orienta que muitos eventos considerados “frios”, por estarem distantes no tempo em relação ao pesquisador, parecem não esgotar “as suas ondas de impacto”. Como exemplo, a escravidão negra do Brasil, que “[...] continua estalando seus chicotes sob a forma do preconceito, e as estratégias discursivas do ‘senhor de escravos’ parecem estender sua ideologia até o tempo presente.”

Portanto, apresentamos alguns momentos desse período muito distante, na tentativa de iluminar a reflexão sobre o nosso estudo, de forma ética e crítica, mas de modo a contribuir à maior compreensão acerca da construção da sociedade brasileira.

2 LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS E FORMAÇÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA NOSSA SENHORA DA PIEDADE EM 1882

No Brasil, o sistema político imperial sofreu, no decorrer da década de 1880, um aceleramento de sua derrocada. Entre as questões que levaram ao fim do regime encontra-se a Abolição da Escravatura.

Desde a Lei do Ventre Livre, cresceu e intensificou-se a campanha abolicionista. A abolição passou a ser exigida sem delonga, de uma forma imediata. O movimento uniu associações e clubes espalhados pelo país.

Joaquim Nabuco publica em 1883 “O Abolicionismo”, considerada a “maior obra abolicionista brasileira”. A abolição imediata e sem indenização era programa de reformas capaz de recuperar e reintegrar o ex-escravo na sociedade. Não aprovava ações que promovessem agitações nas cidades, nas senzalas ou nos quilombos, não estimulava a resistência ou as revoltas. Seus meios eram legais e pacíficos.

Nabuco fazia parte de um grupo moderado que temia os efeitos fragmentários das agitações de ruas e das revoltas nas senzalas, pretendendo que o movimento abolicionista fosse de conscientização da opinião pública, dentro da lei e da ordem, pela via parlamentar.

O movimento abolicionista ganhou, no início da década de 1880, uma vertente mais radical, a favor de uma participação popular mais ativa, patrocinando fugas das senzalas e incentivando pequenas insurreições de escravos.

A partir de 1882 em São Paulo, começa a atuação dos caifazes, organizados pelo advogado Antonio Bento de Souza e Castro, que movia ações de liberdade e promovia fugas coletivas de escravos das fazendas. Contava com a colaboração de advogados, jornalistas, escritores, estudantes, tipógrafos, ferroviários, comerciantes, ex-escravos e até alguns proprietários.

A campanha abolicionista se espalhou para várias regiões do Brasil. Nesse contexto, abordaremos neste capítulo, a partir da história regional, a libertação dos escravos da fazenda de Cantagalo/Vale do Paraíba fluminense e a formação da colônia agrícola com libertos em 1882.

Naquele período, os discursos abolicionistas convenciam cada vez mais a opinião pública, com propostas de acesso à terra no pós-abolição, na

tentativa de inserir os ex-escravos na sociedade, dando-lhes condições para sua sobrevivência. Com o advento da Abolição e da Proclamação da República, essas propostas foram esquecidas. As oligarquias foram cada vez mais ampliando o seu poder e domínio locais, paralelamente à crise e à decadência do café na região estudada, que culminaram com transformações políticas e econômicas sociais nos anos da década de 1930.

No processo histórico de transformação do trabalho escravo para o livre, não foram dadas aos ex-escravos as condições para o seu ajustamento na sociedade, e ainda se forjou uma imagem preconceituosa de liberdade significando o “não-trabalho”. Sendo assim, procuramos abordar o liberto como agente social, colocando-o em uma situação não apenas de subjugado, nem de perdedor, mas como parte de uma comunidade que foi construindo sua história em meio a forças políticas, que pouco a pouco foram lhes retirando o direito ao usufruto da terra.

A liberdade e o acesso à terra foram conseguidos pelos escravos da Fazenda de Cantagalo através do testamento da proprietária, Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Condessa do Rio Novo, que a herdara de sua mãe, a Baronesa de Entre Rios, viúva de Antonio Barroso Pereira Jr., Barão de Entre Rios. Era uma extensa área de terras entre os rios Paraíba, Piabanha e Paraibuna. A sede localizava-se na atual cidade de Três Rios.

A Condessa deixou, entre outros legados, a Fazenda de Cantagalo para a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, que foi fundada em Paraíba do Sul, de acordo com as determinações existentes no testamento.

Os libertos formariam, naquela fazenda, uma colônia agrícola sob a denominação de Nossa Senhora da Piedade, onde seriam estabelecidas duas escolas para a educação dos menores da colônia e da circunvizinhança. Foram distribuídos lotes de terras aos adultos para o cultivo de cereais, para a sua subsistência, e lotes de cafezais. A metade do café produzido pertenceria aos libertos e a outra metade à Irmandade. A administração e o governo da colônia ficaram sob a responsabilidade da mesa da respectiva Irmandade e a fiscalização seria feita pelo Juiz de Direito e pelo presidente da Câmara Municipal, para manter a ordem, a disciplina, a regularidade dos serviços e a fiscalização da receita e da despesa.

Este capítulo analisa os significados religioso, político-social e da liberdade existentes no testamento e no inventário da Condessa do Rio Novo.

2.1 OS SIGNIFICADOS: RELIGIOSO, POLÍTICO-SOCIAL E DA LIBERDADE NO TESTAMENTO E NO INVENTÁRIO DA CONDESSA DO RIO NOVO

2.1.1 O Significado Religioso

No passado, um testamento feito por pessoas abastadas, mas não exclusivamente por elas, significava tomar providências para que, chegado o momento da morte, estivessem preparadas. Prestavam contas, instruíam quanto ao seu cadáver, à sua alma e aos seus bens terrenos. (REIS, 1991, p. 92)

Os testamentos possuíam diferentes fórmulas, mas a maioria era iniciada com algum preceito religioso. O preceito escolhido pela Condessa do Rio Novo, que costumava ser comum, dizia assim: “Em nome de Deus. Amém! Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo.”⁴⁵

Como testemunho de sua passagem pelo mundo, ela preparou um tipo de ficha pessoal, alegando os motivos que a levaram testar, reconhecendo a incerteza da vida:

Eu, Dona Mariana Claudina Pereira de Carvalho, atual Condessa do Rio Novo, achando-me em meu perfeito juízo, inteira liberdade e plena capacidade cível, e considerando que é incerta a duração da vida e que por não ter herdeiros necessários me cumpre dispor, por modo agradável a Deus e útil ao próximo, de alguns bens da fortuna, com que a bondade divina recompensou o trabalho honrado e bem entendida economia de meus prezados pais e marido, e que tenho conseguido conservar e aumentar durante o período de viuvez, resolvi fazer, pelo modo seguinte, o meu testamento e disposição de última vontade, às quais peço e espero que as justiças de meu País darão inteira validade e execução.(Testamento da Condessa do Rio Novo)

Em meados do século XIX, uma “Cartilha da Doutrina Christã”, recomendava aos fiéis que fizessem seus testamentos enquanto estivessem

⁴⁵ Testamento de Mariana Claudina Pereira de Carvalho – Condessa do Rio Novo. 1881. Fórum de Paraíba do Sul.

com boa saúde. Porém, normalmente, quando se adquiria uma doença grave é que a morte passava a ser temida ou lembrada. (PORTO, apud, REIS, 1991, p. 95) Sendo assim, a Condessa fez seu testamento, em 11 de agosto de 1881, tendo falecido em 5 de julho de 1882, após uma intervenção cirúrgica. Não apresentava problemas de saúde no período em que o fez, estava com “saúde, em seu juízo perfeito”, segundo o termo de aprovação contido no testamento. Talvez tenha pressentido sua morte e isso era “muito útil para um bom morrer”. Na verdade, saudáveis ou enfermos, quase todos temiam a morte. Temiam que chegasse de surpresa, sem que não tivessem organizado a vida de seus parentes ou limpado a sua consciência para entrar na vida após a morte.

Mesmo que o testador se considerasse bom o bastante para ir ao encontro de Deus, a morte nunca deixava de ser algo a ser enfrentado com muitas apreensões. A ideia da existência de um Tribunal Divino, de um julgamento por Deus, com “desígnios indecifráveis” provocava uma enorme tensão. O medo não era sem controle. Pior do que a morte era morrer sem ter feito “um plano”, incluindo o testamento. Planejar a morte facilitava a sua espera e “[...] aliviava a apreensão da passagem para o além”. (REIS, 1991, p. 95)

O testamento da Condessa procurou traçar o seu perfil moral, a sua fé católica, a crença e o respeito pelos santos:

Declaro que minha religião é a Católica Apostólica Romana, em cuja fé tenho vivido e espero morrer. Sou irmã remida das Ordens de S. Francisco de Paula, Santa Teresa de Jesus e de Nossa Senhora da Piedade, na Corte, das de S. Francisco e Nossa Senhora do Carmo em S. João Del-Rei, da de Nossa Senhora de Sant’Ana na freguesia de Cebolas, e do Santíssimo Sacramento na da cidade da Paraíba do Sul. (Testamento da Condessa do Rio Novo)

Pertencer a várias confrarias era símbolo de prestígio na sociedade escravocrata, “[...] além de congregar a elite, também serviam como canais de ascensão social”. Segundo Reis (1991, p. 49),

As confrarias, divididas principalmente em irmandades e ordens terceiras, existiam em Portugal desde o século XIII pelo menos, dedicando-se a obras de caridade voltadas para seus próprios membros ou para pessoas carentes não associadas. Tanto as irmandades quanto as ordens terceiras, embora recebessem religiosos, eram formadas sobretudo por leigos, mas as últimas se associavam a ordens religiosas conventuais (franciscana, dominicana, carmelita), daí se originando seu maior prestígio.

Vivendo naquele contexto, resolveu inserir no testamento a fundação de uma Casa de Caridade, a qual seria administrada por uma Irmandade.

A Casa de Caridade tomará por Padroeira Nossa Senhora da Piedade, e instituirá uma Irmandade encarregada dos atos do culto, da administração do patrimônio, e dos estabelecimentos a seu cargo, esforçando-se por criar uma confraria de senhoras brasileiras à semelhança da Instituição das Irmãs de Caridade, tendo por fim principal o exercício desta virtude cristã, em relação aos pobres, enfermos, à infância desvalida, para o que a mesma Casa de Caridade procurará, na medida de seus recursos, fundar asilos ou recolhimentos para criação e educação de meninos desamparados, de ambos os sexos, hospício de loucos e hospitais de lázaros. (Testamento da Condessa do Rio Novo)

Reis (1991, p. 50) afirma que, no Brasil, havia irmandades de brancos, de negros e de pardos. As de maior prestígio eram aquelas formadas pela classe social dominante, com sucesso material. Assim explica como funcionava a administração das confrarias:

A administração de cada confraria ficava a cargo de uma mesa, presidida por juizes, presidentes, provedores ou priores – a denominação variava -, e composta por escrivães, tesoureiros, procuradores, consultores, mordomos, que desenvolviam diversas tarefas: convocação e direção de reuniões, arrecadação de fundos, guarda dos livros e bens da confraria, visitas de assistência aos irmãos necessitados, organização de funerais, festas, loterias e outras atividades. A cada ano se renovavam, por meio de votação, os integrantes da mesa, e as Constituições primeiras (c.872) proibiam expressamente a reeleição, proibição nem sempre respeitada.

Representavam, implicitamente, os diversos grupos sociais e políticos. Os compromissos regulavam a administração das irmandades, estabeleciam a condição social ou racial dos sócios, os seus direitos e seus deveres. Algumas exigiam que “[...] seus membros possuíssem, além de adequada devoção religiosa, bastantes bens materiais”.

As orações e as missas eram outras formas de salvar, ou pelo menos abreviar, a presença das almas no purgatório. Serviam, também, para que elas não ficassem vagando na Terra de maneira errante. Geralmente, em testamento, deixava-se uma quantia em dinheiro, para que fossem tomadas as providências em relação às missas que poderiam ser de corpo presente, de sétimo dia, pelas almas de parentes ou até mesmo pelas almas de escravos. Embora a Igreja Católica negligenciasse o tratamento dado aos escravos em

vida, fazia distinção do “bom” ou “mau” senhor, de acordo com o tratamento dado quando mortos. (REIS, 1991, p. 213)

As recomendações da Cartilha da Doutrina Christã consistiam:

E porque hé alheyo da razão, e piedade Christã, que os Senhores, que se servirão de seus escravos em vida, se esqueção delles em sua morte, lhes encomendamos muyto, que pelas almas de seus defuntos escravos mandem dizer missas, e pelo menos sejam obrigados a mandar dizer por cada um escravo, ou escrava que lhe morrer, sendo de quatorze annos para cima, a Missa de corpo presente, pela qual se dará a esmola costumada. (PORTO, apud, REIS, 1991, p. 206)

Observamos, no testamento da Condessa, que ela seguiu aquelas recomendações:

Deixo que se digam vinte missas por alma de meu pai, vinte pela de minha mãe, dez pela de meu marido, dez pelas de meus avós e dez pelas de meu sogro e sogra. Sou filha dos finados Barão e Baronesa de Entre-Rios, e fui casada com o meu primo o finado Visconde do Rio Novo, de cujo consórcio nunca tivemos filhos, e por isso não me restam herdeiros descendentes ou ascendentes.[...] A Casa de Caridade terá a seu cargo a conservação da Capela de Nossa Senhora da Piedade, fundada por minha finada mãe nas terras da mesma fazenda, e manterá um capelão para celebrar missa ao menos duas vezes por mês, e nos aniversários do falecimento de meus pais, de meu marido, e do meu; zelará o jazigo das pessoas de minha família e fará mais celebrar todos os annos missa pelo eterno descanso de meus parentes e outra pela de meus escravos falecidos. (Testamento da Condessa do Rio Novo)

A quantidade maior de missas para os pais da Condessa demonstra maior importância destes nas relações de parentesco. O marido e os avós estavam no mesmo nível de consideração, mas era menor do que o nível de consideração dos pais. Já aos sogros, a metade dessa consideração. Acreditamos serem estes os motivos das diferenças nas quantidades de missas, e não que uns precisassem de maior ajuda do que os outros pelos seus pecados, para se livrarem do purgatório.

As missas poderiam, também, “[...] acrescentar a glória dos que já se encontravam no paraíso”. Não havia limites para as celebrações.

Outro meio de resolver as questões relativas ao purgatório, era mostrar piedade cristã, dando auxílio às instituições religiosas de devoções e de pobres, altamente valorizadas para a salvação. Caso tivessem parentes necessitados, estes não poderiam ser esquecidos. Como dizia o padre

português Bernardo Queirós, em suas “Práticas Exhortatorias para socorro dos moribundos”: “Muitos por essa causa lá estão ardendo nas eternas chamas, sem huma só gota de água para refrigério da sua abrazada língua”. Sendo assim, uma das “[...] razões por que tantos senhores libertavam alguns ou até muitos escravos na hora da morte [...]” era para evitar o fogo do inferno. (QUEIRÓS, apud, REIS, 1991, p. 95-96)

A Condessa, além daquelas influências e de necessidades da época acabou libertando os seus escravos. Certamente compartilhava aquele pensamento religioso.

Os meus mais próximos colaterais são, meu irmão, o atual Barão de Entre Rios e os seus filhos, meus sobrinhos, os quais todos se acham em boas circunstâncias de fortuna, o que me deixa, sem prejuízo da estima e a afeição que me merecem, a liberdade de dispor de uma parte de meus bens em favor de algumas pessoas a quem voto amizade, e em obras de caridade, beneficência em prol dos meus escravos e dos enfermos e desvalidos a quem devo caridade. [...] Deixo livres todos os escravos que eu possuir ao tempo da minha morte. (Testamento da Condessa do Rio Novo)

Naquele trecho esclarece que, como seus parentes não eram pobres, ela poderia dispor de suas riquezas com pessoas necessitadas, não havendo risco de ir para o inferno, e, mais ainda, ampliando sua generosidade com as instituições religiosas, que certamente era uma forma mais valorizada de servir ao Senhor. Teriam muito mais valor aqueles que dividissem as suas riquezas com os pobres e com a Igreja, e não com os ricos, os quais não necessitavam de nenhuma ajuda material.

Quanto à libertação de seus escravos, tal atitude era muito comum nos testamentos, como informa Freyre (2001, p. 490):

Em 1886, escreveu Perdigão Malheiro, no seu “ensaio histórico-jurídico-social” A Escravidão no Brasil: “Em testamentos e codicilos é comum a concessão de alforrias; posso mesmo atestar como Procurador dos Feitos nesta Corte que raro é aquele de pessoa que possui escravos, em que algum não seja libertado, e melhor o atesta o registro da Provedoria.” O mesmo podemos dizer dos testamentos do século XIX que nos foi possível examinar em Pernambuco, não só em arquivos de engenhos, como em cartórios mais antigos, de regiões escravocratas.

Segundo Silva (1991, p. 130), o Visconde do Rio Novo, marido da Condessa, fizera o mesmo processo anteriormente, deixando livres os seus escravos e verbas para alguns atos de caridade.

O Visconde nasceu na freguesia de Sebolas em 1816 e faleceu a 17 de outubro de 1869, na Corte, com 53 anos, deixando libertos todos os seus escravos, cujos nomes enumerou, e bem assim os que herdara do seu falecido pai. E a cada um deles doou dois alqueires de terra para plantação, ou 50\$000 aos que não quisessem viver da lavoura. Deixou muitas verbas de caridade, especialmente 10:000\$000 para uma Casa de Caridade que se edificasse em Paraíba do Sul.

Para além do que Reis (1991) afirma, de que os senhores acreditavam ter contas a acertar ao se aproximar a morte, estando apreensivos na questão de enfrentar o purgatório, e por isso alforriavam os seus escravos, Pereira (2011) nos diz que houve um “abolicionismo católico” no Brasil.

Conhecida como “ultra montana” ou “romanizadora”, por pregar uma aproximação do Catolicismo brasileiro com as diretrizes provenientes do Papa (Roma), a elite eclesiástica brasileira “[...] advogou por um projeto emancipacionista próprio, por meio de discursos, cartas pastorais ou da imprensa católica, em que defendiam uma abolição gradual”. (PEREIRA, 2011, p. 17)

Interessante observar que, havia uma semelhança do projeto libertador da condessa com o projeto que aquele grupo católico pretendia alcançar.

Segundo Pereira (2011, p. 17-18), para eles, a abolição deveria ser “[...] gradual, mantenedora da ordem e das relações de dependência”. Criticavam a imigração e defendiam a educação dos libertos. “O Apóstolo” foi um dos jornais utilizados, durante muito tempo, como o porta-voz do clero ultra montano da diocese do Rio de Janeiro. A partir da década de 1870, passaram a publicar artigos sobre os acontecimentos que envolviam a escravidão, mostrando a visão católica a respeito do processo abolicionista. Este jornal “[...] tornou-se, assim, uma peça chave para a compreensão da abolição, na perspectiva dos clérigos brasileiros.”

Para a autora, a Igreja Católica não se manteve afastada da discussão abolicionista do fim do século XIX.

[...] com publicação em jornais católicos, cartas pastorais e até em encíclica papal, o clero brasileiro manifestou-se sobre o processo

abolicionista e o rumo que o Brasil deveria seguir após aniquilar o escravismo em seu território. No entanto, poucas informações foram dadas sobre o envolvimento desse grupo na questão servil. A historiografia apresentou-se silenciada em relação à participação dos eclesiásticos na abolição da escravidão. (PEREIRA, 2011, p. 24)

Em seu trabalho, Pereira (2011, p. 29) dá visibilidade à encíclica *In Plurimis*, de 5 de maio de 1888, enviada ao Brasil, pelo Papa Leão XIII, sobre a abolição da escravatura. O documento chegou após o dia 13 de maio e nele “[...] foram apresentados os horrores da escravidão e feita uma defesa da participação da Igreja no combate aos males da escravidão no Brasil.”

Martha Abreu (2001, apud: PEREIRA, 2011, p. 131) afirma que as publicações daquele jornal católico “[...] sustentaram ideologicamente um processo de abolição gradual, hierarquizado, dentro da ordem e garantidos os laços de dependência que uniam senhores e escravos.”

Esse processo seria alcançado por meio de incentivos à concessão de alforrias e a gratidão como uma forma de manter a obediência do ex-escravo para com o seu ex-senhor. Para o pensamento católico antiescravista, era essencial a manutenção das relações de dependência pela gratidão, pois eram essas relações que garantiriam a harmonia das relações raciais no Brasil. (PEREIRA, 2011, p. 131)

A elite eclesiástica nacional se posicionou contrariamente a redução do escravo à condição de coisa, que provocara a degradação dos negros entregues aos vícios e ao ócio. Para ela, a escravidão degenerava moralmente o escravo. Sendo assim, paralelamente à conquista da liberdade, o escravo abandonava o trabalho, entregando-se aos vícios, à ociosidade e à libertinagem. (PEREIRA, 2011, p. 132)

Com esse discurso, ao mesmo tempo em que reforçava os preconceitos raciais sofridos pela população de cor, o clero também adotou discurso favorável à integração e educação dos libertos. A defesa de políticas educacionais voltadas para a população liberta expressava a crença na capacidade intelectual dos negros [...] Os ocupantes dos altos cargos eclesiásticos pregavam a adoção de um ensino moral e religioso destinado aos libertos, um ensino capaz de lhes ensinar o bom uso da liberdade. Sem essa instrução, os ex-escravos não saberiam utilizar a liberdade que “receberam”, pois a experiência do cativo semeou a imoralidade em seus espíritos. (PEREIRA, 2011, p. 132)

Um ano antes da abolição, “[...] em 1887, parte do clero abandona o gradualismo e passou a defender uma abolição imediata, mas sem qualquer

medida que pudesse alterar a ordem social estabelecida.” (PEREIRA, 2011, p. 131)

O testamento da condessa do Rio Novo reflete a sua sensibilidade e a sua fidelidade ao pensamento da elite eclesiástica da sua época, como observamos nos estudos de Pereira (2011). Posteriormente, nos outros segmentos deste capítulo, ao analisar outros trechos do testamento, o leitor poderá também constatar, o que acabamos de afirmar. A condessa seguiu os passos orientados pelos clérigos ao fazer o seu testamento, não esperando que fosse morrer um ano depois. A fazenda de Cantagalo encontrava-se bem administrada, sem fugas, sem rebeliões, preparava-se para a abolição e para as mudanças que se dariam no país.

Quanto aos seus bens, no que diz respeito à caridade cristã, a Condessa deixou as seguintes determinações:

Deixo à Casa de Caridade de Paraíba do Sul a minha fazenda de Cantagalo, com todas as terras, edifícios e benfeitorias, cafesais, animais, instrumentos e utensílios agrícolas, e móveis à mesma pertencentes.[...] Deixo à Casa de Caridade de Paraíba do Sul, cem apólices da Dívida Pública no valor nominal de conto de réis cada uma.[...] Deixo todas as minhas jóias de brilhantes e as condecorações que foram de meu marido, bem como toda a prata existente na casa da fazenda de Cantagalo para serem vendidas ou arrematadas pelo melhor preço que puderem alcançar, e o seu produto entregue à Santa Casa de Misericórdia de São João Del-Rei, em Minas Gerais, para aumento de seu patrimônio. [...] Deixo à minha escrava Camila, em gratificação dos bons serviços que me tem prestado, a minha casa sita em Entre-Rios, digo, na Estação de Entre Rios [...] e também mais em dinheiro a quantia de um conto de réis, com a condição porém de que só terá o usufruto da sobredita casa durante sua vida, e por sua morte passará a pertencer à sobredita Casa de Caridade.-Deixo para patrimônio do estabelecimento de surdos e mudos desta Corte, a quantia de três contos de réis. (Testamento da Condessa do Rio Novo)

Ressaltemos que nos abstermos de mostrar os bens deixados para os herdeiros legítimos (suas sobrinhas: D. Josina, D. Carolina e Antonio Barrozo Pereira e, na falta deles, os seus herdeiros), destacando aqueles deixados para instituições religiosas, de caridade e aos escravos (somente em usufruto), pois são as analisadas no presente capítulo. Legalmente, o testador poderia dispor de um terço dos bens (sua terça) para quem quisesse. O restante, obrigatoriamente, iria para os herdeiros legítimos. (REIS, 1991, p. 93)

Com relação ao funeral, não fez nenhuma exigência, mas quanto ao sepultamento, pediu que fosse enterrada junto de seus pais e de seu marido.

O meu funeral deixo à vontade de meus testamenteiros e parentes, desejando que, se for possível, os meus restos mortais descansem junto a de meus pais e de meu marido, no jazigo da capela de Nossa senhora da Piedade, sita na fazenda de Cantagalo. (Testamento da Condessa do Rio Novo)

Segundo Reis (1991, p. 171-173), os mortos deveriam ser enterrados nas igrejas, pois eram a “Casa de Deus”, onde, junto aos anjos e aos santos, ficariam à espera da ressurreição prometida para o fim dos tempos. Ficar próximo das imagens divinas era o desejo dos fiéis, que acreditavam ser a Igreja “[...] uma das portas de entrada do Paraíso”. Todo católico tinha o direito de escolher a igreja na qual seria enterrado. Caso não escolhesse, seria automaticamente enterrado junto aos seus parentes. O sepultamento na igreja também era uma forma de manter certa ligação com o mundo dos vivos, pois estes, em suas orações, lembrar-se-iam dos que haviam partido.

Por fim, a Condessa escolheu quatro testamenteiros para executarem as suas últimas determinações.

Nomeio para meus testamenteiros, gerais administradores e inventariantes do meu acervo, em primeiro lugar a meu irmão o atual Barão de Entre-Rios, em segundo ao Conselheiro Francisco Januário da Gama Cerqueira, em terceiro ao meu primo o Doutor Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, e em quarto a Pedro Gracie, que servirão na ordem em que são mencionados, e de cuja amizade espero o caridoso obséquio de aceitarem o encargo, dando o inteiro cumprimento às minhas disposições, para o que marco o prazo de três anos. (Testamento da Condessa do Rio Novo)

Os testamentos feitos do próprio punho do testador eram raros. Geralmente eram ditados para o escrivão. Mesmo que houvesse influência deste ou de outras pessoas na redação, eles revelam um pouco da alma do testador, ou, no mínimo, “[...] representam algo da mentalidade da época”. (REIS, 1991, p. 93)

2.1.2 O Significado Político-Social

Deixo livres todos os escravos que eu possuir ao tempo da minha morte, e desobrigados da prestação de serviços até aos vinte e um anos, os ingênuos filhos de minhas escravas nascidas depois da Lei de vinte e oito de Dezembro de mil oitocentos e setenta e um. (Testamento da Condessa do Rio Novo)

Redigido em 11 de agosto de 1881, na cidade do Rio de Janeiro, dentro de um período marcado por debates políticos no Parlamento; projetos para a transformação irreversível do trabalho escravo para o livre; artigos favoráveis à abolição na imprensa; fugas; revoltas; formação de quilombos; enfim, em um momento de grande reflexão e expectativa por parte de diversos setores da sociedade sobre o fim da escravidão, o testamento demonstra que a testadora encontrava-se influenciada pelas ideias de sua época.

Entretanto, para compreendermos o testamento, precisamos analisar as questões básicas da escravidão, do tráfico e das ideias abolicionistas que estão inseridas naquele documento.

2.1.2.1 *A escravidão como modelo político-social*

A escravidão negra no Brasil foi explorada pelos europeus, como a mão de obra necessária e indispensável na colonização de suas terras na América. Tanto nos Estados Unidos (algodão), como nas Antilhas e no Brasil (engenhos e canaviais), a escravidão e a grande lavoura monocultora foram os meios utilizados para desenvolver os produtos tropicais que gerassem lucros para a metrópole, que por sua vez, fornecia manufaturas para as colônias. (COSTA; In: HOLLANDA, 1997, p. 135)

O antigo sistema colonial entra em crise no século XIX. A Revolução Industrial na Europa; o desenvolvimento do capitalismo; as ideias liberais; a emancipação das colônias europeias na América fizeram com que surgissem novos modelos de domínio e exploração, substituindo as antigas relações coloniais.

Nos países onde se deu a Revolução Industrial, o grupo ligado a esse novo tipo de produção, assumiu o poder político. Desvinculado do trabalho agrícola, condenava a escravidão, pois achava que esse modelo dificultava a expansão dos mercados consumidores e a modernização dos meios de produção.

Muitos países recém-independentes na América, incluindo o Brasil, continuaram mantendo sua estrutura econômica e social, pois, com o fim do monopólio e a conseqüente liberdade mercantil, as exportações para a Europa aumentaram, havendo necessidade de aumentar a mão de obra nas fazendas produtoras, onde os proprietários ainda preferiam o trabalho escravo.

Dessa forma, a desagregação do sistema escravista no Brasil, se deu de forma longa e gradativa. Em algumas regiões, de forma pacífica; noutras, de maneira violenta. Isso dependia das condições sociais, econômicas, políticas e ideológicas de cada região. “A emancipação dos escravos dependerá principalmente do ritmo de transformação do sistema colonial de produção”. (COSTA; In: HOLLANDA, 1997, p. 136)

Na fazenda de Cantagalo, na província do Rio de Janeiro, o fim do trabalho escravo deu-se com a morte da Condessa do Rio Novo, através de seu testamento, libertando 244 escravos no total, sendo que oito já haviam falecido, quando se procedeu à leitura do documento, entre eles, cinco ingênuos.

No primeiro capítulo, defendemos a ideia de que na região de Paraíba do Sul havia uma movimentação abolicionista percebida através das fugas, das alforrias, de atitudes de algumas pessoas da população a favor dos escravos, da formação de quilombos, entre outros. No item anterior deste segundo capítulo analisamos questões religiosas no que diz respeito à escravidão e à morte dos senhores para perceber em que medida as influências sócio-históricas e culturais, podiam fazer parte do pensamento da Condessa. A seguir, veremos algumas questões econômicas e políticas da época para compreender aquela libertação.

Machado (2010, p. 24-25) contribui com as reflexões ao resgatar os movimentos a favor da abolição nos anos de 1880, pois procura “[...] recuperar o alarido dessas vozes do passado, procurando os meios corretos de fazê-las falar”.

Sendo assim, seu trabalho busca

[...] resgatar, das sombras do esquecimento e dos silêncios dos discursos oficiais, movimentos, ideias e projetos a respeito da abolição e do papel social do negro liberto e dos desclassificados sociais em geral – sobre os quais pesava a marca do passado escravista - , na construção de uma nação que buscava desvencilhar

sua imagem das feridas da instituição servil. (MACHADO, 2010, p.25)

Segundo Machado (2010, p. 25-26), nesse período, a segurança da população e da ordem era uma preocupação constante, por causa de acontecimentos abolicionistas violentos, como as frequentes sedições de escravos. Considerados perigosos, foram descaracterizados, censurados⁴⁶, como estratégia das autoridades policiais, com a aprovação dos governos provincial e imperial. Com isso, evitariam o “pânico das populações” e a “[...] discussão generalizada sobre a deterioração dos mecanismos de controle social e a urgência da resolução da instituição servil”.

A autora afirma que os escravos, no século XIX, lutavam por certa autonomia, a qual se concretizaria em uma organização social e econômica independente, caso pudessem usufruir de períodos de tempo livres.

Assim, tornaram-se constantes os confrontos entre os senhores e seus escravos quando havia uma ameaça aos “espaços de autonomia conquistados” nessa relação.

Ao longo do tempo e, principalmente a partir de 1850, percebe-se uma melhoria no tratamento, na alimentação, no modo de vida dos escravos do Sudeste.

Entre os anos de 1881 a 1883, pesquisas comprovam uma tendência senhorial mais humanitária, como por exemplo, patrocinar o atendimento médico a escravos doentes, preocupados em aumentar a sua longevidade, incentivados pelas restrições ao tráfico e o conseqüente encarecimento da mão de obra. (MACHADO, 2010, p. 32 - 33)

Nesse período, a preocupação com as condições sanitárias e epidemiológicas se fazia sentir com relação a toda população. Machado (2010, p. 34) sugere que, provavelmente, a melhoria no tratamento dos escravos fosse a expressão desse momento, não podendo comprovar se houve efetivamente melhoras significativas no padrão de vida dos escravos.

⁴⁶ A autora pesquisou em fontes manuscritas do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (ofícios diversos, autos crimes, telegramas, entre outros); do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ofícios, avisos, registros, entre outros); Arquivo Público do Rio de Janeiro-Niterói (Secretaria de Segurança Pública e Presidente da Província); entre outros. (MACHADO, 2010, p. 231-234).

No capítulo 1, ao analisar os jornais de 1868 e 1873, apresentamos uma realidade que condiz categoricamente com a afirmação de Machado (2010, p. 34):

Parece certo, porém, ter ocorrido, no período em questão, um paulatino aumento da sensibilidade em relação às condições de vida da população escrava. As contingências pelas quais passava a instituição na segunda metade do século, o surgimento de uma incipiente opinião pública nas cidades, as denúncias dos jornais, o maior alcance da atuação policial e judiciária e, anos mais tarde, a atuação dos abolicionistas, podem ter exercido certa influência benéfica no tratamento dispensado aos escravos de forma geral.

Contudo, era fundamental, para que a ordem escravista continuasse eficiente, reprimir e castigar escravos capturados após as fugas e aos crimes cometidos por estes. Dentro da lei de 1830⁴⁷, nos últimos vinte anos de escravidão no Brasil, “[...] o sistema de exploração da mão de obra escrava e o arcabouço disciplinar a ele atinente não só se manteve intocado como recrudesciu.” (MACHADO, 2010, p. 34)

Entretanto, as propagandas abolicionistas ganhavam força e os fazendeiros protestavam contra as mudanças propostas. Uma dessas propostas consistia na anulação do artigo 60 do Código Criminal do Império, defendida por Nabuco, com a substituição da pena de morte pela prisão com trabalhos que, era vista pelos senhores como uma quase extinção da escravidão.

Ao longo dos anos 1870 e 1880, como apontamos anteriormente, o processo de transformação das relações entre escravos e senhores se acelera. Com a extinção da pena de açoites em 1886, também um exemplo dessas mudanças, percebia-se claramente que a ordem escravista estava chegando ao fim. (MACHADO, 2010, p. 35)

2.1.2.2 *As listas dos libertos*

⁴⁷ No seu “artigo 60 do Código Criminal do Império de 1830”, regulamentava a violência particular dos senhores. “Comutava em açoites e ferros as penas dos escravos criminosos. A lei n. 4 de 1835, em seu artigo 1º, impunha a pena de morte para os que matassem ou ferissem seus senhores, prepostos e familiares”. (MACHADO, 2010, p. 34)

Os documentos sobre a história dos escravos no Brasil, mesmo tendo sido escritos por outros segmentos da sociedade, fornecem informações que podem tornar-se reveladores de dados importantes sobre suas vidas.

Sendo assim, os documentos cartoriais tornaram-se imprescindíveis para a busca das confirmações de nossas hipóteses. Foi como se pudéssemos ouvir através deles, as vozes desses homens, mulheres e crianças, mudos por mais de 130 anos, e que agora puderam ser ouvidos, dando um sentido para as suas trajetórias.

A relação dos escravos libertos, contida no inventário da Condessa do Rio Novo possui: número de matrícula; nome; cor; idade; estado civil; naturalidade e profissão. O Barão de Entre Rios, irmão da Condessa do Rio Novo, Primeiro Testamenteiro, foi quem comunicou à “Collectoria”, a relação dos escravos que foram declarados livres.

Os itens estado civil, idade e naturalidade foram importantes à análise, pois possibilitaram um entendimento sobre as possíveis soluções para manter e suprir a mão de obra após a proibição do tráfico e sobre alguns escravos africanos que, na realidade, deveriam ser livres.

As relações dos escravos no inventário eram variadas⁴⁸. A primeira continha uma lista de 194 escravos de diversas idades; nas segunda e terceira, constavam 42 e 4 ingênuos, respectivamente, que, pela Lei de 1871, tornaram-se livres por serem filhos de escravas, nascidos depois daquela data. Segundo essa Lei, os proprietários poderiam criá-los até os 8 anos e depois entregá-los ao governo, que lhes pagaria 600\$000 (mil réis) ou os manteria utilizando os seus serviços até os 21 anos, “como retribuição aos ônus de seu sustento”. (BEIGUELMAN. In: HOLLANDA, 1997, p. 210)⁴⁹ Na quarta lista, houve um acréscimo de mais quatro escravos libertados e, na quinta e sexta listas, 3 escravos adultos falecidos e 5 ingênuos falecidos, respectivamente.

⁴⁸ Vide: Tabelas com as Relações dos Escravos da Fazenda de Cantagalo – ANEXOS IX A XI.

⁴⁹ “Segundo dados obtidos no Relatório do Ministro da Agricultura de 1885, do total de quatrocentos mil ingênuos registrados até aquele momento, apenas cento e dezoito foram entregues ao Estado em troca da indenização, número que não correspondia a 0,5 do total de crianças nascidas livres de mãe escrava em todo o país”. (CONRAD, 1978, p. 144, apud: TEIXEIRA, 2008, p. 59)

Mas o que significavam essas declarações de libertação? Como podemos inseri-las nas questões do fim da escravidão no Brasil?

Quais observações pode-se fazer, quanto ao estado civil, a idade, a nacionalidade e a naturalidade dos escravos no período de declínio da escravidão?

2.1.2.3 *Libertos e a questão do tráfico*

Após a independência brasileira, o governo comprometeu-se com a Inglaterra, após 4 anos de negociações (1826), em suspender o comércio de escravos. Com esse acordo, tornou-se ilegal o comércio de escravos para os brasileiros, a partir de 13 de março de 1830. No ano seguinte, um novo governo liberal no Rio, em 7 de novembro, decidiu que os africanos que entrassem no Brasil, a partir dessa data, seriam livres.

Poucos africanos traficados ilegalmente, após 1830, conseguiram a libertação através dessa lei de proibição do tráfico atlântico e, conseqüentemente, os seus filhos não foram considerados livres também. O tráfico permaneceu, mesmo com as ameaças do governo aos importadores. (CONRAD, 1978, p.32)

Quase meio milhão de escravos foram traficados ilegalmente após a proibição, segundo estimativas inglesas. Embora o governo imperial tenha tomado algumas medidas entre 1831 e 1837 e, novamente, em 1840 e 1848, o tráfico continuava com o conhecimento das autoridades.

A lei tornou-se ineficaz. O poder das elites agrárias e dos traficantes fazia-se sentir nas representações do governo. As oligarquias dominantes defendiam a necessidade da mão de obra escrava em suas fazendas.

Mantidos em cativeiro injustamente, os escravos não eram propriedades daqueles escravocratas. As fazendas cafeeiras do Sudeste estavam povoadas de descendentes de africanos traficados ilegalmente após 1831. Segundo Nabuco (1883, p. 83, apud: MACHADO, 2010, p. 38), em sua obra “O Abolicionismo”,

Com efeito, a grande maioria desses homens, sobretudo no Sul, ou são africanos importados depois de 1831, ou descendentes destes. Ora, em 1831 a lei de 7 de novembro declarou no seu artigo 1º: “Todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil vindos de fora ficam livres”. Como se sabe, essa lei nunca foi posta

em execução, porque o Governo brasileiro não podia lutar com os traficantes; mas nem por isso deixa ela de ser carta de liberdade de todos os importados depois dessa data.

Dentro desse contexto, na Fazenda de Cantagalo, segundo os dados da relação dos escravos libertos pela Condessa do Rio Novo, em seu inventário, encontravam-se 53 africanos que deveriam ser livres, mantidos ilegalmente em cativeiro.

Percebe-se que permaneceu, por mais de 130 anos, esse equívoco, isto é, pensava-se que a Condessa havia libertado 244 escravos, mas na realidade, 53 deles não deveriam estar nessa condição. Isso se a lei de proibição do tráfico não fosse tão violada pela classe dominante que, mantinha seus interesses acima de tudo e de todos.

Segundo Salles (2008, p. 53),

[...] a classe senhorial foi um acontecimento histórico complexo, e seus modos de ser e produzir se impuseram como modos de ser, como estilo de vida, tanto interna quanto externamente, a outros grupos sociais subalternos. Transformou-se em classe dominante controlando áreas e regiões específicas.

Analisando a idade desses homens e mulheres mantidos em cativeiro até 1882, os que estavam acima dos 70 anos tinham idade ideal para serem utilizados na lavoura no ano de 1831. Podem ter sido traficados com 19, 20 e 21 anos.

Os africanos de 40 a 65 anos, com certeza, foram traficados no período de proibição do tráfico. Aqueles que estavam com 40 a 51 anos, nasceram posteriormente à lei. Os outros, de 52 a 60 anos, eram demasiadamente jovens para terem entrado no Brasil antes de 1831. Um escravo, com 65 anos, pode ter chegado aos 14 anos no Brasil. Contudo, o mais provável é que todos tenham entrado através do comércio ilegal de escravos. Sendo assim, todos poderiam ter vivido livremente, se a lei fosse respeitada.

Tabela 1

Relação de escravos africanos que deveriam ser livres

Nº de Escravos	Idade em 1882	Idade em 1831	Idade em 1850
01	40 anos	Não tinha nascido	8 anos
01	42 anos	“	10 anos
01	46 anos	“	14 anos
01	48 anos	“	16 anos
02	49 anos	“	17 anos
14	50 anos	Não tinham nascido	18 anos
02	51 anos	“	19 anos
06	52 anos	1 ano	20 anos
06	53 anos	2 anos	21 anos
03	54 anos	3 anos	22 anos
02	55 anos	4 anos	23 anos
02	56 anos	5 anos	24 anos
01	57 anos	6 anos	25 anos
01	58 anos	7 anos	26 anos
03	60 anos	9 anos	28 anos
01	62 anos	11 anos	30 anos
01	65 anos	14 anos	33 anos
03	70 anos	19 anos	38 anos
01	71 anos	20 anos	39 anos
01	72 anos	21 anos	40 anos

Fonte: Inventário da Condessa do Rio Novo (1884)

Os funcionários públicos, a justiça, a fiscalização do tráfico eram vencidos pelo poder local. Os processos raros envolvendo traficantes e fazendeiros que fossem pegos com escravos contrabandeados, não surtiam efeito, sempre eram absolvidos de qualquer acusação, e em alguns casos, os acusados possuíam parentes em determinados cargos que os favoreciam. A população era conivente, ninguém se atrevia a denunciar; e a vasta extensão da costa brasileira tornava a fiscalização muito difícil.

Com a necessidade de mão de obra nas fazendas de café, o tráfico prosseguiu. Muitos pedidos de revogação da lei chegavam ao Parlamento. A lei foi mantida, mas o tráfico continuou intensamente. De 1840 a 1850, 30 a 40 mil negros por ano, em média, eram traficados. Africanos livres vendidos como escravos para os fazendeiros. O tráfico era altamente lucrativo, conseqüentemente, muitos traficantes fizeram fortunas nesse período. Em 1843, os capitães dos barcos pagavam na África, de 30\$000 a 40\$000 (mil réis) por negro, os armadores compravam por 140\$000 e revendiam a 500\$000, 600\$000, 700\$000. (COSTA, 1997, p. 144)

Os brasileiros sentiam-se lesados pela Inglaterra. Cresceu a antipatia em relação a esse país, devido à rigidez fiscal ao tráfico. Essa animosidade entre os dois países vinha desde os tratados de 1810, reiterados em 1826, que favoreceram o comércio inglês no Brasil. Um sentimento de xenofobia foi sendo estimulado pelos que tinham interesse no tráfico, o que deu origem a revoltas. Em 1845, a lei de *Bill Aberdeen*, decretada pelo Parlamento Inglês, decidia que os infratores da embarcação que fosse aprisionada traficando escravos, seriam acusados de pirataria e julgados pela justiça inglesa.

Várias vezes, os navios britânicos invadiram as águas brasileiras, na tentativa de evitar o tráfico. Mesmo assim, a partir de 1845, 50.000 escravos entravam no Brasil por ano. O país se agitava, de norte a sul, contra os ingleses, ao mesmo tempo em que a Câmara debatia o assunto, considerando a intervenção britânica um desrespeito à soberania nacional. O Senado, então, resolveu discutir novas propostas de repressão ao tráfico.

As opiniões com relação à cessação do tráfico dividiam-se entre: aqueles que achavam que o escravo teria o seu valor aumentado (os que estavam abarrotados de escravos ou endividados com a compra deles ficaram mais complacentes com a ideia); os fazendeiros das novas regiões de café que ainda não tinham formado toda a mão de obra necessária em suas fazendas; os políticos sentindo que a questão apaixonava a opinião pública e os ingleses que se equipavam cada vez mais para aumentar a eficácia da vigilância. Em 4 de setembro de 1850, definiram-se medidas severas de repressão ao tráfico. Os traficantes foram expulsos do Brasil, as autoridades reforçaram a fiscalização, o contrabando foi diminuindo e o último desembarque de que se tem notícia foi o de 1856. (COSTA, 1997, p. 145)

Dentro desse cenário, apresentaram-se 53 africanos que deveriam ser livres, adultos, vivendo, trabalhando escravizados ilegalmente na Fazenda de Cantagalo.

2.1.2.4 *Filhos de africanos que deveriam ser livres*

Percebem-se, ainda, na relação dos libertos, 52 escravos nascidos na Província do Rio de Janeiro, com faixa etária entre 10 a 30 anos. Considerando

o longo período do tráfico ilegal no Brasil, muitos desses escravos poderiam ser filhos de africanos que deveriam ser livres.

Tabela 2

Escravos nascidos na província do Rio de Janeiro – de 10 a 30 anos de idade

Nº de Escravos	Idade	Nº de Escravos	Idade
02	10 anos	04	20 anos
02	11 anos	04	21 anos
01	12 anos	03	22 anos
01	13 anos	06	23 anos
02	14 anos	04	25 anos
02	15 anos	03	26 anos
02	17 anos	04	28 anos
03	18 anos	04	29 anos
02	19 anos	03	30 anos

Fonte: Inventário da Condessa do Rio Novo (1884)

Outros 43 escravos naturais da Província do Rio de Janeiro estavam na faixa etária entre 31 a 70 anos. Embora não estejam na relação acima, os mais novos dentro dessa faixa poderiam ser filhos de africanos que deveriam ser livres.

Tabela 3

Escravos nascidos na província do Rio de Janeiro – de 31 a 70 anos de idade

Nº de Escravos	Idade	Nº de Escravos	Idade
02	31 anos	01	42 anos
06	32 anos	01	45 anos
05	33 anos	02	46 anos
03	34 anos	01	47 anos
03	35 anos	03	50 anos
01	36 anos	01	51 anos
03	37 anos	01	52 anos
02	39 anos	02	60 anos
04	40 anos	01	70 anos
01	41 anos	-	-

Fonte: Inventário da Condessa do Rio Novo (1884)

A Fazenda de Cantagalo possuía, então, no total, 95 escravos nascidos na província do Rio de Janeiro e vários deles, pela inferência que fizemos poderiam ser livres.

Com o fim do tráfico, a escravidão se extinguiria, porque o índice de natalidade era pequeno e o de mortalidade muito alto. Para que isso não ocorresse, fazia-se necessário uma melhoria no tratamento e no modo de vida

do escravo e, ao mesmo tempo, pensar em uma solução para resolver o problema da mão de obra que substituiria a escrava. (CONRAD, 1978, p. 145)

2.1.2.5 Reprodução de escravos

A Condessa do Rio Novo, assim como os fazendeiros típicos do Vale do Paraíba, convictos de que a grande lavoura excluía a interferência do trabalho livre, resolveu incrementar em sua fazenda, a população escrava⁵⁰. Sua escravaria estava formada de acordo com o pensamento de Lacerda Werneck, em seu livro: “Ideias sobre a colonização”, o qual analisa o problema da colonização estrangeira, afirmando que esta “[...] encerrava, a seu ver, o germe de toda prosperidade [...]”, recomendando a criação de escravos. (CONRAD, 1978, p. 174-175)

Lacerda Werneck reconhecia que isso era uma triste necessidade, mas aconselhava aos fazendeiros que a utilizassem, seguindo o exemplo da Virgínia, nos Estados Unidos, que comerciavam o escravo ainda no ventre materno. Dizia aos lavradores que fossem solícitos com os escravos adultos e cuidadosos com os recém-nascidos e crianças.

Alguns historiadores advogam a ideia da reprodução de escravos após 1870. No trabalho: “Escravidão e Reprodução no Piauí”, os autores Marcondes e Falci provam o fato para aquela província. (MARCONDES & FALCI, 2001)

⁵⁰ “A historiografia referente ao período posterior ao tráfico transatlântico revela evidências que apontam para o aumento da capacidade de reprodução da população escrava. Os senhores passaram a levar em conta a necessidade de melhorar o tratamento dos cativos, afinal tratava-se de garantir o crescimento de seus investimentos e a manutenção de uma população que não poderia ser facilmente repostas. Relatos dos viajantes que percorreram Minas no século XIX descrevem as mulheres escravas como “reprodutoras” de braços escravos. A reprodução fazia parte da condição trabalhadora dessas mulheres. Observando esses relatos, Ilka Boaventura Leite afirma que ‘com o fim do tráfico, sobretudo, recai sobre as escravas a imposição de aumentar o contingente de trabalhadores, mesmo enquanto libertos. [...] As primeiras medidas para pôr fim ao tráfico valorizavam as mulheres negras por sua potencialidade reprodutiva’. (LEITE, 1996, p.133) A autora menciona, ainda, através da leitura dos viajantes, imagens humanizadas da escravidão medidas pelos cuidados que os proprietários estavam tomando com a maternidade – trabalhos mais leves, contato mais estreito entre mãe e filho ou incentivo aos casamentos entre escravos. João Fragoso e Manolo Florentino, através dos inventários post-mortem, também perceberam duas realidades demográficas para a população escrava da região agroluminense: uma anterior a 1850 e outra que iria daí até 1888. Entre as transformações ocorridas após 1850 estavam aquelas que apontavam no sentido da melhoria das condições para a reprodução endógena da escravidão”. (FRAGOSO; FLORENTINO, 1987, p.156, apud: TEIXEIRA, 2008, p. 64-65)

Sendo assim, como dissemos anteriormente, os escravos tiveram uma melhoria no vestuário, na habitação e na nutrição; maior assistência às doenças que, anteriormente à proibição do tráfico, eram em geral desprezadas. As condições de vida dos escravos melhoraram, em função da necessidade de mantê-los vivos e saudáveis por mais tempo. Já não havia as facilidades do passado na substituição da mão de obra quando esta perecia. Além disso, ficaram valendo um alto preço no mercado.

Durante as facilidades do tráfico, inúmeras pesquisas constataram um número alto de escravos traficados do sexo masculino e um pequeno número do sexo feminino, assim como de crianças também, indicando a preferência pelo sexo masculino, o qual suportava melhor a dura realidade do sistema escravista. Os castigos violentos impostos aos escravos, levando-os muitas vezes à morte, comprovam a facilidade em adquiri-los. A substituição era cruel, e não havia interesse na criação dos filhos de escravos, pois isso traria novas despesas.

Ao longo do tempo, porém, novas ideias foram surgindo para solucionar o problema.

Nota-se que, na Fazenda de Cantagalo, aconteceram mudanças na manutenção de mão de obra. Observemos os números da tabela abaixo na qual demonstramos a possibilidade da formação de casais que poderiam gerar seus filhos e, assim, mais braços para o trabalho naquela fazenda. Apesar da quantidade de homens ser um pouco maior do que a de mulheres, na faixa de 20 a 40 anos, quase se iguala.

Tabela 4

Distribuição por sexo e faixa etária

	10 a 20 anos (Nº)	20 a 40 anos (Nº)	40 a 71 anos (Nº)
Sexo Feminino	08	44	30
Sexo Masculino	18	48	49

Fonte: Inventário da Condessa do Rio Novo (1884)

Certamente aumentou a natalidade, se levarmos em conta a quantidade de ingênuos que existia na fazenda, no ano da abertura do testamento.

Tabela 5

Número de ingênuos existentes na Fazenda de Cantagalo

Ingênuos	Nº
Masculino	21
Feminino	24

Fonte: Inventário da Condessa do Rio Novo (1884)

Não havia um número muito superior de homens entre os escravos, o que nos leva a perceber que a Condessa equilibrava o número de homens e de mulheres para que formassem famílias.

Decerto, o conceito de família escrava⁵¹ necessita de explicitação. Segundo José Flávio Motta (1999, p. 229),

Tal conceito vai além do entendimento de família enquanto resultado das ligações sancionadas pelo ato religioso. Considera-se, pois, família, como: o casal, unido perante a igreja ou não, com sua prole, se houver; as pessoas solteiras com filhos; os viúvos ou viúvas com filhos. Nos três casos, os filhos devem ser solteiros, não ter prole e viver junto a pelo menos um de seus pais. Por fim, levam-se em conta, igualmente atribuindo-se-lhes a classificação de “pseudo-famílias”, os viúvos sem filhos presentes, e os viúvos ou solteiros vivendo junto com filho (ou filhos) que possuíam eles próprios famílias.

Em nosso estudo, observa-se que as ligações familiares na Fazenda de Cantagalo, em sua maioria, não eram sancionadas pelo ato religioso, isto é, naquelas listagens constam somente 18 escravos casados, 8 do sexo masculino e 10 do sexo feminino, entre estas uma viúva. Entre os homens casados, a idade ficava em torno de 50 a 72 anos e entre as mulheres casadas, em torno de 39 a 60 anos. Por que esse grupo de idade avançada casou-se e os demais escravos continuaram solteiros?

Embora esteja claro que na Fazenda de Cantagalo existiam inúmeras famílias escravas em nível de documentação oficial, de acordo com as listas dos escravos libertados, os 226 escravos restantes eram solteiros.

⁵¹ Podemos citar alguns autores para que o leitor possa se aprofundar no estudo sobre família escrava como: Florentino e Góes (1997), cujo estudo conclui que a família escrava permitiu a paz nas senzalas, através de concessões dos senhores, possibilitando o casamento e a constituição familiar; Hebe Mattos (1998), que trouxe evidências da formação familiar cativa em seus estudos nos inventários *post mortem* de algumas regiões, como Campos, Capivari e Recôncavo da Guanabara, na Baixada Fluminense e o estudo de Slenes (1999), apontando para o incentivo dos senhores de Campinas ao casamento religioso de seus escravos.

Quando em 1873, a Junta de emancipação⁵² começa a classificação para a alforria dos escravos do município e a matrícula de todos os escravos para a execução das cartas de liberdade, um dos critérios de classificação que deveria ser respeitado era a prioridade às famílias, isto é, os escravos para serem libertados deveriam ser casados. Percebe-se que, a partir desse período, os casamentos deixaram de acontecer na Fazenda de Cantagalo, dificultando, assim, a possibilidade de serem alforriados pelo “Fundo de Emancipação”. Mais uma estratégia de manutenção da mão de obra escrava pela Condessa.

2.1.2.6 *Escravos de outras províncias*

Outra tentativa para solucionar o problema da mão de obra na fazenda de Cantagalo, após a lei de 1850, foi a compra de escravos de outras províncias.

Mesmo antes da proibição do tráfico, a procura por mão de obra para o cultivo de café fez com que escravos do Nordeste brasileiro chegassem aos mercados do Rio de Janeiro.

Em 1842, o movimento de escravos entre as províncias já era suficientemente amplo para precisar de regulamentos e, em 1847, uma grande seca, na província do Ceará e em sua volta, já aumentara grandemente o fluxo espontâneo dos escravos do norte para o sul. (CONRAD, 1978, p. 65)

O tráfico interprovincial era legal, mas o governo fiscalizava, para que o tráfico africano não se aproveitasse dele como disfarce.

A descrição desse tráfico não é encontrada com frequência, mas sabe-se que se assemelhava aos horrores do tráfico africano. Como relata o Sr. Cowper, Cônsul Britânico em Pernambuco (1852): “[...] o tráfico interno era realizado com todos os horrores de seu protótipo, envolvendo milhares de pessoas que anualmente saíam do norte para o Rio de Janeiro”. Com a partida de cada navio do Recife, cenas dolorosas eram testemunhadas. O tráfico

⁵² O subtítulo 1.2 PARAÍBA DO SUL E O CONTEXTO HISTÓRICO A PARTIR DE MEADOS DO SÉCULO XIX: LUGAR DE FUGAS, RESISTÊNCIA E CONQUISTAS ESCRAVAS mostra os critérios de classificação do Fundo de emancipação.

interprovincial causou a separação de muitos pais de suas mulheres e de seus filhos. (CONRAD, 1978, p. 68)

Na Fazenda de Cantagalo, a falta de mão de obra foi solucionada tanto com o tráfico ilegal de africanos, quanto com o tráfico interprovincial.

Tabela 6

Escravos comprados de outras províncias

Nº de Escravos	Ceará	Bahia	Minas	Maranhão	Paraíba do Norte
02	X				
08		X			
11			X		
11				X	
03					X

Fonte: Inventário da Condessa do Rio Novo (1884)

Sentia-se a necessidade dos escravos na indústria do café e, por isso, a tentativa de favorecer os fazendeiros do Norte, detendo o tráfico, foi quase nula. A província do Piauí, por exemplo, exportou centenas de escravos. Apesar de alguns presidentes daquela província terem declarado que a mão de obra estava desaparecendo, parecia que outros presidentes até ficaram satisfeitos, com os ganhos que o imposto de exportação dera aos cofres públicos. (KNOX, 1973, p. 355-370)

Os preços dos escravos aumentaram e a população de escravos decresceu no Nordeste. Houve uma preocupação quanto ao que estava ocorrendo, mas mesmo com o aumento dos impostos sobre a venda dos escravos nordestinos para o sul, uma proibição direta não foi possível. Essa medida foi tomada, primeiramente em Pernambuco, logo depois foi sendo imitada por outras assembleias legislativas de outras províncias, o que todavia não deteve o tráfico.

Durante trinta anos o tráfico interno permaneceu quase sem restrições, combinando-se os “[...] efeitos do envelhecimento e da morte para alterar a quantidade e a qualidade dos escravos”. Como consequência, as regiões perderam seus trabalhadores para o sul, vendo-se obrigadas “[...] a efetuarem uma transição prematura para um sistema de trabalho livre”. (CONRAD, 1978, p. 83)

Os 35 escravos, vindos de outras províncias para a Fazenda de Cantagalo, alcançaram a merecida liberdade, depois das agruras que haviam

sofrido com o “[...] comércio que era tão escandaloso quanto aquele que viera substituir”, segundo o jornal antitráfico: O Philantropo, em abril de 1852. (CONRAD, 1978, p. 66)

Os 244 escravos, entre eles os africanos que deveriam ser livres, os escravos do tráfico interprovincial e os naturais do Rio de Janeiro, eram representados por 81 mulheres, 117 homens e 46 ingênuos, incluindo duas escravas que aparecem na listagem sem o item idade, além de 11 escravos adultos sem naturalidade.

Ao estudarmos a libertação desses escravos, foi preciso fazer todas as considerações possíveis, na tentativa de perceber as intenções da Condessa no testamento. Como qualquer outro proprietário de terra interessado no desenvolvimento de sua produção e de sua riqueza, adaptou-se às mudanças que vinham ocorrendo, preservou a sua escravaria e manteve a mão de obra necessária para a sua fazenda.

Assim como buscou soluções para manter a escravatura por mais tempo, acabou acompanhando também, as ideias que surgiam para substituir o sistema, quando não fosse mais possível preservá-lo.

Preparando-se para as mudanças, pois sabia que, em um futuro não muito distante, a escravidão se extinguiria; acabou morrendo nesse ínterim. Como consequência, sua estratégia de manutenção de mão de obra transformou-se em um projeto social para a nova geração de trabalhadores. Com isso, uma adequação mais humanizada desses homens e mulheres na sociedade poderia, de fato, ter se concretizado, não fossem os fatos ocorridos posteriormente.

2.1.2.7 *As ideias abolicionistas no século XIX*

As ideias abolicionistas eram conhecidas de longa data, principalmente pela elite letrada. Aqueles que tiveram a oportunidade de entrar em contato com a cultura europeia foram influenciados pelas teorias da Ilustração. Esses homens tornaram-se os líderes da independência e familiarizaram-se com os argumentos que apareciam no Parlamento Inglês.

Era pequeno o número de pessoas com acesso a esses conhecimentos naquela época. Entre alguns líderes da geração da independência, podemos

citar: Maciel da Costa (1821), José Bonifácio (1823), José Eloy Pessoa da Silva (1826) e Leopoldo César Burlamaque (1837). Todos denunciaram os malefícios e inconveniências do sistema escravista. Para eles, o trabalho escravo dava rendimentos inferiores ao do trabalho livre; inibia o processo de industrialização; aviltava a própria ideia de trabalho; punha em risco a segurança nacional; dividia a sociedade em grupos antagônicos; gerava o regime da violência; degradava os costumes; corrompia a sociedade; era responsável pela instabilidade das fortunas e pelo abastardamento da raça portuguesa; contrariava as leis da moral, o direito natural e os preceitos do Evangelho. (COSTA et al., 1988, p. 9-61)

João Severiano Maciel da Costa, em 1821, publicava: “Memória sobre a necessidade de abolir a introdução de escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar”, José Bonifácio, em 1823, apresentara um projeto de emancipação gradual de escravos à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império Brasileiro, que foi publicado em 1825. Nesse projeto, argumentava:

Não vos iludais, Senhores, a Propriedade foi sancionada para o bem de todos, e qual é o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos naturais e se tornar de pessoa a coisa? Não é o direito de propriedade que querem defender, é o direito da força. (COSTA et al., 1988, p. 61-79)

Aquele projeto propunha que o tráfico cessasse e em um período de quatro a cinco anos, pois a abolição, se feita de repente, poderia trazer grandes males à sociedade. Tentava convencer os fazendeiros de que, cessado o tráfico, seus escravos valeriam mais e assim se tornariam mais ricos. Valendo mais, os escravos deveriam ser bem tratados; incentivados a constituir famílias através de casamentos, a população escrava cresceria. Pequenas porções de terras deveriam ser dadas aos forros para que ganhassem a vida. Os bens rurais seriam estáveis.

Outras propostas estavam contidas no projeto. Nelas, estavam boa parte do pensamento abolicionista que atuaria no Brasil até a abolição da escravatura em 1888.

Em “Memória sobre a escravatura e projeto de colonização dos europeus e pretos da África no Império do Brasil”, José Eloy Pessoa da Silva (1826) propõe a extinção do tráfico de forma gradual, e a colonização de índios, europeus e africanos da Costa Ocidental. Sugeriu que o governo oferecesse garantias aos colonos, e condecorasse os fazendeiros que adotassem a colonização durante três anos, com cem colonos, além de lhes conceder regalias, se pagassem salários. (COSTA et al., 1988, p. 79-101)

Em 1837, Frederico Leopoldo César Burlamaque divulga as ideias de Charles Conte no livro: “Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica”. (COSTA et al, 1988, p. 101-222) Participando de um concurso instituído pela “Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional no Rio de Janeiro”, procura não somente condenar o tráfico, mas considerar os males “permanentes e duradouros” da escravidão doméstica.

[...] reduzindo o Ente feito à semelhança de Deus, de pessoas a cousa, de tudo a nada! Já o tráfico é desumano! Amontoar indivíduos da espécie humana no interior de um navio, carregá-los de ferros, exterminá-los ao menor sinal de resistência, dar-lhes um sustento insalubre e mesquinho, negar-lhes as vestimentas que cubram a nudez, trazê-los ao mercado como brutos animais e vender para sempre a sua liberdade, de seus filhos e descendentes, degradar assim uma parte do gênero humano, negando a seu respeito a existência de todos os deveres morais, e entregá-la ao exercício contínuo de todas as violências de que a mais refinada tirania pode ser suscetível: eis o quadro resumido dos crimes de que são responsáveis perante Deus e os homens, os primeiros introdutores de escravos, e seus imitadores! (COSTA et al., 1988, p. 119-125)

Burlamaque mostrava as desvantagens e pontos negativos da escravidão, mas defendia a ideia de que as medidas a serem tomadas deveriam ser graduais. Aconselhava a colonização utilizando o “[...] sistema de colonos proprietários [...]”, distribuindo terras devolutas, chamando a atenção quanto “[...] à superioridade dos trabalhadores suíços, alemães e açorianos”. (COSTA et al., 1988, p. 175-208)

A obra de Burlamaque foi considerada a mais completa da época e, embora todas essas ideias tivessem clareza e lucidez, não conseguiram muita repercussão.

O desembargador da Relação de Pernambuco, Veloso de Oliveira, escrevia, em 1845, sobre a substituição do trabalho escravo pelo livre, sob o ângulo dos dominadores:

A escravidão pode convir às metrópoles que querem desfrutar as colônias, reduzindo-se a cultura de um ou outro gênero que lhes convenha, e vendendo-lhes tudo o mais, conservando-as por esse modo na estupidez e no serviço e tornando-as impróprias para a produção e residência de varões ilustres e patriotas que advoguem os seus interesses ou as queiram separar, quando se lhes não concedem vantagens reclamadas; mas um povo livre deve ter outras idéias e muito mofo seria e miserável se não atrevesse a responder pela sua existência, e confessasse que não era capaz de viver senão à custa do trabalho alheio, como os estúpidos ou paralíticos. (COSTA, 1997, p. 408)

A favor do desenvolvimento do trabalho livre, Veloso criticava a escravidão e propunha medidas que acabassem com esse sistema. Entre essas medidas, sugeria:

[...] a imposição de uma taxa sobre as terras desaproveitadas, que excedessem uma certa extensão, a multiplicação das estradas, a distribuição de mercês aos grandes proprietários que mais se distinguissem no aproveitamento de braços livres, a criação de organizações de crédito destinadas a auxiliar a lavoura. Chega a falar na criação de cidades, com o objetivo de estimular o comércio e a formação de um exército de trabalhadores rurais que seriam recrutados para prestar serviços em colônias agrícolas espalhadas por todo o país. (COSTA, 1997, p. 408)

Ainda em meados do século XIX, a sociedade contra o tráfico de africanos e promotora da colonização da civilização dos indígenas (1852) contribuía com várias sugestões para extinguir o tráfico e a escravidão no Brasil. Propunha:

[...] a formação de depósitos de colonos ou trabalhadores livres nos lugares centrais e apropriados, designados de antemão pelo governo, aos quais pudessem ir os fazendeiros buscar e contratar os colonos de que necessitavam para o trabalho de suas fazendas. [...] que a legislação se ocupasse em garantir os locadores e locatários, e que se promovesse a divisão das grandes propriedades territoriais, “utilidade esta que”, no seu entender, “só por si compensaria abundantemente qualquer sacrifício de dinheiro à Fazenda Pública, pelo estímulo ao desenvolvimento do trabalho livre e extinção progressiva da escravatura”. (COSTA, 1997, p. 408)

Na teoria, os argumentos utilizados quase vinte anos antes do movimento abolicionista do final do século XIX eram os mesmos, com a

diferença de que os primeiros concordavam que o processo de transformação para o trabalho livre deveria ser feita, na prática, gradativamente. Enquanto o sistema escravista não fosse extinto, “[...] segundo a moral e a religião que professava que todos eram iguais perante Deus”, poderiam elaborar regras que melhorassem a vida miserável dos escravos.

No pensamento de José Bonifácio (1823) ou de Burlamaque (1837) estavam contidos todos os argumentos que seriam utilizados pelos abolicionistas a partir de 1870. Repetiam-se quando esclareciam sobre os males da escravidão, ou quando pediam que se observasse a moral cristã e os ideais do liberalismo. A mudança será em relação à comiseração pública, a qual vai aumentando cada vez mais em relação aos escravos. Discursos que, no passado, não afetaram a opinião pública, cada vez mais passam a ser assimilados por multidões. Bem articulados no Parlamento, provocam o avanço na solução drástica da questão.

O pensamento escravista, com o tempo, vai perdendo a sua força, sofre alterações, esvazia-se perante o avanço abolicionista. Os interessados na permanência do escravismo, mesmo antes da extinção do tráfico, defendiam a instituição. Diziam que os africanos ao serem transportados para a América estavam sendo salvos da selvageria e iniciados na verdadeira religião, a cristã. Até mesmo Maciel da Costa em sua “Memória” escrita em 1821, ao defender a abolição do tráfico, afirmava:

Conquanto contrário à humanidade, não é tão horrível como o figuram os seus antagonistas. Comprar e vender homens ofende sem dúvida a humanidade, porque os homens nascem livres. Mas que argumento se pode tirar daqui? Nós sabemos, pela história, que de todo o tempo eles abusaram dessa liberdade original e até com ela traficaram. Tais são as fraquezas, miséria e calamidades que eles estão sujeitos sobre a terra... Nações houve que instituíram a escravidão, incorporando-a à sua organização política...Que é muito pois, que os bárbaros ferozes africanos sejam transportados de seus areais ardentes para o belo clima do Brasil, e aí empregados no suave trabalho da agricultura? (COSTA, 1997, p. 410)

Argumentava criticando o tráfico, mas deixando bem claro que este deveria continuar por mais algum tempo, “por amor à causa pública”.

Para justificar a escravidão, eram utilizados, ainda, argumentos que pretendiam provar a inferioridade racial do negro. As classes senhoriais nutriam o preconceito, mesmo assistindo à “[...] ascensão de mulatos e de um pequeno

número de negros na sociedade imperial”. Este preconceito atingia, também, a alguns indivíduos letrados, como Silvio Romero e Pereira Barreto, os quais acreditavam ser o cativo benéfico e civilizador, para uma raça considerada inferior.

Mesmo entre os abolicionistas, existiam os que não hesitavam em acreditar na inferioridade do negro, na sua “incapacidade intelectual”. Mas, desde o início do século XIX, abolicionistas ingleses opuseram-se a esse pensamento, servindo-se “[...] das informações de Mungo Park⁵³, entre outras, para demonstrar que tudo não passava de preconceitos”. (COSTA, 1997, p. 414)

Complementando as teorias, desenvolvia-se outro tipo de pensamento que colocava a escravidão como um mal necessário, e a mão de obra escrava insubstituível nas condições em que se encontrava o Brasil. Achavam que a população branca era “diminuta” em relação à negra e que, se esta faltasse de repente, poderia haver uma “desordem incalculável”.

Em 1870, Peixoto de Brito escrevia, em Lisboa, que a escravidão era “tutela benéfica” do senhor sobre o escravo, pois, sem ela, o escravo não teria a capacidade de se sustentar, não teria condições de cuidar de si mesmo. Defendia, também, a indenização ao proprietário do escravo, caso a abolição se efetuassem. Brito (COSTA, 1997, p. 416) dizia:

A lei criou o direito de propriedade do senhor sobre o escravo, a lei pode tirar-lhe este direito como pode expropriar qualquer propriedade para benefício público, mas a lei não o pode fazer senão mediante a devida indenização; se a lei fizer o contrário será a lei do roubo da propriedade particular, a lei do roubo da riqueza nacional.

Ao mesmo tempo, afirmava como isso seria impraticável pelo grande número de escravos existentes. Teria que ser uma abolição lenta e gradual, começando pelos nascituros, pois se feita bruscamente, muitos negros “[...]”

⁵³ Médico escocês que chegou à África em 1795, aos 23 anos com a missão de percorrer o curso do rio Níger. Em seu relato, “reconhecia os rigores e as dificuldades do clima e das febres, ao mesmo tempo em que reafirmava os aspectos positivos do interior da África, tropical em sua alteridade mas certamente adequada à acomodação e à aclimação”. Ver: “Os Trópicos na rota do Império britânico: a visão de Mungo Park sobre a África em fins do século XVIII”. Larissa Vianna. Hist. Cienc. Saude-Manguinhos vol 18 nº 1. Rio de Janeiro Mar.2011. www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000100003 Acesso em: 20.09.2014.

abandonariam o trabalho, procurariam asilo nas matas e muitos se dedicariam ao roubo e ao assalto”.

Numerosas publicações surgiram nos anos de 1870 e 1871 sobre a questão servil, depois da Lei do Ventre Livre. Umas se apresentavam contra a emancipação e outras, a favor.

José de Alencar, considerado o “arauto da manutenção escravista”, descrevia quanto os escravos eram bem tratados pelos senhores, estando em condições melhores do que os assalariados europeus dos grandes centros industriais. Argumentava “romanticamente” que, antes de libertar o escravo, este deveria ser bem educado, preparado para a vida. De forma preconceituosa e discriminatória afirmava:

É preciso esclarecer a inteligência embotada, elevar a consciência humilhada para que um dia, no momento de conceder-lhes a liberdade, possamos dizer: Vós sois homens, sois cidadãos. Nós vos remimos não só do cativo como da ignorância, do vício e da miséria, da animalidade em que jazeis. (COSTA, 1997, p. 420)

Ao longo do tempo, reduzia-se o número de pessoas que procuravam defender os benefícios da escravidão, aumentando o número daqueles que defendiam o seu fim.

Entre os que se posicionaram a favor da abolição estavam os positivistas, que acrescentavam outros elementos para condenar a escravidão. Influenciados por ideias de Augusto Comte, afirmavam que:

[...] nenhuma ordem real poderia surgir nem perdurar se não fosse plenamente compatível com o progresso, e que nenhum progresso se realizaria efetivamente se não tendesse, finalmente, à consolidação da ordem. (COSTA, 1997, p. 428)

Assim, em 1865, Brandão Júnior publicou um trabalho “[...] aplicando à realidade brasileira a lei geral da evolução humana” em que propunha a transformação da escravidão num regime de servidão. Dizia estar o Brasil, economicamente, em um processo correspondente à “organização feudal” e que, portanto, deveria evoluir como aquele sistema. Os escravos deveriam ser transformados em servos, os proprietários estipulariam os salários e o preço da sua liberdade. Aos poucos, sem revoluções ou crises, o trabalho escravo se transformaria em livre.

Nos anos de 1870, o ex-escravo Luís Gama, liderava um grupo de pessoas que, apoiadas na Lei de 1831, tentavam libertar os escravos que haviam entrado no país depois dessa data. Conseguindo libertar certo número de escravos, colocaram em debate o direito dos “africanos livres” viverem em liberdade. (COSTA, 1997, p. 463)

Na década de 1880, os positivistas brasileiros se manifestaram com maior frequência em relação à abolição, refletindo inevitavelmente a respeito de seus interesses e compromissos com a “ordem social vigente”. Miguel Lemos, representando o setor urbano, sem vínculos com o meio rural, condenou radicalmente a escravidão; enquanto Pereira Barreto e Ribeiro de Mendonça assumiram uma posição mais moderada, por estarem ligados aos interesses agrários.

Miguel Lemos não aceitava a ideia de transformar a escravidão em uma servidão, pois achava impossível ser feita “qualquer fiscalização”, permanecendo, assim, o *status quo* sob nova situação.

Pereira Barreto, ainda em 1880, escreve artigos em “A província de São Paulo”. Neles afirma que:

[...] qualquer reforma antes de se tornar um fato, precisa ser por muito tempo uma ideia assimilada, uma parte integrante da circulação mental da época. O passado não se refaz, não se modifica, não se anula, o presente não pode ser modificado senão nos limites da esfera das tradições, leis e costumes, que nos legou o passado e mais ou menos nos limites do ideal que fazemos do futuro. Por tudo isso, para realizar uma reforma, há necessidade de preparação psicológica e econômica. (COSTA, 1997, p.431)

É difícil avaliar até que ponto as ideias positivistas ou abolicionistas influenciaram a testadora, porém, a partir de sua atitude em relação à libertação de seus escravos e à criação da colônia agrícola, percebe-se que pode ter sido influenciada pelas publicações da época. Nota-se, também, a crença de que os libertos não seriam capazes de assumirem, sozinhos, a administração das terras e, assim, cumprirem a sua proposta.

Um dos projetos que pode tê-la influenciado também foi publicado em 1880, na Gazeta da Tarde, pelos abolicionistas: Teixeira Mendes, Aníbal Falcão e Teixeira de Sousa, com o título de “Apontamentos para a solução do problema social no Brasil”. Propunham:

[...] a supressão imediata do sistema escravista, e a adstrição ao solo do ex-trabalhador escravo, sob a direção dos respectivos proprietários, supressão de todos os castigos corporais e de toda legislação especial, constituição de um regime moral pela adoção sistemática da monogamia, fixação do número de horas de trabalho quotidiano, descanso no sétimo dia, criação de escolas de instrução primária, mantidas nos centros agrícolas às expensas dos grandes proprietários rurais e estabelecimento de salário razoável. (COSTA, 1997, p. 429)

Dois anos antes, em 1878, Henrique Pedro Carlos de Beurepaire-Rohan publicara “O futuro da grande lavoura e da grande propriedade”, em que previa que em 10 anos a escravidão estaria extinta no Brasil. Sugeriu que os escravos fossem convertidos em colonos e que as fazendas fossem transformadas em “colméias agrícolas” através do “[...] retalhamento da grande propriedade, pelo qual o fazendeiro cederia o domínio útil da terra aos foreiros perpétuos”. Os produtos que fossem colhidos deveriam ser preparados em fábricas centrais, que seriam criadas nas fazendas. (COSTA, 1997, p. 175)

Ao analisar o testamento no que se refere à libertação dos escravos e à criação da colônia agrícola, percebe-se a semelhança desse projeto com as ideias de Teixeira Mendes, Aníbal Falcão, Teixeira de Sousa e de Beurepaire Rohan, que antecedem o testamento em 1 e 3 anos, respectivamente. Tempo suficiente para que houvesse um amadurecimento daquelas ideias por parte da testadora.

Observemos o trecho do testamento abaixo:

[...] Esses libertos e ingênuos, e seus descendentes formarão em minha fazenda denominada de Cantagalo – uma colônia agrícola – com a denominação de “Nossa Senhora da Piedade”, que será a protetora do estabelecimento. Na mesma fazenda e a expensas do rendimento dela serão estabelecidas duas escolas para educação dos menores da colônia, de ambos os sexos, que serão franqueadas também aos menores da circunvizinhança, se não houver inconveniente. Aos adultos serão distribuídos lotes de terras a fim de cultivarem cereais para a sua subsistência e lotes de cafés para beneficiá-los e colher os frutos: destes, depois de convenientemente preparados e vendidos, lhes pertencerá a metade, e a outra metade à casa de caridade, que se fundar na cidade de Paraíba do Sul. (Testamento da Condessa do Rio Novo)

Na tentativa de buscar o caminho que possa ter percorrido a Condessa até a tomada de sua decisão, na libertação e no acesso à terra de seus escravos, conclui-se que ela acompanhou e assimilou os debates políticos de sua época. Decerto absorveu o ideal daqueles que se preocupavam com uma

libertação acompanhada de uma reforma no sistema de propriedade da terra, como por exemplo, André Rebouças com o projeto de “democracia rural”. Nele propunha “[...] a inserção do liberto enquanto pequeno produtor [...]”, rompendo com a ideia de que, para o escravo, liberdade significava o “não-trabalho”. Não queriam continuar trabalhando na grande propriedade, mas não desejavam a ociosidade. (SANTOS; In: FILHO, 2000, p. 63)

Entre os abolicionistas abundavam críticas ao “latifúndio”, às “estruturas feudais da economia e da sociedade brasileiras”, à “grande lavoura” e à “aristocracia rural”.

Essas expressões, entre aspas, são utilizadas na época, não só por Rebouças, mas por Patrocínio, Joaquim Nabuco, pelos publicistas dos jornais *O Paiz*, *O Jornal dos Economistas*, por certos membros da Sociedade Central de Imigração etc. Cf. por exemplo essa carta de Nabuco onde ele identifica os “adversários” da luta abolicionista: “os homens ricos do país, os representantes do **feudalismo** que o cobre, os donos da terra em suma-minoria [...] cuja força vem do monopólio do trabalho”. *O Abolicionista*, 15 de dezembro de 1880. Ou ainda o jornal *Lucros e Perdas*, que no seu número 6 (Nov. 1883) critica a entrada dos chineses, criticando, ao mesmo tempo, a “grande lavoura”: “ A **grande lavoura** quer o chin. Ele é a sua magna esperança. Vem salvar o latifúndio e eternizar essa cultura extensiva que é o sonho da aristocracia rural”. (SANTOS; In: FILHO, 2000, p. 72)

Para eles, a abolição da escravatura nunca era vista como “[...] mera emancipação jurídica do escravo”.

Jornais que pareciam não ter vínculos com os abolicionistas publicavam artigos referentes à “reforma agrária” no pós-abolição, isto é, à transformação da “[...] estrutura fundiária do país e à associação entre abolição e democratização do solo”. (SANTOS; In: FILHO, 2000, p. 72)

Na verdade, existiam atores desconhecidos comprometidos com a abolição e com as reformas sociais. Entre eles, podemos destacar: João Clapp, representante do Club dos Libertos de Niterói contra a escravidão, que se envolveu não só na luta pela abolição, como também na promoção da educação dos ex-escravos; Ennes de Souza, um dos fundadores da Sociedade Central de Imigração; Cardoso de Menezes, Belmiro V. da Silva, João Augusto de Pinho, representantes do Centro José de Alencar e do Club Abolicionista dos Empregados do Comércio. (SANTOS; In: FILHO, 2000, p. 65)

Por ter sido escrito em 1881, o testamento antecipa os debates abolicionistas mais exaltados dos momentos finais da escravidão, mas demonstra que a condessa acompanhou a transformação do pensamento sobre a emancipação. Libertou os seus escravos dando-lhes condições para a sua instrução, participação no mercado interno, acesso à terra, porém, “acorrentando-os” a um grupo da classe dominante, a quem os confiou para uma transformação crucial em suas vidas.

2.1.3 Os Significados da Liberdade

Desde o início da escravidão no Brasil, a liberdade era atributo do “branco”, que potencializava a inserção social e a propriedade. Essa representação da liberdade começa a ter as suas “bases solapadas”, durante a segunda metade do século XIX.

Relações familiares e comunitárias entre os cativos dos grandes plantéis, formados até a primeira metade do século XIX, forjaram um dos eixos de sociabilidade básica sobre o qual se construíram as expectativas dos cativos em relação à liberdade nas últimas décadas da escravidão. (MATTOS, 1998, p. 110)

Um espírito de resistência e violência desenvolveu-se nos escravos, quando suas famílias foram separadas pelo tráfico interno. O cativo concentrou homens de experiências diversas, com “[...] expectativas distintas das que orientavam a ação de seus novos senhores”. A venda de escravos de pequenos proprietários para grandes senhores, “[...] muitas vezes provocava tensões específicas nas últimas décadas da escravidão”. (MATTOS, 1998, p. 115)

Adaptar ao cativo os africanos livres, sempre foi uma tarefa difícil, devido à sua resistência. Cessado o tráfico Atlântico, a continuidade do tráfico interno redefiniu aquele problema fundamental, que era “[...] adaptar um cativo, arrancado de sua comunidade de origem, a uma disciplina de cativo, às vezes bastante distinta”. (COSTA, 1997, p. 334) Os senhores sentiam-se ameaçados de um levante diante de escravos estranhos nos quais não tinham confiança.

Dos escravos esperava-se humildade, obediência, fidelidade. Do senhor, autoridade benevolente. Nem sempre as expectativas eram satisfeitas: o escravo roubava, era infiel, fugia, quando não praticava desatinos. O senhor excedia-se nos castigos, era violento e cruel [...]. Não faltaram senhores benévolos e dedicados que tratavam seus escravos com humanidade, nem escravos que revelaram sua devoção, às vezes de forma patética, mas a instituição escravista propiciava os excessos, os crimes, a espoliação de um grupo pelo outro. A idealização da escravidão no Brasil, o retrato do escravo fiel e do senhor benevolente e amigo do escravo que acabaram por prevalecer na literatura e na história foram alguns dos mitos forjados pela sociedade escravista na defesa do sistema que não julgava possível prescindir. (COSTA, 1997, p. 334-335)

Para evitar eventos sangrentos, uma lei geral de 1835 previa a pena de morte para os escravos que atentassem contra a vida de seus senhores e feitores. Mesmo assim, devido à grande concentração de negros nos fins da década de 1860, a disciplina e o controle tornavam-se cada vez mais difíceis.

Em 1857, as galés perpétuas substituíram a pena de morte, constituindo a pena máxima do Império. Muitos escravos preferiam a prisão à escravidão, com isso, os crimes continuaram.

A Lei de 1871 também teve seus efeitos, mesmo não significando mudanças concretas, visto que o ingênuo trabalharia até os 21 anos de idade para o senhor, mas decretou “o fim do caráter absoluto da instituição escravista”. Os senhores e os escravos percebiam a sua temporalidade. (AZEVEDO, 1987, p. 181-182)

Machado (2010, p. 32), em seus estudos sobre a “criminalidade escrava nas áreas cafeeiras paulistas no século XIX”, informa-nos que os escravos lutavam pela possibilidade de possuir autonomia no “sistema de trabalho vigiado”, isto é, tempo livre para as suas atividades sociais e econômicas independentes.

Tratava-se, segundo o ponto de vista dos escravos, de defender, das investidas senhoriais, os espaços de autonomia conquistados através de constantes confrontos: uma cadência de trabalho orgânica ao grupo, uma organização social independente, uma incipiente produção de subsistência na forma de roças e de uma microeconomia monetária, provenientes tanto do pequeno comércio de gêneros – produzidos ou roubados -, quanto pelo recebimento de gratificações pelo trabalho realizado a mais ou nos dias de folga. (MACHADO, 2010, p. 32)

Os anos de 1870 foram marcados pela visibilidade da “[...] fragilidade do sistema de dominação escravista e a base legal que o sustentava”. Ao mesmo

tempo em que era preciso negociar com os escravos, “[...] fazia-se necessário estabelecer as bases legais e costumeiras que separavam os homens em escravos e livres.” Como podemos observar abaixo, quanto às “obrigações senhoriais não cumpridas”:

Art. 6º, par. 4 da Lei n. 2040 de 28.09.1871, e Art. 76 do Decreto n; 5135 de 13.11.1872 declaram que: “Considera-se abandonado o escravo cujo senhor residindo no lugar e sendo conhecido, não o mantém em sujeição, e não manifesta querer mantê-lo sob sua autoridade”. Criat, TRSP, AC de 1884, fl.149. (MACHADO, 2010, p. 44-45)

A “[...] satisfação das necessidades básicas dos escravos, a oferta de alimentação e cuidados médicos ou o efetivo controle e estímulo do trabalho independente na forma das roças de subsistência [...]” caracterizava o poder dominial, assim como a exploração fiscalizada do trabalho em grupo. (MACHADO, 2010, p. 46)

A exploração fiscalizada do trabalho em grupo permanecia, mesmo com o sistema escravista declinando. Como os escravos fugiam e a indisciplina aumentava, houve a necessidade de intensificar a disciplina através de castigos rigorosos para manter o controle das fazendas, isto é, evitar as deserções e acelerar o ritmo do trabalho daqueles escravos que permaneciam, a fim de que pudessem repor o trabalho dos que partiam. Em contrapartida, quando as obrigações senhoriais não eram cumpridas, os cativos reagiam violentamente. (MACHADO, 2010, p. 47)

Sendo assim, com a crescente necessidade de reforçar sua “ascendência moral sobre os cativos”, outra experiência foi colocada em prática tratava-se de os senhores utilizarem a experiência de alforriar seus escravos, dando-lhes liberdade condicional ou negociando benefícios. (MATTOS, 1998, p. 190)

A política de negociação aprendida, principalmente, pelos cativos nascidos no Brasil, era largamente utilizada com o objetivo de “[...] produzir fidelidades e potencializar o nível de autoridade [...]” entre senhores e escravos. A alforria geraria “[...] uma dívida de gratidão a que o liberto sempre se manteria ligado”. (MATTOS, 1998, p. 192)

Nesse período, quando a escravidão perdia a sua legitimidade, as alforrias aumentavam. Os senhores temiam frustrar as expectativas dos cativos para o alcance da sua liberdade.

Raramente a alforria era desejada em um caráter individual. No meio rural, a família "[...] sempre foi pressuposto básico desta possibilidade". Se todo o grupo perdesse os elos do cativeiro com a escravidão, do ponto de vista senhorial, isso, sendo bem administrado, poderia engendrar cativos de confiança e dependentes leais. (MATTOS, 1998, p. 192)

Além do aumento do número de alforrias as reivindicações dos escravos para que os senhores cumprissem as suas "obrigações" tornaram-se mais abertas e mais frequentes. Recebimento de salários, moradia, roças de subsistência, alimentação eram vistos como "direitos", concessões entendidas como "[...] legítimas contrapartidas pelo trabalho realizado". Essa transformação no sistema disciplinar das fazendas tinha um caráter preventivo, isto é, era para evitar os "[...] ataques violentos dos plantéis contra os senhores e seus feitores". (MACHADO, 2010, p. 37)

A partir desse pensamento e comportamento da época, percebe-se que o testamento da Condessa do Rio Novo era uma tentativa de "produzir fidelidades". Com a promessa de liberdade e de acesso à terra depois de sua morte (liberdade condicional), os escravos reconheceriam a legitimidade da senhora, comportar-se-iam bem no trabalho, seriam o exemplo do "bom cativeiro". Do ponto de vista da Condessa, essa promessa seria como prêmio para os cativos, mas, do ponto de vista dos escravos, isso os fazia sentirem-se um pouco menos escravos do que os outros. Tinham adquirido esses privilégios através de sua própria luta, para alcançar "[...] espaços de autonomia ampliados dentro do cativeiro". (MATTOS, 1998, p. 157)

Segundo Machado (2010, p. 42), nota-se que a maioria dos senhores que doavam uma parte ou todos os seus bens, incluindo terras, para os escravos, não tinham herdeiros diretos, isto é, não tinham filhos, eram viúvos, solteirões ou padres. Estes "[...] parecem ter sido muito mais sensíveis à ideia de recompensarem seus escravos pelos serviços prestados, do que aqueles que possuíam herdeiros diretos." A Condessa do Rio Novo era viúva e sem filhos.

Diversas pesquisas já demonstraram que os escravos, mesmo antes da extinção do tráfico, souberam “[...] reinterpretar e reverter a seu favor as estratégias senhoriais”.

Os senhores investiram também, inúmeras vezes, na diferenciação interna da experiência do cativo para o controle social estratégico de seus escravos.

Era socialmente interessante que ‘africanos’ disputassem com ‘crioulos’, que cativos se esforçassem para se tornarem feitores ou terem acesso privilegiado às roças de subsistência. (MATTOS, 1998, p. 131)

Na Fazenda de Cantagalo aparecem alguns casos similares ao apresentado por Mattos. Observando a Relação dos Escravos Declarados Livres (Anexo IX), João (Matr. 6.627), 48 anos, solteiro, natural da África e João (Matr. 6.628), 50 anos, solteiro, natural do Rio de Janeiro, eram feitores. Nesse caso, a Condessa procurou agradar os dois grupos de escravos existentes na fazenda, o dos africanos e o dos crioulos. O que os senhores esperavam dos escravos feitores é que a sua solidariedade aos interesses senhoriais fosse maior do que a identificação com os seus parceiros.

Na relação dos imóveis na avaliação dos bens da Fazenda de Cantagalo, de 14.08.1882, no inventário da Condessa, aparecem, entre outros, moradias privativas, algumas separadas da senzala coletiva⁵⁴, como a casa “para cômodos de pretas”; outra servindo de “senzala, hospital e morada dos

⁵⁴ “Baseando-se em relatos de viajantes que percorreram o Centro-Sul do Brasil ao longo do século XIX, Slenes distingue três tipos de vivenda escrava: as senzalas “pavilhão”, edifício único com pequenos recintos ou cubículos separados para os escravos solteiros e casados, as senzalas “barracão”, onde viveriam escravos e escravas solteiros em grandes recintos separados, e as senzalas “cabana”, onde viveriam escravos casados ou solteiros de um mesmo sexo. Ao sintetizar sua análise sobre a questão, Slenes escreve que o que chama a atenção na maioria destes depoimentos é que o casar-se [...] conferia acesso a um espaço construído próprio, seja um cubículo num barracão/pavilhão, seja num barraco separado. Mesmo não sendo necessariamente maior do que os cubículos [nos barracões], os compartimentos [nos pavilhões] ou os casebres dos solteiros, a moradia da pessoa casada – ou pelo menos da recém-casada, sem filhos – geralmente congregava menos gente [...]. Além disso, e mais importante, era uma habitação dividida com um parceiro de vida, não apenas de roça. Enfim, o casar-se frequentemente implicava para o escravo ganhar mais espaço construído; mas, sobretudo, significava apoderar-se do controle desse espaço, junto com o cônjuge, para a implementação de seus próprios projetos”. (SLENES, 1999, p. 159, apud: MARQUESE, 2005)

empregados”; “Sítio do Vicente”; “Sítio do Germano”; “Pedra e Morro do João Cabra”; demonstrando as concessões feitas a fim de garantir a obediência, melhorar as condições de vida do cativo e, até mesmo, evitar crimes que eram justificados quando era mau o cativo.

Vejamos o trecho do inventário:

Uma casa coberta de telhas de 15 lances e varanda, para cômodo de pretas.....4:000.000
Uma casa denominada Sítio do Vicente.....300.000
Uma casa coberta de telhas e varandas de dezesseis lancez, outra dita com varanda, de 12 lancez para senzallas de pretoz, coberta de telha, sendo quatro para...ilegível...de café, nove para hospital e morada dos empregados.....9:000.000
Uma casa com 9 lances no sítio do Germano, com cosinha, telhas com 4 lances assoalhados.....1:500.000
20.000 pés de café novos começando nos Pinheiros e terminando na pedra do João Cabra.....6:400.000
15.000 ditos no Morro do João Cabra vertendo para a linha férrea.....1:200.000
(Inventário do espólio de Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Condessa do Rio Novo)

A casa para “cômodos de pretas” era separada da outra casa destinada à senzala coletiva. É possível que essa separação seja um indício de que essas “pretas” tenham conseguido uma concessão da Condessa, que privilegiou esse grupo. Senzala “cabana”? Seriam essas pretas, solteiras?

Os locais denominados “Sítio do Vicente”, “Sítio do Germano” e “Pedra e Morro do João Cabra⁵⁵”, possivelmente eram terras concedidas a esses escravos para exploração de roças próprias, muitas vezes conseguidas por antiguidade ou através do casamento (legal ou consensual). (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 90)

Vicente aparece na relação dos escravos libertados (Anexo IX) com matrícula 2.242, cor parda⁵⁶, 43 anos, solteiro, natural do Ceará, profissão: carpinteiro; Germano, com matrícula 6.660, cor preta, 50 anos, solteiro, natural da África, profissão: lavoura. Nesse caso, a Condessa privilegiou novamente um escravo de cada grupo (africano e crioulo). Como dissemos anteriormente,

⁵⁵ Mestiço de mulato e negro. (SIMON, 1996, p. 43)

⁵⁶ “Ainda nos dias de hoje, os mestiços são denominados pardos, palavra imprecisa, de uso generalizado.” (SIMON, op. cit, p. 41)

era socialmente interessante, a disputa entre africanos e crioulos para terem acesso privilegiado às roças de subsistência.

Os escravos frequentemente brigaram e conseguiram obter dos senhores o direito a um pedaço de terra para sua subsistência e até o direito de vender algum excedente da produção. [...] o barão de Pati do Alferes e os cafeicultores fluminenses em geral tinham uma consciência cristalina de manipulação da brecha⁵⁷ como mecanismo de dominação ideológica. [...] o que aparentava ser concessão senhorial resultava de barganhas cheias de malícias de ambas as partes. Se os barões cedem e concedem, é para melhor controlar. Onde os escravos pedem e aceitam, é para melhor viver, algo mais que o mero sobreviver. (REIS; SILVA, 1999, p. 8)

João Cabra não aparece naquela relação. Teria sido alforriado antes? Pode ter comprado a sua alforria ou pode ter sido concedida acompanhada de um lote de terra onde pudesse cultivar produtos para a sua subsistência. Com isso, continuaria trabalhando na fazenda, obedecendo e reconhecendo a autoridade de sua senhora.

Mesmo a abrangência da instituição familiar entre os cativos, do pecúlio do escravo e da própria prática das alforrias remuneradas sugeriram muito fortemente que estes foram movimentos que os senhores não seriam capazes de conter, mas tão somente de tentar disciplinar, a manutenção destas práticas, no espaço costumeiro, ou seja, em tese, na dependência do arbítrio senhorial, permitia que grande parte do esforço cativo para transformar suas condições de cativeiro e, mesmo, para dele se libertar fosse possível de uma leitura que reforçava, em última análise, a autoridade senhorial. (MATTOS, 1998, p. 154)

A senzala coletiva aparece junto a um hospital e à morada de empregados. A existência de um hospital próximo à senzala reforça a ideia de que, nessa fazenda, o tratamento dado aos escravos tinha o objetivo não só de otimizar a produtividade, mas também de aumentar o tempo de vida útil dos cativos, dando-lhes condições para o tratamento de suas enfermidades.

Percebe-se que a Fazenda de Cantagalo organizou-se, moldando-se às novas necessidades, para que a produção não fosse prejudicada e o trabalho, em geral, tivesse um bom funcionamento.

⁵⁷ Para um melhor entendimento sobre a “brecha camponesa” ver o estudo de: CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Desde 1850 e especialmente após a promulgação da lei do Ventre Livre, políticas públicas e estratégias privadas tentavam encaminhar de maneira segura a chamada transformação do trabalho. Por parte dos cidadãos ativos envolvidos no processo, seja como agentes econômicos (fazendeiros escravistas), seja como atores políticos, os esforços se concentraram na busca de controlar a transformação, no sentido de evitar a desorganização da produção. (MATTOS, 1998, p. 210)

Reconhecemos, anteriormente, que a Condessa acompanhou as mudanças de sua época, articulando estratégias de dominação e de negociação. Por fim, na tentativa de organizar a mão de obra a qual tornaria liberta, buscou uma forma de controle com relação aos escravos. Colocou-os nas mãos de uma irmandade, constituída por pessoas com interesses completamente diversos daqueles que iriam inserir na sociedade.

Esse “controle da transformação”, do trabalho escravo para o livre, aparece claramente em seu testamento. A permanência dos libertos na Fazenda de Cantagalo, com acesso a lotes de terra, não fez desaparecer a dependência, visto que essa era a chave da dominação dos brancos sobre os libertos. Observemos no trecho do testamento abaixo, o que diz respeito à produção do café:

[...] a metade da produção de café ficará pertencendo à mesa da respectiva irmandade, sob a fiscalização do juiz de direito e do presidente da Câmara Municipal, a administração e o governo da colônia, por modo que dela resulte o maior proveito para o País, para os colonos e para a casa de Caridade, organizando-se o necessário regulamento para manutenção da ordem e disciplina, regularidade dos serviços e fiscalização da receita e despesa. Os libertos e ingênuos que não quiserem permanecer na colônia, e os que dela forem expulsos por viciosos, desordeiros e vadios incorrigíveis, perderão o direito a todos os favores e vantagens, podendo a administração admitir em lugar deles pessoas livres por sua pobreza, bons costumes e hábito de trabalho se tornarem dignos dessa proteção, e bem assim os ingênuos que o Governo quiser para ali enviar, a fim de serem educados e aplicados ao trabalho nas condições acima declaradas. (Testamento da Condessa do Rio Novo)

A liberdade e o acesso à terra, concedidos em testamento, além do sentimento de caridade cristã e da transformação no pensamento sobre a emancipação, foi também uma estratégia para garantir a “paz na senzala”⁵⁸,

⁵⁸ As expectativas de liberdade e de acesso à terra faziam um “papel estabilizador” para o sistema nos grupos familiares, pois “[...] as expectativas de conflito, indefinidamente recriadas

pois o trabalho podia ser desorganizado por motivos diversos (fugas, rebeliões, crimes, formação de quilombos).

As condições impostas no testamento aos libertos garantiram a subordinação aos brancos, dependentes do julgamento destes pelas suas ações, para manterem-se ou não nas terras “herdadas”. (AZEVEDO, 1987, p. 205-206)

Como vimos, uma documentação pode fazer emergir informações que, interpretadas analisando-se o seu contexto, demonstram sentimentos, necessidades, intenções, entre outros.

pela escravidão deviam tender a tornarem-se mais modestas”. (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 90).

3 O LIBERTO NA COLÔNIA AGRÍCOLA NOSSA SENHORA DA PIEDADE

Neste capítulo abordaremos o cotidiano dos libertos na colônia agrícola, bem como as relações com as suas famílias, com a sociedade e com a administração empreendida pela Irmandade ou Casa de Caridade. Além de analisar o contexto fundiário no Brasil, os poderes políticos e econômicos dos fazendeiros do final do século XIX e início do século XX e a questão dos arrendamentos e dos aforamentos das terras.

3.1 DE ESCRAVO A COLONO

A maioria dos libertos após a abertura do testamento permaneceu na Fazenda de Cantagalo, formando a colônia agrícola proposta pela Condessa, condição assentada para o acesso à terra. Ficariam com os lotes para produzir cereais de subsistência e comercializar, aqueles que trabalhassem pelo sistema de parceria⁵⁹, dividindo a produção de café com a Irmandade Nossa Senhora da Piedade, fundada com o objetivo de administrar a colônia.

Nas discussões com relação à abolição da escravatura, a maior preocupação que se instalava referia-se à necessidade de mão de obra nas lavouras. Os senhores de escravos só conseguiam ver a solução através da imigração, isto é, na mão de obra estrangeira. (COSTA, 1997, p. 109)

Desde o governo de D. João VI, tentativas de colonização com imigrantes alemães, suíços ou açorianos foram feitas, com o objetivo de povoar o Brasil⁶⁰. A maior parte dessas experiências não deu certo, o que acabou

⁵⁹ “Por parceria entende-se uma reunião de indivíduos para um fim de interesse comum; um contrato pelo qual alguém cede a outro uma terra para ser cultivada, repartindo-se os frutos entre ambos na proporção que estipularem. É uma combinação entre proprietário e trabalhador, onde o uso da terra feito pelo parceiro é pago com parte da produção. Para saber mais sobre esse sistema utilizado pela primeira vez no Brasil, em São Paulo, ler Thomaz Davatz. I (1850). São Paulo: Ed. Itatiaia, 1980; apud: CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. **Imigrantes italianos em uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)**. Dissertação de Mestrado. Vassouras: USS, 2001, p. 86.

⁶⁰ O sistema de colonato “[...] esteve associado à imigração pelo menos até meados do século XX, com participação limitada da população nacional”.[...] A imigração africana, assim como a mão de obra liberta, era considerada inapta, desqualificada para o trabalho livre na condição de pequenos proprietários rurais. Sobre o assunto ver: SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n. 53, p. 117-149, março/maio 2002.

reforçando a opinião dos que eram contra essa iniciativa. Defendia-se a ideia de que o país precisava de braços para a lavoura e não de núcleos de povoamento, alegando serem estes, altamente dispendiosos para o governo.

Em contrapartida, existiam aqueles favoráveis à colonização em larga escala, possibilitando o acesso à terra aos imigrantes. O governo continuou tentando introduzir colonos estrangeiros no Brasil, apesar dos insucessos.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, os pequenos núcleos coloniais que se formaram enfrentavam dificuldades maiores do que os fundados em Santa Catarina ou no Rio Grande do Sul. Faltavam mercados, não conseguiam progredir em meio a grandes propriedades que funcionavam de maneira autossuficiente, sem possibilidades de fazer escoar seus produtos para centros urbanos mais próximos.

As melhores terras, as mais férteis, com o melhor acesso, estavam nas mãos dos grandes proprietários, monopolizadas. (COSTA, 1997, p. 116)

Para combater o monopólio da terra, muitos sugeriam uma reforma agrária, substituindo o latifúndio monocultor pela pequena propriedade de policultura. Lacerda Werneck criticou o monopólio do solo em 1855, dizendo que o desenvolvimento da pequena propriedade necessitava da ampliação do crédito rural.

Em 1868, Quintino Bocaiúva falava da necessidade de uma lei que taxasse as terras baldias, de uma reforma nos costumes e tradições do trabalho agrícola, para facilitar a subdivisão das grandes propriedades e a instalação de grupos coloniais.

Henrique de Beaurepaire Rohan, em 1878, afirmava:

O retalhamento da grande propriedade territorial é, com efeito, uma condição indispensável ao desenvolvimento de nossa lavoura, muito mais quando estiver de toda extinta a escravidão. (COSTA, 1997, p. 36)

A experiência com os núcleos de colonização estrangeira não deu certo, em parte, porque os fazendeiros, em sua maioria, só tinham interesse em explorar a mão de obra imigrante. Os latifundiários no Brasil nunca pretenderam perder essa posição na sociedade; e os imigrantes vinham para o Brasil com a expectativa de se tornarem pequenos proprietários. Nem mesmo Vergueiro, pioneiro das colônias de parceria, inicialmente com imigrantes

portugueses, posteriormente com italianos na sua fazenda em Ibicaba, pensava de maneira diferente. Pretendia, antes de tudo, resolver a falta de braços em sua propriedade. Depois de muita discussão sobre o assunto (pensou-se inclusive no imigrante chinês), os cafeicultores e os poderes públicos, provincial e federal, passaram a incentivar a imigração europeia. (IANNI, In HOLLANDA, 1997, p. 306-307)

A Fazenda de Cantagalo não tinha carência de mão de obra, pois possuía mais de 200 escravos, isto é, um alto valor de capital investido, sujeito a um grande risco: a abolição. Qual seria a maneira de não perder todo esse capital, mão de obra, propriedade, patrimônio, como bem quiseram denominar os escravos?

Mesmo com todos os argumentos sobre as vantagens da imigração e do trabalho livre, até 1880, a maioria dos fazendeiros acreditava ser impossível substituir a mão de obra escrava. (COSTA, 1997, p. 36-37)

A condessa pretendeu utilizar aquela mão de obra, fazendo “arranjos” que pudessem mantê-la na fazenda, mesmo após a abolição. Foi uma forma de “amarrar” o liberto. “Tratava-se de mudar para manter”. Assim como os imigrantes, os escravos também tinham as suas expectativas com relação à terra, como observamos no capítulo anterior. A possibilidade de possuir terras, em uma sociedade que não possibilitava essa prerrogativa aos pobres, era o suficiente para que permanecessem depois de sua libertação naquela fazenda.⁶¹

Por pertencer à zona antiga de café, considerada decadente, aquele tipo de fazenda não atraía os imigrantes, que escolhiam zonas de maior produtividade para se estabelecerem. (COSTA, 1997, p. 36)

Sobre a afirmação acima, percebe-se no inventário alguns dados que trouxeram questionamentos sobre a “baixa produtividade” da Fazenda de Cantagalo, pois a propriedade ainda possuía matas virgens e muitos pés de

⁶¹ “A Lei de Terras de 1850” determinava que, a partir daquela data, a terra só poderia ser adquirida por compra, proibindo-se o acesso via posse. O país, no entanto não foi transformado em uma imensa região de fronteira fechada (terras apropriadas). Mas em áreas de ocupação antiga, ela solidificou um monopólio anteriormente constituído. (MOTTA, In: SILVA, 1989, p. 112)

café novos. Observemos abaixo o trecho do inventário da condessa, no que diz respeito aos bens imóveis.

Duzentos e vinte e cinco alqueirez de terras parte em campo parte em cafesaes.....33:750.000.
Nove ditos ocupados por 36.000 pés de café no Sítio de Sant'Anna.....1:800.000.
95 alqueirez de terras em mata virgem.....38:000.000.
25.000 pés de café velho, vertendo para a Estrada União e Indústria, no lugar denominado duas porteiras.....1:500.000.
25.000 ditos novos dividindo com o Valle da Companhia União e Indústria e terminando na caixa da água.....5:000.000.
50.000 ditos começando da caixa da água ao Sítio do Germano até aos Pinheiros.....15:000.000.
20.000 ditos começando nos Pinheiros e terminando na pedra do João Cabra.....6:400.000.
100.000 ditos até a grota do Domingos Serra.....24:000.000.
15.000 ditos no Morro do João Cabra vertendo para a linha férrea.....1:200.000.
20.000 ditos de deiz annoz no Sítio de Sant'Anna.....6:400.000.
36.000 ditos de trez annoz no mesmo sítio.....10:080.000.
(Inventário do espólio de Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Condessa do Rio Novo)

As informações demonstram que “[...] as imagens interligadas do cafezal velho e improdutivo, do fazendeiro pré-capitalista e do escravocrata empedernido [...]”, utilizadas para caracterizar a economia e a sociedade do Vale do Paraíba, no final do Império têm sido refutadas pelas novas pesquisas. (SLENES, In: COSTA, 1986, p. 106)

Segundo Fragoso, nas propriedades agrícolas de Paraíba do Sul, descritas em inventários post-mortem de 1880, 57% dos cafezais tinham menos de 16 anos de idade (isto é, eram novos ou na sua idade mais produtiva) e 25% das terras ainda eram matas. (FRAGOSO, apud, SLENES, In: COSTA, 1986, p. 137)

A fazenda de Cantagalo não estava decadente na década de 1880, possuindo no total, 327.000 pés de café. Estratégias de manutenção da produção deveriam ser pensadas, a fim de uma preparação para o advento da abolição da escravatura, pois este era inevitável.

Assim a condessa, enquanto viveu, conseguiu garantir a mão de obra em sua fazenda, pois prometeu a liberdade e o acesso à terra aos seus escravos. A questão foi colocada, registrada em testamento.

Consta, no inventário, uma análise feita pelo Dr. Antonio Luz dos Santos Werneck⁶², com as seguintes considerações em relação aos direitos dos libertos:

[...] a testadora ordena o estabelecimento, n'essa colônia, de duas escolas para educação dos menores d'ella e da circunvizinhança; determina a distribuição entre os colonos de lotes de terras e de cafesaes, metade de cujo producto líquido lhes pertence, pertencendo a outra metade à Casa de Caridade, expõe a maneira por que deve ser feita a administração da mesma colônia, regula os casos de expulsão e os de admissão de novos colonos, que poderão ser pessoas livres. Esta última circunstância denota evidentemente que “os libertos e ingênuos e seus descendentes” não são proprietários da fazenda de Cantagallo, mas simplesmente – colonos privilegiados, como que emphytheutas ou senhorios do domínio útil da mesma fazenda transformada pelo testamento em colônia agrícola. [...] (Inventário do espólio de Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Condessa do Rio Novo)

Como dissemos anteriormente, à primeira vista parecia que os libertos e os seus descendentes tinham conseguido a propriedade das terras. Passados os 50 anos estipulados no testamento para a duração da colônia, eles seriam os donos da terra. Portanto, era só uma questão de tempo. Mas qual a garantia de que os administradores, por outros motivos, não aqueles descritos no testamento (vadiagem, desordem, vícios), não se aproveitariam dessa disposição para colocá-los fora das terras e fazer o que bem quisessem? O que a condessa poderia ter feito para evitar que os futuros administradores não se preocupassem mais com a instituição “Casa de Caridade”, do que com o grupo de libertos, o qual, por merecimento, dívida moral e social, conseguiu o acesso a uma parcela de terra, para evitar a sua desagregação e a de seus descendentes na sociedade? Observemos ainda mais, a análise do testamento feita pelo Dr. Werneck:

[...] As seguintes disposições posteriores do testamento não deixam a menor dúvida sobre a verdade da primeira deducção e accentuam suficientemente a segunda: “Si o poder legislativo negar a necessária

⁶² Na folha 6 do inventário consta a seguinte informação sobre a necessidade dessa interpretação: “O testamenteiro só deseja que em vista de ampla e lúcida discussão entre os herdeiros e a legatária o meritíssimo juiz decida dos direitos d'elles de modo a ver respeitada a vontade da testadora quando diz: que o testamento seja cumprido de modo que de suas disposições não resultem prejuízos ou incommodos aos seus parentes e herdeiros.”

dispensa para que possa a Casa de Caridade adquirir e possuir estes bens de raiz, passará a fazenda com todos os seus acessórios a ser propriedade em comum de todos os meus libertos e de seus descendentes” “ficando obrigados a constituírem-se durante esse tempo (50 annos) em colônia” “findos os 50 annos ficará emancipada a colônia e poderão os meus libertos e seus descendentes, que então existirem partilhar entre si as terras...” É pois, líquido que assim como não podem os colonos dispor da fazenda como bem queiram, não é também d’ella senhora absoluta a Casa de Caridade, pois não pode, por autoridade do próprio domínio expulsar os colonos, salvo em hypothese determinada. Os direitos de uma parte limitam os direitos da outra e os de ambos se completam.⁶³ (Inventário do espólio de Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Condessa do Rio Novo)

A condessa utilizou a expressão “meus libertos”, mostrando como era forte a noção de domínio e de posse do poder senhorial. As terras em que iriam trabalhar pertenciam à condessa, ambos eram suas propriedades, tendo ela o poder de determinar o futuro das suas terras e dos seus libertos.

Sendo assim, determinou que os libertos fossem os proprietários de toda a fazenda e que se instalasse o regime de colonato por 50 anos se “[...] o Poder Legislativo negasse a necessária dispensa para que a Casa de Caridade adquirisse e possuísse os bens de raiz”. Depois desse tempo, poderiam usufruir a terra sem a interferência de terceiros, mas deixou claro que a expulsão poderia ser feita pelos motivos descritos no testamento. Como o Poder Legislativo reconheceu a Casa de Caridade como a real proprietária da fazenda, os libertos seriam apenas colonos em propriedade transferida de mãos, por 50 anos, permanecendo subordinados. Esse poder colocado nas mãos da Irmandade, ou Casa de Caridade, dava a chance de descartar os libertos da terra quando sua mão de obra não se fizesse necessária, ou quando se apresentassem outros interesses mais rentáveis que o agrícola. Mas, caso conseguissem expulsar uma parte desses libertos da terra, esta não poderia ser “[...] alienada, mas perpetuamente conservada como patrimônio da Santa Casa e fundo da colônia agrícola [...]”, conforme dizia o testamento. Expulsar a totalidade dos libertos seria improvável e os que permanecessem poderiam reclamar e o fizeram como veremos nos capítulos seguintes.

⁶³ Retiramos da interpretação do Dr. Antonio Luz dos Santos Werneck, somente os trechos referentes aos libertos e à Casa de Caridade os quais constavam os direitos e os deveres de ambas as partes.

Mas será que seriam ouvidos? O que significava ser liberto na sociedade brasileira, no final do século XIX? Na vivência concreta, não apenas na lei, eram considerados e respeitados como indivíduos livres? O que se esperava deles?

Os libertos da fazenda de Cantagalo ganharam a liberdade, mas a condição para continuarem na terra era a submissão aos desejos da condessa. Seus deveres na terra eram maiores do que os seus direitos. Deixaram de ser escravos, mas mergulharam na “desigualdade liberta”. “O estigma da escravidão estava irredutivelmente associado à cor de sua pele e, sobretudo, à sua origem”. (REIS, 1999, p. 105-106)

Não raramente o escravo alforriado de forma gratuita acabava recebendo, na prática, uma espécie de “alforria futura” (palavra que não existe nos documentos), assinalando que a alforria estava concedida ao negro e a seus filhos mas que, por alguns anos, ou mesmo por uma vida, eles ainda teriam de servir ao dono, ou aos filhos e à mulher do senhor. Isso implica que somente depois disto estariam estes falsos forros realmente livres para enfrentar o mundo da desigualdade pura, não mais uma desigualdade escrava. Para a contabilidade escrava, por assim dizer, estes casos constituem mero lançamento futuro, visto que o forro continua literalmente vivendo a mesma vida, os mesmos vínculos de dependência, e não raro a mesma sensação de insegurança com relação aos seus próprios destinos.[...] (BARROS, 2009, p. 130)

Com os escravos da Fazenda de Cantagalo aconteceu que, após a morte da condessa, tornaram-se livres. Entretanto, com relação às terras, tornaram-se “falsos proprietários”. Do mesmo modo que Barros apontou a situação dos “[...] falsos forros” quanto à “sensação de insegurança aos seus próprios destinos [...]”, percebe-se que, na experiência dos libertos na colônia agrícola, deu-se o mesmo com relação ao destino da propriedade da terra.

Curvaram-se ao sistema de parceria⁶⁴. Embora esse sistema não tenha dado certo com os imigrantes, anos antes nas fazendas da província de São Paulo e em alguns núcleos coloniais da província do Rio de Janeiro, foi escolhido pela condessa para a organização do trabalho livre em sua fazenda, após a sua morte. A despeito do fato de que esse sistema tenha se apresentado como solução ideal para o problema de mão de obra no Brasil, por

⁶⁴ Não faz parte de nossa pesquisa, um estudo detalhado da parceria no Brasil. Já realizado por inúmeros autores.

volta dos anos de 1860, estava desmoralizado no país e no exterior. (COSTA, In: HOLLANDA, 1997, p. 147)

É preciso destacar que, embora o sistema de parceria não tenha tido sucesso, a imigração estrangeira continuava a ser vista como a solução para a mão de obra, e a escravidão, como um dos entraves à sua promoção.

Em 1875 escrevia João Elisário de Carvalho Montenegro, proprietário das Colônias Nova Louzã e Nova Colômbia – consideradas, na época, modelares – que enquanto existisse no Brasil “essa mancha negra chamada escravidão” não poderia haver imigração. Comentava que os estrangeiros tinham certa repugnância e prevenção em trabalhar lado a lado com escravos e afirmava que a permanência do sistema escravista dava azo para que na Europa se espalhasse uma série de ideias desmoralizadoras sobre o Brasil. Concluía afirmando que a falta de braços para a grande lavoura decorria, em parte, da permanência da escravidão. (COSTA, In: HOLLANDA, 1997, p. 178)

A “mancha negra” não era só a escravidão, mas também os escravos, pois aquele senhor não cogitara a ideia sobre o aproveitamento da mão de obra liberta, mesmo porque a mão de obra que a substituiria sentia “repugnância” ao trabalhar a seu lado. Não se incomodavam pelo escravo, pelo seu destino ou situação, mas sim com a sua presença.

Para José de Souza Martins (1986, p. 18)

As novas relações de produção, baseadas no trabalho livre, dependiam de novos mecanismos de coerção, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima, não mais apenas pelo fazendeiro, mas também pelo trabalhador que a ela se submetia. Nessas relações não havia lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho; mas, apenas para o trabalhador que considerasse o trabalho como uma virtude da liberdade.

Segundo aquele autor, o trabalhador que via o trabalho como virtude tinha que ser buscado em outro lugar, pois, entre os escravos, não haveria possibilidade de aparecer um trabalhador desse tipo, uma vez que, para o escravo, liberdade significava o “não-trabalho”. (CARDOSO, apud, MARTINS, 1986, p. 17)⁶⁵

⁶⁵ A historiografia paulista da década de 1970 se destaca entre os inúmeros trabalhos que abordaram os libertos como incapazes de se integrarem à sociedade de forma positiva. Ver CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na**

Essa afirmação foi desmentida pela experiência da Colônia Agrícola Nossa Senhora da Piedade. O sistema de parceria não foi positivo para os libertos, por motivos que apresentaremos no segundo segmento deste capítulo. Contudo, a experiência da colônia agrícola foi importante para demonstrar e comprovar que eles tinham condições de se ajustarem na sociedade.⁶⁶ Esse ajustamento se daria, não fosse o preconceito que os colocaram muito abaixo de suas possibilidades e a falta de interesse político nacional em reformar o sistema agrário latifundiário e monopolista, em uma sociedade elitista, com total domínio econômico e político, arraigada na defesa de seus interesses.

Alguns meses após a sua libertação, os libertos foram mencionados⁶⁷ no Jornal “Gazeta de Notícias”, em 30 de outubro de 1882⁶⁸. (JORGE, 2012, p. 93-95) Em um relato de proporção considerável, o referido jornal informava as condições pelas quais receberam da “benemérita doadora” as suas “alforrias gratuitas”. Elogiava a administração da Irmandade, bem como o comportamento deles, os quais se encontravam dedicados ao trabalho e disciplinados. Não levavam uma vida desordenada e nem fugiam do trabalho. A Irmandade tinha fundado um hospital para os antigos escravos e para quaisquer pobres. Na época, 21 doentes encontravam-se internados.

Segundo Jorge (2012, p. 95), aquele “[...] jornal carioca foi fundado em agosto de 1875 por Manuel Carneiro, Elysio Mendes e Ferreira de Araújo.[...]” Tendo circulado até 1942, recebeu a colaboração de “[...] Machado de Assis, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e José do Patrocínio, com o pseudônimo de Prudhome iniciando a sua campanha pela Abolição.”⁶⁹

sociedade do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Ática, 1978.

⁶⁶ Mostrando a capacidade dos escravos na inserção e luta pelos seus ideais, em uma historiografia mais recente (1980 a 2005), ver CHALHOUN, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.** São Paulo: Cia das Letras, 2003 e MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio. Os significados da liberdade no Sudeste Escravista. Brasil, Séc. XIX.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1998.

⁶⁷ ANEXO XII.

⁶⁸ Acervo Biblioteca Nacional.

⁶⁹ “Lançou-se no jornalismo em 1877, quando entrou para a Gazeta de Notícias, como redator, tendo a seu cargo a ‘Semana Parlamentar’, que assinava com o pseudônimo Prudhome. Dois anos depois iniciou nesse periódico a campanha pela Abolição, juntamente com outros jornalistas, tais como: Ferreira de Meneses, na Gazeta da Tarde, Joaquim Nabuco, Lopes

Embora José do Patrocínio seja considerado um abolicionista mais radical do que Joaquim Nabuco, percebemos através daquela notícia, que circulava no jornal em que promoveu campanha abolicionista, a intenção clara de defender a libertação dos escravos inserindo-os na sociedade com o acompanhamento e a delegação da classe dominante, no caso, da Irmandade administrada por representantes dessa classe.

Dois anos se passaram, chegamos a 1884. O Boletim nº 3 da Sociedade Central de Imigração do Rio de Janeiro⁷⁰ registra, através de um relatório do Sr. Dr. Ennes de Souza⁷¹, mais informações sobre a colônia pesquisada. O documento é extremamente importante por ser um dos poucos que informam sobre o cotidiano dessas pessoas que, se mostram como “seres humanos”, com anseios, desejos e sentimentos.

Segundo aquele documento, a liberdade não modificou o interesse pelo trabalho e o acesso à terra contribuiu para que esse interesse se ampliasse. Acreditavam que as condições para expandir as suas potencialidades e capacidades tinham-lhes sido verdadeiramente concedidas. A liberdade não significava o “não-trabalho”. Isso se tornava realidade onde não havia perspectivas, investimentos e nem oportunidades. O “não-trabalho” existe, geralmente, quando há barreiras construídas pela própria sociedade.

Alguns libertos exerciam outros ofícios, não de lavradores, fora da colônia. Contudo, mantinham “suas terras” em cultivo, trabalhadas por eles ou por trabalhadores livres (negros ou brancos). Inclusive, quatro libertos, que tinham uma dupla jornada, trabalhavam na administração da colônia, juntamente com a irmandade da Casa de Caridade.

[...] o universo rural do século XIX gerava inúmeros espaços comuns de socialização entre livres, forros e escravos. Nesse sentido, o espaço das vendas aparece como privilegiado. Neles, os escravos vendiam boa parte do que produziam, compravam o que precisavam, negociavam serviços com livres e forros que, na maioria das vezes,

Trovão, Ubaldino do Amaral, Teodoro Sampaio, Paula Nei, todos da Associação Central Emancipadora.” <http://www.letras.ufmg.br/literafro/data1/autores/84/dados2.pdf> Acesso em: 15.10.2014.

⁷⁰ ANEXO XIII.

⁷¹ Segundo Santos (In: FILHO, 2000, p. 65), o Dr. Ennes de Souza era comprometido com a abolição e com as reformas sociais.

eram tão negros ou mulatos quanto eles mesmos. Assim, não seria surpresa verificar que as crianças que viveram nos últimos anos da escravidão e as primeiras décadas da liberdade já contassem com fortes alianças no mundo dos livres. (RIOS e MATTOS, 2005, p. 163)

Provavelmente, por fazerem parte daquele “universo rural do século XIX”, informado pelas autoras acima, os libertos da colônia agrícola Nossa Senhora da Piedade já possuíam ligações com indivíduos livres no que tange às questões econômicas de produção familiar e da prática de alguns ofícios, antes mesmo da libertação. Após terem sido libertados deram continuidade.

Outro fato percebido pelo visitante foi com relação à forma como os libertos se agrupavam nos lotes. Dividiam-se em africanos e crioulos, unindo-se por famílias, afeições e interesses mútuos. Com isso, em cada lote edificavam uma casa ou mais.

Essa divisão na colônia agrícola entre os dois grupos: africano e crioulo requer uma análise mais aprofundada, além da informação fornecida naquele documento. Sendo assim, faremos algumas considerações a seguir.

Os africanos na fazenda de Cantagalo perfaziam um total de 53 adultos e 1 ingênuo. O número de mulheres era de 19 e o de homens, 34. 16 mulheres e 29 homens trabalhavam na lavoura; 3 homens eram pedreiros; 3 mulheres faziam o trabalho de cozinheira, engomadeira e serviço doméstico; outros 2 homens eram carreiro e feitor. 6 africanos tinham de 40 a 49 anos (3 homens e 3 mulheres) ; 37, de 50 a 59 anos (23 homens e 14 mulheres); e 10, de 60 a 72 anos (8 homens e 2 mulheres). Trabalhando na lavoura, encontravam-se 5 escravos de 40 a 49 anos; trinta e dois de 50 a 59 anos e oito de 60 a 72 anos. Os pedreiros tinham 55, 60 e 70 anos. O carreiro tinha 52 anos; a cozinheira, 53 anos; a engomadeira, 54 anos; o feitor, 48 anos e o de serviço doméstico, 53 anos.

A idade dos africanos variava de 40 a 72 anos, sendo que os trabalhadores da lavoura, em sua maioria, tinham mais de 50 anos. Para uma atividade agrícola que estava para ser iniciada na colônia, possuíam idade avançada, ou seja, havia um número baixo de mão de obra para um trabalho eficiente em suas parcelas de terra.

Quanto aos crioulos, atingiam o número de 141 adultos e 45 ingênuos, sendo 82 homens e 59 mulheres. Suas idades variavam de 10 a 70 anos. De

10 a 20 anos: 19 homens e 10 mulheres; de 21 a 30 anos: 26 homens e 20 mulheres; de 31 a 40 anos: 20 homens e 21 mulheres; de 41 a 50 anos, 12 homens e 4 mulheres; de 51 a 60 anos, 3 homens e 4 mulheres; de 61 a 70 anos, 2 homens. As mulheres tinham em média somente 1 filho (22 mulheres); 10 tiveram 2 filhos e somente uma teve 3 filhos. Na lavoura trabalhavam 67 homens e 52 mulheres; pedreiros eram 2; carreiro, 1; cozinheiros, 3; alfaiate, 1; feitor, 1; carpinteiros, 6; e em serviços domésticos, 1 homem e 7 mulheres.

Os crioulos, em sua maioria, eram jovens com potencial produtivo inversamente alto em relação aos africanos. Somente 25 escravos possuíam mais de 41 anos. Os 116 escravos restantes tinham de 10 a 40 anos, sendo que 88 destes eram maiores de 21 anos.

Conclui-se que a separação em africanos e crioulos no interior da colônia teve como explicação um confronto de gerações que, já deveria existir na ex-comunidade escrava da fazenda de Cantagalo; como também um interesse dos crioulos em se separar do grupo com menor capacidade produtiva.

A idade avançada do plantel africano se explica pela paralisação do tráfico atlântico. Como não havia mais renovação, esse grupo envelhecia naturalmente.

Já o número de crioulos aumentava, abastecido pelo tráfico interprovincial e, como inferimos anteriormente, pela reprodução incentivada não só pela condessa, mas por outros fazendeiros do Vale do Paraíba, os quais poderiam também negociar entre si, os escravos nascidos antes de 1870. A segunda opção pode ser observada nas listas dos escravos libertados com a quantidade de ingênuos (quarenta e seis), mas também com o número de escravos nascidos na província do Rio de Janeiro (noventa e seis). Quase 60% dos escravos da fazenda de Cantagalo tinham nascido nessa província.

Quanto às mudanças citadas acima, Rios e Mattos (2005, p. 153) nos dizem que,

[...] a historiografia tem privilegiado as mudanças internas aos grandes plantéis decorrentes do fim do tráfico transatlântico, que tiveram fundamental importância para as comunidades escravas.[...] a contínua chegada de diferentes nacionalidades, muitas vezes rivais, criava uma fonte de conflitos que se reiterava no tempo. Os escravos tiveram que criar e recriar inúmeras estratégias para lidar com suas rivalidades internas, que eram essenciais à sua própria

sobrevivência, e reger o acesso aos recursos e à família. O parentesco e as estratégias de aliança, dentre as quais o compadrio foi a mais visível, deveram muito a essa necessidade de superação dos conflitos internos às escravarias. Com o fim do contínuo afluxo de estrangeiros, normalmente homens jovens, as comunidades escravas tenderam a se cristalizarem e ampliarem o acesso à família para os já estabelecidos nas fazendas, já que a relação entre homens e mulheres se normalizava para as gerações nascidas no cativeiro. Os novos “estrangeiros” passaram a ser os provenientes do tráfico interno, que não reviviam nenhuma rivalidade ancestral, e para os quais o acesso à comunidade já estabelecida, indispensável para o novo cativeiro, deveria ser feito com a aceitação desta.

Segundo Couceiro e Araújo (2003, p. 283), o número de crioulos em relação aos africanos aumentava a cada ano que se passava. O aumento dos plantéis nas fazendas escravocratas se fazia necessário não só pela necessidade de mão de obra, mas também para que os cafeicultores conseguissem empréstimos mais vultosos. “[...] Vários bancos emprestavam dinheiro a longo prazo – 15 anos -, e sob juros bem favoráveis aos fazendeiros [...]”, pois o retorno financeiro ficava garantido pelo número de escravos que possuíam.

Nas regiões do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista, a partir de 1870, foi feita a mais intensa movimentação de compra e venda de escravos, uma vez que os cafeicultores já anteviram a queda dos lucros com o café: tinham um tempo “definido” para conseguirem buscar o máximo que pudessem com sua mercadoria, necessitando cada vez mais da mão de obra escrava. [...] Definitivamente, o escravo havia se tornado a mais cara “mercadoria” nestas terras, pois a mão de obra cativa continuava a ser lucrativa. (SLENES, apud, COUCEIRO e ARAÚJO, 2003, p. 283)

Embora crioulos e africanos passassem por martírios parecidos na escravidão, isso “[...] não fazia com que [...] fossem ‘parceiros’ em todos os momentos, pois interesses distintos faziam com que [...] escravos entrassem em confronto.” (COUCEIRO e ARAÚJO, 2003, p. 286)

Em uma comunidade escrava, as diferenciações geravam barganhas, alianças e conflitos. Na origem do escravo: africano ou crioulo se dava a primeira grande divisão. Mas, “[...] quando interesses maiores estavam em jogo, ser crioulo ou africano não se tornava o mais importante e sim a parceria que se estabelecia pelo interesse comum.” (COUCEIRO e ARAÚJO, 2003, p. 287)

[...]como as regras socioculturais não conseguem impor ao comportamento dos agentes sociais um eterno padrão, o aparecimento de um acontecimento inesperado, de uma variante comportamental pode ser a chave de compreensão de relações sociais no interesse de um determinado grupo. (MALINOWSKI, 1984, apud, COUCEIRO e ARAÚJO, 2003, p. 294)

Na comunidade liberta que estava se formando na colônia agrícola de Nossa Senhora da Piedade, percebe-se que os dois grupos se separaram então, como dissemos anteriormente, por um confronto de gerações, como também pelo risco de prejuízos que poderia advir do ritmo de trabalho dos africanos que possuíam mais idade.

Outra questão que chamou atenção foi quanto ao Dr. Ennes reconhecer as terras ocupadas pelos libertos, como se estas realmente lhes pertencessem, pois afirmava que se comportavam como pequenos proprietários. Destacara que a Irmandade herdara outras porções de terra e somente assumira o dever de administrar a colônia, uma vez que defendia a vinda de imigrantes para as terras da Irmandade, de modo que estes pudessem se fixar ao lado das terras trabalhadas pelos libertos.

O Dr. Ennes informava que, no dia de sua visita, os homens, em sua maior parte, achavam-se trabalhando no campo e as mulheres estavam em casa cuidando das crianças e de sua economia doméstica, modesta e rudimentar. Adentrando suas habitações, reconheceu o contentamento daqueles colonos por sua nova condição.

Segundo Rios e Mattos (2005, p. 169-174),

[...] a apropriação do trabalho infantil e das mulheres para a esfera doméstica e de subsistência, com sua conseqüente retirada do trabalho coletivo no eito (“gangs”) tem sido apontado como um traço comum do pós-emancipação nas Américas.[...] retirar progressivamente as meninas do trabalho no eito, trazendo-as para a esfera doméstica, sugere que um projeto de família e de trabalho já estava sendo gestado nas senzalas.[...] a proteção das crianças e da família não foi o único valor a ser transmitido à geração que nascia livre. A herança dos pequenos incluiu também a ilustração de estratégias para obter respeito, aceitação, dignidade e até mesmo admiração onde viviam.[...] Além da defesa dos filhos e da família, a valorização do trabalho e da reputação apareceram como importantes para a geração que conheceria a liberdade.

Percebe-se que, entre os libertos na colônia agrícola, em 1884, antes da abolição, mas depois da alforria conseguida no testamento da condessa, os valores familiares citados pelas autoras estavam presentes.

Como observou o Dr. Ennes de Souza, as “profecias apocalípticas” não se concretizaram, pois houve a esperança de uma vida melhor e mais digna, do que a vivência escravocrata. Os laços familiares concretizavam-se, o respeito mútuo e a honestidade eram percebidos por visitantes, vizinhos e pela própria administração. Parecia mesmo que as “reformas profundas”, tão necessárias naquele contexto, tinham sido levadas a efeito.

Os libertos queixavam-se da “escassez de meios para realizarem seus desejos de melhoramentos”, pois “pensavam” que as terras lhes pertenciam. Esses desejos refletem as suas preocupações com a preservação da terra, com o desgaste do solo pela reprodução extensiva (derrubada da mata e incorporação de mais terra); adotada na região, desde o início de sua ocupação. Esta necessitava ser modificada, já que nesse período a fronteira agrícola encontrava-se fechada. Mas essas decisões de melhoramentos não lhes competiam, visto que eram obrigados a obedecer à administração da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, se quisessem permanecer em seus lotes.

O intelectual da Sociedade de Imigração informa ainda que 8 indivíduos do sexo masculino se retiraram da fazenda após a libertação, preferindo exercer os ofícios de “carapinas, ferreiros, pedreiros e cozinheiros” fora da colônia, interessados em uma maior renda. Com isso, perderam o direito aos lotes de terras concedidos pela condessa, em “harmonia com as disposições testamentárias”. Alguns libertos voltaram, inclusive, um deles voltou no dia da visita do Dr. Ennes. Deixara o ofício de cozinheiro na casa do Visconde de Entre Rios, e queria um lote de terra para dedicar-se à lavoura, pois tinha se casado e estava com um filho. Aqueles que permaneceram cultivando a terra estavam em melhor situação comparados aos que foram embora. Como as expectativas não foram atingidas, arrependidos, tentavam voltar.

Na última parte do documento, percebemos que a nova condição dos libertos incentivou-os a constituírem famílias legais, sendo que, no capítulo anterior, defendi a ideia sobre a existência da reprodução de escravos na fazenda de Cantagalo, e das muitas famílias que já existiriam antes da

libertação. O fato de se realizarem 62 casamentos, no espaço de um ano, legitimando os filhos que já possuíam antes do casamento, comprova o que defendi anteriormente.

Outra informação importante fornecida pelo Boletim consistiu na afirmação quanto à “boa índole” dos libertos que permaneceram na fazenda, durante os meses que se seguiram após a leitura do testamento. Mesmo sem um planejamento ou organização imediata da colônia, continuaram trabalhando até a sua fundação, no dia 20 de janeiro de 1884, quando adotaram o sistema de parceria.

A data da fundação da colônia coincide com o dia de São Sebastião, padroeiro da cidade de Três Rios. No dia 20 de janeiro, comemora-se o dia do padroeiro, que foi instituído como feriado. A fundação da colônia

[...] não foi instituída como uma data importante a ser comemorada, impedindo-se que a memória fosse inscrita no tempo. Para Benjamim, esse era um tipo de supressão, pois “o homem para quem a experiência se perdeu se sente banido do calendário”. (BENJAMIM, 1989, apud: RODRIGUES, 2009, p. 307)

Chama atenção o registro de que os cafezais eram na maioria novos, confirmando as informações do inventário e das pesquisas citadas anteriormente.

Ao descrever as plantações de cana, afirma que as sementes foram obtidas em fazendas vizinhas, com muitas dificuldades; denotando que a administração promovida pela Irmandade, que deveria atender às necessidades da colônia, como designado no testamento, não atendia à demanda dos colonos que tinham que buscar os seus próprios meios para desenvolver as suas culturas.

Quanto à produção de milho, de preferência dos libertos, foi a que mais se desenvolveu. Isso demonstra igualdade de comportamento a qualquer outra pessoa, independente de sua etnia ou de seu passado. A sua vontade de trabalhar dependia de estímulos interiores que os impulsionavam a dar o melhor de si naquilo que realmente lhes interessava.

O feijão, antes importado, triplicou a sua produção, demonstrando também que a colônia poderia ter se tornado uma abastecedora de alimentos

para o mercado interno, uma vez que a população sofria e sofre com os altos preços dos produtos.

Plantavam, ainda, amendoim, arroz, mandioca, batata, inhame e banana. Destinado ao consumo dos colonos e de seus animais, esses alimentos começaram a ser produzidos depois de fundada a colônia.

O tratamento que davam às plantações era bom, segundo o Dr. Ennes, os cafezais estavam limpos, capinados e bem tratados. Plantavam milho entre as plantas de café e o feijão entre os intervalos, para o bem da lavoura. As laranjeiras eram abundantes por entre os cafezais, por toda a orla do caminho. A estrada que percorria a colônia estava no melhor estado e desembocava na Estrada União e Indústria, em Entre Rios.

Por fim, no documento aparece a construção de 58 casas pelos colonos, em um período de um ano. As casas foram construídas separadas umas das outras e independentes. Constituíam um povoado único, mas cada uma dentro dos diversos lotes de terra.

Além de construir as casas, produzirem as roças, cultivarem o café e de alguns saírem da colônia para trabalhar em outros ofícios, deixou-nos a impressão de que encaravam o trabalho como uma “virtude”, não como uma tortura, desde que houvesse perspectivas.

Essas informações pertencem à primeira parte do relatório, em que pese o fato de a continuação ter sido mutilada, segundo a observação encontrada no documento, mesmo assim, tais informações nos fornecem uma imagem muito clara daquela realidade tão pouco conhecida.

Os libertos da fazenda de Cantagalo mostraram que os imigrantes estrangeiros não eram os únicos que poderiam assumir as novas relações de trabalho, por não ter a escravidão como herança. A mão de obra existente no país, se tratada com a responsabilidade social e política que o momento exigia, certamente não teria em mente o “não-trabalho”. Mas exigir que continuasse nos latifúndios, sendo explorada, sem direitos, sem mudanças, seria inviável. Sendo assim, houve a necessidade, por parte da maioria dos latifundiários, de se “forjar” uma imagem, tanto do ex-cativo quanto do trabalhador livre pobre de: preguiçoso, ocioso, vicioso, caipira, ignorante, incapaz, lerdo, ou de outras tantas denominações que fossem preciso, para explicar a vinda dos imigrantes. Estes seriam mais adequados à “nova realidade” agrária brasileira.

Suas formas de vida e concepções de trabalho eram lidas, ora como tendência inata ao ócio e à vadiagem, por causa das limitações étnicas (raciais) da população (formada por negros e índios, considerados, então “cientificamente” como raças inferiores), ora a deformação da escravidão que “desvalorizava o trabalho”. (CASTRO, apud, SILVA, 1989, p. 97-98)

Aqueles discursos visavam aperfeiçoar “mecanismos de controle social” sobre aquelas camadas. O processo de encaminhamento do trabalho escravo para o livre deveria ser, sob o ponto de vista dos proprietários, bem lento, gradual e o mais seguro possível. Sendo esse processo inevitável, os arranjos necessários para o aproveitamento da mão de obra existente nas fazendas deveriam ser bem planejados, como já dissemos anteriormente, prorrogando a utilização de imigrantes, principalmente nas regiões do Vale do Paraíba.

Percebemos que a Condessa do Rio Novo seguiu os elementos comuns existentes, por exemplo, nos projetos defendidos por fazendeiros (especialmente mineiros) no Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro, em 1878:

- educação básica profissionalizante para órfãos e ingênuos libertos, de forma a forjar uma nova concepção de trabalho nas novas gerações;
- formas de coerção legal para o trabalho, especialmente mediante a obrigatoriedade de apresentação de contrato de trabalho para evitar a incorporação compulsória em milícias rurais, polícias e tropas do exército ou em “fazendas-escola” que o Estado deveria formar;
- formação de milícias rurais para a repressão à ociosidade;
- formas legais que impedissem que os próprios fazendeiros oferecessem proteção a moradores em suas terras ou em áreas vizinhas que não se tornassem em força de trabalho. (CASTRO, apud, SILVA, 1989, p. 98-99)

E foi assim que os escravos da Fazenda de Cantagalo, libertados condicionalmente, transformaram-se em colonos-parceiros em terras administradas pela Irmandade de Nossa Senhora da Piedade.

3.2 OS PRIMEIROS ANOS DA COLÔNIA AGRÍCOLA

Da Irmandade e seus fins

[...] § 5º Distribuir aos adultos dessa colônia lotes de terreno a fim de cultivarem cereais para sua subsistência, e lotes de cafés para beneficiarem e colherem os frutos, fazendo reverter a metade do produto da venda em favor da Casa de Caridade.

§ 6º Admitir na referida fazenda pessoas que preencham as condições declaradas no testamento da veneranda benfeitora, a Condessa do rio Novo. (Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade de Paraíba do Sul – 1903)

No segmento anterior viu-se a transformação dos escravos da Condessa do Rio Novo em colonos-parceiros da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, ao mesmo tempo em que avançava a decomposição do regime escravista. Com o fim da escravidão, originou-se a “servidão”, consistindo o sistema de parceria no aspecto mais expressivo desse sistema de exploração. Foi nesse contexto que os libertos se inseriram.

Para as pessoas com conhecimento dessa história em nossa região com as quais tivemos contato no início da pesquisa, a colônia agrícola consistiu em uma reforma agrária que não deu certo, pois os libertos não queriam trabalhar e, assim, entregaram-se à cachaça e aos batuques. Como os motivos apresentados foram estes, não outros, muitos elogios são dispensados à condessa, e pouco ou quase nenhum interesse foi dispensado aos libertos e à sua trajetória nessa colônia agrícola.

Essa trajetória foi difícil e conturbada. O cenário descrito no segmento anterior e a opinião do meio jornalístico sobre o cotidiano dos libertos na colônia mudaram rapidamente. Em 1885, o jornal “O Provinciano”⁷², de Paraíba do Sul, publicava uma notícia informando que os libertos da colônia agrícola de Entre Rios⁷³ não estavam agindo como “era de se esperar”, depois de terem recebido “benefícios e auxílios de diversas ordens”. Não entregaram a metade da produção de café à Irmandade, de acordo com a parceria; devastaram matas, vendendo madeiras e lenhas. Compareceram à mesa administrativa e declararam que iriam se apoderar das matas e que não entregariam o café naquele ano novamente.

⁷² “Jornal bissemanal, editado em Paraíba do Sul, RJ, desde 01.07.1874, por Julio Alberto Machado, impresso em formato tablóide na Typographia do Provinciano, na mesma cidade.” Fonte: Biblioteca Nacional. (JORGE, 2012, p. 96) ANEXO XIV.

⁷³ A Colônia Agrícola Nossa Senhora da Piedade passa a ser chamada de “Colônia de Entre Rios” ou “Colônia de Cantagalo”. Tratava-se da mesma colônia. Veremos estas denominações em vários documentos que utilizaremos aqui.

O jornal condenava a ação dos libertos, julgando ser uma intimidação, um tumulto em massa, uma insubordinação, uma ousadia. Pedia providências para combater o perigo público.

Se os libertos não estavam agindo como “era de se esperar”, a Irmandade também não, pois em 1884 na visita do Dr. Ennes, citada anteriormente, há o registro de que “[...] todos se queixavam do que todos se queixam...da escassez de meios para realizarem seus desejos de melhoramentos.” E assim como os libertos receberam “benefícios e auxílios de diversas ordens”, a Irmandade também recebera, ou seja os dois grupos tinham deveres a cumprir. Segundo o testamento da condessa,

[...] Da renda bruta da Colônia se deduzirá anualmente uma quota de cinco por cento destinada à aquisição de animais, utensílios e renovação de máquinas e obras que se inutilizarem. Os terrenos próximos à estação de Entre Rios poderão ser divididos em prazos e aforados ou arrendados, revertendo a renda a benefício da Casa de Caridade.

Observamos que, do próprio trabalho dos libertos, da renda bruta da colônia, seriam deduzidos 5% para investimentos necessários ao seu desenvolvimento. Sendo assim, as reclamações dos colonos, anteriores à acusação de “insubordinação”, estavam corretas, de acordo com o testamento.

Importante destacar, no trecho do testamento acima, os terrenos de Entre Rios, próximos à estação, os quais a Irmandade teve o direito de aforar ou arrendar, revertendo a renda para o seu benefício, a fim de cumprir com outros desejos da condessa.

Mas, assim como havia críticas aos libertos, outros os defendiam. Um impresso se dirigindo ao Imperador e ao Ministro da Justiça⁷⁴, distribuído na Corte dizia que o principal redator ou inspirador do Jornal “O Provinciano” era o responsável pela má administração da colônia. As reclamações enérgicas junto à Mesa da Irmandade e ao Presidente da Câmara tinham fundamento, uma vez que “os pobres negrinhos” eram vítimas de espoliação, uma vez que não tinham recebido o dinheiro que lhes era de direito. Nas duas vezes que um “número crescido” de colonos estivera na cidade, não houve atos de

⁷⁴ “Acervo Roberval Bezerra de Menezes – Titulares do Império – IHGB.” (JORGE, 2012, p. 97-99) ANEXO XV.

turbulência, tanto que a sua estada nem fora percebida pela população que se achava indignada com os abusos da Irmandade, segundo o autor do impresso. A notícia de desacato ao Juiz de Direito era falsa, já que se acreditava que ele nem mesmo fora procurado. Acusava-se o juiz de cúmplice “[...] pela inércia com que se recusa a cumprir o dever que lhe impõe a lei, de fiscalizar a Irmandade e fazer cumprir as disposições testamentárias dos beneficiados da Casa de Caridade.” Estava se tentando burlar a opinião pública, abafar a “voz das vítimas”. Denunciava-se que, nos livros da secretaria da Irmandade, não constava o lançamento do pagamento dos lucros pertencentes aos libertos. Pedia que o Imperador, “[...] o protetor dos fracos e oprimidos [...]”, lançasse as “[...] suas vistas paternais sobre os pobres libertos.” O impresso termina informando que “o advogado e seu fiel consórcio, o administrador da colônia”, resolveram dar todo o dinheiro existente na tesouraria da Irmandade aos reclamantes, por terem ficado “[...] aterrados e receosos da energia com que os colonos gritam e denunciam e espoliação que sofrem [...]”, e mais, que aquele dinheiro não era do café, pois “[...] este de há muito nutrem as roletas desta cidade.”

Os libertos aparecem nessa narrativa como trabalhadores que conheciam os seus direitos, exigiam que estes fossem cumpridos, sabendo a quem recorrer.

No mesmo ano outra denúncia do mesmo teor da anterior, agora no “Jornal do Comércio”, contra a Irmandade e o Juiz de Direito de Paraíba do Sul. Afirma-se que o patrimônio deixado pela condessa encontrava-se

[...] Fundido e comido está ele, de há muito. Se alguma coisa sobrou, foi, com certeza, consumida de parceria com os arrendamentos dos prédios de Entre Rios; lance o governo de S.M. suas vistas para os pobres colonos ex-escravos da Condessa do Rio Novo. Inquiria ao Juiz de Direito porque assiste impassível aos desmandos da mesa regedora da Irmandade? Não consinta S.M. o Imperador que o riquíssimo patrimônio dos infelizes e dos desgraçados, obra meritória de tantos varões ilustres desta terra, e que os bens deixados aos colonos pela ex-senhora tenha a sorte (sic), que teve a fortuna do Dr. Ferraz de Abreu. A voracidade do administrador da colônia é enorme, mais feliz que a jibóia, aquele estômago nunca conhece os trabalhos da digestão. Quanto mais come, mais quer. Paraíba, 16 de maio. (19.05.1885, p. 2; JORGE, 2012, p. 101)

Assim como apresentamos no primeiro capítulo, o ponto de vista de populares, rejeitando comportamentos violentos com relação à escravidão,

novamente se faz presente na defesa do reconhecimento dos direitos dos libertos da Condessa do Rio Novo. Não nos estranha a “energia” daqueles libertos, pois vimos anteriormente o quanto os escravos negociavam e exigiam que as suas conquistas fossem respeitadas. Caso contrário, as reações contra os seus senhores seriam diversas. Uma vez libertos, davam continuidade às suas lutas por permanências e por novas conquistas.

[...] Se a mobilidade espacial e o trabalho familiar aparecem como os principais marcos definidores da nova experiência de liberdade, o trabalho duro nos campos e a continuidade do poder dos fazendeiros aparecem como os principais eixos de continuidade entre o tempo do cativo e o tempo da liberdade. (RIOS e MATTOS, 2005, p. 121)

Com a afirmação de Rios e Mattos acima, entende-se o discurso em plenário do Senador Martinho de Campos, comentado pelo Jornal “Diário do Brasil”, sobre a “situação dos escravos no país”. Associava a “miséria” dos libertos na colônia agrícola Nossa Senhora da Piedade à liberdade conseguida, como podemos observar abaixo:

Para mostrar como muitas vezes a liberdade não faz mais do que piorar a condição dos captivos, cita o orador o que tem ocorrido com os que foram libertos por verba testamentária da Condessa do Rio Novo. Hoje todo o empenho da instituição a quem pelo testamento incumbe tratar de sorte desses libertos, constituídos em colônia é que sejam eles remetidos para qualquer colônia militar. Quando por lá andou o Sr. Conde d’Eu, os libertos cercaram-n’o, declarando que nunca sofreram tanta miséria como depois que foram livres. E na vontade, faz pena vel-os, sobretudo a quem os conheceu felizes e contentes quando captivos.⁷⁵

Defende a instituição responsável pela administração da colônia por ter se empenhado na incumbência de “tratar da sorte” dos libertos, acusando-os de que, mesmo assim, são fracassados. Mas o que está por trás dessa narrativa? Por que o empenho não deu certo? Sofrem a “miséria” com a liberdade, perdendo a “felicidade” de quando eram cativos? O senador tentava convencer sobre a incapacidade do liberto em “tratar” da própria “sorte”, e quer convencer que se, no “cativeiro”, eram felizes, o melhor era permanecer como tal, ou sendo inevitável a abolição, que continuassem sob a “proteção” de seus antigos senhores.

⁷⁵ “Jornal ‘Diário do Brasil’, 19.09.1885- Acervo Biblioteca Nacional.” (JORGE, 2012, p. 99-100)

Na realidade, sabemos que a primeira administração da Irmandade, como apontava o impresso distribuído na Corte, apresentava problemas. A administração foi nefasta desde os primeiros anos da formação da colônia.

Segundo Sá (1944, p. 53), o provedor, Dr. Leandro Bezerra,

[...] não deixou relatório de seus atos e despesas nem escrita regular, mas deixou a pagar, dívidas superiores a 76:000.000. Em caixa só foram encontrados 180.000, que era todo o dinheiro livre e disponível que havia.

O compromisso da Irmandade, a nossa breve explicação sobre o sistema de parceria, e as notícias da época esclarecem que não houve “reforma agrária” e tampouco os libertos agiram como ingratos que não souberam aproveitar a oportunidade de se inserirem na sociedade como sujeitos livres, de forma honesta e digna. Como dissemos anteriormente, durante um período, acreditaram que estavam recebendo a “propriedade” da terra. Todavia na verdade, apenas se transformaram em “colonos”, posição intermediária entre o escravizado e o trabalhador assalariado.

Observemos a disposição do testamento:

[...] Os libertos e ingênuos que não quiserem permanecer na colônia, e os que dela forem expulsos por viciosos, desordeiros e vadios incorrigíveis, perderão o direito a todos os favores e vantagens, podendo a administração admitir em lugar deles pessoas livres que por sua pobreza, bons costumes e hábito de trabalho se tornarem dignos dessa proteção, e bem assim os ingênuos que o Governo quiser para ali enviar, a fim de serem educados e aplicados ao trabalho nas condições acima declaradas. (Testamento da Condessa do Rio Novo)

Um dos objetivos, então, era adequar o trabalho naquela fazenda ao sistema de parceria, que poderia ser feito por qualquer um, pois o interesse em uma mão de obra “obediente” recaía tanto no trabalhador livre, quanto no liberto. O que mudou fora o sistema de trabalho que, de escravista, tornou-se livre, na tentativa de adequação a uma nova realidade porvir (a abolição). O que se oferecia, no testamento, eram “favores e vantagens”. Ficariam aqueles que, por gratidão, se comportassem conforme os anseios da condessa. Permanecia a dependência, a liberdade controlada e a submissão transferida da condessa para a Irmandade.

O liberto (parceiro) não era um trabalhador independente. Poderia ser visto como um trabalhador assalariado, que recebera em pagamento, por seu trabalho na propriedade da Irmandade, um pedaço de terra e uma parte da safra que cultivava. Teoricamente, pode-se falar em “posse da terra”, mas, na prática, o liberto ficou ligado ao empreendimento, não se tornou proprietário da terra.

Sendo assim, o relatório de 1884, do Dr. Ennes de Souza, demonstra as dificuldades que os libertos enfrentaram desde o início da criação da colônia, pois se queixavam da “escassez de meios para realizarem seus desejos de melhoramentos” e, referindo-se à cana, informaram sobre as dificuldades que encontraram para conseguir as sementes com a vizinhança. Tornou-se impossível aquele projeto da condessa, devido, entre outros fatores, à falta de investimentos necessários para o seu êxito.

A decadência da colônia agrícola, concomitante à decadência da província fluminense, entre outros fatores que mostraremos mais tarde, decorreu também do sistema de cultivo da terra, considerado o principal causador da crise. (TEIXEIRA, In: SILVA, 1989, p. 61)

A empresa agrária constituída pelos cafeicultores em Paraíba do Sul, independente da questão servil, “por suas características intrínsecas”, levaria à sua crise. “Crise de esgotamento, local e de cunho destruidor, impossibilitando a reprodução ‘ampliada’ na unidade produtora.” (FRAGOSO, apud, TEIXEIRA, In: SILVA, p. 75)

Segundo Fragoso (apud TEIXEIRA, In: SILVA, 1989, p. 75):

A repetição no tempo de reprodução extensiva do sistema agrário criaria progressivamente, na região do Paraíba do Sul, uma disjunção entre dois movimentos que a formam. A esta situação chamaremos de definhamento do sistema agrário. Em outras palavras, gradativamente a fazenda de café veria a sua capacidade de realização do segundo movimento – a reprodução através de incorporação de novas terras – do processo de reprodução exaurido, até chegar ao ponto de vivenciar, apenas devido à longevidade do café uma reprodução anual, que no tempo já possuía seus limites. Por conseguinte, a repetição em larga escala do sistema de uso da terra e das técnicas a ele correspondente, levaria à ruína da agricultura do café na região.

A fertilidade do solo não pode ser tratada “[...] tão somente como um favor da natureza concedido a certas porções do solo uma vez e para sempre”.

Ela é variável e está estreitamente associada a “[...] mudanças de densidade de população e relacionada com mudanças de métodos agrícolas”. (BOSERUP, 1987, p. 10)

No caso da colônia agrícola, o problema da fertilidade do solo estava associado aos investimentos para as mudanças dos métodos agrícolas, somado à insegurança quanto à posse e ao uso da terra.

As populações da província fluminense destruíram mais do que aperfeiçoaram as técnicas para o cultivo das terras cuja esterilidade foi promovida pela não utilização de métodos e técnicas de preservação do solo. Isso não quer dizer, porém, que não se pudesse recuperar a sua fertilidade, estas não se tornariam estéreis para sempre. (BOSERUP, 1987, p. 21)

Portanto, as terras da colônia agrícola tinham condições favoráveis de cultivo e de desenvolvimento, desde que: os libertos fossem “verdadeiramente” os proprietários, não correndo o risco de perdê-las; a comercialização do excedente de produção fosse feita para um mercado, onde o acesso fosse facilitado pelos transportes possíveis de utilização, e feita diretamente pelos libertos, pois intermediários costumavam extrair lucros excessivos de colonos de uma maneira geral; os recursos financeiros estivessem disponíveis para expandir suas culturas, modificando a reprodução extensiva não cabível em uma região de fronteira fechada; a “Grande Tradição” da agricultura brasileira, produção de safras comerciais e monocultora, fosse substituída pela policultura para o abastecimento do mercado interno; não padecessem de fatores ecológicos; não houvesse especuladores de terras e o Governo Brasileiro estivesse, na época, propondo e aprovando leis de incentivo à reforma agrária.

Em que pese o fato de os insumos sistemáticos serem primordiais para a colônia, muitas vezes o retorno sobre os investimentos em lavouras de alimentos não era o suficiente para garanti-los. O custo para manter a colônia era muito grande e sem investimento tornou-se inviável. (FORMAN, 1979, p. 178)

Enfim, simplificar a explicação do mau êxito da Colônia Agrícola de Nossa Senhora da Piedade é não analisá-la com seriedade. É uma prática preconceituosa, racista, discriminatória, com um total desconhecimento dos problemas enfrentados por trabalhadores rurais do nosso país.

3.3 AS MUDANÇAS NA COLÔNIA

3.3.1 O Arrendamento da Terra

Vimos, anteriormente, que a condessa, como administradora, demonstrou ser uma fazendeira experiente e conhecedora das estratégias, para a manutenção do bom funcionamento do trabalho na fazenda de Cantagalo.

A Irmandade comprometeu-se a cumprir as determinações do testamento, através do compromisso firmado pelos Irmãos, como podemos observar abaixo:

Capítulo 1 – Da Irmandade e seus fins:

Art. 1º - A Irmandade instituída nesta cidade, sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade, tem por fim:

[...] § 3º Fundar e manter na Fazenda “Cantagalo”, que foi de propriedade da veneranda testadora, uma colônia agrícola formada por seus ex-escravos, com a denominação de Nossa Senhora da Piedade, que será a padroeira do estabelecimento.

§ 4º Estabelecer na mesma fazenda, e a expensas dos rendimentos dela, duas escolas para a educação dos menores da colônia, de ambos os sexos, as quais serão franqueadas também aos menores da circunvizinhança, se não houver inconveniente.

§ 5º Distribuir aos adultos dessa colônia lotes de terreno a fim de cultivarem cereais para sua subsistência, e lotes de cafesais para beneficiarem e colherem os frutos, fazendo reverter a metade do produto da venda em favor da Casa de Caridade. (Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade de Paraíba do Sul – 1903)⁷⁶

Enquanto a colônia produzia o café em larga escala e gerava lucros para a Irmandade, havia interesse em administrá-la e mantê-la. Quando os cafezais começaram a envelhecer, sem terras a incorporar, situação fatal para a agricultura extensiva, os lucros provenientes do café foram diminuindo até se extinguirem. O que os administradores deveriam fazer? Deveriam continuar

⁷⁶ O compromisso com data de 1903 se firmara após o início dos arrendamentos em 1892. Percebe-se a falta de seriedade daqueles “irmãos” (administradores da Irmandade) em manter o desejo da condessa expresso em seu testamento. Anteriormente o engenheiro Nicomedes Dié, em 1886, apresentara a planta topográfica da colônia agrícola de Nossa Senhora da Piedade, como “Colônia Canta e Gallo de propriedade da Irmandade de N. S. da Piedade”. (ANEXO XXXI, Figura 4) Na planta não se vê nenhuma alusão aos libertos.

administrando a colônia, buscando estratégias, isto é, mecanismos que pudessem mantê-la dentro da crise que se instalava, mantendo o compromisso firmado anteriormente. Mas não foi o que aconteceu.

A paisagem agrária do Vale do Paraíba fluminense, após a decadência do café, passou a ser dominada pela pecuária extensiva. Algumas famílias de antigos fazendeiros emigraram para o oeste paulista; outros, mesmo antes da abolição, investiram em “[...] atividades menos arriscadas como a compra de imóveis urbanos e apólices públicas.” (FRAGOSO, In: LINHARES, 2000, p. 161-162)

As terras da colônia agrícola, mesmo antes de a produção de café se extinguir por completo, foram arrendadas a particulares, segundo a ata da Câmara Municipal de Paraíba do Sul, de 26 de junho de 1892⁷⁷, na qual podemos ver dois fatos que dizem respeito ao poder político da Irmandade, em Paraíba do Sul. No primeiro, a Irmandade invade terrenos municipais, dizendo-se autorizada a isso, tomando posse à força de terrenos, que pertenciam ao poder público. No segundo, e que realmente importa à nossa análise, os colonos se queixam e reclamam do arrendamento feito a Juão Melo pela Mesa da Irmandade.⁷⁸ O presidente da Câmara, fiscal da execução do testamento, alega que o país necessitava de “[...] calma e concórdia que de sua parte não criaria agitações e lutas estéreis [...]”. O que o presidente pretendia com esse discurso era deixar claro a posição de “lutadores inglórios” dos libertos e a manutenção da “ordem” social dominante do império e sua continuidade na república. Dizia que as reclamações deveriam vir “[...] oficialmente por meio de requerimentos, representações ou ofícios para poder intervir[...]”; aconselhando a procura das “justiças ordinárias”, duvidando se os abusos eram reais. A Câmara, concordando com a opinião do Presidente, deliberou que “[...] nada se fizesse até que a sua intervenção fosse solicitada ou requerida.” Dificultavam o movimento empreendido pelos colonos com exigências documentais, difíceis de serem cumpridas, diante das perspectivas educacionais apresentadas aos

⁷⁷ ANEXO XVI.

⁷⁸ Esse primeiro arrendatário, possivelmente, era o administrador da fazenda, João Pedro de Mello, que aparece na lista de despesa da Fazenda de Cantagalo (31 de Outubro de 1882) no documento 30 do inventário da condessa. Junto com sua mulher, que também era empregada da fazenda, receberam pelo seu trabalho, 345.000 réis.

libertos no pós-abolição.⁷⁹ Entretanto, na vivência daqueles colonos, lutar diante das dificuldades que emergiam em sua nova condição, era um exercício inicial de cidadania, em busca da qual teriam uma longa jornada de “perdas e ganhos”, perdurando até os dias atuais com os seus descendentes.

O arrendamento a “Juão Melo” não era permitido, de acordo com o testamento, como foi analisado pelo Dr. Antonio Luz dos Santos Werneck⁸⁰, citado anteriormente. Nesta análise, ele redigiu que a testadora não desejava que a colônia agrícola fosse algum dia alienada, desejava que o todo complexo (fazenda com os bens agrícolas) ficassem perpetuamente unidos, queria que a colônia fosse sempre a mesma, “[...] perpetuamente conservada com todos os bens apontados, seus acessórios.”

Obviamente, o arrendatário assumiu as terras com a mão de obra liberta, que possuía seus lotes para produzir e comercializar os seus produtos. Os libertos não conseguiram evitar o arrendamento, tiveram que se adaptar a mais uma mudança, como podemos observar na ata de 2 de agosto de 1894, da Câmara Municipal de Paraíba do Sul:

Offícios [...] De Emygdio Rispolly notificando a Câmara de que não tem casa de negócio na Colônia de Cantagalo e que quanto a denúncia que a Câmara foi dada de que comprava o café assevera que o fez porém da parte que coube aos mesmos colonos. N’este acto pelo – Q – Presidente forão apresentados dois autos de infração de posturas lavrados pelo Guarda Fiscal de Entre-Rios João de Azevedo Leal por ter negócio sem licença, não ter os pesos aferidos, ser emperezario de moinho e comprar café. A Câmara resolveu isentá-lo do imposto de emperezario de moinho, e mandar os autos ao Procurador para proceder a cobrança. [...] (Atas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul. Livro 12 – 1893/1895)

Nota-se que os colonos vendiam a sua metade do café diretamente ao comprador. A outra metade produzida, antes entregue à administração da colônia, passa para as mãos do arrendatário que só teria direito ao cultivo do café.

⁷⁹ “[...] os não-brancos foram adquirindo o direito à escola muito lentamente, no pós-abolição. Formalmente excluídos os escravos, os libertos tinham acesso à escola na medida de suas possibilidades – inexistiu, durante a escravidão ou depois dela, uma política de massas voltada explicitamente para garantir aos ex-escravos o acesso à escola.” (MENEZES e FILHO, 2008, p. 17)

⁸⁰ ANEXO XVII.

A fiscalização feita pela Câmara acerca da venda do café era no sentido de cobrar impostos, e não com relação a proteger os colonos contra especuladores ou exploradores. Caso não procedesse assim, aquele senhor não teria a chance de arrendá-la. Observemos a ata de 28 de fevereiro de 1895:

[...] De Emygdio Ryspoli como arrendatário da Colônia de Cantagalo dando parte de abusos que são cometidos em relação aos enterramentos effectuados nos cemitérios d'aquela colônia. Providencie-se oportunamente. (Atas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul. Livro 13. 1895-1897)

Os colonos tornaram-se empregados do arrendatário, pois todos os serviços eram feitos por eles, a Irmandade se comporta de forma absenteísta devendo as roças de subsistência ter sido prejudicadas com essa nova administração.

O Sr. Emygdio Ryspoli, posteriormente ao arrendamento, passou a possuir casa de negócios na fazenda de Cantagalo. Vejamos abaixo:

[...] De Emygdio Ryspoli pedindo digo baixa de sua casa de negócio na Fazenda de Cantagalo em Entre-Rios sendo, dispensado do segundo semestre visto ter em tempo feito pedido, à Câmara por ter se estraviado no correio juntando uma certidão de escriptura de acordo com a Casa de Caridade; indeferido. (Atas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul. Livro 14. 1897-1899. 11.10.1897)

O arrendamento demonstrava a falta de comprometimento da Irmandade com a colônia agrícola, uma vez que descumpria as cláusulas do testamento, e trazia outras consequências aos colonos, visto que os negócios do arrendatário não se resumiam ao café, como podemos observar a seguir:

[...] De Emygdio Ryspoli pedindo diminuição no lançamento de aguardente e transferência de firma, indeferido quanto a primeira parte e no mais deferido. (Atas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul. Livro 14. 1897-1899. 23.04.1898)

Vimos que os libertos aumentaram a produção de cana, após a formação da colônia e que a previsão era de que a produção continuaria a aumentar.

A aguardente produzida pelo arrendatário demonstra que o arrendamento fora feito com a aprovação de que o Sr. Ryspoli pudesse

explorar a parte da produção agrícola (cana) que deveria pertencer unicamente aos colonos ou ele não obedecera ao contrato firmado com a Irmandade. Achamos improvável a segunda opção uma vez que o fato de as terras terem sido arrendadas comprova o desrespeito aos direitos dos colonos.⁸¹

Para continuarmos a nossa análise, será necessário entender como funciona o contrato de arrendamento.

A grande maioria dos arrendatários detêm pequenas glebas, ou são minifundiários, que recebem um pedaço de terra em troca de pagamento em dinheiro e da promessa inevitável de trabalho adicional na propriedade. (FORMAN, 1979, p. 85)

Os contratos de arrendamento variam de uma região para outra e dependem dos diversos tipos de lavouras. O proprietário da terra, ao combinar os termos do contrato, faz com que lhe seja sempre favorável, sendo as decisões relativas ao cultivo de safras para a subsistência ou a venda, “[...] condicionados pela duração estipulada no contrato, sempre sob constante ameaça de expulsão sumária do arrendatário”. (FORMAN, 1979, p. 89)

O valor a ser pago pelo arrendamento depende “[...] do valor da terra, da sua qualidade, produtividade e proximidade dos mercados urbanos e indústrias rurais”. Nos arrendamentos é comum o cambão ou condição, que consiste em dias de trabalho que o arrendatário tem que dar ao proprietário da terra. Esses serviços são destinados geralmente à manutenção da propriedade. (FORMAN, 1979, p. 86)

Quanto à manutenção da fazenda de Cantagalo, durante o arrendamento de Emygdio Ryspoli, encontramos a seguinte informação:

O arrendatário da fazenda, Emídio Rispoli, em 1897 já estava em demanda com a Irmandade, que custou a desalojá-lo da propriedade que espoliara totalmente. A sede se assentava onde está o trevo de Cantagalo. (SILVA, 1991, p. 129)

⁸¹ Interessante observar que, os documentos referentes à administração da Colônia Agrícola foram queimados, em um incêndio que destruiu a Casa de Caridade, em 1955. (SÁ, 1970, p. 42) Visitamos o atual edifício onde se reinstalou a Casa de Caridade, no mesmo local do edifício incendiado, ainda no período da pesquisa para o mestrado. O funcionário, Sr Waldir, nos atendeu informando que não havia documento algum sobre o período de nosso interesse e nos mostrou as fotos do incêndio, alegando que possuía somente aquilo para nos mostrar. Por isso, utilizamos documentos de arquivos públicos.

Entende-se que nem sempre os contratos são seguidos pelo arrendatário, mesmo que as cláusulas favoreçam o proprietário. No caso desse arrendamento, o Sr. Ryspoli “espoliou” a propriedade da Irmandade, em vez de mantê-la em bom estado.

Se a sede da fazenda encontrava-se espoliada, o que teria acontecido com os colonos? Mesmo antes do arrendamento, Emygdio Ryspoli não “aferia seus pesos”, nas transações comerciais feitas a eles. Acreditamos que diante deste e de uma série de problemas que analisamos antes, uma situação de precariedade se instalou. Essa precariedade os levaria a uma situação de pobreza e de necessidades, que dificultaria a manutenção da colônia agrícola. Os colonos não se negaram a trabalhar, fizeram-no, mas continuaram sendo explorados de outras formas, caracterizando a realidade rural brasileira.

Podemos notar que o trabalho deu frutos para quem os explorava:

[...] De Emygdio Ryspoli pedindo ser relevado na multa em que incorreu indeferido; no mesmo pedindo que a Câmara mande lotar o imposto de todas as suas casas na avenida nos Campos Elisios em Entre-Rios visto que nem sempre as tem alugadas e vice-versa, allegando que só pode informar o Snr. Vereador Districtal e fiscal do Districto. (Atas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul. Livro 14. 1897-1899. 12.03.1898)

Anteriormente afirmamos que, muitos fazendeiros começaram a investir em imóveis urbanos, em vez de continuar investindo em negócios de risco. Podemos incluir entre eles, o arrendatário da fazenda de Cantagalo, que possuía várias casas de aluguel em Entre Rios.

A história da colônia agrícola de Nossa Senhora da Piedade, um acontecimento local, reflete a estrutura de poder do Estado brasileiro. Segundo Forman (1979, p. 195):

Dadas as realidades da política brasileira ao decorrer dos séculos, talvez o melhor denominador comum para a nossa análise seja o município, o centro administrativo local e as suas redondezas. Na realidade, é em torno da distribuição de recursos entre as elites comerciais (depois industriais) e agrárias que se têm disputado a batalha entre as forças do centralismo e do localismo, e é pelo controle destes recursos, antes dispersos, que a luta política se faz.

Sendo o desejo da condessa manter a colônia agrícola para um fim social (dar condições de sobrevivência aos libertos e seus descendentes, ou

aos pobres que nela quisessem trabalhar), como explicar que, em 1892, a colônia já se encontrava arrendada?

Em sua análise o Dr. Werneck afirma: “[...] não se faz revogação expressa de testamento sinão em outro testamento ou um documento escripto, onde o testador declara que revoga”. (Inventário da Condessa do Rio Novo) Então, como explicar tanto poder nas mãos dos homens que administravam a Irmandade e que decidiram não dar cumprimento ao testamento?

Os libertos reclamaram ao presidente da Câmara, conscientes de que este era o caminho para buscar uma solução para o problema, pois a condessa deliberara em seu testamento que ele e o juiz de direito seriam os fiscais da mesa da respectiva Irmandade.

Passados dez anos desde a formação da colônia, o que pode ter acontecido? Desde o relatório da Sociedade de Imigração, em 1884, até 1892, como a colônia deve ter enfrentado as transformações econômicas, políticas e sociais pelas quais passou o país?

Uma história local e limitada pode fornecer uma visão válida do campesinato brasileiro, esse complexo fenômeno social, ou permitir uma explicação do fenômeno mais geral? Podemos responder que sim, pois Forman (1979, p. 23) diz que há uma

[...] diversidade de tipos camponeses que aparece no panorama brasileiro, constituindo uma parte do sistema sócio-econômico e político rural que é, por sua vez, parte de um sistema social e cultural mais amplo.

Sendo assim, essas ocorrências locais devem ser consideradas, em relação a outras ocorrências de nível regional, nacional ou mesmo, internacional. Realidades mais amplas afetam a extensão e o significado da ação política em localidades específicas do Brasil rural. Por isso, devemos desvendar o “[...] campo dinâmico no qual se desenvolvem acontecimentos e relações concretas”. (FORMAN, 1979, p. 23)

Faremos, então, uma série de considerações a respeito do que estava acontecendo no Brasil e nos países com os quais mantinha relações que afetavam aquele cotidiano.

Durante a década de 1880, acelerou-se o processo de decadência do sistema político imperial. O movimento abolicionista cresceu, multiplicando os

seus defensores, fundando clubes e associações pelo país, fragilizando cada vez mais o Império. Inúmeras ações foram organizadas e, diante de tantas pressões, o projeto de emancipação dos escravos foi votado e aprovado pela maioria dos deputados abolicionistas. A lei Áurea foi assinada pela regente Isabel, libertando cerca de setecentos mil escravos. (BASILE; In: LINHARES, 2000, p. 288)

Os fazendeiros escravistas, que se irritaram com a abolição sem indenização, passaram, em grande parte, a se desinteressarem pelo destino da monarquia. Muitos aderiram ao movimento republicano, unindo-se aos abolicionistas, que eram republicanos e seus inimigos de véspera.

Como as indenizações eram rejeitadas nacionalmente, o Gabinete Ouro Preto, preocupado com a possibilidade de todo o setor agrário conservador voltar-se para a República, fez um projeto de auxílio à lavoura. O Gabinete conseguiu levantar junto à casa dos banqueiros Rotschild, em Londres, 86 mil contos (quarta parte de todo o orçamento imperial de 1889) que seriam colocados à disposição “[...] dos setores agrários em crise, com juros garantidos pelo governo e prazo de cinquenta anos para tomadores do empréstimo”. Procurava-se ativar a economia fluminense e a mineira, em “[...] contraponto ao ascenso paulista [...]”, mantendo assim o apoio daquelas elites ao Império”.

Essas medidas vieram tarde, pois os paulistas, que ficaram insatisfeitos com “[...] a política imperial de indenização disfarçada paga à lavoura fluminense [...]”, aderiram majoritariamente à República. (LINHARES; SILVA, 1999, p. 70)

Não foi só entre os civis que o movimentou se expandiu, mas também nos meios militares.

Segundo Basile (In: LINHARES, 2000, p. 294), com as transformações ocorridas nas décadas de 1870 e 1880, e

[...] o descompasso criado entre o poder político e o poder econômico, com a ascensão dos cafeicultores do Oeste Paulista, das pretensões políticas assumidas pelos militares, após o prestígio adquirido com a guerra, e da emergência política das camadas médias urbanas, alterando a tradicional composição de forças no interior dos partidos imperiais, as críticas à centralização e à ficção do sistema representativo tomaram um novo vulto.

O movimento republicano crescia na medida em que a monarquia perdia o seu prestígio. Na verdade, não havia uma “[...] crença geral e efetiva nas vantagens daquele regime”. (MONTEIRO, In: LINHARES, 2000, p. 303) A monarquia foi incapaz de articular “as velhas e novas demandas” tendo sido, por isso, substituída pela República.

Com o advento da República, houve a tentativa de renovar a prática econômica do país nos seus primeiros anos, tentativa principalmente de Rui Barbosa, no curto período em que foi Ministro das Finanças, no governo de Deodoro da Fonseca (1889-1891). Tentou elevar “[...] as tarifas aduaneiras e facilitar o crédito industrial através da criação de bancos regionais, assim como suspender os empréstimos à lavoura cafeeira decadente”. (MONTEIRO, In: LINHARES, 2000, p. 304) Um Banco Hipotecário Nacional e um Cadastro de Terras seriam criados para substituir aqueles empréstimos. O novo setor agrário de São Paulo, e o antigo do Rio de Janeiro, atacaram duramente essa proposta.

As tarifas aduaneiras elevadas, com o objetivo de industrializar o país (sendo que o objetivo principal era o fiscal), dificultavam a venda dos produtos agrícolas brasileiros, pois atingiam o “[...] pacto que unia os plantadores, casas comerciais e interesses imperialistas [...]”, irritando profundamente os plantadores. Transformar a terra em um bem executável não agradava os velhos e nem os novos proprietários. Suas dívidas, desde o período colonial, eram pagas sobre “os frutos, e não sobre a terra”. O ministro foi afastado, principalmente por esse motivo, ascendendo ao poder o grupo plantacionista. (MONTEIRO, In: LINHARES, 2000, p. 304)

Os setores agrários fizeram surgir uma nova proposta contra o projeto modernizante de Rui Barbosa:

crédito fácil, redução dos impostos de exportação, estabilidade financeira e cambial ao lado de obras de infra-estrutura (viabilizadas pelo capital financeiro multinacional), principalmente em portos e ferrovias. De forma obsessiva, os novos senhores da República lançar-se-ão em um amplo projeto de estabilização do preço do café, numa vastíssima operação de defesa de seus interesses econômicos. Caberá aos estados federados, em especial São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a formulação de uma política capaz de, em comum acordo com o grande capital internacional, garantir o preço de seu principal produto: o café. (LINHARES e SILVA, 1999, p. 73-74)

O predomínio da hegemonia da burguesia do café, no plano interno, e sua dependência do capitalismo internacional, no plano externo, caracterizaram a economia e a política durante a Primeira República.

Na primeira Constituição da República, de 1891, percebe-se uma “cidadania seletiva”, em que os cidadãos seriam separados em dois grupos: ativos, exercendo direitos civis e políticos, e passivos, possuindo somente os direitos civis, privando a maior parte da população de participação da vida política do país.

Com tudo isso, podemos entender por que as reclamações dos libertos foram ouvidas, visto que tinham o direito de expressão. Todavia não foram tomadas as providências para o impedimento do arrendamento da terra entre a Irmandade e João Mello. Não houve a justiça para um grupo politicamente e economicamente “dominado”.

O estabelecimento da República, a bem da verdade, o estabelecimento da federação, permitiu que as diversas oligarquias locais ascendessem ao poder, no seu âmbito regional, assumindo o controle da máquina administrativa, em particular da fiscalidade, construindo mecanismos para sua eternização no poder. Essa era a alma do coronelismo. (MONTEIRO, In: LINHARES, 2000, p. 302)

O coronel exige “[...] a vida, a obediência e a fidelidade [...]” daqueles que ele “[...] protege, socorre, homizia e sustenta materialmente”. O grupo dominante, que possui as suas raízes na posse da terra, tem o monopólio do poder. O cidadão era apenas um elemento que legitimava as decisões da “elite oligárquica”, era ausente da vida política. (MONTEIRO, In: LINHARES, 2000, p. 303)

Outro fato que chamou atenção, na questão de que os libertos não tinham a proteção jurídica necessária para a solução dos problemas que surgiram na colônia agrícola, e a amplitude do poder local, dos proprietários de terras, foi em relação a uma provável sublevação, citada por Pedro Gomes da Silva (1991, p. 63):

Pedro de Araújo (1851-1899) foi na parte militar o principal esteio em Paraíba da Revolução de 1891, que derrubou o governador Portela. Isso porque chefou o armamento dos revoltosos [...] utilizando a própria fazenda (Rio Novo) e a de correligionários [...]. Era enteado do barão de Ribeiro de Sá. [...] Eleito vereador à Câmara de 1883 a 86 [...] exerceu ainda, pouco tempo, o cargo de juiz-de-paz do distrito do Espírito Santo-Jatobá

(março de 1891). [...] Quando administrador da Colônia de Cantagalo, dominou prontamente a sublevação dos colonos, insuflados por especuladores dos prazos de terra dos ex-escravos, contra a Irmandade Nossa Senhora da Piedade.

Procuramos, sem sucesso, documentos que pudessem comprovar o que Pedro Gomes afirmou, como também descobrir em que ano esse fato ocorreu, pois o autor não forneceu a data. Como Pedro de Araújo morreu em 1899, é possível que essa suposta sublevação tenha ocorrido próximo ao período do arrendamento, em 1892, quando os libertos reclamaram ao presidente da Câmara e este preferiu não interferir no assunto. Na ata de junho de 1892, junto às reclamações, o presidente afirmava que o país necessitava de “calma e concórdia” e que não criaria “agitações e lutas estéreis” (sabia que os libertos lutariam inutilmente). O administrador Pedro de Araújo citado acima, também participou da luta travada no estado do Rio de Janeiro, em dezembro de 1891.⁸² Foi o fenômeno das “derrubadas”, em que Floriano destituía os homens de Deodoro nas situações estaduais. (CARDOSO, apud, FAUSTO, 1997, p. 42)

Parecia que o presidente da Câmara, desconhecendo a sua função de fiscal da colônia agrícola, exagerou nos perigos que os apelos dos colonos ofereciam ao país.

A quebra dos direitos adquiridos pelos libertos em testamento, resultante das mudanças sócio-econômicas e políticas, levou-os às reclamações.

Na tentativa de acompanhar a trajetória desses colonos, deparamo-nos, depois daquelas informações sobre os arrendamentos, com um profundo silêncio. Após muita procura, encontramos outros documentos que analisaremos no próximo tópico.

Sendo assim, citaremos uma definição de Paulo Freire, para encerrar a nossa análise da “cultura do silêncio” derivada “[...] das relações estruturais entre os setores subordinados e superiores do sistema social”: “Na cultura do silêncio...existir é somente viver. O corpo executa as ordens que vêm de cima. Pensar é difícil, falar a palavra, é proibido”. (FREIRE, apud. FORMAN, 1979, p. 271)

⁸² “Petrópolis, Vassouras, Bemposta, Campos e outros pontos, forçaram a deposição do governador Dr. Francisco Portela, que renunciou o cargo aos 10 de dezembro de 1891”. (SÁ, 1944, p. 105)

3.3.2 – Os Aforamentos

Na administração do Barão de Ribeiro de Sá, em 1886, foi feito o primeiro aforamento⁸³, de acordo com a quinta condição do testamento, citada anteriormente, onde a condessa autorizava o arrendamento ou aforamento somente dos terrenos próximos à Estação de Entre-Rios.

Na verdade, em menos de um mês afluíram à Secretaria da Irmandade 71 pedidos para aforamentos de lotes, sendo certo que no dia 13 de setembro do mesmo ano, só o cidadão João Pedro Guimarães requereu o aforamento de 53 outros. (SÁ, 1944, p. 12)

A multiplicação da pequena propriedade fez parte da dinâmica da economia cafeeira. Nas fazendas com terras esgotadas fazia-se o retalhamento do solo, loteando e vendendo parte da propriedade. (CARVALHO, 2001, p. 103)

O aforamento de 1886 serviu para,

[...] além de restaurar as finanças da Irmandade, melhorou sobre modo as acomodações do Asilo, comprou uma casa para residência do capelão, como também os terrenos e as benfeitorias existentes na base do Morro de Santo Antonio, em cujo cimo está assentado o Asilo e deixou um saldo superior a 15:000.000. (SÁ, 1944, p. 57)

Observamos que não houve uma preocupação em utilizar o dinheiro do aforamento para investir na colônia agrícola. Parece que, para a Irmandade, o objetivo da colônia seria sustentar a Casa de Caridade. Com o tempo, a colônia transforma-se em um “negócio” que não condizia com o objetivo social do projeto.

No regulamento da Irmandade, aprovado em 1904⁸⁴, não há referência a nenhuma proposta de investimento na colônia agrícola.

Operando com poucos recursos, a produção tornar-se-ia limitada. O destino dado à colônia agrícola pelos seus administradores impediu o seu desenvolvimento, aumentando assim as dificuldades dos colonos.

Os colonos mantinham uma relação não-capitalista com a Irmandade, cujo “ingrediente de relações de poder” estava fortemente presente. Aquela

⁸³ Contrato pelo qual o proprietário transmite o domínio útil de um imóvel a outra pessoa, ficando esta obrigada a pagar-lhe anualmente o foro.

⁸⁴ ANEXO XVIII.

forma de organização do trabalho encerrava certo componente camponês; sua base era o trabalho familiar e parte de seu produto era de sua propriedade, podendo ser comercializado. Sua base familiar permitia à Irmandade e, posteriormente, ao arrendatário o uso de uma mão de obra não remunerada (mulheres e crianças).

Os traços dessas relações demonstram que elas foram organizadas em um ambiente de frágil circulação de mercadorias e de moedas, ou seja, em um mercado restrito que se erguia sobre uma divisão social do trabalho ainda pouco desenvolvida. (FRAGOSO; In: LINHARES, 2000, p. 165)

Essas relações de produção se desenvolveram em um ambiente republicano. A elite republicana era mais representativa do que a do Estado Imperial, os interesses regionais e de classe tinham maior acesso ao centro do poder. Longe de serem democráticas, mantiveram as “[...] classes subalternas destituídas de parte substancial dos seus direitos de cidadania”.

Com relação à decadência do café na antiga província do Rio de Janeiro, “[...] esse foi um fenômeno regional, circunscrito a algumas áreas, não sendo, portanto, algo geral que abrangesse toda a antiga província fluminense”. (FRAGOSO; In: LINHARES, 2000, p. 165)

Enquanto as terras da colônia não se esgotaram para o café e este proporcionava lucros à Irmandade, seja através de sua administração, seja de um arrendatário, havia um interesse na manutenção da mão de obra dos colonos naqueles lotes. Mas deixá-los naquelas terras produzindo somente para a sua subsistência, não fazia parte dos planos da Casa de Caridade.

A renda dos colonos, resultante da meação do café somada ao excedente da produção de subsistência, era consumida pelas terras, pois acreditavam que estas lhes pertenciam. Pensavam estar consolidando sua nova posição social.

Quanto aos preços do café, estes começaram a declinar a partir de 1896, devido à superprodução. Isso aconteceu em face da expansão da lavoura cafeeira em regiões de fronteira agrícola aberta, que utilizavam a mão de obra do imigrante, com preferência pela formação de novas lavouras. A agricultura, nas primeiras décadas do século XX, é desestabilizada pela

supersafra brasileira de 1896, forçando a baixa nos preços do café. (CARVALHO, 2001, p. 94)

Somando-se à problemática decorrente da crise cafeeira, nos primeiros momentos da república, ascenderam ao poder, os grupos oligárquicos regionais com autonomia local, impondo seus interesses, dissolvendo uma visão mais ampla da nação, impossibilitando os oprimidos de buscarem apoio e proteção em instâncias superiores. (LINHARES; SILVA, 1999, p. 95)

Nesse contexto, incluímos os libertos que se encontravam em uma situação de total dependência em relação à Irmandade, formada pela elite local. Dependiam da boa vontade dos “irmãos”, para que mantivessem o que estava estabelecido no testamento e no compromisso da Irmandade.

Com o esgotamento do solo, estando com a fronteira agrícola fechada, mantendo-se as formas de produção extensivas⁸⁵, somando-se à queda do preço do café, nem mesmo o arrendamento era interessante. Restava, então, o aforamento com a conseqüente tentativa de retirada dos colonos das terras. (LINHARES; SILVA, 1999, p 75)

Durante a primeira década da República, o poder federal não tomou iniciativas para atuar na questão agrária. Foi omissa na incorporação dos ex-escravos à vida nacional. A política geral da República foi “extremamente conservadora”, legitimando a “[...] arbitrariedade dos grandes fazendeiros na apropriação de terras [...]” e confirmando “[...] à Igreja e ordens religiosas a posse de suas propriedades”. (LINHARES; SILVA, 1999, p. 76-77)

Quanto à apropriação de terras públicas, encontramos novamente uma denúncia contra a Casa de Caridade, em 1899:

[...]Ofício do Vereador Cap. Freixeiro Júnior, comunicando a invasão em terrenos municipais, pela Administração da Casa de Caridade e

⁸⁵ “[...] Imensas plantações aproveitando-se da grande fertilidade dos solos, formada a partir do *humos* e das cinzas deixadas após a derrubada da floresta.[...] A forma de cultivo dos cafezais, baseada na agricultura de roça e queima era semelhante àquela praticada pelos índios, sendo, porém, realizada em grandes extensões de terras, muitas delas em encostas. Isto levaria a perda da fertilidade do solo da região, exauridos, entrariam num processo de erosão.” Para uma reflexão a respeito da cultura do café e a questão ambiental no século XIX, ver: GOMES, Mauro Leão. **A Cultura do Café e o Debate Ambiental no Século XIX. O caso de Cantagalo na Província do Rio de Janeiro**. Dissertação apresentada ao Curso de Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, CPDA/UFRRJ, 2000.

Fonte: www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/.../Gomes%20Mauro%20Leão.doc. Acesso em 02.10.2014.

pedindo providências à Câmara. A Câmara autorisa o Sr. Presidente a entender-se com o advogado da mesma Câmara. (Atas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul. Livro 15. 1899-1908. 20.11.1899)

A Administração da Casa de Caridade, Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, invadira terrenos municipais, tendo sido denunciada pelo vereador acima citado. Interessante notar a forma tradicional com que grupos dominantes, representados principalmente por fazendeiros, continuavam se apoderando das terras em Paraíba do Sul, nos remetendo ao período analisado no primeiro capítulo deste trabalho.

A associação que podemos fazer da Irmandade com as oligarquias locais decorre dos elementos que formavam a Mesa Administrativa, na sua maioria fazendeiros. Como exemplo, observemos abaixo a Mesa Administrativa de 1904 que possui, além de fazendeiros, dois comerciantes, um professor e um padre.

Pe. Teófilo Bento Dutra – Capelão e Assistente Eclesiástico.
Cel. Randolfo Penna Júnior – Provedor – Fazendeiro.
Zózimo Guimarães – Professor.
João Marques de Almeida – Comerciante.
Pedro José Ferreira – Comerciante.
Cel. Eduardo de Souza Leite – Fazendeiro.
Cel. Irineu Werneck dos Passos – Fazendeiro.
Cel. José Lino Ribeiro de Sá – Vice- Provedor – Fazendeiro. (SÁ, 1944, p. 32)

Os anos passaram e não fora dada a importância necessária à manutenção da colônia agrícola, nas reuniões dos “irmãos”, membros da mesa administrativa da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, como podemos observar a seguir.

No relatório da Casa de Caridade, de 1909, não há referência à colônia. Silenciam, esquecem. O provedor, Coronel Randolpho Penna Júnior, destaca a questão das dúvidas que surgiram entre os contribuintes sobre os terrenos em Entre Rios, que estavam sendo resolvidas com o auxílio da planta cadastral, confeccionada em 1908, pelo “hábil engenheiro Dr. Maurício Eugênio Giron”. (Jornal Arealense, 06.01.1910, p. 3)

As informações sobre os lucros para os cofres da Irmandade cujo patrimônio, em 1910, foi aumentado com duas apólices de um conto de réis, foram as preocupações centrais do Coronel Randolpho Penna Jr, em seu

relatório de 1910. Não menciona a colônia. De novo, o esquecimento, o apagamento. (Jornal Arealense, 08.06.1911, p. 2)

Posteriormente, encontramos os dados do relatório de 1916⁸⁶, apresentado pelo Coronel Provedor Randolpho Penna Jr ao “Exmo Revmo Snr. D. Agostinho Francisco Benassi. DD. Bispo de Nictheroy”. O Provedor não fez nenhuma referência à colônia agrícola. Estava esquecida, mais uma vez. A preocupação maior consistia no investimento em apólices da dívida da União, no aumento do patrimônio e manter um saldo em caixa. Nem mesmo a manutenção da sede da fazenda de Cantagalo, que poderia ser um patrimônio histórico e cultural na atualidade, foi preocupação daquela Irmandade. Em vez disso, fizeram a demolição e a venda de seus materiais. Entre as despesas para a manutenção de internato, externatos, hospital e asilo aparece uma despesa de R\$6:797\$400 em “obras e melhoramentos” não especificados.

A Casa de Caridade continuou por um longo tempo, sob a administração do Coronel Provedor Randolpho Penna Jr. Em 1929⁸⁷, os irmãos em mais um relatório, não se lembram da colônia agrícola nos assuntos tratados pela Irmandade.

Encontramos a “voz” dos libertos, somente em 1930. Passados 48 anos, após a formação da colônia agrícola, dois libertos reclamaram o direito ao usufruto da terra. Para estes, a terra ainda era um sonho possível de ser alcançado. Vejamos no relatório, que apresentou as queixas deles, além da venda de prédios; compra de apólices da dívida pública na Bolsa de Título da Capital Federal; obras na Escola Condessa do Rio Novo, no asilo, no hospital; outras informações e como a Irmandade reagiu às reclamações dos dois libertos.

[...] O número de foreiros dos terrenos de Entre-Rios tem aumentado consideravelmente, subindo a 490. Existindo 38 arrendatários de terras e 8 locatários de prédios, o número total de contribuintes é de 536 pessoas, o que exige constante vigilância da provedoria ao despachar o expediente, que se avoluma de anno para anno. [...]

Colônia de Cantagallo de Entre-Rios

⁸⁶ ANEXO XIX.

⁸⁷ ANEXO XX.

Tendo o egrégio tribunal da Relação do Estado do Rio, com grande surpresa nossa, negado provimento à apelação que formulamos em 1925 da sentença do emérito Juiz de Direito da Parahyba do Sul, mantendo dois intitulados ex-escravos da veneranda Condessa do Rio Novo na posse de terrenos, cujo domínio, indubitavelmente, pertence à Casa de Caridade, não me conformei o accordão, convencido de que ainda lograremos indefectível justiça. “A Deus o que é de Deus”. [...](Jornal Arealense, 11.01.1930, p. 2)

Percebe-se que, embora a Casa de Caridade reconhecesse a manutenção de escolas, asilo e hospital, negava a sua maior e mais importante função que, dera origem à sua existência: a de eximir da dependência aqueles que conseguiram o acesso à terra.

O Juiz de Direito de Paraíba do Sul manteve o direito de posse da terra aos libertos, mas foi feita a apelação pelo Provedor Randolpho Penna Jr, posteriormente. O Coronel ainda os acusa de estarem querendo tomar a terra que pertencia a “Deus”. Como Randolpho Penna tinha outros planos para as terras, em 1931, a Irmandade decide aforar as terras da colônia, pois esta completaria os 50 anos de sua formação, em 1932.

Secção Livre
Casa de Caridade de Parahyba do Sul
(Nova Zona Foreira)

Resolução da assembléia geral de irmãos em 14 de julho de 1931.
A criação da nova zona foreira, que poderá ser considerada suburbana, por achar-se situada muito distante da sede do districto, deverá ser demarcada da forma seguinte: a partir dos limites da antiga zona foreira de um e de outro lado da Estrada União e Indústria, prolonga-se de um e de outro lado até a ponte das Garças, tendo do lado direito todo o terreno aproveitado até o rio e do lado esquerdo da Estrada da ponte até a curva do rio, só deverá ser aforada uma faixa de terreno com 132 metros de fundos e d’ahi do ponto onde existe uma pequena casa (onde reside Antonio Simplício) partirá uma linha divisória em direcção ao signal fixo da Estrada de Ferro Leopoldina (linha Piracema), atravessando a dita linha férrea, bem como a estrada de rodagem da Rua Direita (Fazenda) até a cerca da Estrada de Ferro Central, ramal de Porto Novo, linha essa que estabelecerá a divisa entre a nova zona foreira e a arrendatária.

Os arrendatários terão preferência ao aforamento dos terrenos pelo preço de 10 a 20 réis, desde que abranja toda a extensão do terreno, isto é, do primeiro prazo da frente até ao limite da nova zona foreira; porém se elles abandonarem os prazos de fundo e somente pretenderem aforar os de frente, o aforamento será de 30 réis o metro quadrado. No caso de transferência de parte ou de todo o terreno aforado, nos prazos de frente, o foro será cobrado a 30 réis, sendo canceladas as cartas respectivas e extraídas outras.

Caso aos actuaes arrendatários não convenha aforar todos os prazos de frente, estes podem ser aforados a terceiros, mediante praça e pelo preço de 30 réis o metro quadrado.

No aforamento da nova zona foreira a ser estabelecida, serão respeitados os contractos de arrendamento actualmente existentes, até a sua terminação, bem como os direitos às benfeitorias, por ventura existentes nos terrenos respectivos, que serão indemnizados mediante avaliação prévia, a aprazimento das partes interessadas. Fica o Sr. Provedor autorizado a promover, quando julgar oportuno, o levantamento da planta da nova zona foreira, abrindo-se, para isto, o necessário crédito. (Jornal Arealense, 08.08.1931, p. 2)

Somente com a Revolução de 1930 se dá o afastamento dos setores até então dominantes, em especial a elite agrária de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, criando condições para alterar o ordenamento agrário do país.

A perspectiva de acesso à terra, isto é, a “Terra Prometida” continuou a ser o sonho dos trabalhadores rurais, em especial dos descendentes dos colonos. Mesmo com a formação da “Nova Zona Foreira” pela Irmandade nas terras da colônia, um grupo de descendentes não desistiu, tendo permanecido, acabou preservando a memória dos libertos em seu meio, como veremos nos capítulos a seguir.

4 DE COLÔNIA AGRÍCOLA NOSSA SENHORA DA PIEDADE A BAIRRO DE VILA ISABEL: HISTÓRIA, ESQUECIMENTO E SILÊNCIO

Nos capítulos anteriores, apresentamos os acontecimentos em nível local, principalmente, no que tange à colônia agrícola Nossa Senhora da Piedade até os anos de 1930.

Neste primeiro segmento faremos algumas considerações baseadas nos estudos de Lília Moritz Schwarcz sobre o início da República no Brasil, identificando as influências desse regime nos sujeitos da região pesquisada, na constituição do bairro Colônia (ex-colônia agrícola) e na cidade de Três Rios.

No segundo segmento abordaremos as décadas de 1930 e 1940, contextualizando as mudanças ocorridas no espaço onde existiu a colônia agrícola às transformações políticas, sociais, culturais e econômicas do país, analisando esse processo histórico contendo estratégias de esquecimento e de silêncio.

4.1 ABOLIÇÃO E REPÚBLICA: MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E EMBRANQUECIMENTO DA POPULAÇÃO

Com o fim da escravidão, em 1888, e a deposição de d. Pedro II, em 1889, surge um cenário propício a todo tipo de utopias e projeções. O recém-instituído regime republicano gerou enormes expectativas. Imaginava-se que após a abolição do trabalho escravo seria possível construir um país mais justo, “[...] não mais cerceado pela estrita hierarquia social do Império ou por critérios de origem ou nascimento.” (SCHWARCZ, 2012, p. 19-20)

Schwarcz (2012, p. 36-39) afirma que os primeiros anos do regime republicano foram marcados pelo entusiasmo com o futuro progresso do país. As cidades em transformação e a chegada do imigrante eram associadas ao “melhoramento”, à ideia do trabalho como um valor e ao branqueamento da população. Conhecida como época de “regeneração”, o perfil das grandes cidades foi construído expulsando os pobres dos centros urbanos e

privilegiando uma “[...] conformação arquitetônica e urbanística à moda francesa do barão de Haussmann⁸⁸.

A vida urbana foi marcada pela instabilidade decorrente de uma economia ainda fortemente ligada à exportação agrária e à industrialização incipiente. Às crises cíclicas de carestia somava-se o aumento constante dos alimentos, moradia, transporte e aluguel. Com o crescimento da inflação, multiplicou-se a pobreza, havendo um “[...] rebaixamento social e das condições de vida [...]”, como também o surgimento de inúmeras moradias irregulares e o aumento de “[...] figuras inusitadas⁸⁹ que transitavam pela cidade. Estes conviviam com a nova burguesia separada do campo, que transformava as cidades no seu “quartel-general”. (SCHWARCZ, 2012, p. 39)

A higienização era um projeto amplo e abrangente, gerado a partir da concepção de civilização e de controle, duas palavras de ordem articuladas veementemente no período.

A marginalização das populações do interior diante das transformações impostas em nome do progresso não foi ignorada. [...] O choque entre populações com costumes diversos é sobremaneira, as novas ilusões do progresso e da modernidade. Modernização e tradição eram conceitos fortes nesse momento que previa mudanças, mas experimentava continuidades de toda ordem. (SCHWARCZ, 2012, p. 41)

Da década de 1880 aos anos de 1930⁹⁰, o processo de transformação da sociedade brasileira foi dinâmico. O aumento geral da população somou-se à

⁸⁸ Seu nome “[...] é sinônimo das transformações observadas em Paris, durante o Segundo Império, que deram à capital francesa o rosto que, de uma forma geral, hoje ainda apresenta. [...] Foi responsável pela reforma urbana de Paris, determinada por Napoleão III, e tornou-se muito conhecido na história do urbanismo e das cidades.[...] Advogado, funcionário público, político e administrador francês. Nomeado prefeito de Paris por Napoleão III, remodelou esta cidade durante 17 anos, com a colaboração de arquitetos e engenheiros de renome da época. Haussmann planejou uma nova cidade, modificando parques parisienses e criando outros, construindo vários edifícios públicos, como a L’Opéra. Melhorou também o sistema de distribuição de água e criou a grande rede de esgotos, quando em 1861 iniciou a instalação dos esgotos entre La Villette e Les Halles, supervisionada pelo engenheiro Belgrand. <http://estoriadahistoria12.blogspot.com.br/2013/10/as-transformacoes-na-vida-urbana-o.html> Acesso em: 04.11.2014.

⁸⁹ “A preta-mina cozinheira, os engraxates mestiços, os carregadores, as doceiras, os capoeiras, os vendedores de leite em domicílio, o baleiro ou o cura a oferecer proteção”. (SCHWARCZ, 2012, p. 39)

⁹⁰ O surgimento da favela no Rio de Janeiro, em 1897, também marca as transformações sociais desse período. “[...] O Morro da Favela, considerado a primeira favela do Brasil, a partir

“[...] política agressiva de incentivo à imigração estrangeira”. Como possibilidades reais e dominantes, as cidades e as indústrias se impunham como novos fenômenos sociais e econômicos. Voltado para a região Sudeste, o eixo econômico era representado, principalmente, pelas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. (SCHWARCZ, 2012, p. 42)

Mesmo com todo o dinamismo daquele período, até 1930, o Brasil ainda era agrícola, segundo o censo de 1920⁹¹.

Ao lado nas novas tecnologias, das atividades econômicas e ocupações sociais mais recentes – e propriamente urbanas – permaneciam os rastros de um passado revigorado, em que as hierarquias sociais eram dadas por padrões rígidos de nascimento e inserção. (SCHWARCZ, 2012, p. 47)

Quanto aos libertos, no período pós-abolição, não foram contemplados com uma política social para construir o seu aprendizado tão necessário à vida nas cidades, para que pudessem ter igualdade na competição com imigrantes ou trabalhadores livres nacionais. (SCHWARCZ, 2012, p. 61)

A propagação das teorias raciais (influentes até 1930) condenando a mestiçagem de nosso país, a interpretação social determinista estabelecendo hierarquias entre as raças, tornara a vida daqueles grupos “um fardo pesado” a carregar. Negros e libertos sem “sucesso profissional ou social” eram vistos como incapazes e inferiores biologicamente, ignorando-se as causas no seu passado ou nas suas condições de vida. O debate após a abolição se afastou “[...] da questão da cidadania⁹² e da igualdade em nome das razões e

do ano de 1897 abrigou remanescentes dos cortiços do centro do Rio, ex-escravos do Vale do Paraíba e os soldados desamparados da Guerra de Canudos e todos aqueles que jamais seriam retratados na poesia de Olavo Bilac. A favela erigia-se como monumento na região central do Brasil em frente à praça da Aclamação (hoje Praça da República). [...] Hoje, conhecemos o antigo Morro da Favela como Favela da Providência, que ainda pode ser vista atrás da Central do Brasil, entre os bairros do Santo Cristo e da Gamboa.” www.jornalplasticobolha.com.br/pb24/quartodedespejo.htm. Acesso em: 09.04.2014. Ver também: VALLADARES, Licia. **A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às Ciências Sociais**. RBCS. Vol. 15 nº 44 outubro/2000. www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145. Acesso em 09.04.2014.

⁹¹ “Dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7 %) se dedicavam à agricultura; 1,2 milhão (13,8 %) à indústria; e 1,5 milhão (16,5 %) aos serviços de uma maneira geral.” (SCHWARCZ, 2012, p. 43)

⁹² Enquanto fenômeno histórico, o avanço da cidadania no Brasil não atrelou as suas três dimensões políticas: direitos civis (direito à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei); direitos políticos (direito à participação do cidadão no governo da sociedade-voto) e direitos

argumentos da biologia. A ciência naturalizava a história e transformava hierarquias sociais em dados imutáveis.” (SCHWARCZ, 2012, p. 61)

E o movimento era duplo: de um lado [...] a inferioridade presente no componente negro e mestiço de nossa população; de outro tentava-se escamotear o passado escravocrata e sua influência na conjuntura do país. Bom exemplo é o hino da proclamação da República. Criado em 1890, [...] conclamava: “Nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país.” Ora, a libertação mal ocorrera e já se silenciava (oficialmente) sobre ela ou a transformava em “passado remoto”. (SCHWARCZ, 2012, p. 61)

Na população do Brasil, contavam-se espanhóis, portugueses, negros, mulatos livres e libertos. Estes últimos foram os mais prejudicados nos aglomerados urbanos (cortiços) formados às pressas, com o “preconceito silencioso” diante de sua raça formada por populações apresentando uma gradação de cores diferenciadas, mas, ao mesmo tempo, igualadas como populações oriundas do escravismo.

Nas áreas rurais, os ex-escravos misturaram-se à população pobre, constituindo a imagem de país mestiçado, tão comentada quanto criticada pelas teorias raciais do início do século XX, mas transformada em símbolo do Estado Novo, já nos anos 1930. [...] Nomadismo dessas populações, que evitavam se fixar em algum lugar restrito. [...] após a abolição era possível observar ex-escravos isolados ou comunidades inteiras vagando pelos campos, ou estabelecendo-se por curto tempo, para voltar a perambular. [...] Mobilidade [...] encontrada na experiência prolongada da escravidão, que jamais conheceu o sentido de propriedade. (SCHWARCZ, 2012, p. 63)

Os trabalhadores negros passaram a viver nas fazendas do interior dos estados, como Minas Gerais, São Paulo e também no Nordeste; misturando-se aos camponeses e imiscuindo-se nos trabalhos agrícolas. Ao contato com a “[...] vasta população de caipiras, sertanejos, caboclos, paulistas ou mineiros

sociais (direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria). Sendo assim, esses direitos por terem sido negados, em muitos momentos do processo histórico do país, gerou uma “cidadania inconclusa”. Sobre esse assunto ver CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. O autor afirma que somente o exercício pleno de um direito pode redundar na aquisição de outros direitos.

habituar-se a formar roças volantes e deslocar-se sazonalmente.” (SCHWARCZ, 2012, p. 63) Eles adotaram o “modo de vida caipira”, evitando a fixidez e produzindo pequenas roças, “[...] uma sociabilidade que se utilizava das relações de vizinhança e dos grupos que se reuniam em arraiais, vilas e bairros rurais.” (SCHWARCZ, 2012, p. 63)

A inevitável e crescente miscigenação “convivia” com o discurso científico⁹³ sobre as diferenças raciais no século XIX legitimando o imperialismo europeu, hierarquizando a humanidade e possibilitando ao homem branco a ocupação do “[...] topo da evolução da espécie, símbolo maior do progresso e da civilização.” Com ampla difusão na Europa, essas ideias se espalharam para inúmeros países do mundo, dentre eles, o Brasil. (GIAROLA, 2011, p. 72)

Para o grupo dirigente do final do século XIX no Brasil, a publicação de “A Origem das Espécies”, com “a teoria da evolução” de Charles Darwin (1809-1882) subsidiava a definição dos seus conceitos de nação e de cidadania. (GIAROLA, 2011, p. 72)

O discurso científico, que tanto agradava aos brasileiros, ao mesmo tempo era utilizado por vários viajantes que representavam “[...] o Brasil como exemplo de nação degenerada de raças mistas [...], modelo da falta e atraso em função de sua composição étnica e racial.” (GIAROLA, 2011, p. 72)

Gobineau (1816-1882) foi o principal nome entre os teóricos racistas que condenava a hibridação, o qual julgava “[...] o Brasil como culturalmente estagnado e como um risco permanente para a saúde”. Para ele, a miscigenação manchava os brasileiros de forma irrevogável e, por isso, achava-os desprezíveis. (GIAROLA, 2011, p. 72)

Segundo Giarola (2010, p. 74), “[...] os intelectuais brasileiros tiveram seu próprio modo de ver a composição racial do país. Ressaltando que não houve uma tradução aleatória de textos, mas antes um trabalho de seleção.”

⁹³ Não temos a intenção de nos aprofundar nas questões raciais no Brasil, uma vez que isto poderia nos desviar dos objetivos deste trabalho, no entanto, entraremos em alguns aspectos relevantes sobre o assunto. Para uma análise mais detalhada, ver as análises de Giarola (2011), sobre as obras: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993 e SEYFERTH, Giralda. **Construindo a Nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização**. In: MAIO, Marcos Chor: SANTOS, Ricardo Ventura (Org). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

Aqueles intelectuais ocupavam-se com a seguinte questão: “Como conviver com o paradoxo da aceitação de uma teoria que levava à inviabilidade futura da nação?” A miscigenação no Brasil “[...] não despertava a oposição instintiva da elite branca.” O processo era reconhecido e aprovado, pois fora assim que alguns mestiços (quase sempre mulatos claros) ascenderam “[...] ao topo da hierarquia social e política.” (SKIDMORE, apud, GIAROLA, 2011, p. 74)

Em busca da negação da ideia de inferioridade inata dos mestiços, a intelectualidade brasileira forjou uma conclusão otimista baseada na afirmação chave de que a miscigenação não produzia inevitavelmente “degenerados”, mas uma população branca, tanto cultural quanto fisicamente. A tese do branqueamento se apoiava na hipótese de que a mistura racial, da forma em que ocorria no Brasil, produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas. (SKIDMORE, apud, GIAROLA, 2011, p. 75)

Para que o país avançasse moral, intelectual e progredisse materialmente, seria necessário o branqueamento da nação. Nesse contexto, a imigração europeia impulsionaria a purificação étnica.

Com os argumentos levantados e descritos acima, não resta dúvida de que, para os negros no Brasil após a abolição, não havia ainda a aceitação de sua própria existência. Tinham que conquistar o direito de existir. As dificuldades enfrentadas para a sua sobrevivência não eram atribuídas à nulidade de projetos políticos sociais. Um longo caminho estava por vir e este prometia ser de esquecimento, silêncio, mas também de “adaptação”, desejos de participação social e de justiça.

Nosso esforço neste capítulo consiste em continuar analisando o aspecto do branqueamento na política e na sociedade brasileira do início do século XX, a fim de perceber o ambiente no qual os descendentes dos libertos da colônia agrícola Nossa Senhora da Piedade estavam sendo “forjados”. Como estavam construindo a sua identidade? Como eles se viam e como viam os “outros”?

Mesmo extinta a desigualdade escrava pela abolição, a continuidade da diferença negra herdada do passado escravista apresentava novos significados.

Continuando a análise daquele período, utilizamos os estudos de Domingues (2002), inicialmente afirmando que:

[...] o branqueamento ora é visto como a interiorização dos modelos culturais brancos pelo segmento negro, implicando a perda do seu ethos de matriz africana, ora é definido pelos autores como o processo de “clareamento” da população brasileira, registrado pelos censos oficiais e previsões estatísticas do final do século XIX e início do XX. (HOFBAUER, apud, DOMINGUES, 2002, p. 565-566)

O estudo de Domingues⁹⁴ (2002) foi importante para o presente trabalho, pois apresenta preocupações em compreender o papel do negro na fase posterior à abolição. Como, para eles, a sobrevivência tenha se tornado um desafio, o autor nos ajuda a conhecer o ambiente de rejeição que foi sendo construído em torno das famílias descendentes de escravos e de menor rejeição ou aceitação aos grupos que se adaptavam aos “modelos culturais brancos”.

Para ele, “[...] as reflexões sobre essa temática carecem de uma distinção rigorosa entre análise do discurso ideológico e análise da realidade empírica.” (DOMINGUES, 2002, p. 566)

No “racismo à brasileira”⁹⁵ o fenômeno era visto como algo irreversível. Estimativas “confiáveis”, isto é, documentos oficiais do governo previam que a extinção do negro se daria entre 50 a 200 anos. “O objetivo era menos o branqueamento genotípico e mais o ‘clareamento’ fenotípico da população.” (DOMINGUES, 2002, p. 566).

No contato com aquelas informações, relacionamo-las ao fato de que a colônia agrícola pensada pela condessa teria uma duração de 50 anos, para que pudesse ser transformada em propriedade dos libertos e de seus descendentes. Sempre tentamos entender o significado desse tempo. Teria fundamento pensarmos que ela acreditava no fenômeno de supressão

⁹⁴ Para defender a sua dissertação de mestrado em História Social (USP), o autor reuniu documentos e analisou arquivos da prefeitura de São Paulo, de museus da saúde pública, do tribunal judiciário de São Paulo, da Universidade de São Paulo, jornais e atas da comunidade negra, jornais da grande imprensa, relatórios de polícia e a legislação da cidade (final do século XIX e primeiras décadas do século XX).

⁹⁵ Para maior entendimento sobre o assunto ver reflexões de Domingues (2002, p. 565) sobre a obra: HOFBAUER, Andreas. **Uma História de Branqueamento ou o Negro em Questão**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.

progressiva do negro e por isso estipulou esse prazo? Ou, na verdade, a condessa pensava que um período de 50 anos, seria tempo suficiente para que as elites, no poder, pudessem empreender uma política social ampla, contemplando também os negros?

Domingues (2002, p. 569) analisa o comportamento da classe dominante paulista nas décadas de 1910 e 1920, que acreditava no “[...] ‘clareamento’ gradual e permanente da pessoa, mas jamais se cogitava a hipótese de que a mestiçagem gerava o ‘enegrecimento’ da população”.

O autor esclarece abaixo a razão da diminuição da população negra em São Paulo naquele período. Sua diminuição, atribuída à inferioridade biológica, defendida por muitos, era na realidade em

[...] decorrência dos problemas sociais que assolavam este povo, os quais os principais eram: as condições desumanas de moradia, as doenças, o desemprego, o alcoolismo, o abandono do menor, dos velhos, a mendicância, subnutrição, criminalidade e a mortalidade infantil. [...] a desigualdade racial nos indicadores da saúde pública quanto aos índices de natalidade e mortalidade (tanto infantil quanto adulta) era abissal, penalizando terrivelmente a população negra em São Paulo no início do século XX. (DOMINGUES, 2002, p. 572-573)

Mas, a “ideologia do branqueamento no meio negro” também foi analisada por Domingues (2002, p. 573) nos seguintes aspectos: branqueamento de ordem moral e/ou social; branqueamento estético e branqueamento biológico.

O autor apresenta a seguinte hipótese: a ideologia de branqueamento imposta pela elite paulistana no início do século XX foi aceita por uma parcela da população negra, porque esta a avaliou como um “fenômeno natural e inevitável”. (DOMINGUES, 2002, p. 573)

A assimilação de comportamentos e atitudes dos brancos, considerados “positivos” pelo negro, fundava o branqueamento moral e/ou social. Domingues (2002, p. 574) nos apresenta a fala de um “articulista que se apresentava como antigo militante negro”, em um artigo no Jornal da “imprensa branca”, enaltecendo as ações políticas dos brancos e diminuindo a importância das lutas dos negros no processo de abolição:

Seguir os brancos nas suas conquistas e iniciativas felizes [...] será o marco inicial da segunda redempção dos negros. [...] Salientamos que a sua liberdade não foram elles [negros] que conseguiram. As tentativas que emprehenderam malograram desastrosamente. E da mão do branco que odiavam receberam a liberdade dos seus sonhos! (Folha da Manhã, São Paulo, 12.01.1930, apud. DOMINGUES, 2002, p. 574)

Sendo assim, a ideia era de que os negros sentissem a necessidade de se “[...] espelharem nas ações políticas dos brancos”. Deveriam “[...] seguir todas as normas do código de conduta moral do ‘branco’”. (DOMINGUES, 2002, p. 574)

Os negros “branqueados socialmente” recusavam a herança cultural africana e não conviviam com os negros da “plebe”. Para se tornarem “negros de essência branca” negavam tudo que tivesse referência ao mundo negro. (DOMINGUES, 2002, p. 576)

[...] Pelo prisma de Roger Bastide, a imprensa negra vai ser no Brasil o principal instrumento do puritanismo “preto”. [...] Historicamente, o comportamento puritano está vinculado ao desenvolvimento da burguesia e sua adoção tornou-se um critério de ingresso dos indivíduos na pequena burguesia. [...] O puritanismo da elite negra paulista, reiteramos, foi um mecanismo sobretudo de distinção social, que é típico de grupos em ascensão. (BASTIDE, 1951, p. 71 e 72, apud DOMINGUES, 2002, p. 577)

Quanto ao branqueamento estético, Domingues (2002, p. 577) diz que, para se aproximarem do “modelo branco de beleza”, os negros deveriam mudar comportamentos e atitudes. Eliminar os “traços negróides” através de pentes de aço ou cremes que pudessem alisar os cabelos, aderir ao “pó de arroz” ou cremes para clarear a pele se tornaram formas de se aproximarem do branco no plano das aparências.

A brancura foi oficializada como “padrão de beleza” e a negritude como “padrão de fealdade”. (DOMINGUES, 2002, p. 578)

A negação da ancestralidade africana deve ser entendida como um mecanismo simbólico de fuga étnica. Combinado à alienação, o recurso do “branqueamento estético” transmitia à subjetividade do negro a sensação de estar cada vez mais parecido com o modelo sancionado como superior. Portanto, foi uma tentativa de superação da inferioridade que sua cor e seus caracteres físicos representavam. (DOMINGUES, 2002, p. 581)

No terreno biológico, a ideologia do branqueamento partia da premissa de que, casando-se com pessoas mais claras, o negro melhoraria a sua raça. Os pais incentivavam os seus filhos a se casarem com “pessoas não negras” a fim de se desvencilharem dos recalques. (DOMINGUES, 2002, p. 581)

Através de seus estudos, Domingues (2002, p. 581) percebeu que nessa modalidade de branqueamento, a doutrinação não tinha a intenção de se tornar pública, esta “[...] apenas se registrava no âmbito da vida privada, ou seja, na sociabilidade do lar, nos ensinamentos dos pais, nos exemplos de parentes.”

No imaginário social, a ascensão do negro estava vinculada ao “branqueamento via casamento”.

Para uma sociedade de classe com mentalidade racista, o casamento misto, em particular do negro com alguém do segmento branco, representava tanto aprimoramento da raça quanto a premiação pela vitória conquistada: a mobilidade social. A esposa ou marido brancos simbolizavam, de forma combinada, uma melhoria dupla: de raça e de classe social. (DOMINGUES, 2002, p. 582)

No final de seu estudo, Domingues (2002, p. 590-591) informa ainda que, a “imprensa negra” publicou alguns artigos favoráveis ao desaparecimento do negro. Por isso, em 1921, defendeu as atitudes do presidente do estado do Mato Grosso que, ao oferecer terras a empresários americanos, soube que estes estavam recrutando “trabalhadores afro-americanos”. Com isso, cancelou as concessões a fim de “[...] evitar o enegrecimento do país.” A política imigratória selecionava racialmente, não importava a origem nacional do imigrante, e sim “ser de raça branca”.⁹⁶

Domingues (2002, p. 591- 592) conclui que as relações sociais, no início do século XX em São Paulo, foram deformadas pela ideologia do branqueamento. Mesmo sendo relacionado a somente uma região do Brasil, seu estudo contribui para lembrarmos que muitas questões apresentadas são percebidas em nossa região. Ele diz, por exemplo, que o branqueamento desenvolveu no negro um complexo de inferioridade e no branco o de

⁹⁶ “[...] Dois deputados federais Andrade Bezerra (PE) e Cincinato Braga (SP) apresentaram o Projeto de Lei nº 209 no Congresso, após o episódio, em 1921, propondo proibição da entrada de imigrantes negros. Sem apoio político suficiente, o projeto foi arquivado.[...] Dois anos depois, um outro deputado federal, Fidélis Reis (MG), apresentou uma nova versão do projeto cuja essência continuava sendo a barreira de cor.” (DOMINGUES, 2002, p. 591)

superioridade; produziu no branco uma auto-representação positiva, independente de classe social, criando seus valores como naturalmente superiores e fez com que, alguns negros se avaliassem como inferiores por terem construído uma “auto-imagem negativa”. Foi estabelecido

[...] um círculo vicioso: quanto mais profundos os traumas do racismo, mais o negro ajustava seu comportamento e atitudes de acordo com a ideologia do branqueamento; quanto maior os ataques racistas, mais profundos eram os traumas. Nesse sentido, a interiorização da ideologia do branqueamento pelo negro deve ser entendida como um mecanismo psicossocial, utilizado para evitar as agruras do racismo à paulista. (DOMINGUES, 2002, p. 592)

Apresentados o racismo e os preconceitos de toda ordem, impostos aos ex-escravos e seus descendentes, assiste-se uma resistência contra essas opressões sociais. Neste contexto se inicia tentativas “[...] de criação de uma Federação dos Homens de Cor, por volta de 1910, e finalmente a partir de 1915 começam a se formar no país as primeiras associações e clubes negros”. (IANNI, 1978, p. 77, apud, BARROS, 2009, p. 201) Inicialmente, os clubes e as associações geralmente objetivavam os assuntos culturais, posteriormente estes originaram “verdadeiras associações negras” com objetivos sociais e políticos, que percebiam os negros em situação de desigualdade em relação aos outros cidadãos da República Brasileira.

Segundo Barros (2009, p. 201-202), em 1925, no jornal “Clarim da Alvorada”, os seus editores, Jayme de Aguiar e José Correia Leite, “[...] propunham a realização de um Congresso da Mocidade dos Homens de Cor. (GOMES, 2005, p. 46)” A ideia não prosperara naquele ano, mas serviu de base para um movimento mais organizado no futuro.

Em 1926, foi fundado o Centro Cívico Palmares que desempenhava um papel de cunho político na defesa dos negros e de seus direitos e não mais somente o papel de sociedade cultural. (IANNI, 1978, p. 77, apud, BARROS, 2009, p. 201).

O jornal “Clarim da Alvorada” volta, em 1929, a divulgar de forma mais ampla as ideias sobre a importância de um Congresso da Mocidade Negra no Brasil, para defender “[...] a diferença negra socialmente organizada.” (GOMES, 2005, p. 48, apud, BARROS, 2009, p. 202)

Observando os dados e as informações apresentadas por Barros (2009), percebe-se que houve uma resposta dos negros ao racismo e à política de branqueamento apresentados nos estudos de Domingues (2002). Nota-se uma resposta imediata àquelas ações que pretendiam estender os caminhos históricos e sociais construídos com desigualdades que foram transformadas em diferenças.

Barros (2009. p. 217) afirma que “[...] racismo, preconceitos, discriminações [...]” são construções sociais que existem efetivamente e defende o fortalecimento da formação e de reatualização de uma consciência negra, a qual

[...] não é a autoconsciência de que se é negro, enquanto unidade biológica; é a autoconsciência de que se é negro, enquanto unidade sociológica. Consciência de que se é construído como negro pelos poderes institucionais, pelas formas de sociabilidade, pelos modos de perceber o mundo humano, pelas práticas culturais. E é a consciência de que, nesta construção social, o indivíduo considerado negro, autoidentificado como negro ou não, pode estar sujeito a desigualdades. Consciência negra é construir uma identidade negra em um mundo dentro do qual o racismo – outra construção – existe de modo explícito ou encoberto. É construir a identidade negra como diferença, e exigir que esta diferença seja percebida sem desigualdade. É dotar essa identidade de força política, de valor social, de pujança cultural. Para fazer isto, não é necessário desconhecer que essa identidade negra é – como de resto todas as identidades – uma construção social, que ela não foi dada pela natureza, mas sim elaborada pela história. (BARROS, 2009, p. 221)

Vimos anteriormente, que nas décadas de 1920 já existiam movimentos a favor da diferença para formar uma consciência junto à Mocidade Negra no Brasil, cuja importância foi analisada acima por Barros. E nos anos de 1930, como ficaram esses movimentos?

Percebe-se nos estudos de Barros (2009) que aquelas atitudes de racismo em São Paulo denunciadas nos estudos de Domingues (2002) foram combatidas pela Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, sendo extinta pela Ditadura de Getúlio Vargas, em 1937 e pela Legião Negra, surgida em 1932. A finalidade desses grupos organizados era de combater o racismo através de congregação, educação e orientação aos negros daquela cidade. (FERNANDES, 1959, p. 281-282, apud, BARROS, 2009, p. 202)

Naquela mesma época, surgem os primeiros jornais negros, entre eles podemos citar o jornal “A Voz da Raça”, que protestava e fomentava a consciência e a identidade negra. (FERNANDES, 1965, apud, p. 202)

Para Barros (2009, p. 202-203),

O fechamento da Federação Negra Brasileira em 1937 pela ditadura do Estado Novo, e as dificuldades mais imediatas de ser firmada uma nova organização – a União Negra Brasileira – não impediriam que se mantivesse perfeitamente em curso este fenômeno irreprimível: a consolidação política e social [...] de uma já antiga diferença, agora singularizada pelos valores da resistência e da liberdade. A partir desta diferença livremente afirmada, fortalecer-se-ia definitivamente um movimento negro, enfrentando contextos políticos diversos e por vezes resistindo às políticas governamentais e aos poderes dominantes.

Os autores nos apresentaram movimentos de opressões, mas também de resistências naquele contexto no pós-abolição. Percebe-se que viver em sociedade na condição de libertos, ora despertava no negro a força da sua identidade, ora a vontade de sucumbir ao meio. No próximo segmento, a partir das informações apresentadas, continuaremos as nossas considerações sobre os “herdeiros” dos libertos, que viviam na colônia agrícola Nossa Senhora da Piedade, após os 50 anos de sua formação. Objetivamos tornar conhecidas as suas transformações, tornando-se bairro Colônia e, posteriormente, bairro de Vila Isabel; as relações sociais, culturais e políticas desses descendentes com outros grupos e a ideologia modernista da cidade de Três Rios. Com isso, perceberemos que, a história de nossa região exemplifica a formação da sociedade brasileira tanto nas ações de opressões quanto nas de resistências vivenciadas pelos grupos sociais.

4.2 HISTÓRIA, ESQUECIMENTO E SILÊNCIO

A fazenda de Cantagalo e os libertos da Condessa do Rio Novo passaram por todas aquelas transformações registradas nos capítulos anteriores (1882-1931). Constituída a colônia agrícola, esta foi arrendada e aforada. Os libertos e seus descendentes continuaram sendo explorados. Aquele “nomadismo” e “mobilidade” citados por Schwarcz foram os meios

encontrados para continuar buscando formas de sobreviver. Posteriormente, veremos aqueles que permaneceram e apelaram à justiça, “refazendo” a caminhada de seus antepassados.

Somado ao que afirmamos acima, vimos a ideologia do embranquecimento que atingia as populações oriundas do escravismo no Brasil. Sendo assim, aqueles descendentes dos libertos que permaneceram na colônia assistiram às transformações e agiram conforme as suas necessidades, de acordo com as possibilidades daquele período histórico. Enfrentando dificuldades econômicas, políticas, os preconceitos e as discriminações, reagiram, ora vencendo ora sendo vencidos.

Nossa intenção consiste em registrar a trajetória desses homens e mulheres, refletindo sobre os obstáculos que enfrentaram.

4. 2.1 A Década de 1930

A Colônia Agrícola de Nossa Senhora da Piedade, em 1932, ainda pertencia ao município de Paraíba do Sul, pois Entre Rios era o seu 2º distrito, como já dissemos anteriormente. A partir de 1938, esse distrito emancipou-se, surgindo, então, o município de Entre Rios. Por isso, continuamos nossa pesquisa analisando as atas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul até essa data.

O ano de 1932 estaria inserido no Livro Ata nº 19, o qual se inicia com o ano de 1928. Contudo as sessões da Câmara do período de 12 de junho de 1930 a 08 de agosto de 1936 não se encontram registradas.

Lembremos que o ano de 1932 marca o tempo determinado nas disposições do testamento da Condessa do Rio Novo – “Findos os 50 anos, ficará emancipada a colônia e poderão os meus libertos e seus descendentes, que então existirem partilhar entre si as terras”.

O que fazer diante de todas as dificuldades encontradas naquele contexto? Como manter as terras ou fazer algum investimento nelas, se até a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, responsável pela administração da colônia, estava pedindo ajuda em 1937?

[...] requerimento da Casa de Caridade de Parahyba do Sul, pela sua mesa administrativa, pedindo auxílio de 20:000.000, para a construção em 1938 de um pavilhão para maternidade, sala de operações, etc... (Atas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul. Livro 20. 27.07.1937)

Mesmo com os aforamentos feitos em Entre Rios, a administração da Casa de Caridade não conseguia capital suficiente para manter as “obras de caridade” pensadas pela condessa em seu testamento. Sendo assim, apelava ao poder público.

As atas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul foram interrompidas novamente em 10 de novembro de 1937 e seus registros só retornaram dez anos depois, em 1947. Entre as lacunas de 1930 a 1936 e 1937 a 1947, totalizam-se, então, 16 anos de silêncio político na Câmara.

As Câmaras Municipais foram fechadas, obedecendo ao Decreto 19.398, de 11 de novembro de 1930, Art. 2º, editado por Getúlio Vargas que liderou o movimento para assumir o poder central, com o apoio das forças armadas, instituindo o governo provisório e assumindo a sua chefia. Depois disso, criou o interventor municipal, um prefeito nomeado para legislar e administrar o município.

Um ano antes de expirar o seu mandato, implantou o Estado Novo, em 1937. Ampliado o seu poder, promoveu a destruição de arquivos e documentos municipais. Encerrada a ditadura, em 1945, uma nova constituição restabeleceu a democracia e o pluripartidarismo.⁹⁷

Com isso, a busca nas atas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul teve fim, diante do silêncio forçado da fonte, a qual nos serviu em momentos importantes da pesquisa.

Continuando o objetivo de responder às nossas indagações, dirigimo-nos à Casa de Cultura de Três Rios, para pesquisar os periódicos locais existentes das décadas de 1930, 1940 e 1950.

Logo de início, no jornal “A Tribuna”⁹⁸, encontramos duas notas da Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul. A primeira (05.06.1932) abrindo

⁹⁷ www.camaralp.mg.gov.br/histotia-do-legislativo.html. Acesso em: 03.11.2014.

⁹⁸ ANEXO XXI.

concorrência pública para a reconstrução da estrada ligando a sede de Entre Rios à Colônia de Cantagalo, com 1.000 metros de extensão e a construção de um bueiro de pedras para substituir um pontilhão estivado⁹⁹ e a segunda (08.07.1932), um mês depois, autorizando a obra para a execução dos consertos. A colônia agrícola aos poucos foi sendo integrada à zona urbana. Com os aforamentos, a colônia recebia inúmeros moradores que iniciam um povoamento que lentamente modifica o espaço e as atividades até então desenvolvidas naquele lugar.

Ainda em 1932, a colônia recebia mais um “melhoramento”, a primeira escola. Após 50 anos de sua formação, uma escola estava sendo fundada. Essa prerrogativa aos filhos dos libertos, que era um dos desejos da condessa, também constava em seu testamento.

[...] Na mesma fazenda e a expensas do rendimento dela serão estabelecidas duas escolas para educação dos menores da colônia, de ambos os sexos, que serão franqueados também aos menores da circunvizinhança, se não houver inconveniente. (Testamento da Condessa do Rio Novo)

Entretanto, só depois de meio século, no dia 18 de junho de 1932, a primeira escola foi inaugurada no “lugar” pertencente aos libertos, sem nenhuma participação da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, pois fora fruto de uma iniciativa privada, feita pelo proprietário do imóvel. Segundo o Jornal “A Tribuna” (26.06.1932)¹⁰⁰, tanto a professora quanto a escola estavam sob a responsabilidade desse proprietário, para que pudesse funcionar. A inauguração da Escola Municipal da Colônia de Cantagalo contou com a participação de um grande número de moradores locais e de autoridades municipais. Foram matriculados cerca de 60 alunos, com funcionamento previsto para dois turnos, um deles exclusivo para meninas.

O baixo investimento em educação para a população brasileira, em especial para os ex-escravos e seus descendentes, foi uma das inúmeras

⁹⁹ Ponte feita de um só pau, sobre forquilhas, em terrenos alagadiços ou pantanosos. (FERREIRA, 2009, p. 831)

¹⁰⁰ ANEXO XXI.

causas que levaram à precariedade na qual se encontra a população pobre que, desde o início do século XX, passou a viver nas cidades.

Essa realidade também se estendia a Entre Rios, onde, após a sua emancipação, eram feitos muitos investimentos, sobretudo em construções. Em tais investimentos a educação¹⁰¹ para as camadas mais pobres não era prioridade.¹⁰²

Quanto à autonomia de Entre Rios¹⁰³, esta foi proposta pelo projeto lei nº 50. A criação do município se deu em 29 de maio de 1937, pela Assembleia Legislativa Fluminense, conforme noticiado no Jornal “Arealense”, de 05 de junho de 1937¹⁰⁴.

Alguns meses depois, a empolgação pela nova situação do lugar podia ser percebida no mesmo jornal:

Entre-Rios progride

¹⁰¹ Posteriormente, no quinto capítulo, veremos nas entrevistas dos afrodescendentes e de moradores antigos da Vila Isabel que, estes nasceram em 1927 (D. Nair), por volta de final dos anos de 1920 (D. Maria da Glória), 1930 (Sr. Valdir), 1938 (Sr. José Ferreira), 1942 (Sr. Wilson), 1943 (D. Jane), 1944 (Sr. Aurélio e D. Vilma), 1946 (Sr. Hélio), 1950 (Rossi Meleide). Aqueles que nasceram entre as décadas de 1920 a 1940 não estudaram ou fizeram algumas séries do antigo primário, atualmente, primeiras séries do ensino fundamental. O Sr. Hélio, nascido em 1946, também estudou até a quarta série. Os outros entrevistados nascidos após 1940 estudaram um pouco mais. D. Jane, porque recebeu ajuda de uma família, proprietária de uma escola particular em Três Rios, conseguiu formar-se no ensino superior. O Sr. Aurélio por ter se mudado de Três Rios, estudara até a quinta série e fez cursos profissionalizantes em Petrópolis. Os irmãos: Vilma, Wilson e Rossi Meleide, nasceram fora de Três Rios. Nasceram, respectivamente, em Cachoeira/MG, Três Corações/MG e Nilópolis/RJ; Vilma estudou até a sexta série, Wilson terminou o ginásial e Rossi Meleide estudara até o segundo ano do ensino médio.

¹⁰² A pobreza era bem visível entre os negros, habitantes de Entre Rios, como podemos observar no ANEXO XXXI, Figura 13, onde a “Casa da Mãe Pobre (1936) atendia a população carente da região. Na foto são todos negros.

¹⁰³ “O início do processo de emancipação municipal no Brasil ocorreu por volta da década de 1930. Esse processo se intensificou nas décadas de 1950 e 1960 e foi restringido pelos governos militares entre 1970 e 1980. Após o término do regime militar, as emancipações se intensificaram novamente.” Sobre “emancipação política-administrativa de municípios no Brasil”, ver: www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/pdfs/livros/Capítulo_1-30.pdf. Acesso em: 03.11.2014.

¹⁰⁴ “O Decreto Estadual nº 634, de 14 de dezembro de 1938, criou o município de Entre Rios, com território desmembrado do município de Paraíba do Sul, tendo sido confirmado pelo Decreto Estadual nº 641, de 15 de dezembro de 1938, [...] constituído por 4 distritos: Entre Rios, Areal, Bemposta e Monte Serrat.” Fonte: IBGE-Conselho Nacional de Estatística. Sinopse Estatística do Município de Três Rios. Estado do Rio de Janeiro. 1948.

É o refrão alviçareiro que se ouvem a cada passo. E é o que a cada passo verificam todos.

[...] O Sr. José da Silva Vaz pretende dotar Entre-Rios de um cine-teatro de grandes proporções, instalado à moderna e à altura de nossa evolução.

Não menos auspiciosa é a notícia que hoje veiculamos. Principalmente para os que amam verdadeiramente esta terra e a querem engrandecida, sempre na vanguarda do progresso. [...]

E assim, aquele quarteirão, dos principais da cidade, vai em breve começar sua metamorfose.

Outros edifícios surgirão sem dúvida substituindo antiquado casario que tanto enfeia nossa artéria melhor e mais importante, em modelos estilizados, de belas linhas arquitetônicas, transformando-a num logradouro atraente e fixador da iniciativa operosa e audaz dos mais decididos amigos desta futura cidade.[...] (“Jornal Arealense”, 16.10.1937, p. 1)

Entre Rios passava por transformações, almejando um “*status*” de cidade desenvolvida e progressista. Na fala acima podemos observar esse fenômeno através das locuções: “moderna”, “evolução”, “engrandecida”, “vanguarda do progresso”, “metamorfose”, “edifícios”, em um esforço de convencer que a cidade estava “antiquada”, merecendo uma arquitetura “futurista” e “estilosa”.

Ao mesmo tempo havia outra realidade: as dificuldades enfrentadas pelos produtores de café, no final da década de 1930, as quais podem ser percebidas através das notícias publicadas pelos jornais.

O “Entre-Rios Jornal”, no dia 12 de janeiro de 1939¹⁰⁵, informava que tinham sido incineradas, em Entre Rios, 23.129 sacas de café das safras de 1936 a 1939.

Como se sentiram os trabalhadores rurais com relação à “queima dos frutos” de seu trabalho? Que efeito pode ter causado a esses trabalhadores o início de uma conscientização na qual podiam perceber que o seu trabalho, “braçal” era o de “gente atrasada”? O que fazer com as suas habilidades? Como assumir uma realidade que passava por uma grande transformação?

Rios e Mattos (2005, p. 194-195) em suas pesquisas sobre os “[...] filhos e netos da última geração de escravos e as diferentes trajetórias do campesinato negro [...]” nas fazendas de café do Sudeste, informam que estes nasceram entre 1910 e 1935 e que sobreviveram, como os seus avós e pais,

¹⁰⁵ ANEXO XXII.

na agricultura. Seus modos de vida e as suas trajetórias eram bem diferenciados. Mesmo sendo considerado equivocadamente atrasado, o trabalho com a agricultura permanecia, também, em pequena escala, na colônia analisada, como veremos posteriormente, de acordo com o que informaram as autoras.

Contudo, os anos de 1930 foram considerados importantes na definição dos rumos do desenvolvimento do país, segundo dados relativos à evolução da estrutura produtiva. A principal mudança no plano da economia foi o deslocamento de seu eixo do polo agro exportador para o polo urbano industrial. Politicamente, houve um “[...] esvaziamento do poder dos grupos interessados na preservação da preponderância do setor externo no conjunto da economia [...]”, com a ascensão paralela dos interesses ligados à produção para o mercado interno. Esse processo de transição foi administrado pelo primeiro governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945. (DINIZ, apud, SZMRECSÁNYI; GRANZIERA, 2004, p. 41)

Paralelamente, o café, principal produto da colônia agrícola, entrou em decadência. Não houve investimentos e incentivos às roças de outros produtos agrícolas, nem pela Irmandade, que a administrava, tampouco um projeto político com relação à produção agrícola de pequenos proprietários para o mercado interno.

Os arrendamentos e os aforamentos feitos no passado, nas terras da colônia agrícola, que, findos os 50 anos de sua formação, deveriam ser de propriedade dos descendentes dos escravos libertados pela Condessa do Rio Novo, promoveram conflitos e especulações imobiliárias.

Em 1939, naquelas terras, vendia-se uma chácara, mas não era apresentada a identificação do proprietário. Parte das terras estava sendo negociada, estava nas mãos de outras pessoas, através do aforamento feito pela Irmandade.

VENDE-SE, na rua da Colônia, um bungalow com 5 commodos assoalhados e coberto com telhas francezas. Chácara e boa água. Entender-se com Trajano Bomfim, guarda-chaves. (“Entre-Rios Jornal” – 19.01.1939, p. 3)

As terras passando para as mãos de outrem eram uma realidade local. E em nível nacional? O que estava ocorrendo no país naquele contexto?

O país tinha propostas de crescer, de se industrializar. Para isso, seria necessário que as pessoas se qualificassem. O passado agrário, rural, fazia parte do “atraso”, constantemente “denunciado” em muitas ocasiões de nossa história. Desde o início da República, pensava-se no desenvolvimento urbano seguindo os moldes europeus, “civilizados”. As pessoas precisavam se desenvolver, “progredir”.

Ao final da Primeira República, o termo “desenvolvimento” começa a aparecer na retórica oficial, ainda algum tempo sem abandonar de vez a palavra “progresso” – o que ajuda a evidenciar o positivismo como uma das matrizes ideológicas do desenvolvimento brasileiro a partir de 1930. (FONSECA, apud, SZMRECSÁNYI; GRANZIERA, 2004, p. 170)

Esse discurso oficial, já bem conhecido, foi estruturado na história de nosso país e na história de Três Rios. Mesmo antes de sua emancipação, em 1938, era reconhecida pela sua mobilidade econômica, o que justificava a criação do município e “[...] identificada como progressista e se orgulhava de estar na vanguarda industrial [...]”, diferenciando-se de Paraíba do Sul, a “cidade de origem”. (RIBEIRO, 2009, p. 30)

Trata-se de um distrito próspero com cerca de 1849 casas de moradia, 11.094 habitantes, onde existem em franco desenvolvimento indústrias diversas... Ponto do encontro de 3 estradas de ferro. O Distrito de Entre-Rios está ligado por rápidas conduções aos grandes centros do país, o que lhe empresta invejáveis possibilidades de progresso ininterrupto. (“Entre-Rios Jornal”, 22.12.1938, apud, RIBEIRO, 2009, p. 55-56)

Segundo Ribeiro, no processo de definição das identidades individuais e/ ou coletivas de Três Rios, percebe-se que a cidade, contextualizada com a “era Vargas”, tinha “[...] como referência o mito da modernidade e as questões simbólicas ligadas ao progresso e que apontavam para o desenvolvimento, a partir do entroncamento rodo-ferroviário que a cidade possui”. (RIBEIRO, 2009, p. 30)

Foi assim que Três Rios superando a noção do tempo histórico negava o seu passado atrelado a Paraíba do Sul, considerando-o ultrapassado, reforçando ideologicamente a emancipação da cidade no final da década de 1930, como o seu momento fundador.

Quando os historiadores falam em formação, referem-se não só as determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico, mas também pensam em transformações e, portanto, na continuidade ou na descontinuidade dos acontecimentos, percebidos como processos temporais. Numa palavra, o registro da formação é a história propriamente dita, aí incluída suas representações, sejam aquelas que conhecem o processo histórico, sejam as que o ocultam (isto é, as ideologias) (CHAUÍ, 2000, p. 9, apud, RIBEIRO, 2009, p. 32)

Além das questões acima, Ribeiro (2009, p. 32) nos informa que,

[...] completando as funções do mito fundador, foram ressaltadas as sagrações a natureza (encontro dos três rios, montanhas, e de forma mais específica o ente geográfico do próprio local do entroncamento) e o próprio desenrolar histórico como próspero (indústrias exportadoras, e a importância na logística de transportes).

Segundo Chauí (2000, apud, RIBEIRO, 2009, p. 32), para a produção de novos sentidos na sociedade, os discursos dos sujeitos sociais buscam inverter valores, através de seus mitos formadores, buscando “[...] apontar novas diretrizes e os rumos, com discursos voltados para o futuro.”

Com a função de detalhar as coisas e os lugares e por que são como se apresentam, os mitos formadores aparecem “[...] representados pelas pessoas e discursos que compõem a própria formação histórica”. (RIBEIRO, 2009, p. 32)

Sendo assim, podemos perceber, nos discursos dos jornais locais, o que se pretendia quanto ao futuro da cidade. Nesse futuro, dentro do contexto que se apresentou aos afrodescendentes após a abolição, sua sobrevivência e o seu cotidiano seriam um desafio difícil de ser enfrentado. As palavras de ordem eram “progresso” e “desenvolvimento industrial”. Entretanto, “desenvolvimento humano”, que seria prioritário para toda a população, não só para os afrodescendentes, era mencionado com pouca força, se comparado aos discursos quanto aos transportes, às rodovias, às construções, às indústrias.

A notícia do “Entre Rios” Jornal, intitulada “Uma Embaixada do Collegio Universitário visitou Entre-Rios”, de 29.06.1939¹⁰⁶, tratava de algo relacionado ao progresso, e principalmente ao desenvolvimento industrial, daí o destaque especial dado à notícia. Percebe-se também que aquela “embaixada” fizera

¹⁰⁶ ANEXO XXIII.

menção à necessidade de uma escola agro pecuária na cidade, mostrando que tais atividades ainda estavam muito presentes no seu cotidiano.

Diferentemente do que ocorria quando a notícia tratava de um crime, por exemplo, um acontecimento que ameaçava o “perfil civilizado” que se tentava empreender à cidade. A notícia de pouco destaque não informava nem o motivo do crime acontecido no “bairro da Colônia”.

Crime no bairro da colônia
Condenado a 6 anos
Jayme da Silva Fabrício – réu.
Vítima – Jair José do Valle.
Adv. – Waldemar Moraes
Promotor – Jayme Ponce de Leon.
 (“Entre-Rios Jornal” – 13.07.1939, p. 1)

Em seus estudos, Ribeiro (2009) percebe que, por conta de se querer forjar uma visão modernista da cidade, houve a tentativa de rompimento com o passado ligado a Paraíba do Sul.

[...] Nos livros consultados de Guimarães (1988), Coutinho (1976) e Kling (1969) são mencionados barões e baronesas, fazendas, irmandades religiosas e de caridade, grupos culturais e até a liga autonomista, mas a riqueza e o período áureo da cidade de origem, que foi uma das mais importantes durante um determinado período cafeeiro em meados do século XIX, são omitidos os registros ou encontradas apenas em informações artificiais.

Essa tentativa de rompimento com o passado é percebida pela negação e repercute em forma de rivalidade apresentada em situações corriqueiras até os dias atuais, mesmo com a interdependência entre as duas cidades. A partir da emancipação de Paraíba do Sul, a cidade de Três Rios incorpora o mito de formação, indicando uma nova guinada em direção ao progresso, ao moderno, como única explicação para a sua gênese. Essa situação é comprovada até mesmo na própria estrutura urbana com novas características arquitetônicas e peculiaridades diferentes da cidade de origem. (RIBEIRO, 2009, p. 32)

Na citação acima, percebe-se que Ribeiro silencia quanto ao esquecimento da memória dos afrodescendentes, não menciona o passado escravista e tampouco a sua memória no pós-abolição naqueles livros, falando somente da omissão da história das elites cafeeiras sul paraibanas.

O que fazer para que a história e a memória dos libertos da Condessa do Rio Novo possam ser incluídas nos registros da história e da memória de Três Rios?

Segundo Halbwachs (2006, p. 72), existe uma memória histórica, a memória do grupo nacional. Embora muitos acontecimentos não tenham sido assistidos por todos, seus membros foram envolvidos por algum fator externo. Mesmo não assistindo, os “[...] fatos ocupam um lugar na memória da nação [...]” aumentadas por meio de conversas ou de leituras; como também existe uma memória coletiva ligada ao espaço, pois

[...] não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. O espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça. (HALBWACHS, 2006, p. 170)

Três Rios rompeu com o seu passado ligado às elites cafeeiras de Paraíba do Sul, como analisara Ribeiro (2009) e com o passado da Colônia Agrícola de Nossa Senhora da Piedade, ressaltado por nós. Mas, apesar de tudo, Halbwachs (2006, p. 174) afirma que as lembranças reaparecem porque os outros nos fazem recordá-las. Assim se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato, que vemos ainda no momento sob o mesmo ponto de vista do grupo do qual fazemos parte. “Não há lembranças que reaparecem sem que de alguma forma seja possível relacioná-las a um grupo”.

No texto: “Memória, Esquecimento, Silêncio”; Michael Pollak cita inicialmente Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Émile Durkheim para mostrar que, nas análises sobre a memória coletiva, podemos relacionar as contribuições desses três teóricos, compreendendo assim, os fenômenos que ocorrem em um contexto de memorização. Halbwachs afirma que a memória coletiva constrói-se a partir de pontos de referência observados e assimilados individualmente e, ao mesmo tempo, coletivamente. Pollak fala que os monumentos, sendo um desses pontos de referência, foram analisados por Pierre Nora, como um “lugar de memória”, utilizado para nos lembrar. (POLLAK, 1989, p. 1).

Durkheim enfatiza que a memória coletiva apresenta “[...] uma força quase institucional [...]” promovendo a duração, permitindo a continuidade e a estabilidade de determinado grupo. (POLLAK, 1989, p. 1)

Segundo Halbwachs, a memória coletiva reforça a “coesão social” pela “adesão afetiva ao grupo”, concordando com Durkheim, pois este acredita que ela promove, através dos fatos sociais, sentimentos de pertencimento e fronteiras sócio-culturais. Por isso, existem fatos comuns a um grupo e fatos diferentes em outros grupos. Contudo, Halbwachs mostra que existem seletividade e negociação conciliando a memória coletiva e a memória individual. Com isso, devem existir “pontos de contato” concordantes para se reconstruir a lembrança “sobre uma base comum”. (POLLAK, 1989, p. 1-2)

Portanto, em nossa história há “memória, esquecimento e silêncio”, segundo Michael Pollak.¹⁰⁷

Pollak percebe um problema que se apresenta quando queremos analisar determinados grupos, com o intuito de promover a constituição de suas memórias – existe seletividade e negociação. Em se tratando de minorias nas sociedades, a história oral ressalta “[...] a importância de memórias subterrâneas que se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional”. Essa abordagem metodológica mostra uma empatia com os grupos dominados, acentuando a opressão da memória coletiva nacional, que surge em “momentos de crise”, fazendo com que as memórias “subterrâneas” e a “memória oficial” entrem em disputa. (POLLAK, 1989, p. 4)

“Memórias subterrâneas”, passadas de uma geração a outra, emergem de “lembranças traumatizantes” que permaneceram vivas, silenciadas, não publicadas, não esquecidas, que sobreviveram com o passar dos anos à espera de uma oportunidade para virem à tona. Denotam a resistência de civis impotentes diante do “excesso de discursos oficiais”. Muitas delas fazendo com que os dirigentes de determinados países tenham que revisar o passado, através de uma (auto) crítica, ao pretenderem a promoção de mudanças políticas.

¹⁰⁷ Pesquisou a memória de sobreviventes dos campos de concentração nazista.

Essa separação entre “memória oficial” e “memória subterrânea” pode acontecer também, e até com maior frequência, entre as minorias e a sociedade como um todo, além de existir entre o “Estado dominador e a sociedade civil”. (POLLAK, 1989, p. 5)

Ao analisar a visão de Pollak sobre “memórias subterrâneas” e “lembranças traumatizantes”, podemos observar que as lembranças da escravidão, do período pós-abolição, entre outras questões enfrentadas pelos negros no Brasil se encontram nesse contexto.

A Colônia Agrícola Nossa Senhora da Piedade, por ser formada por um grupo de libertos, isto é, pertencentes ao passado agrário, escravista em uma cidade que, paulatinamente, foi mudando as suas características, inserida em uma ideologia progressista e industrial, faz parte de uma história deturpada e mal compreendida. Ainda que a trajetória dos libertos e a sua história tenham sido desprezadas pela “história oficial” de Três Rios, as lembranças dos descendentes daquele grupo permaneceram, assim como as de outros grupos com os quais conviveram, como veremos posteriormente.

4.2.2 A Década de 1940

Dando continuidade à história da colônia, chegamos a 1940, período de muitas dificuldades para estes que permaneciam em áreas agrícolas, agora próximas à cidade em “desenvolvimento”.

Esse é um tempo de grandes transformações para o país, que altera de forma profunda e decisiva sua “vocação” e lhe dá uma nova face, desde muito almejada: uma face urbana, industrial, moderna e civilizada, não mais colonizada e atrasada, finalmente... Ao menos, era isso o que movia o pensamento e a a o de grande parte das elites políticas, econômicas e culturais do período que, mesmo estando em disputa – quanto ao como e em que ritmo e dire o esse processo devia seguir-, estavam de acordo em rela o   tarefa de “organizar” o Brasil, acreditando que, para tanto, o Estado tinha um papel incontornável a cumprir. (GOMES, In: SCHWARCZ, 2013, p. 42)

Além de “organizar”, era preciso “desenvolver” o país. Para tanto, era necessário “modernizar”, o que significava investir em “[...] transportes, terrestres e marítimos, em meios de comunica o modernos, e em melhor

educação, saúde etc.” (GOMES, In: SCHWARCZ, 2013, p. 43) A integração do território era vista como fator fundamental de retirada do povo de um passado colonial para um futuro urbano e industrial.

Considera-se o período entre 1930 a 1960 no Brasil como aquele de “transição demográfica”, o que significa a demarcação de uma sociedade quando esta se torna industrializada e passa a crescer baixando as taxas de mortalidade e mantendo “índices estáveis de natalidade” como também de mudanças nas condições de vida.¹⁰⁸ (GOMES, In: SCHWARCZ, 2013, p. 43)

No termo “organizar” havia um sentido político que era o de “[...] conhecer os problemas do Brasil e enfrentá-los com diretrizes científicas.” (GOMES, In: SCHWARCZ, 2013, p. 43) Deveria ser um conhecimento sociológico, geográfico, histórico e estatístico.

Nesse sentido, Getúlio Vargas, em 1936, cria o Instituto Nacional de Estatística (INE), que ganha novo formato em 1938, no Estado Novo, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De 1930 a 1960, tanto o Brasil quanto o IBGE cresceram, e este último “[...] realizou proezas, a começar pela feitura dos censos populacionais, prática que não mais seria interrompida e que, [...] corrobora a máxima de que não é possível governar sem números.” (GOMES, In: SCHWARCZ, 2013, p. 45-46)

Era preciso “[...] produzir um novo tempo, que acelerasse o ritmo de crescimento do Brasil, tirando-o do atraso e projetando-o para a modernidade, agora sustentada em bases mensuráveis quantitativamente.” (GOMES, In: SCHWARCZ, 2013, p. 48)

Nesse contexto, observemos abaixo a nota sobre o Censo Agrícola publicada pelo jornal local, informando sobre as dificuldades enfrentadas por aqueles dedicados à economia rural cuja finalidade consistia em “cooperativismo e crédito”. Inclusive cita a necessidade da cultura intensiva. A “ajuda” chegava com um atraso de quase 60 anos, pois os libertos da colônia

¹⁰⁸ “As razões que explicam esse fenômeno internacional, que naturalmente tem uma datação fluida e variável nos percursos nacionais, são muitas, abarcando descobertas e melhorias nas áreas de saúde, habitação e transportes, que incidem sobre os níveis de expectativa de vida que, com a expansão e o acesso à educação e outros serviços, produzem o crescimento da população.” (GOMES, In: SCHWARCZ, 2013, p. 43-44)

de Nossa Senhora da Piedade apontaram esses problemas no final do século XIX, como vimos anteriormente.

Censo Agrícola no Brasil
Finalidade de censo agrícola – cooperativismo e crédito rural –
Em 1940

[...] O Censo agrícola que se realizará em 1940 tem por objecto conhecer quantitativamente as principais modalidades da vida rural brasileira.[...]

Cooperativismo e Crédito Rural

- Todos sabemos que a agricultura nacional enfrenta grandes e graves problemas, sobretudo nos centros de maior população onde o trabalho agrícola está a exigir medidas urgentes que o façam mais nacional e econômico. Nesses centros, a agricultura tem de ser antes de tudo intensiva e não extensiva; os métodos de plantar e colher precisam aproximar-se da técnica agrônômica; a arte de vender os produtos colhidos reclama outros processos mais compatíveis com os ensinamentos da economia rural. Dahi, a necessidade das adubações químicas, de motocultura¹⁰⁹, do cooperativismo ou do crédito rural. (“Entre-Rios Jornal” – 22.02.1940, p. 1)

A necessidade de melhorias na agricultura apontadas pelos libertos, nunca foram atendidas. A zona urbana cada vez mais avançava em direção ao lugar da colônia, que pouco a pouco adquiria novas características, sofria transformações.

Luz no bairro Colônia

Deverá ser inaugurada, dentro de poucos dias, pelo prefeito, dr. Walter Francklin, a iluminação pública no próspero bairro da Colônia que conta um núcleo de população bem apreciável. (“Entre-Rios Jornal” – 14.03.1940, p. 1)

Em 1940, a colônia agrícola estava modificada, tornara-se bairro Colônia, considerado um bairro próspero, populoso, digno de iluminação pública.

O “Entre-Rios Jornal” dava um grande destaque à notícia sobre a iluminação pública inaugurada no “bairro Colônia” ou “bairro da Colônia”. Percebemos que havia uma preocupação com “o progresso, a ordem e o trabalho” naquele lugar. A sua iluminação foi relacionada aos outros avanços

¹⁰⁹ Cultura mecânica, que consiste na utilização dos motores inanimados, substituindo os animais.

Fonte: http://www.cna.pt/artigostecnicos/filipesaruga/06%20vtjulho2002_filipesaruga.pdf

Acesso em: 12.11.2014.

que estavam acontecendo no restante da cidade, tendo sido as construções daquela gestão consideradas “obras de arte”.¹¹⁰

Outro aspecto destacado foi quanto à origem da “menina” que ligou a chave da iluminação, era uma “colona nata”. Uma trirriense nascida naquele lugar, mas em um outro tempo, considerado como uma “nova era” (era da modernidade).

Por fim, esclarece quanto aos impostos, que já eram uma preocupação da época, que o Estado pudesse majorá-lo; prevê a valorização das propriedades do bairro e informa que ele era mais populoso que todas as sedes dos outros três distritos de Entre Rios.

Em nenhum trecho da notícia há alguma referência ao passado daquele lugar. A única pista de que, um dia, ali existira uma colônia agrícola, era com relação ao nome do bairro, que mais tarde desapareceria também.

Pollak (1989, p. 6) diz que, em situações traumatizantes, encontramos silêncios que ocorrem pela necessidade de viver lado a lado com pessoas que consentiram ou assistiram a determinadas violências sem nada fazer, como também silêncios pelo sentimento de culpa do grupo, por participações de alguns de seus membros, em organizações administrativas que geriam os atos violentos, na tentativa de mudança política, de limitar agressões e mortes e de negociações. O grupo evita culpar as vítimas que, por sua vez, preferem também “guardar silêncio”.

Aquele autor, embora compreenda o silêncio dos dominadores violentos, expõe as dificuldades em apurar o silêncio das vítimas.

O silêncio das vítimas é bastante complexo. Estas precisam de que alguém ouça os relatos de seu sofrimento. Contudo mesmo que encontrem esse alguém durante um tempo, a vida segue seu rumo, necessitando de muita energia para lhe dar continuidade, exaurindo a vontade de ouvir. Outra razão do silêncio, que não é política, mas pessoal, refere-se a uma questão relacionada aos filhos. Estes, pelo desejo dos pais, devem crescer poupados das lembranças de suas feridas. Com o passar dos anos, corre-se o risco de que as “testemunhas oculares” desapareçam. Sendo assim, tanto as

¹¹⁰ ANEXO XXIV.

testemunhas “[...] querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento [...]”]; quanto seus filhos podem querer saber as suas origens, e até mesmo pesquisá-las. (POLLAK, 1989, p.6)

A despeito de as “testemunhas oculares” da história da colônia agrícola estarem desaparecendo, seus descendentes, que não apareciam nos discursos oficiais, estavam ali, presentes, acompanhando aquelas mudanças, as transformações nas propriedades que lhes pertenciam por direito adquirido pelo testamento da Condessa do Rio Novo.

Observemos o pensamento de Halbwachs (2006, p. 172):

[...] um homem ou muitos homens só adquirem um direito de propriedade sobre uma terra ou sobre uma coisa a partir do momento em que a sociedade da qual são membros admite a existência de uma relação permanente entre eles e essa terra ou essa coisa, ou se esta relação for tão imutável quanto a coisa em si. [...] Qualquer princípio que invoquemos para fundamentar o direito de propriedade não adquire nenhum valor se a memória coletiva não intervir para garantir sua aplicação.[...] quem poderia se opor ao fato no qual baseio meu direito às pretensões dos outros, se o grupo não conservasse a sua lembrança? A memória que garante a permanência desta situação se baseia na permanência do espaço, ou, pelo menos, na permanência da atitude adotada pelo grupo diante dessa porção do espaço.

Por saberem de suas origens, através das lembranças das gerações anteriores, contra o esquecimento e lutando pelos seus direitos, fazem uma “aparição pública” no mesmo periódico, em 1940. ¹¹¹

Liderando o grupo estava a Sra Ambrozina de Lima Bastos, cujo nome era o primeiro que aparecia no início da ação, requerendo os seus direitos juntamente com os outros. Depois do seu nome, os outros descendentes foram escritos em ordem alfabética, seguidos de seus cônjuges, os que eram casados ou de seus filhos. Havia ainda solteiros e viúvos. Foram citados: Alcides Ferreira de Almeida e Izabel de Almeida; Albino Gorgonha da Silva; Alcides Fabrício; Albano Fabrício; Alfredo Albino e Teodora Albino; Antero Leite da Costa; Aquiles Felicidade; Benvinda Pereira; Bárbara Firmino; Benedita Valeriana de Castro; Camila de Almeida Costa e Nestor Leite da Costa; Caetano Pereira; Inácio Xavier; Ivete Silva e Eugênio dos Santos; Izolina

¹¹¹ ANEXO XXV.

Felicidade; Joana e Juventina Maria da Conceição; João Francisco da Silva e Claudina Moura da Silva; João Fabrício José e Josina Maria José; João Pereira da Silva e Maria da Luz Pereira; João Felicidade; Jovelina Barbosa da Silva; José Ferreira de Almeida e Luiza Conceição de Almeida; Luiza do Nascimento Lima e Tomaz de Lima; Manoel Pinheiro e Maria Raymunda Pinheiro; Manoel Ferreira de Almeida e Maria Lutt de Almeida; Manoel Nascimento; Maria Corrêa do Carmo e Maria de Lourdes do Carmo; Maria Felicidade; Maria Carlota do Nascimento; Mateus Dionísio da Silva e Apolinária Dionísio da Silva; Maria da Silva; Maria Eugenia da Silva e José Carvalho; Minervina Maria da Conceição; Olímpio João da Silva e Lucinda Felicidade da Silva; Perciliana Figueiredo; Sebastião Ferreira de Almeida e Jacyra Ferreira de Almeida e Umbelina Pereira.

Registrar o nome de cada um deles aqui tem o objetivo de torná-los conhecidos, como também de que sejam reconhecidos por seus familiares. Cada um deles representa a presença, a ação e a busca pelos seus direitos.

Mesmo com o direito adquirido em testamento, trinta e nove famílias descendentes dos libertos precisaram reclamá-lo na justiça, agora através da lei de usucapião¹¹². Demonstram, através daquela ação, que, além de conhecedores da lei, percebiam a importância de declararem que promoveram “benfeitorias de vulto” em suas propriedades e que, por causa delas, receberam “iluminação pública” e “serviço de rádio”. Dessa forma, inseriam-se na “onda” progressista da cidade.

O ente moral aqui chamado de “família” corresponde a uma rede de “parentes entre si” que se consideram descendentes, em parte, de ancestrais comuns e que entendem que isso lhes propiciou também algum tipo de comunhão de experiência de vida e de circunstâncias sócio-históricas que pode ser rememorada, revivida, celebrada ou transmitida a outros descendentes. (GOMES e DUARTE, 2007, p. 161)

¹¹² “Código Civil de 1916 – Lei 3071/16 – Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. [...] Seção IV – Do Usucapião. Art. 550. Aquele que, por 20 (vinte) anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de título de boa fé que, em tal caso, se presume, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual lhe servirá de título para transcrição no Registro de Imóveis. (Redação dada pela Lei nº 2.437 de 7.3.1955). [...]” www.jusbrasil.com.br/legislacao/103251/codigo-civil-de-1916-lei-3071-16. Acesso em: 12.06.2013.

Parecia que estavam colaborando para a formação do “mito progressista”, para o projeto dos “dominadores”. Sabemos, porém, que muitas situações, mesmo acompanhadas de revolta, resistência e desobediência, foram vistas como colaboração, renegadas e excluídas da “memória oficial”.

Para nós, aquelas trinta e nove famílias estavam resistindo ao avanço do domínio sobre as suas terras, desobedeciam à Casa de Caridade que, já havia transformado toda a área da colônia agrícola em “nova zona foreira”, mas se apropriaram do discurso progressista para alcançarem os seus objetivos. Ao mesmo tempo, assumiam ser descendentes de escravos, seus antepassados eram os “primitivos ocupantes dessas mesmas terras”, ou seja, em um mesmo discurso encontra-se o “passado escravista” e o “presente progressista”.

Pollak (1989, p. 7) afirma que situações ambíguas podem levar a “mal-entendidos” e também ao silêncio. Isso acontece quando, em uma memória nacional, vão se formando os mitos, não dando chance a memórias de situações concretas, ocorrem então, as memórias criadas por razões coercitivas. São as memórias permitidas pelos opressores, pelos dominadores.

“O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais.” (POLLAK, 1989, p. 3-15, apud, RODRIGUES, 2009)

As vítimas do silêncio, do “não-dito”; “mal compreendidas e vilipendiadas”, podem contestar e tentar eliminar o “estigma da vergonha”, através de suas memórias subterrâneas, contra aqueles que forjaram os mitos.

As lembranças subterrâneas, transmitidas por famílias e associações afetivas ou políticas, “[...] são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante”. (POLLAK, 1989, p. 8)

Naquele momento, as vozes daquelas trinta e nove famílias, tiveram que ser ouvidas, tendo sido a lembrança da história de vida de seus antepassados trazida à tona para que a sociedade percebesse a sua presença.

Paul Ricoeur (2010, p. 93) chama de “abusos de esquecimento” quando os detentores de poder manipulam a memória e o esquecimento de forma “concertada”. Com isso, temos a insuficiência da memória.

Para resolver o problema é preciso que se mobilize a memória para a busca, para a ação, a fim de reivindicar a identidade.

É na problemática da identidade que se deve buscar a causa de fragilidade da memória assim manipulada. Essa fragilidade se acrescenta àquela propriamente cognitiva que resulta da proximidade entre imaginação e memória, e nesta encontra seu incentivo e seu adjuvante. (RICOEUR, 2010, p. 94)

Sabendo que a identidade é relacional, percebemos que a identidade “modernista” de Três Rios dependia de outra identidade para existir, outra que ela não era, mas que fornecia condições para que ela existisse. Ser um “sujeito moderno” e ser um “não rural”. A identidade, então, marcava a diferença.

A afirmação da diferença entre “modernos” e “rurais (descendentes de ex-escravos); “civilizados” e “atrasados”, envolve a negação de que não existem quaisquer semelhanças entre os dois grupos. A diferença é sustentada pela exclusão: se você é “moderno”, você não pode ser “rural” e vice-versa.

“A construção da identidade é tanto simbólica quanto social. A luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e consequências materiais”. (WOODWARD, In: SILVA, 2009, p. 10)

Apelar aos antecedentes históricos consiste em uma das formas de reivindicações das identidades, como vimos na “ação de usucapião” dos descendentes dos libertos.

Ao buscarem e reafirmarem as suas identidades do passado produzem novas identidades naquele momento.

Aquilo que parece ser simplesmente um argumento sobre o passado e a reafirmação de uma verdade histórica pode nos dizer mais sobre a nova posição-de-sujeito [...] do século XX que está tentando defender e afirmar o sentimento de separação e de distinção de sua identidade nacional no presente do que sobre aquele suposto passado. [...] Essa redescoberta do passado é parte do processo de construção da identidade que está ocorrendo neste exato momento e que, ao que parece, é caracterizado por conflito, contestação e uma possível crise. (WOODWARD, In: SILVA, 2009, p. 12)

A “nova posição-de-sujeito” dos descendentes dos libertos era de “resistente”, no sistema que os excluía. Um sistema que tornara o trabalho livre abolindo a escravidão, mas que pretendia ser não-negro, moderno, ligado ao

urbano, industrial, excluindo os libertos, ligados ao passado rural, atrasado, agro-pecuário.

Segundo Silva (2009, p. 81)

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.

Sendo assim, as “lembranças subterrâneas” emergiram com força, e a Casa de Caridade reage contra as “vítimas do silêncio”. O processo transcorreu por dez anos e, durante esse período, muitos fatos ocorreram que serão mostrados a seguir.

A Casa de Caridade, quatro anos depois da publicação da ação de usucapião por parte dos descendentes dos libertos, contrata advogados lhes concedendo uma procuração para representá-la a fim de requerer a expedição do Formal de Partilha¹¹³. Interessante notar que o provedor da Casa de Caridade, nesse período, o Sr. Antonio Garcia Filho, era “serventuário da justiça”. Com certeza sabia interpretar um testamento.

Percebe-se o “esquecimento” da Casa de Caridade, Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, da sua função e de uma das razões de sua existência, que era: passados os cinquenta anos de funcionamento da colônia agrícola, esta ficaria emancipada, para que os libertos e seus descendentes partilhassem entre si as terras. O provedor Antonio Garcia Filho solicita a expedição do Formal de Partilha antes da resolução da “ação de usucapião”

¹¹³ Vide ANEXO XXVI. “O Formal de Partilha, de natureza pública, é um título judicial extraído dos autos e expedido pelo juiz do qual tramitou, e, depois de finalizado, o processo de inventário, divórcio, separação, nulidade e anulação de casamento. Regula os deveres e regulariza os direitos dos herdeiros após o término do inventário, ou após o término dos processos de separação, divórcio, anulação e nulidade de casamento. Além de regido pelo Código de Processo Civil, é aceito para fins de registro junto aos Cartórios extrajudiciais, haja vista que também possui regimento pela Lei Federal 6.015/73, Lei denominada de Registros Públicos, até mesmo por ser um título judicial, conforme anteriormente mencionado.” Fonte: www.artigonal.com/direito-artigos/formal-de-partilha-1522841.html. Acesso em: 12.06.2013.

promovida pelos descendentes dos libertos, bem como o registro dos imóveis deixados pela condessa do Rio Novo, “principalmente quanto à Fazenda de Cantagalo”. Sendo assim, paga o Imposto de transmissão Inter-vivos¹¹⁴:

Coletoria de Três Rios – 6.210.
Imposto de transmissão Inter-vivos. 25.09.1944
Conhecimento nº 40725.

Fica debitado o Coletor pela quantia de duzentos e quarenta cruzeiros e oitenta centavos recebida de Casa de Caridade de P. do Sul pagou pelo imposto sobre Cr\$218.435,00 (0,1)% valor dos bens de raiz partilhados à mesma Casa de Caridade no inventário da finada Condessa do Rio Novo, pela transcrição no Registro de Imóveis da Comarca de Três Rios – Guia do Tabelião Jarbas Alves de Souza.
(Inventário do espólio de Mariana Claudina Pereira de Carvalho)

A “vergonha” de um passado escravista, em uma sociedade que estava envolvida com o “progresso”, com o “desenvolvimento”, deu lugar a uma consciência que se fortaleceu para um bem comum, maior do que o desprezo dispensado por muitos, às suas origens, agora “confessadas” publicamente.

Essa é outra questão discutida por Pollak (1989, p, 8), a qual diz respeito ao “discurso interior” do sujeito, que separa aquilo que pode transmitir ao exterior, daquilo que só se confessa a si mesmo. Segundo o autor,

[...] a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.

Percebe-se que as lembranças subterrâneas, de “memórias marginalizadas”, emergem dando ênfase a determinados aspectos, dependendo da conjuntura histórica, que lhe parece ser favorável. As lembranças de um passado traumático ou violento, remetidas ao presente, podem ser deformadas ou reinterpretadas. O sujeito viveu, aprendeu e

¹¹⁴ “É um imposto de competência dos Municípios, que incide sobre operações de transmissão de bens imóveis entre vivos (“Inter Vivos”). É conhecido, popularmente, por ITBI. Deve ser recolhido na ocasião do registro da escritura Pública de Transmissão (por exemplo, na Escritura Pública de Compra e Venda), no Serviço Registral de Imóveis da situação do imóvel”. www.idtl.com.br/artigos/176.pdf Acesso em: 14.06.2013.

transmitiu a sua memória: individual, coletiva, familiar, nacional e de grupos. Para que não ocorra uma “simples ‘montagem’ ideológica”, as memórias clandestinas devem ser organizadas de modo que, juntando-se com a memória oficial, tenham “um fundo comum de referências” nos discursos políticos; e assim, possam constituir uma memória nacional. (POLLAK, 1989, p. 9)

O discurso da Casa de Caridade nos documentos oficiais afirmando que estava assegurando os seus direitos, usando de recursos legais, faz com que, à primeira vista, pensemos estar ela mesma, sofrendo alguma injustiça ou alguma arbitrariedade. Por isso, nosso esforço consiste em analisar essa “história deformada”, uma vez que “a conjuntura histórica” atual permite que possamos combater visões distorcidas do passado.

O tempo passava sem que houvesse uma resolução definitiva da justiça, quanto ao registro das terras pertencentes aos descendentes dos libertos da Condessa do Rio Novo.

O bairro Colônia continuava a crescer e a vida naquele lugar transcorria como em qualquer outro lugarejo de uma cidade interiorana. Abastecimento de água, estrada ligando ao centro, cemitério, fábrica de espulas¹¹⁵, casas, entre outros, eram os melhoramentos assinalados pelo “Entre-Rios Jornal”, em 1947, considerando-o um “promissor núcleo”, “um grande subúrbio da cidade”.

Voltando aos estudos de Pollak (1989, p. 9), este diz que ao estudar a memória nacional, primeiramente devemos analisar a sua função. Conclui que “[...] a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”.

Sendo assim, utiliza o termo “memória enquadrada”, cunhado por Henry Rousso (apud, POLLAK, 1989, p. 9), ao analisar que as duas funções da memória comum são: “[...] manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estado)[...]”, fornecendo então, “[...] um quadro de referências e de pontos de referência [...]” reforçando sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais

¹¹⁵ Bobinas ou carretéis de fios; tubos de pequeno diâmetro que se acondiciona o fio que sai para as lançadeiras ou agulhas para tecer. Fonte: <http://pt.slideshare.net/coopermoda/tecnologia-textil-apostilha-tecnica> Acesso em: 08.10.2014.

entre coletividades. (POLLAK, 1989, p. 9) Na verdade, Pollak (1989, p. 9) diz que é um “trabalho de enquadramento”, com limites à memória do grupo, para que não seja arbitrária. Um trabalho que não admite a injustiça e a violência, uma vez que exige justificação, possibilitando coordenar as condutas humanas.

A partir dessa visão de Pollak, esforçamo-nos para enquadrar a memória dos descendentes dos libertos na formação do bairro de Vila Isabel, em Três Rios, apontando para uma realidade que, mesmo apresentando uma desigualdade social com relação aos “vultos” considerados nobres na cidade, pertencem à sua história.

Suas memórias são percebidas sutilmente, suas presenças nos acontecimentos cotidianos, na vida social, que aos poucos se construiu naquele lugar, formaram as redes de relacionamentos existentes.

Como exemplo podemos citar, a fundação do “Colônia Esporte Clube”, por um “[...] grupo de amigos desportistas, em 1942”. Considerado de “importância histórica”, por ter se destacado nas “[...] memoráveis partidas de futebol. Recebeu personalidades e times consagrados na modalidade e se transformou num ícone da memória do esporte em Três Rios”¹¹⁶.

Cinco anos depois de sua fundação, aparecia com destaque no “Entre-Rios Jornal”:

O Colônia venceu por 3-2 o Monte Real no seu festival esportivo do dia 25

O populoso e aprazível bairro da Colônia esteve domingo, dia 25, engalanado para a realização do grande festival esportivo simpaticamente promovido pelo Colônia E. C. em favor da Campanha Pró-Lar da Criança Pobre, encetada para finalizar a construção do prédio próprio do asilo <<Manoel Pessoa de Campos>>.[...]

A caravana de Monte Real F.C., de Petrópolis [...] foi recebida pela seguinte comissão, chefiada pelo sr. Afonso Cabral, presidente da Colônia, d. Ambrosina Bastos, Srta Ana Caiafa (madrinha do clube), sra. Alípio Cabral, José Rosa de Oliveira, João Vieira Chaves, Alcides Machado, Desarmando Ribeiro, Geraldo Pereira e Edmar Tavares. (“Entre-Rios Jornal” – 05.06.1947, p. 2)

O bairro da Colônia, considerado “aprazível”, promovia eventos para ajudar as “crianças pobres”, mantendo uma característica dos tempos da “colônia agrícola”: o vínculo com os pobres, os necessitados de ajuda, os quais

¹¹⁶ www.tresrioscriativa.com.br/espacoeventos/1330. Acesso em: 14.06.2013.

tinham sido lembrados pela condessa no passado e agora eram ajudados pelos habitantes do bairro que ali se desenvolvia.

Nota-se a presença, na comissão de recepção ao clube de Petrópolis, de “d. Ambrosina Bastos”, a descendente de libertos que liderou a ação de usucapião em 1940. Foi a segunda pessoa a ser citada como participante da comissão, logo depois do presidente do clube. Percebe-se a sua importância e a sua participação ativa naquele contexto.

A “comissão de recepção” receberia, em outras “tardes esportivas”, outros times. Foi atribuída a essa comissão “[...] um grande impulso ao esporte menor da cidade [...]”, nas palavras do periódico local, o qual destacava a “disciplina” nos jogos promovidos pelo clube. (“Entre-Rios Jornal” – 12.06.1947, p. 3)

Após cinco anos promovendo eventos esportivos, o “Colônia Esporte Clube” lança a “pedra fundamental” de sua sede.¹¹⁷

Considerado o “maioral dos subúrbios”, o Colônia Esporte Clube recebe, para o lançamento de sua pedra fundamental, pessoas consideradas importantes na cidade, atraindo políticos locais, já interessados pelo “populoso” bairro e “um dos mais progressistas” de Três Rios. O clube possuía dois times: um principal e o outro secundário, os quais promoveram as partidas de futebol naquele dia de festa, recebendo atletas de Bemposta.

Em meio aos eventos, eram feitas obras na estrada da Colônia, reforma no cemitério, modificando a paisagem e os moradores. Sendo assim, juntamente com todas as mudanças, percebe-se que, em nenhum momento desses eventos, o passado era trazido à tona. Nos discursos dos jornais, não se mencionava sobre a memória do lugar. Com a memória se “apagando”, houve a tentativa de também mudar o nome do local.

Reuniões da Câmara
7ª Reunião – 31.10.1947

[...] Pela bancada trabalhista foram apresentados 3 requerimentos pedindo: [...] a mudança da denominação do Bairro da Colônia para Vila Darcy Vargas e do Bairro Cantagalo para Vila Carmela Dutra.[...] (“Entre-Rios Jornal” – 06.11.1947, p. 1)

¹¹⁷ ANEXO XXVII.

Na 9ª reunião, de 05 de novembro de 1947, contudo, o vereador Aquiles Rodrigues Coutinho, apresentou um “dispositivo do Instituto de Geografia e História” que proibia homenagens a pessoas vivas. Com isso, o pedido da mudança de nome do bairro Colônia teve que ser retirado pela “bancada trabalhista”. (“Entre-Rios Jornal” – 13.11.1947, p. 1)

O que chamou a atenção, além da tentativa do apagamento do nome “Colônia”, foi que, emancipada a cidade desde 1938, era a nona reunião da Câmara Municipal.

Ao iniciarmos a pesquisa na Câmara Municipal de Três Rios, constatamos que ela só possui o registro das atas a partir de novembro de 1949. Anterior a esse período, o pesquisador deve consultar os periódicos locais, mas sabendo que, em nove anos (1938 a 1947), a Câmara só se reuniu nove vezes, denotando que até mesmo a “memória política” de Três Rios apresentava problema.

Quanto à memória do bairro Colônia no que diz respeito ao seu papel de incentivo ao esporte e à cultura, através do “Colônia Esporte Clube”, percebe-se que ele contribuía também para a comemoração de dias cívicos.

O “Entre-Rios Jornal”¹¹⁸, de 06.11.1947, noticiou que uma “comissão organizadora”, considerada de destaque no bairro, preparou uma grande comemoração para festejar o dia de aniversário da proclamação da República. Não se dedicavam somente a incentivar o “esporte menor da cidade”, mas promoviam uma “corrida atlética”, um “programa de calouros” e uma peça de teatro: “Sobre o túmulo”. Percebe-se que eventos esportivos e culturais como esses, tinham um papel importante para o progresso e o desenvolvimento do bairro, segundo a visão daquele periódico.

Ainda no ano de 1947, encontramos dois resumos de reuniões da Câmara Municipal (16ª e 17ª reuniões), citando o bairro Colônia. Na 16ª reunião (21.11.1947), a “bancada trabalhista” pede ao “sr. Prefeito” que “tome providências para a instalação de uma escola primária no local denominado <<Ju<<queira>>¹¹⁹, no bairro da Colônia do Cantagalo” e na 17ª reunião

¹¹⁸ ANEXO XXVIII.

¹¹⁹ Atualmente existe um sub-bairro na Vila Isabel chamado “Jaqueira”. Acreditamos que o nome foi impresso de forma incorreta no jornal. Os sub-bairros são denominados: Morro do

(24.11.1947), um “ofício do Colônia Esporte Clube (CEC)” apóia a “pretensão do América Futebol Clube, de obter doação do terreno destinado à construção do Estádio Municipal”, demonstrando, assim, o quanto o CEC era reconhecido como um importante clube da cidade, cuja opinião era ouvida e registrada no meio político. (“Entre-Rios Jornal” – 27.11.1947, p. 2)

Ao descrever os acontecimentos sociais do bairro Colônia, registra-se a memória dos relacionamentos humanos existentes naquele lugar, a vida cotidiana que fluía onde a população crescia a cada dia, com a chegada dos novos moradores que compravam os lotes aforados pela Casa de Caridade. Mas, mesmo assim, como podemos ver na propaganda abaixo, o bairro ainda era chamado de “Colônia de Cantagalo”.

Lotes de terras à venda

Vendem-se lotes de terras, ótimas para construções, terreno plano. Os lotes serão vendidos no tamanho que o pretendente desejar. Preço a combinar com José Facres, Colônia de Cantagalo. (“Entre-Rios Jornal” – 11.12.1947, p. 1)

E como estava a questão jurídica, com relação às terras reclamadas pelos descendentes dos libertos da Condessa do Rio Novo?

Passados oito anos da entrada da ação de usucapião na justiça pelas trinta e nove famílias, lideradas por “d. Ambrozina de Lima Bastos”, o juiz de direito de Três Rios, Dr. Adherbal de Oliveira, ex-juiz de Paraíba do Sul, toma a seguinte providência:

Juízo de Direito da Comarca de Três Rios
Em 26 de novembro de 1948.

Exmo Snr. Dr. Rubens Rodrigues da Silva.
DD Juiz de Direito da Comarca de Paraíba do Sul.

Solicito de V. Excia as necessárias providências no sentido de ser remetido a este Juízo os autos de inventário da Viscondessa do Rio Novo, em virtude de uma arrecadação que aqui está sendo feita da Colônia de Cantagalo, a requerimento do Dr. Promotor de Justiça.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Excia, os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

Adherbal de Oliveira
Juiz de Direito

Sargento, Morro do São Carlos, Morro dos Caetanos, Residencial Vila Nova, Loteamento Santa Cecília, Palmital, Jaqueira, Barros Franco, Morada do Sol e Cariri. Fonte: www.tresrios.rj.gov.br
Acesso em: 03.09.2014.

(Inventário do espólio de Mariana Claudina Pereira de Carvalho)

Nos meios jurídicos, a “colônia de Cantagalo” ainda era um assunto não resolvido. Os “autos de inventário” da Condessa do Rio Novo, encerrados em 1884, necessitavam de averiguação por parte da promotoria de justiça. Passados sessenta e quatro anos, a Casa de Caridade procurava uma maneira de não cumprir o testamento. Para isso, a “Irmandade” contava com o apoio político e jurídico na região.

Juízo de Direito da Comarca de Paraíba do Sul.
Em 6 de Dezembro de 1948.

Exmo Snr. Dr. Adherbal de Oliveira, digno
Juiz de Direito de Três Rios.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício de 26 de Novembro, em que V. Exa. solicita a remessa a esse Juízo dos autos de inventário da Viscondessa do Rio Novo.

Cumpra-se esclarecer a V. Exa. que se trata de autos findos, pertencentes ao arquivo do cartório do 1º Ofício desta Comarca, o que me impede poder atender à solicitação de V. Exa., pois estou em que não me é dado ordenar ao escrivão que disponha, por essa forma, dos autos, sob sua responsabilidade.

Creia-me V. Exa. que somente a sincera convicção de que não devo retirar os autos já incorporados ao Arquivo do Cartório, é que me obriga a fazer, com todo o acatamento, a ponderação que ora faço, lamentando não poder atender à solicitação dum dos mais dignos e ilustres magistrados, que me merece o maior respeito e toda a consideração.

Renovo a V. Exa. os meus protestos de alto apreço e distinta consideração.

Rubem Rodrigues Silva
Juiz de Direito

(Inventário do espólio de Mariana Claudina Pereira de Carvalho)

O Doutor Adherbal de Oliveira presenciou o início da ação de usucapião pelos descendentes dos libertos em 1940. Em 1948 era-lhe negado o acesso aos autos do inventário da condessa, por uma questão de “ponderação”, por parte do juiz Rubem Rodrigues Silva.

Nem a consideração e nem o reconhecimento de que o Doutor Adherbal era um “digno e ilustre magistrado” bastou para que o juiz de Paraíba do Sul dispusesse os autos solicitados.

Por que o Doutor Rubem tinha tanta “convicção” de que não deveria retirar os autos do arquivo?

Acompanhando a trajetória dos libertos e todas as dificuldades que encontraram para assumir e ter o direito às terras, lutando contra uma Irmandade formada pelos “donos do poder” na época, não é difícil perceber que ela estava por trás de tal negativa. Essa negativa, decerto, prejudicaria o andamento do processo por mais algum tempo.

Entretanto, toda a insistência de “usurpação” das terras dos libertos e de seus descendentes, que atravessou décadas, tem o seu final em 1950, quando a ação de usucapião teve fim, embora muitas parcelas, de muitos que abandonaram a luta ou desistiram da disputa com os “dominadores”, tenham realmente mudado de mãos.

Através da escritura de doação¹²⁰ de D. Maria da Luz Pereira para a sua filha, Nair Pereira de Oliveira, conseguimos chegar à conclusão da ação de usucapião de 1940.

Dona Maria da Luz Pereira era filha de Dona Bárbara Firmino da Silva, ex-escrava da Condessa do Rio Novo, liberta em 1882. D. Bárbara e D. Maria da Luz haviam entrado, juntamente com os outros descendentes de escravos, em 1940, com a ação de usucapião. De acordo com o documento citado acima, D. Maria da Luz tornou-se “senhora e legítima possuidora” das terras em 10 de junho de 1950, dez anos depois do início da ação; sessenta e oito anos depois da libertação de D. Bárbara; dezoito anos depois da data estipulada em testamento (1932), para que as terras da antiga colônia passassem a ser propriedade legítima dos libertos. Mas esse tempo todo, não foi impedimento para que resistissem. Dona Nair Pereira de Oliveira, já da terceira geração, recebia, então, as terras de sua avó, liberta, através de doação feita por sua mãe, que apesar de não saber “ler nem escrever”, soube fazer valer a lei e ser reconhecida como a verdadeira herdeira daquelas terras.

Em 1950, não obstante a questão ter sido resolvida, a “invisibilidade” dos libertos e de seus descendentes na história de Três Rios foi real e percebida em diversos momentos da pesquisa. Até o final deste capítulo, comprova-se essa afirmativa, fortalecendo a convicção de que a memória é um

¹²⁰ ANEXO XXIX.

direito de todos os cidadãos. Todos têm o “direito ao passado”. Por isso, o trabalho contribui para a luta contra

[...] uma sociedade destituída de cidadania em sentido pleno, se por esta palavra entendemos a formação, a informação e a participação múltiplas na construção da cultura, da política, de um espaço e um tempo coletivos.[...] Fazer com que nossa produção incida sobre a questão da cidadania implica fazer passar a história e a política de preservação e construção do passado pelo crivo de sua significação coletiva e plural. [...] A construção de um outro horizonte historiográfico se apóia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos. (PAOLI, apud: CHAUÍ, Marilena, 2006, p. 123-124)

Percebe-se, na ata da Câmara Municipal de Três Rios, de 22.01.1951¹²¹, que os descendentes dos libertos perderam a “visibilidade de suas ações e resistências”, pois, mesmo depois de terem ganhado o processo judicial em 1950, as terras da “colônia”, consideradas “terras de ninguém”, ainda eram alvo de discussões na assembleia de vereadores.

Analisaremos a discussão, principalmente entre os vereadores Joaquim J. Ferreira e João Pedro da Silveira para

[...] tornar visível a disputa pela memória social, deixando aparecer ações até então invisíveis, capazes de questionar as significações institucionalizadas com que a sociedade constrói para si mesma seu próprio significado. (CHAUÍ, 2006, p. 124)

Na fala dos vereadores, defendendo a construção de casas populares para os trabalhadores que vinham “construindo a grandeza de nossa terra”, não aparece qualquer manifestação de reconhecimento ao trabalho dos escravos que “construíram a grandeza de nossa terra” no passado.

A primeira discussão sobre a desapropriação de terrenos, para a construção de tais casas, demonstra uma preocupação do Sr. João Pedro da Silveira, por não ser de interesse político, que fossem desapropriados os terrenos do Cantagalo. Estes tinham “proprietários” que poderiam contestar. Reconhece que uma “Cia proprietária” poderia tentar anular o ato de desapropriação da Câmara. Porém, em contrapartida, também reconhece que a “Casa de Caridade se tornara a legítima proprietária da Colônia”, fato com o

¹²¹ ANEXO XXX.

qual não se importa. Para ele, sendo proprietária ou não, a “lei de desapropriação regularizaria toda a situação de propriedade da parte desapropriada”. Por que desapropriar os terrenos da “Casa de Caridade” seria possível legalmente, mas desapropriar os terrenos da “Cia proprietária” não? Percebe-se que a emancipação de Três Rios fez com que os políticos da cidade, com o passar do tempo, não quisessem mais sofrer a influência e o poderio daquela Irmandade cuja sede ficava em Paraíba do Sul. O desejo de “rompimento com a cidade de origem” se fazia sentir na fala desse vereador.

A segunda discussão consiste na defesa pela construção das casas populares nos terrenos de Cantagalo, empreendida pelo vereador Joaquim Ferreira, não desejando as terras da colônia. Ele diz que a “Colônia é considerada ‘terra de ninguém’”. Isso demonstrava o “esquecimento” histórico, social e jurídico dos libertos e de seus descendentes naquele contexto. Será que ele não tinha qualquer conhecimento sobre o passado da colônia agrícola? Ou tinha o conhecimento, mas não o reconhecia, achando-se no direito de negá-lo, apagá-lo? Achava “insegura a propriedade de qualquer imóvel naquele local”, pois não se conheciam “os seus verdadeiros donos”. Aqui, ele nega a propriedade tanto da Casa de Caridade quanto a dos descendentes dos libertos. Por que o vereador não se esforçou em conhecer? Em sua fala percebe-se que conhecia bem o “desprezo”, a “antipatia”, a “forma pejorativa” com que os trabalhadores falavam do “local denominado Colônia”, pois estes se sentiram desprezados quando um engenheiro da administração municipal disse a um trabalhador (ferroviário) que se não tivesse condições de construir no centro da cidade, que fosse construir na Colônia. Como podemos perceber era considerado um verdadeiro acinte, um xingamento, mandar alguém construir naquele lugar que, no passado, fora uma colônia agrícola de escravos. Embora isso não fosse dito, percebe-se que era sabido.

Mesmo com todo o esforço político e ideológico, que foi apresentado no início deste segmento, das práticas discursivas nos jornais locais, o bairro Colônia possuía um passado, silenciado pelo descaso, mas latente.

O nome do bairro fazia “lembrar” um passado que se tentava “apagar”. O silêncio com o objetivo de “esquecer” não resolveu a questão. Então de que forma se “esqueceria” o passado do bairro?

Após a abolição, inúmeras tentativas foram feitas para esquecer, apagar ou transformar a herança africana em nosso país, em todos os aspectos, até mesmo no aspecto biológico. Seguindo então a “onda” embranquecedora, o nome do bairro Colônia foi trocado para Vila Isabel. Uma homenagem à “princesa redentora”. Tal troca sofreu algumas críticas por não terem pensado no nome da Condessa do Rio Novo. Afinal, a cidade de Três Rios surgira a partir do seu testamento e a libertação dos escravos da fazenda de Cantagalo através do mesmo documento.

A troca de nome de “bairro da Colônia” para “bairro de Vila Isabel” deu-se “[...] através do projeto de lei apresentado em plenário pelo professor Monerat (então vereador) em 26 de novembro de 1951 e sancionado como lei nº 106 de 06 de dezembro de 1951”.¹²²

O recorte temporal o qual nos propomos neste trabalho, encerra-se com a transformação da antiga colônia agrícola em bairro de Vila Isabel. Acreditamos que estamos contribuindo para a construção de parte da memória e da história dos afrodescendentes em Três Rios e para a visão de que a Vila Isabel é um “lugar de memória”. Sendo assim, encerramos este capítulo com a seguinte afirmação:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais, flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. (NORA, 1993, p. 9)

¹²² www.associartbrasil.com.br. Acesso: 14.06.2013.

Isso posto, no próximo capítulo apresentaremos as trajetórias de vida, as lembranças que contribuíram no reconhecimento da Vila Isabel como o “lugar de memória” dos afrodescendentes em Três Rios.

5 MEMÓRIAS DA VILA ISABEL

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual. (BOSI, 2010, p. 82 e 83)

A memória do bairro Vila Isabel consiste em um entrelaçamento das memórias sociais: das memórias dos afrodescendentes de nossa região; dos grupos dominantes políticos e econômicos; dos trabalhadores escravos e dos livres.

Essas memórias imersas nos documentos, nos periódicos e nas lembranças de alguns afrodescendentes e moradores mais antigos da Vila Isabel foram trabalhadas para que pudessem “[...] fortalecer os sentidos de seus pertencimentos [...]” à história de Paraíba do Sul e de Três Rios, pois “[...] entre grupos oprimidos, silenciados ou discriminados [...]”, faz-se necessário construir uma memória identificada com a justiça. (JELIN, 2002, p. 9-14) Para tanto, a memória precisa trabalhar, ser ativa, criar, ter responsabilidade e construir um processo que vise à transformação.

Jelin (2002, p. 29) defende a existência de uma “vontade de memória” que faz com que ela possa voltar lembrando-se dos esquecimentos como “vontade política de esquecer”. Com isso, alerta “[...] que toda política de memória implica uma seleção, do que se preserva e do que se esquece.”

Concordando com Jelin (2002, p. 68), abordamos a memória dos libertos e de seus descendentes, através das falas daqueles que aceitaram romper o silêncio e confiando em nossa vontade de escutar, com a percepção de que estas se referem “[...] às lembranças, esquecimentos, narrativas e atos, silêncios e gestos, aos buracos e as fraturas, aos saberes e as emoções”.

Unimos em nosso trabalho a história e a memória, pois a história é uma construção ativa, político-ideológica, que se relaciona com a memória. Sendo assim, os testemunhos que apresentaremos neste capítulo narraram as suas

memórias, as suas lembranças, mas temos consciência de que nestas existem “[...] esquecimentos, silêncios, ambiguidades e buracos”. (Jelin, 2010, p. 68-69)

Através do diálogo e da interação em um processo subjetivo, ativo e de construção social, interrogamos o passado e construímos, ao longo de nossa trajetória, uma história de orientação ideológica, como diz Jelin (2010, p. 96-97).

Esperamos que, ao terminar a leitura deste último capítulo, o leitor consiga perceber a nossa vontade de mostrar a importância da história e da memória dos libertos e de seus descendentes contemplados nesta pesquisa, como sujeitos sociais em construção, enfrentando obstáculos, lutando, buscando soluções, tentando vencer as dificuldades decorrentes dos lugares ocupados por eles em uma sociedade marcada pela desigualdade social.

5.1 LEMBRANÇAS DE TRAJETÓRIAS DE VIDA

Para dar início à pesquisa desta tese, fizemos contato com o Sr. Hélio no “Grupo dos Treze”, que nos pareceu o lugar mais indicado para a procura de dados sobre os libertos e seus descendentes. Anteriormente, na pesquisa para a dissertação do mestrado, fizemos contato, através de telefonema, na tentativa de conseguir uma entrevista com ele, pois soubemos por terceiros que o “Grupo dos Treze” possuía fotos dos libertos e que o Sr. Hélio poderia nos ajudar. Na época, por telefone, ele achou melhor não nos encontrarmos, pois não poderia ajudar no que estávamos pretendendo. Decidimos, então, fazer somente a pesquisa em documentos e periódicos, além de pesquisa bibliográfica. Depois que publicamos o livro sobre a dissertação, tivemos a oportunidade de nos encontrar com ele e o Sr. Aurélio, ocasião em que lhes entreguei dois volumes para que pudessem conhecer o nosso trabalho. Passados vários anos, quando retornamos aos nossos estudos no curso de doutorado, voltamos a procurar o Sr. Hélio na sede do “Grupo dos Treze”. Depois de marcarmos por telefone, fomos ao seu encontro para conversarmos. Em nosso primeiro encontro, conhecemos a sede onde pudemos fotografar os quadros que estavam na parede e a foto dos descendentes dos libertos na porteira, que se encontram no corpo da tese, como veremos no próximo

segmento. O Sr. Hélio nos prometera, então, marcar uma entrevista com a D. Nair e o Sr. Aurélio. Passados alguns dias, marcamos um novo encontro e ele nos levou à casa de D. Nair, onde fizemos as entrevistas com os dois descendentes dos libertos. Posteriormente, outro encontro, e, dessa vez, foi para ir à casa de D. Maria da Glória, na Jaqueira. Sem a colaboração do Sr. Hélio, não conseguiríamos chegar ao endereço dela. Durante a entrevista, ela citara que sua filha, Neuza, sabia de coisas da família e que ela saberia contar muito melhor sobre esse assunto. Na hora da entrevista, outro filho de D. Maria da Glória chegou, fomos apresentados, falamos sobre a pesquisa, pedimos os telefones dele e de D. Neuza, ele nos fornecera os dois números dos telefones. Depois daquele dia, fizemos muitas ligações. Na primeira ligação o filho de D. Maria da Glória atendeu e disse estar com muitos compromissos, principalmente com a sua igreja e que não poderia marcar nada naquele período. Insistimos inúmeras vezes e não fomos atendidos. A filha Neuza, na primeira ligação não estava em casa e depois não atendera mais os telefonemas. Não tendo sucesso, ligamos para o Sr. Hélio novamente para tentar um contato através dele, buscando facilitar o processo. O Sr. Hélio tinha ficado doente e ficou impossibilitado de nos ajudar. Agradecemos e desejamos melhoras para ele, através de sua esposa.

Como a pesquisa não avançasse nas entrevistas, resolvemos percorrer outros caminhos e começamos a pesquisar os periódicos na Casa da Cultura de Três Rios. Quando observamos as diversas referências ao Colônia Esporte Clube, pensamos em fazer uma visita ao clube. Chegando lá, conhecemos o Sr. José “Rendão”, morador da Vila Isabel, não descendente dos libertos, muito conhecido no meio do futebol em Três Rios. Ele, muito agradável, dissera-nos que, não sabendo nada muito preciso sobre a colônia, indicar-nos-ia uma pessoa que poderia nos ajudar - o Sr. Valdir “bola branca” - que morava em frente à praça da “Mãe Preta” . Pedimos para, então, olhar as dependências do clube. Vimos a placa de reinauguração, os retratos dos jogadores de futebol e outro retrato de quando o Garrincha visitara o clube. Deixou que fotografássemos o que tínhamos encontrado e nos levou à casa do Sr. Valdir. Chegando lá, ele nos recebeu de forma muito amigável e marcou uma entrevista em um outro dia.

Marcamos um encontro na casa dele. Durante a entrevista, chegara a sua vizinha D. Jane, moradora antiga da Vila Isabel, não descendente dos libertos, que já havia sido avisada por ele da minha presença naquele dia em sua casa. Ela também se interessou e marcamos a entrevista dela para a semana seguinte.

Depois de entrevistados, o Sr. Valdir nos telefonara marcando mais uma entrevista, agora com os irmãos Rosse Meleide, Wilson e Vilma, netos de Ambrozina Bastos, descendente dos libertos. Marcamos de buscá-lo em sua casa e ele nos levara ao encontro deles. Ele fora em seu carro nos guiando até a casa deles, apresentara-nos, retornando ao seu trabalho.

Passados mais alguns dias, o Sr. Valdir consegue outra entrevista, com o Sr. X. Colocamo-nos à disposição, compreendendo que ele não quisesse se identificar e assim o fizemos.

Um tempo depois, o Sr. Valdir nos liga novamente informando que conseguira uma entrevista com o Sr. José Ferreira, bisneto de Bárbara Firmino, liberta da colônia agrícola. Buscamos o Sr. Valdir em sua casa e, novamente, ele foi conosco até a casa dele, apresentara-nos e permaneceu ouvindo a entrevista.

Depois disso, o Sr. Valdir nos dissera que tentara convencer outros descendentes dos libertos que viviam na Vila Isabel ainda, porém eles haviam dito ter vergonha de falar sobre a escravidão de suas famílias. Respondemos que ele continuasse tentando, pois tentaríamos outras pessoas também. Nossas tentativas não surtiram efeito.

Sendo assim, procuramos trabalhar as memórias dessas onze pessoas que se dispuseram a ajudar, dispensando um tempo da vida deles para rememorar conosco as suas trajetórias no bairro Vila Isabel, de forma livre, seguindo um roteiro simples. Nosso objetivo fora a de que se sentissem à vontade para selecionar o que devem se lembrar e o que preferem se esquecer, pois a memória é seletiva, como já dissemos anteriormente.

A transcrição das trajetórias de vida neste segmento foi produzida da forma exata como foram registradas nas gravações das entrevistas, embora os nomes de algumas pessoas citadas tenham sido trocados por pseudônimos, por estarem envolvidos em assuntos constrangedores. A ordenação foi feita de acordo com a sequência da concessão das entrevistas.

5.1.1 Nair Pereira de Oliveira

Dona Nair nasceu em 18 de março de 1927, em Três Rios-RJ. Filha de João Pereira da Silva e Maria da Luz Pereira. Neta de Bárbara Firmino da Silva (ex-escrava) e Fernando Firmino da Silva - maternos e Manoel Caetano Pereira e Manuela Pereira – paternos. Moradora na Rua Fagundes Varela, 291 – Bairro Vila Isabel (Servidão Santa Terezinha).

Figura 1 – D. Nair Pereira de Oliveira no quintal de sua casa no bairro Vila Isabel



Eu tive oito irmãos. Já morreram todos. Só tem eu. Eu sou a quinta filha de 15 irmãos. Sete morreram ainda pequenos, oito criaram. Morreram com mais idade. Uns morreram com 44, 50 e o último com 70 e poucos anos.

Eu convivi com a minha família. Eu era bem pequena ainda, a gente morava perto da granja, meu pai tinha uma casa pequena, depois fez uma casa maior pra parte de baixo. Meus pais nasceram aqui e se criaram aqui mesmo.

Meu pai trabalhava na roça, depois na Central do Brasil. Trabalhava na roça pra casa mesmo. Trabalhava aqui na Vila, na roça e minha mãe ajudava ele. Ajudava a capinar também. Não sei como eles se conheceram. Eles se casaram somente no civil. Se conheceram aqui na Vila. As crianças também

ajudavam a fazer o serviço em casa e na roça, colher as plantas que plantavam...tudo agente ajudava.

Meu pai era uma pessoa boa, era um pouco nervoso, mas trabalhava muito, sempre trabalhou. Autoritário, exigente. Ele era guarda freio e viajava pra fora. Ia num dia voltava no outro, às vezes uns dois dias. Sempre assim. Nunca queria que faltasse nada em casa.

Minha mãe era uma pessoa muito boa, calma, obediente ao marido, antigamente a mulher era muito obediente, cuidava de casa e dos filhos. Sempre com filho pequeno. Cuidava muito bem dos filhos. Era carinhosa. Meu pai não gostou que os filhos saíssem pra trabalhar fora. Tudo ele fazia pra gente. Pra não faltar nada dentro de casa pra gente.

Eu nasci, morei até casar aqui. A granja só foi feita depois que o meu pai morreu. Meu pai sempre trabalhou na roça e na Central. Onde a gente morava era tudo nosso. Ele sempre trabalhou na Central, começou na soca, na linha e também na roça. Nossa casa era grande, tinha oito cômodos... 4 quartos, sala, cozinha, hoje a gente fala copa, mas de primeiro a gente falava sala de jantar, tinha despensa pra botar as coisas. Essa casa meu pai construiu, ele mesmo junto com os pedreiros. Ele juntava o dinheiro em todo pagamento que ia ganhando, guardando e ia construindo, fazia de adobe, não era de tijolo. Na casa que eu nasci, era barreada que tinha antigamente, de barro. Barro batido, pau a pique. Já tinha bastante filho e todos viviam lá. Quando fui morar na casa maior, eu já tinha de 4 a 5 anos. Aqui não tinha rua não, era uma trilha só pra gente passar, a gente mesmo que fez. Todo mundo passava por ali. Era uma trilha pequena. Do lado assim era mato e casas. Via as pessoas passar na rua, brincava na rua...de roda, de pular corda. Esse era o brinquedo da gente. Não tinha muito vizinho, era um aqui, outro lá longe, um distante do outro. Tinha as crianças da nossa casa. Brincava de boneca, fazia boneca de pano em casa.

Todo dia levantava, minha mãe fazia o serviço dela, ela é que cozinava, a gente não cozinava. A gente com uns treze anos ajudava a lavar roupa, varrer o quintal, arrumava a casa, fazia as tarefas de casa e ajudava na roça. Em casa todo mundo ajudava, todo mundo trabalhava.

Estudei numa escolinha da Vila, do Triângulo e na Escola Condessa. Estudei até a 4ª série. Naquele tempo era só até a quarta série. A primeira escola era numa casa grande, uma sala de aula, uma turma só, tinha um lugar

onde a gente brincava. Lá tinha rua perto da escola da Vila e do Triângulo. Formaram uma escola ali, as crianças estudavam. Minha professora chamava Geralda. Gostei mais da escola lá de fora. Eu gostava muito de estudar, mas minhas vistas não dá mais pra escrever. Minhas professoras foram a D. Dulce do Triângulo e D. Estela (pseudônimo) da escola lá de fora, parente do Néelson Borges (pseudônimo). A que eu mais gostei foi a D. Dulce, porque ela gostava muito das crianças, era carinhosa. Tinham crianças de outros lugares que estudavam lá, porque tinha pouco colégio.

Figura 2 – Documento do pai de D. Nair Pereira de Oliveira – Sr. João Pereira da Silva



Fonte: Acervo de D. Nair Pereira de Oliveira

Passei minha juventude aqui. A gente não saía pra lugar nenhum não. O pai da gente não deixava sair. A gente ia na missa com a mãe da gente. No carnaval via as escolas de samba passar. Quando eu tinha uns 10 anos já tinha escola de samba em Três Rios.

O meu primeiro namorado, eu casei com ele. Naquele tempo não deixavam namorar muito. Ele morava lá pra cima. Ele passava na rua, a gente via. Ele ia trabalhar na Central, eu via ele. Tinha os dias certos pra namorar. Namorei pouco tempo e casei em pouco tempo. Tive um noivado sem festa, sem nada. O namorado pedia os pais e pronto. O meu casamento teve doce,

bolo pequeno...não é como esses bolos de hoje em dia, jantar, muita comida. Casei no civil, em casa. Eu não perdia uma missa, eu era filha de Maria, mas nem sei por que não casei na igreja.

Tive seis filhos. Com o meu primeiro marido tive 3 e depois tive mais três com o segundo marido. Fiquei viúva com 22 anos, me casei com 16 anos. Ele morreu de anemia. Tinha 34 anos. Vivi com ele só 6 anos. Depois de 2 anos casei de novo. Conheci meu segundo marido aqui mesmo. Ele era de Minas, trabalhava lá em Petrópolis e fazia feira aqui. Depois fui embora, morar em Petrópolis. E minha família continuou aqui no mesmo lugar.

Eu nunca trabalhei fora. Meu pai não deixava e depois de casar não trabalhei também.

Quando eu me casei pela primeira vez, morei perto do Caça e Pesca. Hoje nem existe mais a casa. Ele fez a casa pra gente morar. O terreno era do meu tio.

Eu graças a Deus sempre tive saúde. Não lembro de nenhuma dificuldade.

Em Petrópolis, meu marido trabalhava com laticínio. Fiquei viúva pela segunda vez, mas quando ele morreu, eu já tinha largado ele e já tinha vindo embora pra cá.

Quando tinha festa perto do laticínio, no Natal, nós levávamos as crianças. Eles davam brinquedos pras crianças. Fiquei com 5 filhos, porque perdi uma menina.

Ele trabalhava lavando ônibus primeiro, nas garagens, depois entregando leite.

Quando voltei pra cá, voltei com os meus 5 filhos. Já eram maiores. Voltei e vim morar aqui nessa mesma casa. Recebi essa casa de herança do meu pai. Meu pai que fez.

Neste terreno tinha outros irmãos que moravam aqui (Thiago, Laureano, Manuela). Meus irmãos: Antonio, Thiago, Laureano, Manuela, Elói, Joaquim e Francisca.

Quando voltei, eu tinha uns 42 anos. Tinha outras pessoas morando, fizeram a rua, a rua passou por dentro das terras do meu pai. As pessoas iam comprando os terrenos, nossos, dos meus irmãos. Já não tinham mais as roças. Mas ainda não tinha luz e nem água. A água era de poço.

Figura 3 – D. Nair Pereira de Oliveira na porta de sua casa no bairro Vila Isabel



Eu fui ficando aqui, meus filhos foram para as escolas. Não estudaram muito, mas estudaram. Uns estudaram em Petrópolis. Voltaram tudo grande.

A cidade mudou alguma coisa. Foram fazendo mercado, porque não tinha, foram mudando tudo. A igreja mudou de lugar.

Dos meus irmãos só tem eu. Moram aqui sobrinhos, cunhadas, meus filhos. Eu moro aqui com as minhas 2 filhas, netos e meus bisnetos pequenos. Nenhuma casou, as que estão aqui. Só uma casou e foi embora daqui. Meu filho Aurélio mora aqui do lado, com a mulher e dois filhos solteiros dos quatro que teve. Meu outro filho morreu, que morava aqui do lado.

Das terras do meu pai o que sobrou foi a casa do Aurélio, essa casa daqui. E a casa aqui do lado, do meu outro filho. Eu herdei muitos terrenos e fui vendendo. Antigamente quando precisava vendia. Era bastante terra.

Minha avó arrendava as terras junto com o meu avô, depois ele morreu. Minha avó arrendou uma grande parte da terra para o Benedito Boi e o homem ficou com tudo. Parou de pagar e foi no cartório e registrou no nome dele. A gente, quando era criança, escutava. Ela não tinha nenhum papel. Nunca reclamou na justiça, nem ninguém da família. Não tinha como reclamar, todo

mundo confiava na palavra. Toda aquela parte de cima da Morada do Sol até fazer rumo com a Rua Direita, tudo era da minha avó. Ela não conseguiu de volta. Teve só esse caso, o pedaço maior foi esse que ela perdeu. O restante ela ficou.

Depois que ela morreu, ficou para os filhos.

Continuo fazendo trabalho dentro de casa. Em Petrópolis, lavei roupa pra fora, pra ajudar. Aqui não.

Figura 4 – Escritura dos terrenos de D. Nair Pereira de Oliveira no bairro Vila Isabel



Fonte: Acervo de D. Nair Pereira de Oliveira

Quando estou bem, lavo uma roupa. Gosto de capinar. Está cheio de mato e eu queria limpar, mas não estou conseguindo limpar.

Meu sonho agora era poder arrumar a minha casa, fazer uma limpeza nela, ela está bem cavucada.

Na minha vida não queria mudar nada. Quero viver com meus filhos, netos, bisnetos, gosto muito deles, pra mim eles são tudo.

Antigamente a gente não se metia nas coisas de pai e mãe. Pra minha avó receber as terras foi bom, pra ela foi muito bom. Ela plantava as roças dela, tinha frutas na casa dela, ela tinha as terras dela. Ela morou e morreu na casa dela. As terras ajudaram pra nós, mas sei lá.

A gente se sente bem contando a história. Pra mim graças a Deus tá tudo bem, estando todo mundo com saúde, reunida aí. A família tem dia que briga, mas é assim. Meus filhos sempre foram bons pra mim. Nunca falaram um palavrão perto de mim. Eu também com a minha mãe era assim, mas hoje está tudo mudado. O modo de viver já está tudo diferente.

Figura 5 – Área dos terrenos de D. Nair Pereira de Oliveira no bairro Vila Isabel (escritura)



Fonte: Acervo de D. Nair Pereira de Oliveira

Eu nunca fui no baile do Grupo dos Treze. Eles ajudaram e ajudam até hoje. Foi muito bom. Alguma coisa de bom eles estão fazendo. Mas não sei como eles surgiram não. Eu não tenho muito envolvimento com o grupo. Desanimei com os bailes.

Desculpe alguma coisa...se eu não falei certo.

Figura 6 – Terrenos de D. Nair Pereira de Oliveira no bairro Vila Isabel (escritura)



Fonte: Acervo de D. Nair Pereira de Oliveira

5.1.2 Aurélio de Oliveira

Nasceu em 31 de março de 1944, em Três Rios – RJ. Filho de Manoel de Oliveira e Nair Pereira de Oliveira. Neto de João Pereira da Silva e Maria da Luz Pereira (maternos); José Maria de Oliveira e Euzébia da Conceição de Oliveira (paternos).

Tive 6 irmãos. O que eu sei da origem da minha família é que eles são descendentes de escravos. Viveram aqui, na colônia, hoje bairro de Vila Isabel. E meu avô além de ferroviário era um pequeno agricultor, tinha uma pequena lavoura, criava alguns animais e isso era mais pra consumo. Eu estava sempre em contato com a minha avó, que era meiga, carinhosa e ela fazia um excelente feijão. Eu via as pessoas ordenhando vacas. Ela contava algumas histórias...Algumas pessoas iam lá comprar leite. As verduras era pro gasto de casa. Ela nunca contou a história de escravos não. Ela gostava de contar estórias mirabolantes, lendas. Mas não lembro das estórias. Ela uma vez cochilou contando uma estória e depois não sabia contar o resto. Sou filho do

primeiro casamento e não me lembro do meu pai. Eu tinha apenas 5 anos quando ele morreu. O meu padrasto João que me criou, trabalhava numa empresa de ônibus e eu levava comida pra ele algumas vezes. Ele encontrava objetos de valor nos ônibus. Encontrou um relógio de ouro maciço uma vez.

Eu vim para Três Rios antes da minha mãe. Vim fazer um serviço de experiência. Quando ela veio eu já estava aqui. Trabalhava no Triângulo, onde é a UPA. Ali era um depósito e eu morava no anexo desse depósito. Eu era solteiro. Às vezes dormia aqui na casa de parentes.

Minha mãe é ótima pessoa, não mede sacrifícios, faz coisas até demais. Faz coisas que outros talvez não faria. Dava muitas palmadas, apanhava muito. Antigamente era assim. Era muito festeira. Adorava um baile. Ela pegava a gente e rodava a cidade atrás de um baile. Ela era alegre. Vivía a vida numa boa.

Daqui lembro que primeiro nós moramos numa casa pequena, perto da casa do falecido vovô mesmo e fomos depois para a entrada do Cariri. Lembro um pouco da casa de Petrópolis. Era uma casa geminada. Parede e meia. Lembro do vizinho, Ademar, que trazia pão gostoso da padaria aonde ele trabalhava. Me dava bem com os filhos dele também. Tenho uma lembrança boa.

Me marcou mais a minha vida em Petrópolis. Tudo era mais movimentado. Achei melhor ter ido pra lá.

Brincava de bola de gude, futebol, soltar pipa.

Levantava com aquele frio, Tomava café, ia para o colégio, fazia os deveres, às vezes de má vontade. À noite ouvia programas de rádio, novelas, um seriado muito bom chamado “Jerônimo, o herói do sertão”, dormia cedo, 8, 9 horas já estava todo mundo dormindo.

Estudei o primário até a quinta série, depois fiz déia, fiz cursos profissionalizantes. Curso Técnico, fiz tudo isso enquanto trabalhava.

Estudei na Escola Nossa Senhora do Sion. Era uma escola de freiras. Uma parte para pessoas de posse e outra pra pessoas pobres. Era gratuito. Era um prédio enorme. Tinha capela e igreja. Aprendemos religião, fiz primeira comunhão. Nas missas, auxiliava nas missas, coroinha. Foi minha única escola. Lembro de uma professora Nilda. Ela me marcou porque gostava muito de mim. Ela me dava reforço. Tinha muito carinho e paciência comigo.

Eu vim pra cá com 21 anos. Antes de vir pra cá, lá em Petrópolis, eu ia em cinema, saía no carnaval, rodava Petrópolis inteira na madrugada, ia num clube aqui, outro ali. Aqui em Três Rios, em termos de diversão, ia no cinema, futebol, bailes. Tinham vários times de várzea. Aqui na Vila tinham dois times. Aqui tinha o Colônia...Rodávamos tudo. Cantagalo, Moura Brasil...

Eu tive várias namoradas. Principalmente quando vim pra cá. Tive uma namorada a Rosa, que eu me lembro mais por conta de algumas circunstâncias da vida.

Minha esposa veio trabalhar aqui e nos conhecemos. Ela trabalhava de doméstica. O noivado foi com a patroa dela que nos levou em Além Paraíba com a família dela. Teve um almoço na casa da mãe dela. Fiquei uns 6, 7 anos namorando. Casei na Igreja de São Sebastião. Não fizemos festa. Só bolo e champanhe na casa da patroa dela. Tive três filhos com ela e um anterior a ela. A qual me relaciono pouco. Tive com ela (Márcia) há pouco tempo e disse que ela pode contar comigo. Tenho uma filha casada. Tenho dois filhos solteiros que moram aqui.

Meu primeiro trabalho foi numa firma chamada Produtos Alimentícios Flayshman Royal, firma muito conhecida, em Petrópolis. Comecei com 15 para 16 anos, primeiro como aprendiz e terminei como encarregado. Trabalhei 30 anos, me aposentei lá. Vim pra Três Rios e fiquei onze anos, mas depois terminei meu tempo de serviço em Petrópolis mesmo. Tinha alguns problemas de relacionamento com colegas, talvez por inveja, por estar crescendo na empresa e outros pensavam que estava tirando a oportunidade deles. Com o patrão em si nunca, por sinal nunca conheci, pois era uma empresa grande. O local de trabalho era muito bom. Tínhamos um departamento de esporte com futebol, vôlei e praticava esses esportes porque sou alto e meus filhos participavam também. Nas festinhas também levava os meus filhos. Eu morava a dois minutos do trabalho. Entrava lá e mostrava a empresa para os meus filhos.

A minha filha é professora formada e os meus filhos são técnicos de contabilidade e em computação. Trabalham em escritórios de contabilidade.

Recebia meu pagamento quinzenalmente na própria empresa, depois passei a receber via banco. Não me lembro de nenhuma crise, nunca meu pagamento atrasou um dia sequer.

Com o Grupo dos Treze passei a me envolver há pouco tempo, quer dizer quando já estava quase me aposentando, já fazia parte. Onde era a APAE agora, trabalhávamos lá. Trabalho Social. Quem me chamou foi o Hélio Fumaça, o Waldir “bola branca”, que tem uma loja do outro lado da cidade e o Walter Jerônimo. Me procuraram porque sou filho de uma família ilustre da cidade que deveria fazer parte do grupo. As nossas reuniões eram no “Quem é bom não se mistura”, na Jaqueira, pois não tínhamos sede. Desde que entrei não saí mais.

O espaço de hoje tem mais ou menos uns 10 anos.

Figura 7 – Lei Municipal reconhecendo a “utilidade pública” do movimento comunitário Grupo dos Treze



Fonte: Acervo do Grupo dos Treze

O grupo foi fundado porque antigamente morria alguém aqui na Vila Isabel era um problema pra enterrar. Posteriormente a prefeitura atendeu através da Assistência Social. Tivemos uma participação no Sase, um posto de saúde, pois estava praticamente abandonado. Com o governo do Raleigh Ramalho ficamos administrando e depois mudou a política e a parceria terminou. Arrecadamos do sócio uma pequena quantia que é destinada à assistência de saúde e para os enterros. No Sase acabamos utilizando a renda do Clube dos 13.

Atendemos pouca coisa hoje na nossa sede, com somente dois médicos. Não temos muitos sócios mais. Ficamos mais com atividade cultural. No espaço do clube fazemos serestas, alugamos para festas, mas continuamos ajudando em enterros quando alguém precisa.

A nossa déia era fazer um ambulatório médico, naquele espaço, queríamos fazer também um “mini SENAI”, mas está difícil.

A cidade modernizou muito, aos poucos, mas desenvolveu muito. Tem muitas fábricas boas aqui, a Beira Rio melhorou. Aqui na Vila Isabel nem asfalto, nem calçamento tinha, quando chovia nem ônibus passava. Teve até agência bancária, pessoas de classe média mudaram pra cá.

Quanto ao busto da “Mãe Preta”, não sei contar não, quem pode te falar bem é o Hélio.

Quanto ao futuro eu gostaria que meus filhos tivessem um emprego melhor. Tem bons empregos, mas não tem excelentes empregos. Não só para os meus filhos, mas para todos.

Não querendo ser egoísta...mas queria isso para os meus filhos.

Eu se pudesse mudar algo, eu gostaria que tivesse mais amor e união entre os meus filhos, porque infelizmente eles são muito desunidos, um não gosta deste, o outro não gosta do outro.

Eu gostei de contar a minha história porque achei bacana, uma válvula de escape.

Acho legal quererem saber da vida de pessoas simples, valorizando as classes menores.

Eu fico envaidecido com isso porque a gente contribui pra melhorar alguma coisa.

(Não quis tirar foto, dizendo que a mãe dele é que deveria ser fotografada).

5.1.3 Hélio Silva

Nascido em 26 de junho de 1946, em Três Rios-RJ. Filho de Geraldo Silva e Altina Rosa da Silva. Neto de Maria Rosa (materno).

Tenho 8 irmãos comigo. Francisco, Silvio, José, João, Maria Serrat, Vera Lúcia e Carlos Roberto.

Figura 8 – “Prêmio Mãe Preta” ao Grupo dos Treze “pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Vila Isabel”



Fonte: Acervo do Grupo dos Treze

A minha família é traçada. A avó da minha mãe é da Itália, veio num navio cargueiro, a avó da minha mãe era italiana; meu pai era mineiro, de família escrava, meu bisavô era escravo em Minas, ali em Mathias Barbosa, Simão Pereira, trabalhavam naquelas fazendas antigamente e a mãe do meu pai era baiana.

Meu pai era lavrador, minha mãe era doméstica. Trabalhava em casa pra ajudar meu pai. Era lavrador na Fazenda Sto Antonio, aqui em Três Rios, trabalhou lá durante 40 anos. Depois trabalhou em outra fazenda aqui em Três Rios, onde morreu trabalhando como lavrador, de derrame cerebral.

Minha família não se abria em muita coisa pra gente, o pessoal do passado era meio seguro, muito reservado.

Igual ao meu pai nessa terra era difícil, era trabalhador, se dedicava à família, criou 8 filhos, trabalhando em lavoura, roçando pasto, matando formiga, cortando lenha e ainda conseguiu construir uma casa pra gente na Vila Isabel, comprar um terreno e fazer uma casa. Ele deixava de comer pra dar as coisas pra gente. Meu pai era um moreno fechado, olhos verdes, meio puxado dos baianos e muito trabalhador.

O avô da minha mãe era descendente de índio, tinha o cabelo pretinho. Eu tenho primo de 70 anos com o cabelo pretinho, minhas tias todas também. Minha mãe tinha o cabelo longo e preto. Ela costurava pra fora. Na fazenda tinha muito café, apanhava café, caía no chão e a gente quando era criança, pegava o café no chão e trazia pra casa.

Quando nasci morávamos na Fazenda Sto Antonio. Até hoje sonho com a casa. Uma casa modesta, de chão, tinha fogão à lenha, em volta da casa tinha um paiol de milho, tinha muita criação, porco, galinha, meu pai fazia plantação de milho, feijão. A casa era dentro da fazenda. O fazendeiro tirava um pedaço de terra e separava para os colonos na época. Era quase um alqueire de terra. O dono era o Seu Carlos Simão Louro.

Dessa casa nós viemos aqui para a Vila Isabel. Aqui na Vila Isabel, na rua onde eu morava, nós éramos uma das famílias mais pobres. De 52 para 54 aqui na Vila, aqui em Três Rios, tinha muitos ferroviários. E nos dias do pagamento, eu via que eles faziam compra e compravam manteiga. Comiam pão com manteiga, que a manteiga saía até entre os dedos. E a gente não tinha dinheiro pra comprar uma rosca. A rua que eu morava tinha só ferroviário, o único que não era, era o meu pai, que tinha comprado uma casa pra gente. Ele foi trabalhar em outra fazenda. Naquela época os maiores investidores que existiam eram os fazendeiros. Os fazendeiros faziam assim, se você era casado, da roça e tinha 8, 10, 12 filhos, viravam tudo empregados da fazenda. Como os meus irmãos foram crescendo e foram saindo, o fazendeiro não gostava das pessoas que nasceram na fazenda, se formaram na fazenda, saíssem das fazendas. Meu pai pra não cortar a carreira da gente, saiu dessa fazenda, foi vendendo galinha, ovos, porcos, pra fazer essa casa pra gente. Quase todos chefes de família que moravam na roça e vieram pra cidade, não foi por causa dele, foi por causa dos filhos. Ele foi trabalhar então numa fazenda do Seu Baiano que já acabou também, que era na Boa União e que fazia cachaça. Ele não se importava que ele trabalhasse e os filhos não, porque meu pai não morava na fazenda.

Na infância, quando era moleque de rua, brincava de bater carniça, pique. Teve uma diferença muito grande de quando eu morava na fazenda. Porque na fazenda a gente morava tudo distante. À noite, pra você chegar numa casa, era muito difícil. Já aqui na Vila era muito fácil. Era uma casa perto

da outra. Era tudo pertinho. A criançada brincava na rua escura, não tinha luz aonde a gente morava. A luz veio depois.

Meu pai levantava de manhã, fazia o café, chamava todo mundo pra trabalhar, e aí que ele ia embora pro serviço dele. À noite, quando ele voltava da fazenda...era uma vida pesada, ele trazia um pau que vinha nas costas, um feixe de lenha pra dentro de casa, pra diminuir a despesa e minha mãe costurava pra ajudar meu pai.

A minha irmã mais velha fazia comida. Os meus irmãos foram crescendo e foram trabalhando.

Estudei até a quarta série, porque naquela época o patrão mandava você escolher, se queria trabalhar ou estudar. Você olhava pra trás e via a situação em casa, você tinha que trabalhar, como é que ia estudar? Quase todo mundo era assim.

A minha primeira escola foi boa. Era na roça, perto da Estação de Fernandes Pinheiro. Andava de pé no chão, calça rasgada, calça de saco. Comia broa de milho. Era assim a nossa vida. Era uma sala só, com duas turmas. Uma escola pequena. Tinha pátio.

A professora mais marcante foi a Dna Dalva, ela morava aqui fora. Ela era muito brava, mas dava atenção à gente. Então, o pouquinho que eu aprendi, aprendi com ela.

Passei minha juventude aqui. Gostava de futebol, pois podia fazer e não pagava nada. Ia jogar no Campo Grande no Rio. Joguei em vários times em Três Rios, mas sofri um acidente e tive que parar.

A minha primeira namorada... o pai dela obrigou ela a namorar um funcionário da Rede Ferroviária.

Tenho três filhos. Me casei com uma mulher que me ajudou muito. O pai dela era ferroviário e falou para eu entrar na Central do Brasil, quando a pedi em casamento. Não teve festa no meu noivado. No dia que estava marcado o meu casamento, foi o enterro do meu pai. Desmarquei e casei seis meses depois. Tenho 2 filhos e uma filha. Trabalhei numa tinturaria, foi meu primeiro emprego. Um colega arrumou pra mim.

Da turma toda o mais pobre era eu. Com o tempo achei que não era trabalho de homem. Fui trabalhar numa oficina, de serralheiro. Minhas roupas eram velhas, remendadas. Dos meus colegas também. Trabalhei lá uns dois

anos, depois fui para outras serralherias, para outros lugares. Até ir trabalhar na COMAFER, durante 14 anos. Quando faliu, eu saí, me chamaram pra trabalhar em outras cidades, mas não fui não. Completei meu tempo aqui em Três Rios. Paguei meu tempo de serviço como autônomo e me aposentei. Montei minha própria serralheria. No início, passei até necessidade para pagar o INPS. Minha mulher trabalhava para me ajudar. Trabalhava com costura.

Em 1992, comecei com o Grupo dos 13. Sempre tive vontade de ajudar alguém, mas não tinha situação financeira. Com um amigo comentei sobre a associação de moradores. Resolvi então montar algo aqui na Vila, pois era uma comunidade grande que precisava de ajuda. Formamos um grupo com treze pessoas para ajudar os outros.

Sempre ajudamos os menos favorecidos. Remédios, sepultamentos, obras em escolas (municipais e estaduais), no cemitério... o Grupo ajuda a melhorar as instituições da comunidade. Até hoje, quando nos pedem ajuda, damos a ajuda.

A comunidade sempre foi pobre e a maioria negra.

O grupo criou uma caixa de ajuda, com contribuições. Todo final do mês muitas pessoas ajudavam, quando era necessário, usávamos o dinheiro. Ajudamos até pessoas de outros bairros. A credibilidade do grupo é muito grande.

Compramos a sede em 2004-2005. Moacir Saraiva era o dono do terreno. As terras daqui era dos Caetanos.

Quando a condessa deu as terras pros escravos, eram uns dez donos. Na década de 50, os brancos da ferrovia foram comprando as terras. Comerciantes compravam. A colônia não deu certo. Os posseiros quando conheci, só queriam andar bonitão. Arrendavam uma quadra, mas os arrendatários iam registrar as terras nos nomes deles. Conheci uns 5 ou 6 escravos, ou até mais. Andavam tudo alinhado, eram os posseiros. Quando mudei, tinha muita roça, canavial, que faziam cachaça. Os velhos conversavam e nós não chegávamos perto. Era muito difícil chegar numa sala de adultos e ouvir as conversas. Muitos descendentes não sabem da história, porque não era passado pra eles.

Nos fins de semana, a sede do grupo funciona com festas, nos dias de semana existem promoções como dança, capoeira, pintura, etc.

Figura 9 – Destaque do ano de 2004 ao “Movimento Comunitário Grupo dos Treze”



Fonte: Acervo do Grupo dos Treze

Figura 10 – Sede do Grupo dos Treze no bairro Vila Isabel



Figura 11 – Sede do Grupo dos Treze (à esquerda, o Sr. Hélio Silva)



Gostaria de promover cursos profissionalizantes para os jovens, mas não temos dinheiro pra isso. Temos espaço, mas não temos como investir.

Meu maior sonho é fazer um “SENAI”. Se eu formasse dez jovens, nunca mais ninguém tiraria isso deles. Mas não queremos nos envolver com política.

Não mudaria nada na minha vida. De onde eu vim e como eu estou...

Meus filhos estão bem...tenho cinco netos...estou bem. Só preciso de saúde. Gostei muito de contar a minha história, um pouquinho da vida de um caipira.

Entre na Vila, de calça de saco, camisa de saco...e hoje estou aqui conversando com você, contando a minha vida. Estou me vendo indo pro colégio e estou aqui contando a minha vida. (Não quis posar para a fotografia).

5.1.4 D. Maria da Glória Cerqueira de Carvalho

Nascida na Jaqueira. Nome do pai: Feliciano Cerqueira de Carvalho e da mãe: Palmira Rosa. (Nem ela e nem a filha sabem os nomes dos avós).

Não sei quantos irmãos tinha. Sabino, Norival...(Sr. Hélio diz que eram oito com ela).

Figura 12 – D. Maria da Glória Cerqueira de Carvalho e sua filha Ângela Maria em sua casa no bairro Vila Isabel



Nascida na Jaqueira. Nome do pai: Feliciano Cerqueira de Carvalho e da mãe: Palmira Rosa. (Nem ela e nem a filha sabem os nomes dos avós).

Não sei quantos irmãos tinha. Sabino, Norival...(Seu Hélio diz que eram oito com ela).

Morava aqui pertinho. Meus pais trabalhavam na roça aqui pertinho. Esqueci do casamento deles.

Meu pai era muito alegre, trabalhava até tarde, à noite. Gostava de tocar acordeon, velhinho, ele tocava direitinho. Todo mundo ria quando ele tocava. Eles não brigavam. Minha mãe era alegre, dançava e a gente ria muito, sabe.

Nós morávamos naquela casinha ali embaixo. Tenho quatro retratos que estão com a minha filha. A casa era de sapé, parede de barro. Tinha sala, não lembro quantos quartos. Tinha um quintal bom, era uma chácara. Não tinha rua. Tinha plantas, manga, quintal era grande. A gente fazia umas trilhas para passar. Tinha algumas casas em volta, filhos e filhas moravam ali. À noite passeavam, iam em baile.

Quando era criança brincava, fazia boneca em casa.

Figura 13 – Sr. Feliciano Cerqueira de Carvalho (de chapéu, terno e bengala, ao centro) em suas terras no bairro Vila Isabel



Fonte: Acervo do Sr. Hélio Silva

Eu acordava primeiro pra fazer café, trabalhava muito. Plantava horta, capinava e minha mãe trabalhava muito. Dizia pra ela não trabalhar tanto que ela ia ficar doente. Ela dizia que não. Plantávamos para nós. Sobrevivíamos da roça. Todo mundo tinha roça, parreira de chuchu. Não levávamos para o centro de Três Rios.

Não estudei, não tinha nem rua pra ir. Até chorava porque queria aprender. Minha mãe tinha medo de deixar a gente ir. Tinha cachorro bravo.

Passei minha juventude aqui. Saía com minhas irmãs à noite. Ia no baile com meu irmão mais velho. O baile era nas casas de outras vizinhas. Meu pai já estava muito velhinho e só tocava em casa, não nos bailes. Eu sei das músicas que tocava, só não lembro pra cantar, estão na ideia.

Meu primeiro namorado, casei com ele. Tinha 20 anos quando casei. Conheci num baile. Teve noivado com festa, foi na minha casa. Teve bolo, muita coisa. Teve almoço. Casei na igreja em Três Rios, aqui na Vila. Tive uns 10 filhos. Casei uma vez só.

Depois trabalhei muito, lavava roupa pra fora, trabalhava cantando. Lavava, passava...tudo aqui na Vila. Cuidava dos filhos e da casa. Não mais da roça. Depois parei de lavar, quando meu marido passou a ganhar melhor. Ele era ferroviário. O nome dele era João de Oliveira. Ele voltava todo dia pra casa. Eu costurava também.

Depois que casei continuei morando aqui no mesmo lugar. Este lugar era muito grande.

Figura 14 – D. Maria da Glória Cerqueira de Carvalho e sua filha Ângela Maria na varanda de sua casa no bairro Vila Isabel



(Quando perguntada sobre as terras, se pertenciam à condessa, ela e a filha dizem que não sabem. A Neuza, a outra filha, sabe que foi. A que estava com ela, nunca ouvira falar)

Muita coisa mudou. Agora ficou muito melhor. Tem rua, tem ônibus, tem televisão. Acho muito melhor agora. Posso ir na igreja.

Eu queria ser conforme eu era, pra fazer muita coisa que fazia antes.

Não volta mais.

Lembrar da minha vida foi bom, não foi ruim não. Minha filhas conversam mais sobre isso.

Figura 15 – Sr. Feliciano Cerqueira de Carvalho em suas terras no bairro Vila Isabel



Fonte: Acervo do Sr. Hélio Silva

5.1.5 Sr. Valdir Neves de Lima

Nascido em Tristão Câmara, distrito de Petrópolis. Hoje, São José do Vale do Rio Preto, em 07 de outubro de 1930. Filho de Manoel Dias de Lima e Galdina Neves de Lima. Neto de Antonio Paulino de Araújo e Rita (paternos) e Manoel de Lima e Tereza (maternos).

Tive 5 irmãos, o mais velho é falecido. Tenho mais três irmãs. Uma mora em Juiz de Fora, uma aqui em Três Rios e outra em Paraíba do Sul.

Minha família, a parte de meus avós paternos veio de Ilhéus; e a parte da minha mãe, não tenho certeza, mas dizem que veio de um lugar que pertencia à Portugal. Meu avô materno era descendente de negro.

Meu pai trabalhava com meu avô num armazém em São José, depois progrediu e meu avô comprou uma fazenda em Paraíba do Sul. E meu pai tomava conta da fazenda.

Meus pais eram vizinhos em São José, quando se conheceram, namoraram e casaram.

Meu pai morreu quando eu tinha um ano e sete meses, de desastre de cavalo. Minha mãe estava grávida da minha irmã mais nova. Meu pai me fez muita falta. Minha mãe foi uma heroína. Casou pela segunda vez, tinha que casar, com 5 filhos e foi uma luta muito grande, que eu participei. Meu padrasto era boiadeiro e com 7 anos comecei a acompanhar ele na jornada de tocar boiada. Não sei se é porque gostei, não sei por que, consegui seguir e dar certo. Com 8 anos já tocava alguma coisa sozinho. Vivi nessa luta muitos anos. Mudamos muito. Quando meu pai morreu voltamos para São José. Quando minha mãe casou novamente, mudamos para Areal, depois Alberto Torres, Paraíba do Sul, onde estudei no Bezerra de Menezes. Mudávamos muito, porque meu padrasto fazia muitos negócios. Vim em 1942 para Três Rios, morei do outro lado do rio; Caixa D'Água e depois viemos para a Vila Isabel, antiga Colônia.

Minha mãe costurava, era uma luta, trabalhava muito. Moramos em frente ao cemitério. Nessa época estava com 16 anos. Moramos numa casa comum, com varanda, dois quartos, tinha quintal. Era um alqueire e meio mais ou menos. Compramos do Sr. Pacheco que tinha um açougue.

Quando nós viemos e conheci a Vila Isabel, alugamos pasto lá no fim da Vila, então já conhecia isso tudo. As ruas eram trilhas pra passar boi e carroça. Alugamos pastos, pois tínhamos muitos bois. Mandava boi pro Rio e tudo.

Quando moramos na rua de La Torno, tínhamos um sítio perto do cabaré, com uma vista privilegiada, o rio era cheio total, perto onde hoje é a ilha do Sola. Pertence ao bairro Triângulo hoje.

Tinham muitos sítios aqui.

Figura 16 – Sr. Valdir Neves de Lima e sua esposa, D. Ana



Estudei muito pouco, muito picado, mudamos muito, meu padrasto era muito exigente, muito rígido, e não parava empregado em emprego nenhum. Eu que tinha que segurar tudo. Estudei até o primário. Completei na Condessa do Rio Novo. Dona Alva era a diretora, ela foi a primeira vereadora aqui. Era uma pessoa especial. Se não fosse ela, teria ficado talvez analfabeto. Chegava sempre atrasado. Um dia ela me chamou e perguntou o que estava acontecendo. Eu disse: “- Dona Alva, eu acordo quatro horas da manhã, vou tirar leite, entrego na rua, casa por casa.” Vendia meia garrafa naquela época. Veja como as coisas eram difíceis. Dali eu ia para o colégio. Para estudar à noite era difícil, porque estava muito cansado à noite. Fazia serviço de um homem ou dois. Vendíamos leite por uma temporada. Depois a gente vendia a vaca. Falei com Dona Alva que teria que parar de estudar. Ela disse: “Absolutamente. Pode continuar.”

Não tinha tempo pra brincar. Bola só jogava no colégio. Fazia esporte, educação física no colégio. O colégio fazia competições: corrida, pular obstáculos e tinha uma bola que passávamos embaixo das pernas. Gostava da

disciplina. Jogava uma peladinha de vez em quando. Eu tinha muita velocidade, muita destreza.

Quando chegava em casa, era só pra dormir.

Continuando sobre a Dona Alva, ela me deixou estudar e mandou que eu lesse jornal. Ela disse: “- Quando você estiver viajando, compra um jornal e leia aquilo até entender. Se achar um jornal, leva pra casa.” Nunca mais esqueci isso. Porque a leitura é muito importante e acabei desenvolvendo mais no comércio.

Em Paraíba, me lembro da professora Dona Madalena, do pessoal do Alpes Cunha, no Bezerra de Menezes. Fazia esporte, teatro na escola também. Depois vim pra cá e estudei no Condessa. O prédio era no Fórum antigo, atual Casa de Cultura. E tinha um terreno grande perto, onde jogávamos pelada. Depois construíram o colégio e passamos pra lá.

Minha juventude era só trabalhando. Trabalhava até nos sábados e domingos. Gostava de ir nos bailes de sanfona, de terreiro, aqui na Vila, quando tinha. Tinha o caxambu. Os bailes eram de aniversários, dia de São João, Santo Antonio. Era tudo lá na casa do João Caetano (João Pereira). A família dele vinha para os bailes. Depois, pararam de vir. Parecia que ele tinha muitos inimigos. E muitos brancos participavam.

Minha primeira namorada era de Santo Antonio. O nome dela era Rosilda Quintela. Depois foram só namoros rápidos. Namorei bastante, dancei bastante.

Sou casado pela segunda vez. Com a primeira tive três filhos. Com a segunda esposa tive um filho. Tenho 43 anos de casado.

A família de minha segunda esposa era conhecida. Tinha 38 anos quando casei e namorei durante 7 meses. Como eu era desquitado, nos casamos na Igreja Brasileira, igreja católica, no Rio. O pai dela não aceitava, porque eu era desquitado. Depois de cinco anos, saiu o divórcio.

Meus filhos se chamam: Valdir Júnior, Rosane, Rosângela e Douglas.

Quando era boiadeiro, aprendi muito rápido a trabalhar. Gostei logo de início. Com oito anos fui à fazenda da Realeza buscar oito cabeças de boi, sozinho. A dona da fazenda comentou na época, que meu padrasto não tinha juízo, pois eu podia cair, me machucar. Mas fui com a maior satisfação. Levantei de madrugada e pra mim foi uma vitória. Daí pra frente fui apanhando

conhecimento, gosto. Na ponte do Lucas passavam as boiadas, o gado bebia água, e lá conheci os Avelinos e os portugueses.

Negociávamos o gado, muitas vezes vendemos para Santa Cruz, era o principal cliente. Mas vendíamos também para açougues. Trabalhei até os vinte anos como peão boiadeiro, pois sofri um desastre e machuquei a perna.

Um dia, meu padrasto mandou que eu matasse um boi, e eu não gostava de matar. Mas fiz tanta força que a cicatriz abriu novamente. Tive que operar, e quem pagou a minha cirurgia foi o meu avô. Então vi que tinha que parar. E depois que eu parei, o meu padrasto não conseguiu continuar.

Eu procurei o meu avô e pedi apoio a ele. Meu avô disse que já estava na hora de fazer outra coisa, pois aquilo não tinha futuro nenhum. Mas não sai antes, porque eu achava que deveria ficar com a minha mãe, ajudar a criar meus outros irmãos. Mesmo ela sendo casada, eu achava que devia ficar protegendo a minha mãe. Eu era mais novo que o meu irmão, mas ele casou muito novo e tinha família. Minha mãe morreu aos 103 anos.

Fiquei com meu irmão durante um período até me ajeitar.

Nesse período, eu conheci um alfaiate, Sr. Geraldo Gomes, pois tinha ido mandar fazer um terno pra mim. Conversando com ele, perguntei se demorava muito a aprender a fazer aquele trabalho. Ele me respondeu que dependia da pessoa. Uns demoravam um ano, outros dois ou até três, dependendo da força de vontade. Ele me disse que se eu ficasse um mês lá, ele me ensinava. Com um mês aprendi bastante e depois de um ano, eu já era oficial. Mas ele bebia muito e não deu certo. Fiquei um tempo, mas depois sai. Chegamos a ir juntos para Paraíba do Sul e morava com ele. Meu avô me emprestou um dinheiro e investi no negócio, mas ele não me pagou. Ele me ensinou tudo de alfaiataria. Depois ele parou de beber, entrou para uma igreja e se regenerou. Depois fui trabalhar com o Sr. João Leal, alfaiate. Trabalhei uns dois anos com ele e morava na alfaiataria. O dono do cômodo era o Dr. Alencar, um dentista.

Depois vim para a Vila e abri a minha alfaiataria. Minha mãe se separou do meu padrasto e no lugar onde ele tinha açougue, o meu avô comprou para a minha mãe e o espaço estava vazio. Ali eu abri a minha própria alfaiataria, atrás do açougue, num rancho atrás, nos anos 50. Graças a Deus, ali fui subindo, subindo. Trabalhei depois no Correio que abriu aqui mesmo na Mãe

Preta, ideia de alguns vereadores, a partir de 1959, tomava conta no início sem ganhar. Os comícios começavam na Vila, aqui em frente. Então conheci os políticos da época. Ganhava dinheiro como alfaiate. Desenvolvi e construí o primeiro prédio da Vila, de dois pavimentos (1956-1957). Fiz tudo dentro das normas, pedi instruções ao cartório. Conheci o João Silveira e Bernardo Bello, que me instruíram. Depois veio a farmácia e a padaria já estava progredindo também, aqui perto.

Trabalhei muito mesmo como alfaiate, 16 a 18 horas por dia. Na época tinha a fábrica Amazonas e fazia ternos pra toda Três Rios.

Mas depois foi ficando cada vez mais difícil ensinar o ofício, ficou proibido ensinar às crianças e tudo foi mudando. Aposentei nos Correios, pois depois passei a ter salário.

O primeiro esgoto da Vila foi feito aqui no meu terreno, liberei para passar aqui. Não tinha rua calçada, era tudo de chão. As construções eram muito simples. Comprei as três esquinas com o tempo. Recebi uma parte da mamãe, outras ela me vendeu.

Na esquina tinha um colégio, uma mercearia e uma barbearia; na outra esquina era o clube Vila Nova. Fiz isso tudo com muito sacrifício. E gosto de construir, tudo aqui eu planejei.

Depois da revolução, eu fui trabalhar lá no centro de Três Rios.

Quando aposentei foi proporcional e saí porque vi que aquela não era a minha praia.

Nos anos setenta comecei com o comércio de materiais de construção, pois gostei muito quando estava construindo.

Antes, tive também um barzinho, onde fiquei por 8 anos, trabalhando com minha esposa. Meus filhos também tinham obrigações no bar. Minha esposa ficava na cozinha e tinha também mesa de sinuca. Só que ficamos muito cansados, por isso abrimos loja de materiais de construção. Hoje, são duas lojas de materiais de construção, de materiais mais pesados e a outra de materiais leves.

Três Rios se desenvolveu bastante. A meu ver o que impulsionou a cidade foi a Indústria Américo Silva, depois Franz Schuller, dono da pedreira, cerâmica de Cantagalo, em Serraria, a fábrica. Depois veio a Santa Matilde.

Trabalho todos os dias. Caminho de manhã, descanso na hora do almoço.

O que eu mais gosto de fazer é obra. Adoro construir, fazer obras.

O meu maior sonho é continuar fazendo obra, construir.

Tenho oito mil litros de água de captação de água de chuva. Uso para molhar plantas, lavar calçadas. Fiz uma cisterna.

(Terminou falando das obras que pretende fazer, muitas obras ainda...)

A única coisa que eu não pude fazer foi comprar uma fazenda. Mas não mudaria nada na minha vida. Fiz seis cirurgias, sendo que quatro por causa de excesso de trabalho.

Sempre procurei ser honesto com as coisas. Sou maçom também. Uma pessoa honesta que me inspirou foi o Sr. Bento Gonçalves, de Paraíba do Sul, que era maçom também. Apreendi muitas coisas boas na maçonaria.

(Quando já estávamos nos despedindo, lembrou-se de falar da estátua da “Mãe Preta”, colocada em frente à sua casa, na Pça Ambrozina Bastos ou Pça da “Mãe Preta”).

Um vereador de Três Rios, chamado Armando de Almeida, há muitos anos atrás, viajou para São Paulo e lá viu que, em alguns lugares, estavam sendo colocadas estátuas de mães pretas, em homenagem às amas de leite, escravas que amamentaram os sinhozinhos. Achou interessante a ideia e comprou uma estátua para ser colocada em Três Rios, pois sabia do passado escravista da cidade. Quando chegou em Três Rios, teve muita dificuldade para colocar a “Mãe Preta”. Tentou colocá-la no bairro Caixa D’Água, mas os moradores de lá, não queriam. Pensou em colocar na frente da Igreja de St^a Luzia, na Vila Isabel, mas a ideia não agradou às pessoas com quem ele conversou. Chateado, desabafou comigo, e dei a ideia de colocar na Pça Ambrozina Bastos, pois é em frente à minha casa e prometi que dali ninguém tiraria. E foi assim que a “Mãe Preta” se instalou na Vila Isabel. Depois de muita rejeição.

Figura 17 – Fachada do prédio do Sr. Valdir Neves de Lima no bairro Vila Isabel (residência e loja) – à esquerda Praça Ambrozina Bastos



Fonte: Acervo do Sr. Valdir Neves de Lima

Figura 18 – Busto da “Mãe Preta” na Praça Ambrozina Bastos no bairro Vila Isabel



Fonte: Acervo do Sr. Valdir Neves de Lima

5.1.6 D. Jane Machado da Costa

Nascida em Três Rios/Vila Isabel, antiga Colônia, em 31 de outubro de 1943. Filha de Alcides Machado e Maria do Carmo Machado. Neta de Carolina Martins da Costa e Francisco Teles da Costa (maternos); Francisca Machado e Francisco Machado (paternos).

Éramos quatro irmãos. Perdemos um irmão. Todos nasceram e foram criados aqui em Vila Isabel.

A minha avó materna e avô vieram morar aqui em Vila Isabel, depois de casados, originários de São João Nepomuceno, em Minas Gerais. Vieram morar na rua da Pedreira.

Meu avô era agricultor, depois entrou pra prefeitura como varredor de rua e se aposentou como varredor de rua. Tinha essa profissão na prefeitura antigamente e acho que tem até hoje. As pessoas eram responsáveis por limpar a rua. E ele trabalhava à noite. A minha avó era doméstica, cuidava do lar.

A minha mãe era lavadeira, trabalhava em casa e meu pai era pedreiro. Ele trabalhou com um construtor aqui em Três Rios que se chamava Davi Gonçalves, quase a vida toda. Trabalhou muito com ele. Além de trabalhar com o Davi Gonçalves, trabalhava também com a família Monnerat. Ele era o faz tudo no Colégio Entre-Rios...ele era eletricitista, era pintor nas horas vagas, na parte da noite, da tarde. Antigamente o pedreiro trabalhava das sete da manhã às quatro da tarde. Papai saía do trabalho e ia para o colégio; e aos sábados ele trabalhava também no Colégio Entre-Rios. A minha mãe lavava a roupa pro pessoal lá de fora. Ela lavava a roupa para um dentista, o Dr. Odon. Me lembro que ia com ela levar a trouxa de roupa, aos sábados, perto da Pça da Autonomia, onde hoje é a Construmil. Era a casa dele, que era irmão do Dr. Otávio de Freitas.

Parece que meus pais se conheceram aqui na Vila mesmo.

Meus avós paternos, não sei muito da história deles não. Só sei que o pai do meu pai era português.

Meus pais se casaram aqui e continuaram morando aqui, na mesma rua que a minha avó Carola morava. Depois, ficaram morando nesse terreno onde é a minha casa hoje. Minha avó conseguiu aforar esse terreno e o do lado, da

Casa de Caridade. Quer dizer, era um terreno que pertencia aos escravos. A documentação desse terreno ficou em nome da minha avó. Depois esse terreno foi dividido e parte ficou para o meu tio e a outra para a minha mãe. Que é essa parte onde é minha casa, era da minha mãe.

Figura 19 – D. Jane Machado da Costa



Fonte: Acervo de D. Jane Machado da Costa

O meu pai, eu não sei o grau, o nível de instrução dele do primário, até onde ele foi. O que eu sei é que ele lia muito bem, a leitura dele era perfeita. A letra do meu pai era aquela letra trabalhada sabe, perfeita. Ele lia e escrevia muito. Ele gostava de ler livros, ele era assim uma pessoa que gostava de política. Ele até pertenceu a um partido político chamado PSD.

Meu pai era uma pessoa muito boa. Tinha uma visão do futuro muito grande. Dizia pra gente, por ele ser pedreiro, conhecedor muito grande de obras, que Três Rios ainda ia se desenvolver muito, que acreditava no

desenvolvimento de Três Rios. Apesar da pouca instrução dele, ele era muito culto. Ele tinha um rádio, até fabricado pelo Sr. Joel Monnerat, que tinha uma oficina em casa. Ele pegava uma tábua quadrada e botava aquelas válvulas. Antigamente eram umas válvulas que atarraxavam assim. Ele montava os rádios, naquela época o chamavam de eletro-técnico, uma coisa assim. Ele fazia os rádios pro papai. Eram feios os rádios, porque aquelas pilhas ficavam tudo aparecendo. O papai colocava o rádio em cima de um armário, chamado guarda comida. Era um armário quadrado, mais ou menos de um metro e setenta, com as portas fechadas, onde guardavam os mantimentos, era de madeira. O papai ouvia um jornal chamado A Hora do Brasil. Era todo dia sete horas da noite. Aquilo era uma hora. O papai ficava em pé do lado do armário. Ficava mexendo no rádio, porque não pegava bem. Com o ouvido colado, ele ouvia as notícias do Brasil e do mundo e sabia tudo. Ele conversava com a gente, ele sabia tudo. Eu me lembro, quando o Getúlio Vargas se suicidou, eu estava estudando e o papai foi na escola, ele estava trabalhando, mas ficou com medo de surgir uma revolução. Ele foi no colégio, tirou a gente da escola e mandou a gente pra casa. Falou pra gente ir pra casa depressa e não sair de dentro de casa. Ele era cuidadoso.

Mamãe era uma pessoa mais simples, humilde. Sabia escrever, porque o papai ensinou a ela. Eu me lembro que, quando criança, via o papai ensinando a minha mãe a escrever. Com aquelas cartilhas antigas, para ela assinar o nome, fazer contas. A mamãe era muito prendada, as prendas domésticas dela eram perfeitas, cozinheira de mão cheia. Aprendeu a cozinhar com a minha avó. Antigamente existiam cozinheiras de festas e casamentos. A vovó Carola fazia comida para os casamentos. Ela era cozinheira de festas e casamentos. O casamento ia acontecer no sábado, a vovó ia na quinta-feira para a casa do casamento. Na quinta matava o porco, a leitoa, os frangos. A vovó temperava aquilo tudo e depois começava a fritar. Preparava aquela comida toda, assava as leitoas, os frangos, na quinta e na sexta. No sábado de manhã é que fazia a comida. Então a vovó era cozinheira famosa na época. A minha mãe aprendeu com a vovó a cozinhar, embora nunca tenha feito comida para casamento. A mamãe preparava a nossa roupa, bordava. Tenho uma lembrança da mamãe... a gente estudava no Colégio Entre-Rios, porque o papai trabalhava, fazia serviços no colégio e os donos, seu Carlos, seu Joel

Monnerat, deixavam a gente estudar sem cobrar nada, davam os livros, faziam tudo pela gente. Eu me lembro da mamãe bordando os tamancos, porque a gente usava uns tamancos de sola de madeira, com couro e tecido por cima, e a mamãe bordava os tecidos do tamanco. A parte de cima era bordada com sianinhas, com florzinha, ficava aquele tamanquinho lindo. A gente saía aqui da Vila e ia para o colégio Entre-Rios, passando aqui pela rua Belo Horizonte, mas tinha muita poeira. Era muita poeira. Quando não era poeira, era lama. Eu e meu irmão...íamos descalços para o colégio, carregando o calçado na mão, porque se não sujava o sapato todo. Quando chegava lá na linha do trem, na Condessa do Rio Novo agora, ali tinha um bebedouro para botar água nas máquinas, era uma borracha grande, preta, que saía água, aquela água era para colocar na máquina do trem. Então, a gente chegava lá e aquela borracha estava sempre saindo um pouquinho de água. Botava os pés embaixo, lavava os pés bem lavadinho, calçava o tamanco e atravessava pra avenida e ia pro colégio. A mamãe sempre foi cuidadosa. Fazia umas bolsas de saco branco, cortava uma bolsa quadrada com uma alça, que usava a tira colo, só que as nossas eram todas bordadas. Fazia aqueles detalhes pra gente ir arrumadinho pra escola. Tem um detalhe, eu tenho uma irmã que também é professora, Janete Machado, ela tem um buffet em Três Rios e o nome do buffet é “Vó Carola”, em homenagem à nossa vó Carola.

A minha casa não era feita de tijolo comum, era feita de adobe, um tijolo feito de barro, grosso e quadradinho, devia ter uns quinze por dez centímetros, a altura era de mais ou menos cinco centímetros, era forte, era alto. Pelo que eu sei foi o papai que fez a nossa casa. Era de meia água, grande, nós sempre tivemos casa grande. O piso, quando eu era bem criança, eu me lembro que era de chão, chão mesmo. Mas a mamãe tinha um truque. Ela cozinhava no fogão de lenha. Desse fogão de lenha, depois que queimava a lenha, ficava uma cinza fininha. A mamãe tirava aquela cinza, coava numa peneira de coar areia, saía uma cinza bem fininha. Aquela cinza fininha era usada para arear as vasilhas, porque as panelas eram de ferro. A mamãe separava, colocava num recipiente. Do lado de fora da cozinha, tinha um banco de madeira alto, ali tinha duas bacias grandes, ali era onde nós lavávamos as vasilhas. A água tirava do poço, levava aquela lata grande de água pra perto, com um canecão grande tirava a água da lata e jogava dentro de uma bacia, botava a louça ali e

passava o sabão, a cinza. Esfregava com uma bucha vegetal numa bacia e enxaguava na outra. A vasilha tinha que ficar limpinha. As panelas ficavam brilhando. Tinha que arear. Essa cinza também era utilizada pra limpar o chão da casa. A mamãe vinha com aquela cinza para limpar o chão da casa, dentro de um canecão, pegava com a mão e ia jogando a cinza. Eu fiz muito isso com ela. Fazia uma camadinha de cinza, vinha com um regadorzinho pequenininho, que saía aquela biquinha de água e ia molhando a cinza, que ia se assentando, espalhando pelo chão e secava. Nisso a terra do chão puxava a cinza, ficava como uma camada. Aí a mamãe vinha com uma vassoura, feita de um mato, que se chama vassoura. Um mato que dá umas folhinhas pequenas que não arranhava o chão. Ela amarrava aquele mato, fazia uma vassoura. E ela vinha varrendo, tirando o excesso daquela cinza e o chão ficava lisinho. Ficava acinzentado, parecia cimento. Dava a impressão que a nossa casa era cimentada. Depois o papai cimentou a casa com um cimento bem lisinho. O nosso banheiro, nem se usava esse nome banheiro, chamava casinha. Era do lado de fora, separado da casa. Ali, a gente tomava banho e havia um vaso que era de barro, e era baixo. Tinha uma fossa. Tomávamos banho de bacia com um canecão e bucha. Tinha que ser banho de bucha, porque a gente brincava, andava descalço. A gente brincava no quintal, corria, subia na árvore, ficava sujo. Mamãe mandava a gente tomar banho de bucha e sabão. A casa tinha um quintal enorme, tinha mangueira, goiabeira. Tinha uma cerca que dividia o nosso quintal com o da vizinha, que também era utilizada pra plantar as coisas. Por exemplo: quando dava numa árvore, é igual feijão e tinha a vagem. Minha mãe plantava ao longo da cerca, ela guiava os ramos para ir cobrindo a cerca pra dar os favos. Outra verdura que ela plantava era a bertalha. Tinha bananeira, era uma soqueira grande, quando cortava o cacho e a bananeira, já tinha outra muda subindo. As frutas eram da casa. O armazém para comprar outras coisas era lá fora. Na Pça da Autonomia tinha um mercado, onde foi o Banerj, pelo que me lembro, chamavam de COAP. Era um galpão grande. No sábado, o papai trabalhava até onze horas da manhã; eu, mamãe e meu irmão mais velho, a Janete ainda era pequena, a Janete não ia, a gente ia levar a roupa que a mamãe lavava. Entregava a roupa no sábado, ela pegava a roupa na segunda e entregava no sábado. Levava a roupa e esperava o papai ali, na COAP. Ali, comprava tudo, pois o papai recebia

semanalmente. Comprava arroz, feijão, muito macarrão, comprava as carnes, que era muita carne salgada. A carne que hoje é cara, naquela época era barata, carne salgada era a carne de pessoas mais humildes. O lombo, carne seca, bacalhau, mulato velho, que é um irmão do bacalhau, isso tudo comprava. A carne fresca era só pro domingo. Geralmente a carne que se comia no domingo era a carne de casa, que era a galinha. A mamãe tinha na parte alta do nosso quintal, era a parte do morro, era cercada e tinha um galinheiro. Tinha uma parte livre e tinha um galinheiro com paredes de bambu, que o meu pai fez. As galinhas dormiam naqueles poleiros. A galinha era uma carne nobre, só pro domingo.

A nossa casa é aqui na rua Professor Moreira. Tinha um bar dos Caiafa, que ficava quase em frente à nossa casa. Era uma rua que passava tudo, de terra e as pessoas vinham lá de dentro da Vila Izabel e passava todo mundo aqui. Era tão tranquila que a gente brincava na rua de noite. A gente brincava de pique bandeirinha. Às vezes estávamos na rua brincando e alguém gritava assim: “- Cachorro arruinado!” E saía todo mundo correndo. Cachorro arruinado era o cachorro com raiva, porque não tinha vacina. A gente corria muito, corria pra dentro de casa. E, quando dava tempo, a gente pegava os cachorros da casa, e botava pra dentro, porque, se o cachorro com raiva mordesse, o nosso ficava contaminado. E se o cachorro fosse mordido, a família matava o cachorro, porque ele podia morder a família.

Aqui na nossa rua, passava aqueles carros puxados por boi, carros grandes, cheios de cana. Ia pra usina, eram puxados por candeeiros. Candeeiros eram aquelas pessoas que iam na frente andando, levando, guiando o boi. Gritando: “- Oó o boi. Oó o boi.” Passavam também boiadas, que eram criadas lá pra dentro, no interior da Vila, que passavam sendo levadas pro matadouro ou pra outra fazenda. Passava na rua e, de repente, um boi daqueles estourava, e aquele boi passava maluco. Ou então um boi muito bravo e que não se sujeitava aquilo ali, ou ia na frente ou voltava, aí os cavaleiros voltavam pra correr atrás daquele boi. E o boi às vezes vinha correndo feito louco e as pessoas gritavam: “Boi estourado!” Quando falavam em boi estourado, todo mundo corria e ia pra casa, porque o boi vinha feito louco correndo. Entrava nos quintais. Era um pavor o tal do boi.

A gente brincava de casinha, juntava as meninas, e as brincadeiras geralmente eram no nosso quintal. Porque no nosso quintal tinham muitas árvores, tinha um poço, ficava muito fresquinho. Brincava de fazer comidinha, fazia um fogãozinho de pedra, de um lado e de outro. Fazia aquele foguinho ali, botava panela, a mãe sempre dava um pouquinho de arroz, a gente cozinhava, fazia aquela comidinha, depois comia. Tinha uma coisa muito agradável também... a umas duas quadras daqui tinha um sítio do Sr. Amâncio, e ao lado desse sítio, tinha um local chamado barreiro. Chamava barreiro porque a olaria tirava a terra, o barro dali pra fazer tijolos. Na rua Pde Solano, onde é o prédio do Sola, era uma olaria. Me parece que a olaria era da família dos Guaraciaba. Nesse barreiro tinham muitas árvores, muitos passarinhos, tinha um passarinho que se chama Rolinha. Então os meninos iam lá e pegavam as Rolinhas. Já traziam as Rolinhas penduradinhas no galho, sem peninha. Eles acertavam a Rolinha, puxavam o pescoço delas pra matar e tiravam as peninhas. Traziam aquelas Rolinhas, a gente lavava, partíamos elas no meio para tirar os detritos de dentro e depois partíamos em quatro partes. Depois fazíamos a Rolinha. Era uma delícia aquilo. Eu gostava quando ia em São Paulo, quando as minhas filhas trabalhavam lá, porque na feira da Pça da Liberdade, eles fazem Codornas fritinhas e é uma delícia, aí eu me lembrava das Rolinhas. O sabor é o mesmo.

Os brinquedos eram fabricados em casa. Eu me lembro que a mamãe fazia escondida de nós, as bonecas. Ela comprava numa loja no centro, as cabeças, os pés e as mãozinhas feitas de louça. Na minha infância ainda não existia de plástico. Ela tinha uma máquina de costura de tocar a mão, falava máquina de mesa. Ela costurava nossas roupas, fazia tudo naquela máquina. Então ela fazia o corpinho de tecido, enchia de algodão e fazia vestidos do tipo dama antiga e a gente ganhava de presente de Natal. O papai fazia uns carrinhos, uns caminhões pro meu irmão, umas carretinhas, trenzinho. A gente ganhava balas, uns saquinhos de bala. Era um presente maravilhoso.

Eu sou formada, sou universitária, sou formada em História. Primeiro estudei numa escolinha que tinha aqui na Vila Isabel, acho que era municipal, e a professora chamava-se Lúcia. Depois fui pro Colégio Entre-Rios. Na primeira escola, não tinha pátio. Era uma sala grande, logo na entrada da rua da Pedreira. Tinha carteiras compridas, onde sentavam três, quatro crianças. Não

me lembro do nome. A gente falava que era a escola da Dona Lúcia. Ela era muito paciente. Mas meu pai, em casa, ensinava a gente a escrever, tomava as lições, nos obrigava a usar o livro de caligrafia. Ele fazia a gente trabalhar a letra. Lembro da Dona Lúcia com muito carinho. Ela dava aula de bordados, levava uns paninhos quadrados, levava os tecidos, as linhas e dava pra gente. Depois dessa escola, fiz o exame de admissão e entrei no Colégio Entre-Rios. Fiz contabilidade e magistério no Colégio Entre-Rios. Fiz a minha faculdade na Severino Sombra, em Vassouras.

A principal diversão, na minha juventude, era ir à missa no domingo com a minha avó, de manhã. De tardinha, íamos na Praça São Sebastião, a pé. Sempre uma mãe levava as meninas na praça. Ficávamos rodando na praça. Um grupo rodava para um lado e o outro grupo rodava para o outro, para poder encontrar. Era muito engraçado, era muito bom. O coração palpitava quando a gente passava perto de quem a gente queria passar. A gente sempre estava ao contrário, então as pessoas se encontravam.

Aqui na Vila Isabel tinha um clube, Colônia Esporte Clube, que a minha avó, meu pai, meu tio, faziam parte da diretoria desse clube. Então, esporadicamente tinha baile. E eu, menina ainda, ia no baile. Minha avó me levava no baile. No carnaval, esse clube desfilava. Tinha os carros alegóricos que desfilavam lá fora. Meu pai fazia as fantasias, fazia máscaras de jornal com cola, que era feita de farinha de trigo. Esses jornais eram amassados e com eles se faziam as máscaras e iam moldando as alegorias nos carros. Nos bailes, eu dançava com um senhor idoso, que tinha o apelido de Pipiu. Ele dançava tango cruzado, bolero. Ele era amigo da minha família. Eu ia no baile e ele me ensinava a dançar. Ele era filho da Ambrozina Bastos. O meu tio, José Martins, era um dos presidentes do Colônia, era músico, tocava violão, fazia parte do conjunto que fazia o baile. Eu me lembro que me arrumava todinha e deitava nos pés da cama da vovó, esperando para ir no baile. Quando a música começava a tocar, eu chamava a minha avó. Eu falava: “Começou a música, vovó.” Aí ela me levava.

Na minha adolescência já tinha o cine Glória. Meu pai gostava de acompanhar umas séries que tinha no cinema: Tarzan, Mandrake, passavam aos sábados. A família toda ia assistir. Eu frequentava também um clube que se chamava, acho que Luzo ou Luzio, que ficava na descida do hospital. Tinha

uma família que morava aqui perto da gente, seu Austriano e a Dona Honorina que frequentavam esse clube. Esse clube era mais frequentado por negros, mas tinham brancos também. E eu ia com eles e as suas duas filhas nesse clube. Os bailes eram lindos.

Eu me casei muito cedo. Me casei com o meu primeiro namorado. Comecei a namorar com dezesseis anos e me casei quando ia fazer dezoito. A família dele morava aqui na Vila, perto da rua Prof. Moreira. Eu conheci ele aqui, namoramos um pouco e nos casamos. Casamos na Matriz de São Sebastião e ainda não era formada. Na minha formatura eu já estava casada. Quando comecei a namorar, ele trabalhava no Rio, era mecânico, ia toda segunda-feira e voltava no sábado de manhã. Nós namorávamos no sábado e no domingo. Depois ele veio pra Três Rios, pra trabalhar na Ford. A Ford era na Condessa do Rio Novo, onde é hoje os escritórios do Sola. Aquele prédio ali era uma revenda de carros. Quando nos casamos, ele trabalhava ali. Aqui na casa da minha mãe, o quintal era grande, então meu pai construiu um quarto, uma sala e uma cozinha. E foi ali que nós começamos a morar, era aqui do lado. No meu noivado não teve festa, mas no meu casamento teve uma festa enorme. Teve almoço, bolo de andares, doces. Minha cunhada fez o bolo, ela morava no Pátio da Estação, já é falecida. O nome do meu ex-marido é José Maria da Costa. Tive quatro filhos. Eu perdi um filho. A minha filha mais velha se chama Janice, a minha segunda filha se chama Mariângela, aí eu perdi o terceiro filho com onze horas de vida, o Jaime. Depois eu tive o meu último filho, Jefferson. Eles estudaram no Colégio Santo Antonio, pois eu trabalhava lá. A Janice é enfermeira formada pela UFRJ; a Mariângela também é enfermeira formada pela Universidade Católica de Petrópolis; o meu filho é representante comercial da firma ASK. Eu tive também uma filha de criação. Ela veio pra minha casa com sete anos. Ela é minha prima, filha de uma irmã do meu pai. O nome dela é Fátima. Veio quando os meus filhos eram pequenininhos. Ela fez Contabilidade, se casou e teve dois filhos: João Roberto e Marcele. João Roberto estudou na UFJF, é engenheiro de Computação e a Marcele fez Engenharia de Produção. Os dois estão em São Paulo. A minha neta caçula está com treze anos e estuda no Colégio Santo Antonio, é filha do Jefferson. As minhas duas filhas são solteiras e moramos juntas.

Eu estava fazendo Contabilidade, quando consegui o meu primeiro trabalho. Eu dava aula de mecanografia e processamento de dados. Eram matérias que tinham na Contabilidade. Eu fui dar essas matérias numa escola do CNEC, lá em Levy Gasparian. Meu marido me levava e me buscava de carro no emprego. Minha mãe me ajudou muito com os meus filhos. O tempo foi passando, a situação financeira foi melhorando, aí eu pude ter uma funcionária me ajudando em casa e ia trabalhar mais tranquila. Eu fiz o curso de História na Severino Sombra e fui trabalhar como professora de História no Colégio Santo Antonio. Trabalhei lá por vinte e dois anos. Trabalhei no Colégio Entre-Rios e no Colégio Ruy Barbosa. Fiz o concurso do município e passei. Fiquei com o Colégio Santo Antonio e o município. Depois fiz um segundo concurso e passei. Saí do Santo Antonio e fiquei com duas matrículas no município. Nesse período, recebi uma proposta de trabalho do Centro Universitário Plínio Leite de Niterói. Eles queriam montar aqui em nossa cidade, uma extensão do centro universitário. Eu trabalhei como coordenadora do primeiro curso de Normal Superior do Brasil, quando foi legalizado. Montaram uma turma em Niterói e uma turma aqui em Três Rios. O dono é o professor Comte, ele é deputado agora. Na época, o prefeito era o Raleigh Ramalho. Ele deu uma bolsa de cinquenta por cento para os professores do município que fizessem o curso. A sua sogra deu aula nesse curso. Eram duas turmas de cem alunos. Depois teve uma pós em Psico-Pedagogia e eu também coordenei. Quando o Raleigh saiu, o convênio foi cortado pelo prefeito que assumiu. Trabalhei também com o Centro Educacional de Niterói com cursos de extensão e na Secretaria de Cultura. Me aposentei com sessenta e cinco anos.

Depois que me aposentei, entrei para o Grupo da Terceira Idade chamado "Amigos para Sempre". Fiquei como sócia, frequentando os bailes, as reuniões. Logo a seguir, me colocaram na diretoria. Me deram uma função que estou nela até hoje. Eu sou a diretora social do grupo. A sede é no Cantagalo. Trabalhamos muito para construir a sede. Tenho um trabalho enorme lá.

A cidade mudou muito e o meu sonho era ver a cidade com faculdades, como tem hoje. Meus filhos tiveram que estudar fora e eu sofri muito. Ao longo dos anos, as coisas mudaram muito e o meu maior prazer é ver o prédio da UFRRJ, ao lado da rodoviária. Eu acho que tudo que aconteceu em Três Rios,

primeiro veio dessa parte, dessa parte educacional. A cidade cresceu muito, principalmente o comércio. Se você for no sábado de manhã lá no centro, você encontra carro de toda a região, que vem fazer compra aqui. Muitas indústrias também estão funcionando em Três Rios, é muita coisa. E eu acho que vai crescer muito mais. O que está faltando é vir outra rede de supermercados.

Meu maior sonho é viajar, já viajei para o exterior, mas pretendo viajar mais. Estou me preparando para conhecer mais um pouco da Europa. Gostaria de comprar um apartamento no Rio, em Copacabana.

Eu não mudaria nada na minha vida. Tudo que sempre fiz, fiz bem feito. Eu gosto de cantar também e faço parte de dois corais. O coral da Matriz e o coral Municipal. Fazemos apresentações aqui e em outros lugares.

(Terminou falando do prazer de viver e de sua fé em Nossa Senhora, mostrando suas imagens em cima de um móvel da sala).

5.1.7 Rossi Meleide Bastos

Rossi Meleide nasceu no dia 19 de agosto de 1950, em Nilópolis. Seus pais se chamavam Porfírio de Lima Bastos e Olivia de Oliveira Bastos. Seus avós paternos: Ambrozina Lima Bastos e Honório Lima Bastos; e avós maternos: Teresa Tardeli de Oliveira e Olimpio Marcelino de Oliveira.

Eu tinha cinco irmãos, agora só tenho dois. Wilian, Carlos Alberto, Wilson e Vilma.

Minha avó era filha de escrava com um feitor, ele era dono de fazenda. Minha avó era branca, ela não era negra. O pai da minha avó era dono da fazenda. Não sei que fazenda que era.

Minha avó tinha 3 filhos: Elvira, Porfírio e Mário. Não sei aonde o meu pai nasceu, mas acho que foi na Vila. Ele foi pra Minas depois que casou com a minha mãe. Papai era igual cigano. Minha mãe era do lar e meu pai era jogador de cassino, frequentador de cassino. Trabalhou na Rede (ferroviária) uma semana só.

Como meu pai não sentava pra conversar com a gente, não sabemos quase nada sobre a história da minha avó.

Meus pais moraram em Minas, em Nilópolis, onde nasci e depois em Petrópolis, porque o cassino era melhor.

Meu pai perdeu quase todas as terras que a minha avó deixou pra ele. Ele herdou muitas terras, mas vendeu, perdeu tudo no jogo. Muitas terras foram invadidas, ele não ligou, porque ele não ficava aqui, não tomava conta de nada, mas muitas ele perdeu no jogo.

Minha mãe tentava ajudar, falava pra ele, já que você não quer trabalhar, constrói, que você vai ter a renda do aluguel. Ele dizia pra minha mãe que não ia deixar nada pra ninguém.

Ele teve terras até mais ou menos 1974, quando vendeu o resto que tinha.

Os outros irmãos...a tia Elvira morava na Vila e dividiu as terras com os filhos, meu tio Mário não teve filhos. Era muita terra. Meu pai foi descabeçado, porque se não ele teria muita coisa, a quantidade de terras era muito grande. Pela parte que ficou pra ele, eu faço ideia de quantas terras minha avó herdou.

Figura 20 – Rossi Meleide, Wilson e Vilma Bastos



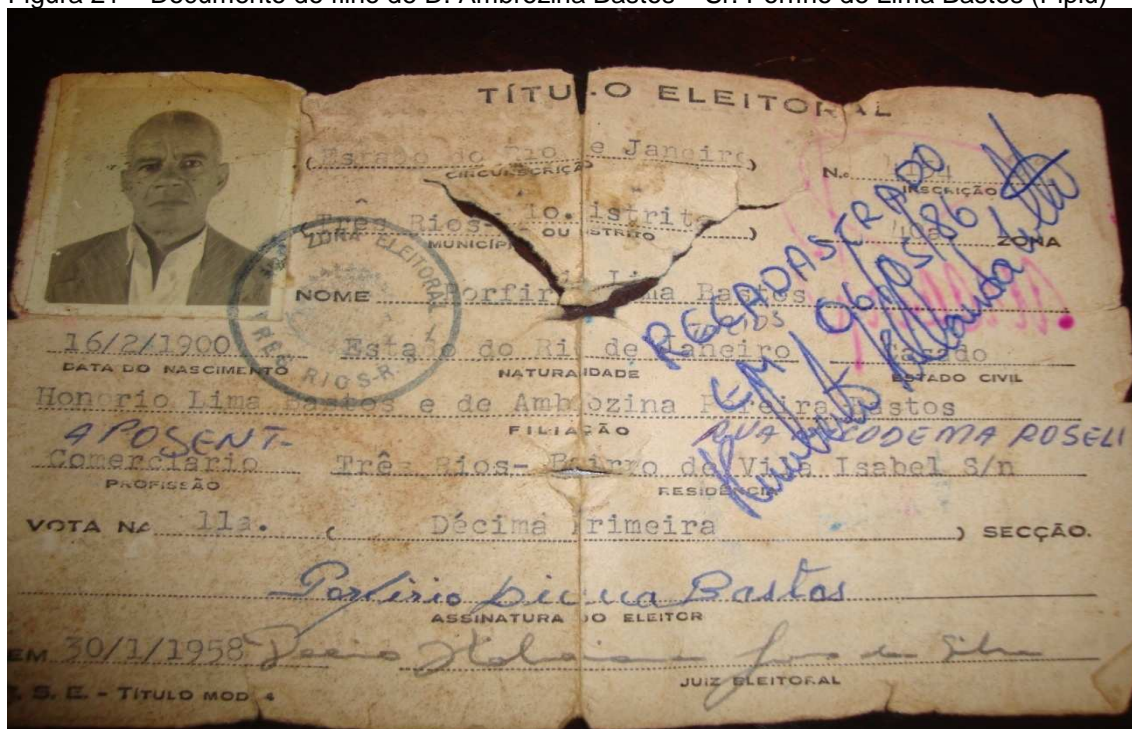
Meus pais moraram em Minas, em Nilópolis, onde nasci e depois em Petrópolis, porque o cassino era melhor.

Meu pai perdeu quase todas as terras que a minha avó deixou pra ele. Ele herdou muitas terras, mas vendeu, perdeu tudo no jogo. Muitas terras

foram invadidas, ele não ligou, porque ele não ficava aqui, não tomava conta de nada, mas muitas ele perdeu no jogo.

Minha mãe tentava ajudar, falava pra ele, já que você não quer trabalhar, constrói, que você vai ter a renda do aluguel. Ele dizia pra minha mãe que não ia deixar nada pra ninguém.

Figura 21 – Documento do filho de D. Ambrozina Bastos – Sr. Porfírio de Lima Bastos (Pipiu)



Fonte: Acervo dos irmãos Rosse Meleide, Wilson e Vilma Bastos

Ele teve terras até mais ou menos 1974, quando vendeu o resto que tinha.

Os outros irmãos...a tia Elvira morava na Vila e dividiu as terras com os filhos, meu tio Mário não teve filhos. Era muita terra. Meu pai foi descabeçado, porque se não ele teria muita coisa, a quantidade de terras era muito grande. Pela parte que ficou pra ele, eu faço ideia de quantas terras minha avó herdou.

Hoje na Vila, tem as casas das filhas da tia Elvira, que sei que foram das terras herdadas. O marido dela trabalhava na Rede Ferroviária.

Meu pai era muito fechado, não falava, não conversava, só abria a boca pra dar bronca.

Pelo que ouvia da tia Elvira, a minha avó tratava os filhos bem.

O apelido do meu pai era Pipiu. Ele foi campeão de dança no CAER, ele dançava muito bem. Dançava tango.

Ele nunca levou nenhum dos filhos em cassino, mas nos levava nos bailes. Ele dizia que se a vida de cassino fosse boa, ele levava a gente pra aprender.

Minha mãe era fora de série, era aquela mulher sofredora, batalhadora, sofria calada, trabalhadeira. Trabalhava muito em casa. Serviços de casa, meu pai criava porco e era minha mãe que cuidava. Quando dava cria, era ela que cuidava. Ele só colocava lá e matava. Mas minha mãe e meus irmãos é que tinham que cuidar, eu era pequena.

A casa na Vila, tinha 3 quartos, sala, cozinha e banheiro. A casa que nós moramos, foi a última casa que ele vendeu. Tinha um quintal grande, era bem grande. Criava porcos, galinhas, mas não plantava. Não adiantava plantar, porque tinha galinha, que comia tudo.

Nessa rua, tinham os últimos terrenos dele. Ao lado tinham os da irmã dele. Nessa mesma rua. As terras dela eram no começo, as do meu pai eram, também, até o morro.

Tinham muitas crianças nessa rua.

Quando éramos crianças, não tínhamos noção que descendíamos de escravos. Depois de grande é que a mamãe comentava que a minha avó era descendente de escravo, das terras todas que meu pai tinha herdado. Ela dizia: tal terra é do seu pai, tal terra é do seu pai. Minha mãe achava aquela história bonita, então ela contava, tinha orgulho da vovó.

Na rotina da casa, cada um tinha a sua obrigação, um ia pra cozinha, outra lavava e passava, principalmente depois que a mamãe adoeceu, quando eu tinha 9 anos. Aí meu pai levava os ternos dele pra lavanderia, pois antes era só a mamãe que cuidava dos ternos dele. Ela teve tuberculose, mas se curou. Depois ela voltou às atividades dela, mais devagar. Não pegava friagem, não lavava mais roupa, quem lavava era eu.

Minha mãe morreu nos anos 90, com 79 anos de idade. Ela morreu aqui, meu pai morreu em Uberaba. Ela morava comigo, na rua Benjamin Constant, não era na Vila.

Eu estudei até o 2º ano do ensino médio. Fazia Estudos Gerais.

A minha primeira escola foi na Vila. Era Marechal Deodoro, hoje se chama Walmir Peçanha. Era do mesmo jeito que é hoje.

Tive uma professora que me marcou muito, porque ela era muito ruim. Dona Mafalda (pseudônimo). Ela tinha uma vara de pescar, que ela batia nos alunos. Ela não levantava da mesa para bater em ninguém. Da mesa mesmo ela batia lá no fundo da sala. Além de bater, levava os filhos gêmeos pra gente tomar conta.

Dona Ladadyr do Condessa, era muito boa. Ela tinha paciência, se a gente não soubesse alguma coisa, era só pedir a ela. Não se negava a ensinar. Era muito melhor do que hoje.

A maior parte da minha juventude, passei aqui em Três Rios. Ia em muitos bailes no clube social Vila Isabel. Primeiro, fui nos bailes do clube Colônia, em frente à Mãe Preta. Dancei muito com o meu pai. Comecei a frequentar os bailes aos 13 anos. Só podia ir com o meu pai. A principal diversão era essa. Ia ao cinema também. Tinha o cinema Glória e o Rex.

O Wilson não dançava bem, os outros filhos puxaram o papai, dançavam bem.

Meu primeiro namoradinho se chamava Deusdeth, mas coisa de criança, muito infantil, eu até batia nele. Namorava lá na Pde Solano. Atravessava a várzea. Não posso nem chamar de namoro...Ele morava na Vila também. Todo mundo se conhecia, a população não era muito grande.

Sou divorciada. Conheci meu ex-marido no Colônia, jogando bola. O nome dele é Alceu Ferreira da Costa. Fiquei casada por 15 anos, tenho dois filhos: Romildo e Rejane. Ele tem 40 anos e ela 37. Rejane é casada e Romildo é solteiro. Tenho duas netas biológicas e uma de um filho que eu criei.

Eu trabalhei em casa de família, como doméstica, só para pirraçar o meu pai. Eu queria comprar minhas coisas, ele não queria me dar, eu ficava com raiva. Aí eu pensei, vou envergonhar ele, vou trabalhar em casa de família. Ele ficava lá no meio dos riquinhos...porque ele saía de casa às duas horas. Duas horas ele tomava banho, botava o terno e ia lá para o bar Imperial, que só dava gente rica. Eu passei lá pra envergonhar ele. Encontrei com um amigo dele e sentei...falei que estava morta de cansada. Ele me perguntou por que estava cansada, então eu disse que estava trabalhando na casa de uma família com

10 pessoas e que tinha que lavar a roupa toda....meu pai ouviu e queria me matar.

Na Vila, só me lembro do meu pai usando esses ternos elegantes. A maior parte dos amigos que ele tinha, ele conheceu no jogo. O irmão do meu pai, acho que também vivia do jogo.

Trabalhei em outras casas durante uns 5 a 6 anos. Depois que me casei, só trabalhava em casa.

A cidade de Três Rios mudou muito...não tinha asfalto, não tinha ônibus, escola, ensino, mudou muito. Indústria. Uma indústria que me lembro é da fábrica de açúcar Pérola.

Na Vila, hoje, não conheço quase ninguém. Acho que a cidade podia ter crescido, mas algumas coisas poderiam ter continuado.

Eu me lembro da carroça vendendo leite, passavam todos os dias, porque não tinha leite de saquinho.

A minha avó Ambrozina não falava sobre a colônia, só me lembro dela falando: “- Deus te abençoe...Como você está? Cadê a sua mãe?” Só isso. Conversar não conversava não. Não falava nada.

Hoje, o meu maior sonho é comprar uma casa na Vila e voltar pra lá. Eu fui criada lá. Tem muito significado pra mim, muito grande. Terra da minha avó, da minha tia Elvira... ela era festeira, tinha festas... ela morreu no dia de São João. Ela tinha comprado bombinha, foguete pra gente soltar. Quando nós chegamos na festa, soubemos da notícia da morte dela. Papai falou: “- Guarda as bombinhas, guarda os foguetes e vamos voltar.” A festa era num terreirão, onde é hoje a rua da Apae. A tia Elvira gostava de uma festa, gostava de uma pinguinha. Ela ajudava a organizar a festa, ela gostava de se meter em tudo quanto é festa. Ela era festeira igual à mãe. Gostava também de carnaval. Ela era muito conhecida na Vila. Minha tia morreu no dia de São João e minha avó morreu no carnaval. E lá em casa era assim, quando morria alguém ninguém podia participar de festa.

Nós moramos juntos, nós três. Moramos nesta casa (bairro Purys), mas de invasão, não podemos vender ou se vender é por muito pouco, porque ela não tem documento.

Gostei muito de contar a minha história. Hoje me arrependo de não ter procurado saber mais da história da minha família, enquanto tinha alguém de mais idade na família.

Figura 22 – D. Ambrozina Bastos (ao centro, de casaco preto) e amigos em suas terras no bairro Vila Isabel



Fonte: Acervo do Grupo dos Treze

5.1.8 Wilson Bastos

Nasceu em 03 de novembro de 1942, na cidade de Cachoeira – MG.

Eu não tinha muito contato com a família. Passei muito tempo fora daqui. Meu pai era muito fechado, não falava quase com a gente. Não conversava com a gente.

Tinha um cassino em Minas, e por isso meu pai foi pra lá.

Meu pai era muito autoritário. Com a gente ele era muito fechado, mas com as pessoas em redor dele, ele era muito camarada.

Na infância eu brincava de pique esconde. Jogava bola.

Eu terminei o ginásio, mas minha primeira escola foi em Três Corações. Não me lembro do nome dela. Era uma escola simples, com um pátio pequeno.

A professora Isabel (pseudônimo) me marcou, era numa escola pública, não lembro o nome. Ela era atenciosa, brincalhona. Ninguém ficava triste.

Vivi a maior parte da minha juventude aqui em Três Rios. Me divertia jogando bola. De vez em quando ia ao baile, mas não dançava bem.

Joguei bola no Colônia, no Entrerriense, participava de campeonatos também, além das peladas. Joguei com o Lalá, Tiziu, no Colônia. Vinha muita gente ver os jogos. A maioria era da Vila mesmo, pois a locomoção naquela época era difícil. Vinham de bicicleta ou a pé.

Minha primeira namorada foi a Janete Machado, irmã da Dona Jane. Foi lá na Vila, tudo muito rápido.

Sou separado e tenho 4 filhos. Dois já são casados.

Trabalhei na Central do Brasil e fui para São Paulo, onde trabalhei na indústria de vidro Santa Marina durante 20 anos, me aposentei lá. Fiz muita hora-extra. Depois fui para Uberaba, já aposentado.

O meu maior sonho é ver meus filhos e meus netos bem, felizes.

Eu gostei muito de lembrar de coisas antigas.

5.1.9 Vilma Bastos

Nasceu no dia 11 de janeiro de 1944, em Três Corações – MG.

Meu pai morreu nos anos 80, se não me engano em 1988.

Não sei como meus pais se conheceram.

Quando o meu avô morreu, o meu pai tinha 11 anos. Ele teve pouco contato com o pai dele.

Meu pai só andava de terno de linho acetinado. Ele não gostava que a gente nem chegasse perto de um baralho.

Quando tínhamos porcos, estávamos na Vila, ainda era colônia. Plantar dava muito trabalho. Meu pai nunca quis plantar.

O irmão dele...nunca vi trabalhando. Morava em Três Corações, na mesma época que moramos lá, perto da nossa casa. Ele também andava muito bem arrumado, não tanto como o meu pai. Mas, quando ele morreu eu era pequena.

Quando a minha avó morreu, a Quiquinha tinha 5 anos e eu tinha 11 anos.

A minha avó quando morreu, estava muito velhinha, na cama. Ela morreu em 1954, 1955, por aí.

Minha primeira escola foi em Petrópolis. Era uma escola particular e pequenininha.

Antigamente, a Vila, o bairro inteiro era de terra. Nós morávamos na rua que hoje é a Nicodemus Rosseli. Na época era a rua da Pedreira. Não tinha ônibus ainda. Todo mundo tinha que andar a pé mesmo, porque não tinha como.

Eu não lembro de ter visto produção agrícola na Vila, eu não lembro. Tinha muita fruta, era muita fartura...e gado. Me lembro de ter visto as pessoas vendendo os produtos na rua, mas eu acho que eles plantavam lá pra dentro, lá no interior da Vila.

Na infância, brincamos de pique bandeira.

Eu estudei até a 6ª série. Todas as professoras tinham a varinha dela lá, podiam usar menos, mas tinham. A professora Isabel (pseudônimo) foi minha professora também. Eu estudava junto com o meu irmão. Na época, era uma professora só para todas as séries, para todas as matérias, numa sala só. Eram idades diferentes e diferentes fases de conhecimento.

Na época do meu pai não tinha escola.

Minha diversão na juventude também era ir aos bailes e no cinema.

Meu primeiro namorado se chamava Mário. Era da Vila também. O namoro durou uns 5 dias. Foi de brincadeira.

Eu sou solteira e sem filhos.

Meu primeiro trabalho foi na Universidade Gama Filho, durante 3 anos, como secretária no diretório acadêmico de Direito. Mas quando fui para o Rio, fui para trabalhar em casa de família, mas depois de uma semana consegui esse emprego. Trabalhei depois em vários lugares, em oficinas de eletromecânica; em jornal, na Gazeta Carioca; no aeroporto de Jacarepaguá, no Rio. Depois de um tempo, voltei a Três Rios. Trabalhei muito sem registro e por isso custei a aposentar. Me aposentei aqui em Três Rios. Aqui, trabalhei no Sola; no Charque Ideal.

O meu maior sonho também é voltar pra Vila, lá é muito bom.

Eu gostei muito de lembrar.

(Ao terminar a entrevista, li a lista dos que entraram com o processo de usucapião. Quando li o nome do Sr. Caetano Pereira, eles fizeram algumas observações).

Conhecemos o seu Caetano, Caetano velho. Era muito bravo, não passava nem perto. Era um senhor muito mau, autoritário, morava mais lá pro fim da colônia, pra lá da Igreja de Santa Luzia. Tinham muitas histórias, de que ele fazia mal para os outros. Batia, matava. A gente morria de medo dele. Ele tinha filhos. Tem um filho dele que mora aqui na Cidade Nova, José Caetano.

Antigamente, as pessoas tinham apelido e a gente não sabia o nome.

5.1.10 Sr. X conta a história do Sr. “João Caetano” (João Pereira da Silva): uma versão

Em uma de nossas entrevistas, fomos surpreendidos por uma história que não imaginávamos encontrar com aquele entrevistado. Era um senhor branco, com mais de 80 anos, morador antigo da Vila Isabel, tranquilo, sorridente e que se dispôs a colaborar com a nossa pesquisa.

Por ser uma história real, de conteúdo violento, o entrevistado pediu que modificássemos o seu nome, para que não houvesse constrangimentos dele com os parentes do Sr. João Caetano, que ainda vivem naquele bairro.

Sendo assim, com o objetivo de proteger a figura do “contador de histórias”, o chamarei de Sr. X.

O Sr. X nos disse que, o Sr. João Caetano era conhecido na Vila Isabel como um homem muito violento que fora acusado inúmeras vezes de violências contra mulheres, espancamentos e até mesmo assassinatos.

Porém, o Sr. X pediu que olhássemos essa história por um outro ângulo, um outro ponto de vista. Disse que as pessoas falavam dele, mas muitos não o conheceram de perto e que ele, Sr. X, fora seu amigo.

Contou que, por volta dos anos 40, trabalhava como “peão boiadeiro” e tivera oportunidade de conhecer o Sr. João Caetano, um senhor negro que possuía terras na Vila Isabel. Tinha plantações, mas ouvira os seus conselhos e de seu pai, para fazer negócios com gado que eram mais lucrativos. E assim

ele fez, comprou algumas cabeças de gado e colocou para trabalhar algumas pessoas que o ajudavam.

Ao mesmo tempo, o Sr. João Caetano teve muitos conflitos com parentes e com estranhos, para fazer valer as fronteiras das terras herdadas dos ex-escravos da Condessa do Rio Novo.

Alguns descendentes que deixaram Três Rios, para viver em cidades como o Rio de Janeiro, por exemplo, deixavam também as suas terras para trás. O Sr. João Caetano tomava conta das terras para que outros não invadissem. Ao contrário do que muitas pessoas falavam, nunca matara ninguém. Possuía uma bengala e uma capa preta e assim vestido cometera espancamentos em pessoas estranhas que entravam nas suas terras e em outras pessoas que não estivessem se comportando bem.

Ele contara ao Sr. X que tinha arrependimento de certas coisas, como, por exemplo, de um homem que, certa vez, entrara em suas terras, com uma bolsa pequena e fora ao seu milharal. O Sr. João Caetano o seguira e, ao abordá-lo, fez com que retirasse quatro espigas de milho da bolsa e comesse todas quatro, cruas, bem ali na sua frente. Mais tarde, com o amadurecimento, dizia que se lembrava dessa história com tristeza, pois se o homem tinha roubado quatro espigas de milho era para matar a sua fome e que ele não precisava ter feito aquilo.

O Sr. X relatou que gostaria de falar um pouco desse outro lado do Sr. João Caetano, porque as pessoas só se lembram dele de uma forma negativa. Ficara amigo dele, embora no início tivesse um pouco de receio. Ficaram amigos porque o Sr. João Caetano se impressionou com a forma, a disposição com que o Sr. X trabalhava com o gado e o elogiou. Confessou que não gostava de brancos, pois os brancos não gostavam dele, mas que com aqueles brancos estava sendo diferente.

Sempre se encontravam, durante o trabalho, como também, a partir da amizade que fizeram, nos bailes de terreiro, de sanfona, que o Sr. João Caetano promovia na sua casa, que passou a ser frequentada por muitos brancos. As festas ficavam animadas. Festas muito simples, mas muito alegres.

Com certa admiração, o Sr. X relata a construção de cerca de 40 casas de “meia água”, feitas pelo Sr. João Caetano, com a ajuda dos filhos, para

alugar. Para a construção, utilizava a própria terra que retirava para acertar o terreno.

O Sr. João Caetano também fazia um trabalho, quase que de segurança do bairro, pois enfrentava pessoas estranhas, perigosas, as quais a própria polícia tinha medo de enfrentar. Ele contou para o Sr. X e mostrou uma carteira de “comissário” que a polícia lhe dera, para legalizar esse tipo de trabalho. Falou que aquela carteira fizera mal a ele, pois passara a se sentir com muito poder.

Com idade mais avançada, mostrava-se arrependido de muitas coisas, inclusive achava que o período em que participara de alguns trabalhos com espíritos ruins fora o período em que fizera muitas maldades. Antes de morrer assassinado por um vizinho de suas terras, com o qual estava tendo problemas, disse que não queria ser mais violento com ninguém.

O Sr. X disse que acreditava nele e que o vizinho problemático que o assassinara, também tivera problemas com a sua família.

Os animais que fugiam, entravam nas terras daquele vizinho e comiam parte da sua horta. O vizinho pegava o animal, matava e o jogava de volta na terra do dono. E fazia assim com todos.

O Sr. João Caetano, irritado, disse que daria um jeito naquela situação. Iria assustá-lo para que não importunasse mais ninguém. E assim fez, dirigiu-se à propriedade do vizinho, armado e na companhia de um de seus filhos. Quando foi se aproximando mais da casa, deu um tiro para o alto, mas o vizinho, que já estava esperando, lhe deu um tiro no peito. Quando caiu de frente, o vizinho lhe deu duas foçadas na altura do pescoço, nada fazendo com o filho do Sr. João Caetano.

O Sr. X disse que nada aconteceu com o assassino do Sr. João Caetano, pois ele fugiu da cidade.

Essa mesma história foi contada para um neto do Sr. João Caetano pelo Sr. X. Disse ao neto que não pensasse que o avô dele era uma pessoa ruim, mas que soubesse desse outro lado dele também.

No final, o Sr. X me pergunta: “- As pessoas não tem somente um lado ruim, todo mundo tem um lado bom também...você não acha?” Respondi que sim.

5.1.11 José Ferreira da Costa

Filho de Sebastião Ferreira da Costa e de Manoela Pereira da Costa (irmã de D. Nair). Neto de João Pereira da Silva e Maria da Luz Pereira (maternos).

Nasceu no dia 28 de novembro de 1938.

Nasci em Três Rios, mas fui registrado em Paraíba do Sul. Meus avós paternos eram do Rio, eu não conheci. Tive um irmão, mas ele faleceu, era o Jorge. Morreu jovem.

Figura 23 – Sr. José Ferreira da Costa



Minha família era de pessoas boas. Tinham pouco entendimento. Naquele tempo a civilização estava chegando. Era muita ignorância, essas coisas. Eles contavam, um pouco, que na família nossa bisavó era escrava. O meu pai, o meu pai mesmo, eu não conheci ele. Quando eu nasci, uns seis meses ou um ano depois, ele faleceu. Ele trabalhava na Light, no Rio. A minha mãe trabalhava no Rio também. Ela foi pra lá depois que nasci. Ela tinha uns dezoito, dezenove anos mais ou menos. Mas antes, quando eu nasci, ela foi

morar em Paraíba do Sul. Meu avô por parte de mãe achou que eu sofria maus tratos lá, ele tinha um carinho especial comigo, por isso foi me buscar e me trouxe pra me criar, pra morar com ele na Vila. Fiquei até quando ele faleceu. O que eu sei do meu pai e da minha mãe é que eles namoravam, e aconteceu algo que não devia acontecer. Meu avô ficou muito invocado e naquela época tudo era um absurdo quando acontecia isso na família. Aí ela mudou pra Paraíba do Sul.

Quando vim morar aqui na Vila, lembro que a minha vida mudou muito mesmo. Meu avô tinha muito carinho comigo, me tratava muito bem. Mas foi por pouco tempo, porque logo assim ele faleceu. Eu fiquei na companhia dele por uns oito a dez anos. Ele perdeu a vida, assassinaram ele brutalmente. A minha criação foi feita por outras pessoas: minha tia Nair, a minha tia Francisca, falecida também. A minha família me tratava muito bem.

No período da minha infância eu morei na rua Fagundes Varela, na Vila, que sai lá perto da fábrica de talco, que liga com o Triângulo. Eu fui criado ali, onde é o prédio da prefeitura na Vila, porém nessa rua. A rua era de terra, tudo terra.

A minha vida era normal, como a de uma criança qualquer. Nessa época, quase não existia tempo pra gente brincar. Meu avô tinha muito trabalho, tinha porco, tinha gado pra tratar, essas coisas. Quase não tinha tempo pra brincar. Vendia leite. Meu avô era muito trabalhador sabe. Ele trabalhava na Rede, se ele não morre, a minha família era a mais rica da Vila Isabel. Deixou 42 casas de aluguel. Meus tios, por falta de administração, jogou tudo fora. Quando eu cheguei pra morar com ele, já tinha umas 15 casas prontas. Com a renda de uma pra outra, ele ia construindo mais casas. Trabalhava dia e noite. Era muito trabalhador mesmo. Não teve um filho que puxou a ele sobre trabalho. Ele tinha uma opinião danada. O que ele cismava assim de fazer, ele fazia. Ele era guarda do depósito, ele não era guarda freio. Ele era guarda de portaria. Ele trabalhava um dia sim, um dia não. Mas ele não parava, chegava de lá em casa e começava a trabalhar. Eu prendia bezerro, tratava de porco. Era muito trabalho mesmo.

Eu estudei até a terceira série primária. Nem terminei o primário. Eu só tive uma professora, chamava-se Augusta. Era lá no Triângulo, onde eu estudava. Era uma escola pequena, dava aula só para uns trinta alunos. Essa

professora fez parte da minha vida, ela era maravilhosa, me tratava muito bem. Pra mim, ela tinha muita pena de mim sabe. Era um órfão de família, não conheci meu pai, não conhecia direito a minha mãe. Quando eu fui conhecer a minha mãe, na realidade, eu tinha uns dezoito anos de idade, já estava no quartel. Quando ela foi para o Rio, eu não tive mais contato com ela. Eu fiquei sendo criado pelas minhas tias.

A principal diversão na minha juventude era o futebol. Era uma juventude normal. Eu joguei no Cruzeiro, um time existente na época.

A minha primeira namorada se chamava Geralda, mas não me lembro bem dela não. Ela também morava na Vila, no centro da Vila. Sou casado pela segunda vez. Com a primeira não tive filhos. Com a segunda, vivo há vinte e oito anos. O nome dela é Sebastiana. Não tive filho com ela também não. Eu tive filho com uma outra mulher. O nome do meu filho é Vagner. Ele mora aqui em Três Rios e tenho sempre contato com ele. Na verdade, eu não me casei com elas, sou solteiro até hoje. Mas agora eu vou me casar, para dar os direitos a minha senhora. Ela é viúva.

Eu só trabalhei numa firma, por trinta e cinco anos, o SAAETRI. Comecei a trabalhar lá em 1966. Entrei como servente, trabalhei como bombeiro durante muito tempo. Depois, com muito custo, eu fui me aprimorando. Saí como fiscal, mas fui mal remunerado. Não fui bem aposentado não, mas graças a Deus, eu estou bem. O trabalho foi muito difícil, porque o SAAETRI estava se formando quando eu entrei. Eu trabalhei na estação de tratamento de água, trabalhei na rua. Trabalhei na fiscalização, que pra mim não foi muito boa não. Quando me aposentei desconsideraram ela. Não me aposentei bem. Recebia o pagamento no banco Itaú.

A crise que eu mais senti foi no governo de um prefeito chamado Damasceno. Ele era guarda de trânsito. Tivemos muitas dificuldades.

Depois que aposentei, tive uns três bares. Em Levy Gasparian tive dois bares. E um aqui. Agora tenho esse, é o meu quarto bar. Na Vila, não tive nada não. Aqui é a Cidade Nova.

A cidade melhorou muito. Passou por uma grande transformação. As mudanças foram muito boas, desde que ela se emancipou de Paraíba do Sul.

A minha família jogou tudo fora, tudo o que tinha, o que possuiu. Os filhos do meu avô não tiveram a boa intenção de produzir. Se produzissem nós

seríamos as pessoas mais ricas de Três Rios. Eles venderam, iam vendendo tudo. Na época que transformou o dinheiro, o cruzeiro em URV, foi a maior infelicidade pra eles. Porque eles perderam muito dinheiro. Eles não tinham nem imaginação do que eles tinham. Eram meio leigo. Jogaram tudo fora. Alguns conservaram alguma coisa, por exemplo, um tio meu, marido da Tereza, a Nair, conservaram alguma terra.

Figura 24 – Sr. José Ferreira da Costa e D. Sebastiana



Agora, eu continuo trabalhando aqui nesse bar. Fora isso, gosto de passear um pouco, porque a minha vida foi muito sofrida. Depois que o meu avô morreu, eu me tornei um escravo da família. Eles tinham um preconceito comigo, acho que um certo ciúme porque meu avô sempre me tratava muito bem. Fui criado com ele. Eu era uma criança de oito anos e tirava ele de qualquer problema. Se eu chegasse em algum lugar que ele tivesse discutindo, chamava ele de João, eu falava: “- Vamos embora João, vamos pra casa.” E ele me atendia. Me atendia muito. Então, a minha convivência com ele foi boa, muito boa mesmo. Mas os filhos, já viu né. Eles chegaram a me abandonar, foi

onde eu comecei a minha vida de outra forma. Eu era o primeiro neto dele. Eu senti muita falta quando ele faleceu.

Ele teve um comérciuzinho, mas ele não tinha condições de tocar o comércio porque ele era meio nervoso, ele discutia, porque nessa época era só mais cachaçada, bêbados. Fiado era demais, porque achavam que ele tinha dinheiro. Aí ele ficou meio revoltado. Mas dava pra controlar ele. Ele tinha uma brincadeira comigo, porque ele dizia que eu ia ser o advogado da família. Isso criou uma grande guerra dentro da minha família sabe. Quando ele morreu, meus tios quiseram me escravizar demais, aí eu tive que abandonar eles. Eu estava com uns quatorze anos.

Eu conheci um delegado que era respeitado na Vila. Ele se chamava Lorenzo (pseudônimo). Ele mandava entregar a bengala dele pra alguém que estava dando trabalho, o cara vinha pra devolver a bengala, apanhava, ficava quieto e obedecia.

Eu sou muito feliz, vou me casar. O meu maior sonho é o meu casamento. Estou me preparando pra isso. Estou reformando a casa. A vida é muito corrida. Eu pretendo deixar as minhas coisas pra ela, porque ela me ajuda muito. Uma parceira minha que eu confio, então a minha ideia é essa.

Eu gostaria de parar de trabalhar, porque eu sempre trabalhei muito. Parei essa noite passada quase uma hora da manhã. Não gosto de dívida, por isso sempre trabalhei muito. Nisso eu puxei ao meu avô. Ele era muito correto, e eu também. Evito comprar fiado, pra não dever ninguém.

Eu me senti feliz de contar a minha história. Pra mim foi uma demonstração que eu nunca sonhei de ter. Alguém pra me entrevistar, pra eu conversar com essa pessoa.

Eu gosto muito de Três Rios, mesmo tendo morado em outros lugares, eu acho que Três Rios é uma grande cidade. Poder falar me alegrou. Eu não consegui ser aquela pessoa que eu queria ser, mas tá bom. Foi muita luta e agradeço a Deus.

5.2 – CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE VIDA

As lembranças de D. Nair e de seu filho Sr. Aurélio, do Sr. Hélio, de D. Maria da Glória, do Sr. Valdir, de D. Jane, dos irmãos Rossi Meleide, Wilson e Vilma, do Sr. José Ferreira e de um entrevistado que não quis se identificar, se juntaram às outras fontes, compondo um quadro social o qual se percebe sentimentos de pertencimento à coletividade pesquisada. Embora a memória deles se confunda com a memória do bairro, as memórias familiares não fazem parte das suas preocupações essenciais. A lembrança dos antepassados se restringe aos nomes dos avós e a alguns episódios. Segundo Gomes e Duarte (2007, p. 163), isso ocorre em famílias de classes populares, pois “[...] os vínculos com os antepassados são paulatinamente esquecidos, na falta de recursos formais ou institucionais de memória.”

Poucas são as fotografias e raros os objetos que poderiam preservar alguns aspectos e referências das gerações passadas. Sendo assim, conseguimos poucas fotos antigas com os entrevistados. Uma com a D. Nair, que, ao perguntarmos se possuía alguma foto antiga, disse que sim e foi até ao seu quarto, de onde trouxe a carteira de identidade de seu pai, emitida pela empresa Estrada de Ferro Central do Brasil. Outra foto com o “Grupo dos Treze”, que está em uma moldura, pendurada na parede da recepção da sede do grupo, onde aparecem D. Ambrozina Bastos entre seis senhores e uma senhora, todos descendentes dos libertos. Uma terceira foto com o Sr. Hélio, que possuía uma foto do Sr. Feliciano Cerqueira de Carvalho, pai de D. Maria da Glória. Na foto podemos observar o Sr. Feliciano vestido de terno de linho, chapéu, óculos escuros e bengala, vistoriando as obras das casas sendo construídas nas suas terras. Nota-se, tanto na segunda foto quanto na terceira, uma paisagem de terras desmatadas pela cultura extensiva, promovida com as plantações de café desde o século XIX, como descrito nos capítulos anteriores. Pode-se perceber a inexistência de plantações ou de qualquer criação de animais.

O Sr. Hélio não sabe a data em que a foto foi tirada, mas podemos inferir, pelos dados observados, que se trata da década de 1940, quando entraram com a ação de usucapião e declararam que promoveram “benfeitorias de vulto” nas terras herdadas dos libertos e que, por isso, receberam “iluminação pública” e “serviço de rádio”. Tal serviço fora muito utilizado pelo pai de D. Jane, de quem falaremos mais adiante.

Outras duas fotos foram conseguidas com o Sr. Valdir, que prometera ao Sr. José Ferreira que as digitalizaria, pois estavam muito danificadas. Feito isso, o Sr. José Ferreira autorizou que o Sr. Valdir me fornecesse cópias delas para o trabalho, pois se tratava das fotos de seu avô e avó (Sr. João Pereira e D. Maria da Luz)¹²³ e de sua mãe (D. Manoela Pereira)¹²⁴.

Com relação às casas construídas no período em que o bairro ainda era chamado de Colônia, como a de D. Nair e de D. Maria da Glória, “fruto de autoconstrução”, ambas construídas pelos seus pais, são “espaços de memória” para a família e ao mesmo tempo “espaço moral”, pois

[...] a casa é o ‘lugar no qual e pelo qual’ os integrantes das famílias se definem e sustenta sua existência social como pessoa, [...] demarcado não somente por seu contraste com a rua, mas também com as demais casas. (MARCELIN, apud GOMES e DUARTE, 2007, p. 170)

As casas encontram-se distantes uma da outra: a de D. Nair encontra-se na entrada do bairro e a de D. Maria da Glória, na Jaqueira, sub-bairro no interior da Vila Isabel. No passado eram chácaras. Mais tarde, com a venda sucessiva dos lotes e com as construções em torno delas, passaram a possuir “quintais”, que “[...] constituem um modelo representativo de organização e reprodução das relações familiares presentes nas camadas populares”. (GOMES e DUARTE, 2007, p. 171) O Sr. Aurélio mora na casa ao lado de sua mãe, D. Nair. Esta informou que moram próximos a ela sobrinhos, cunhadas, filhas, netos e bisnetos. Todos os seus irmãos, que já morreram, moraram ali também. Segundo ela, sete irmãos morreram quando ainda eram pequenos. Na casa de barro, de pau a pique, onde D. Nair morava com todos os seus irmãos, a mortalidade infantil foi alta. Sua mãe tivera quinze filhos, apenas oito dos quais sobreviveram. Talvez por isso, o Sr. João Pereira ou João Caetano, como é mais conhecido devido ao sobrenome do seu pai, tivera urgência e trabalhara tanto até conseguir construir uma casa maior e melhor para a sua família. Posteriormente, ele construiu a casa onde D. Nair vive atualmente. Durante um período os filhos saíram dali, mas, posteriormente, todos voltaram.

¹²³ Anexo XXXI, figura 15.

¹²⁴ Anexo XXXI, figura 16.

No “quintal” da casa de D. Maria da Glória moram seus filhos e permanece a casa de seus pais, que foi reformada. Seus irmãos também moraram naquele lugar. Seus vínculos persistiram mesmo quando a Colônia teve fim, isto é, onde suas histórias tiveram origem.

Estas casas são “âncoras na cidade” que funcionam como meios de criação de identidades num contexto urbano que é entendido como instável e propenso à erosão dos laços sociais e de identidade pessoal. (PINA CABRAL, apud GOMES e DUARTE, 2007, p. 186)

O enraizamento em um solo comum transcendeu o sentimento individual e, “[...] mesmo assumindo o formato nuclear, essas famílias não deixam de ser famílias extensas, abertas e porosas à relacionalidade englobante.” (GOMES e DUARTE, 2007, p. 170 - 171)

A proximidade das residências é importante para a manutenção da reciprocidade entre parentes, consangüíneos ou afins, mas os vínculos de troca podem permanecer mesmo apesar de considerável distância espacial. [...] A distância espacial pode contribuir para o enfraquecimento dos laços, mas não é o principal fator de tensão ou rompimento com a casa-família, pois o que importa é estar moralmente ligado à ideologia da casa. (GOMES e DUARTE, 2007, p. 172)

Na narrativa do Sr. Hélio, no que diz respeito à sua infância, diferentemente de D. Nair e de D. Maria da Glória, informa que as casas na Vila Isabel encontravam-se perto umas das outras. A diferença de dados decorre dos diferentes momentos narrados. D. Nair e D. Maria da Glória estão descrevendo o bairro Colônia na década de 1930. Já o Sr. Hélio, o bairro Vila Isabel na década de 1950.

Mesmo não morando na Vila Isabel há muito tempo (mora na Cidade Nova) e resgatando “lembranças traumáticas” de sua infância e juventude, o Sr. José Ferreira, sobrinho de D. Nair, neto do Sr. João Pereira, considera a sua família de “pessoas boas”. Demonstra, também, uma vontade de pertencer à história de seus antepassados quando diz que sua família contara, um pouco, que sua bisavó fora escrava. Seu afastamento “afetivo-espacial” se dera de forma radical, pois houvera um afastamento tanto da rede familiar quanto da localidade. Segundo Gomes e Duarte (2007, p. 172),

[...] a emergência da auto-afirmação individual, por diferentes vias e através de diferentes processos, impõe o afastamento da casa

original, com rompimento mais ou menos radicais com a ideologia da casa.

Ao narrar a sua trajetória de vida, informa que se desligou de sua família após a morte de seu avô materno, que o socorrera na infância. Sua mãe, quando engravidara, não pôde ficar na Vila e, assim, mudou-se para Paraíba do Sul. Em sua narrativa percebe-se que a reputação, o comportamento sexual das mulheres em sua família eram o pivô da honra. (FONSECA, 2004, p. 42-43). Seu avô, mais tarde, resolveu “cuidar” do neto. “Cuidar” e “ficar” são verbos que descrevem essas práticas informais, pois, nas camadas populares, a adoção formal é extremamente rara. (SARTI, 1996, apud GOMES e DUARTE, 2007, p. 176)

Além de “cuidar”, “ficar” ou “criar” os seus filhos ou parentes, era preciso prepará-los para as mudanças que ocorriam no país, principalmente nos anos da década de 1930.

A “modernização” no Brasil, citada neste trabalho inúmeras vezes, permaneceu a “meio caminho”. Os precários aparelhos de Estado, os quais prevalecem até hoje, não conseguiram atender às necessidades dos serviços civis, principalmente no que diz respeito ao ensino público básico.

A partir da afirmativa acima, podemos analisar, nas trajetórias de vida apresentadas no primeiro segmento deste capítulo, alguns dados que exemplificam o cotidiano, a educação e o trabalho na região pesquisada.

Na narrativa do Sr. José Ferreira, nota-se que o bairro constantemente era palco de divergências e que a punição com castigos corporais era utilizada para resolver os conflitos. A força física era um elemento importante na organização daquele lugar (FONSECA, 2004, p.34-36), uma vez que o entrevistado lembra-se de um delegado que se fazia respeitar através de sua bengala, que era remetida para a pessoa que não estava se comportando bem. Ao recebê-la, essa pessoa deveria devolvê-la e sabia que ia sofrer umas bengaladas.

De todos os envolvidos nas narrativas sobre a memória dos descendentes dos libertos, percebe-se que o Sr. João Pereira foi um dos que mais persistiu na ideia de permanecer com as terras herdadas da condessa. Além de trabalhar na Central do Brasil, construía casas e não deixava de trabalhar em suas roças, criar gado e porcos, com a ajuda dos filhos. Todos

tinham que trabalhar. D. Nair lembra que ele era muito nervoso, talvez por temer que acontecesse com as terras que herdou o que acontecera com a maior parte das terras de seus sogros as quais foram usurpadas por um arrendatário chamado Benedito Boi. Ele não pagou o arrendamento e ainda registrou as terras em seu nome no cartório. Segundo D. Nair, as terras que Benedito Boi usurpou eram mais extensas do que as terras que herdaram após a “ação de usucapião”. Correspondiam à “parte de cima da Morada do Sol até fazer rumo com a Rua Direita”. Como os avós de D. Nair confiavam na palavra, não tinham nenhum documento sobre o arrendamento, logo julgavam que não adiantaria reclamar.

Vimos que a geração dos libertos que passara pela experiência da colônia agrícola, isto é, que vira a Casa de Caridade arrendando e aforando as suas terras, apesar da presença deles naquele lugar, reclamara junto ao presidente da Câmara Municipal e ao juiz de direito. Em 1930, com a decisão do juiz a favor de dois libertos da colônia, a Casa de Caridade recorre da sentença e, em 1931, iniciam-se os aforamentos.

No capítulo anterior acompanhamos toda a mudança na colônia agrícola, que foi se transformando em bairro Colônia. Os avós de D. Nair permaneceram e morreram nas suas terras, apesar do aforamento e da continuidade da venda dos lotes pela Casa de Caridade. Todavia, os arrendatários se comportavam com a mesma falta de respeito com que essa instituição se comportava com os verdadeiros donos das terras. Percebe-se que esses arrendatários aproveitaram-se daqueles excessos de injustiças sociais forjados naquele contexto. D. Bárbara Firmino e o Sr. Fernando Firmino não foram reclamar na justiça. Como não possuíam a escritura das terras, não adiantava reclamar. Em contrapartida, o Sr. Benedito Boi conseguira registrar as terras que arrendou. Teria ele conseguido apoio da Casa de Caridade? Caso a sede dessa instituição não tivesse se incendiado nos anos de 1950 e seus arquivos estivessem disponíveis ao público, talvez tivéssemos um vasto material de pesquisa para complementar a história e a memória dos libertos.

O Sr. X explicara que, embora o Sr. João Pereira fosse conhecido na Vila Isabel como um homem muito violento, conhecera-o e se tornara seu amigo. Sua violência, conta ele, teve origem nos conflitos com os parentes, que deixavam as suas terras para trás e iam trabalhar em outras cidades, as quais

ele cuidava, tomava conta delas; e com os estranhos, porque fazia valer as fronteiras contra a invasão. Parece-nos que o Sr. João Pereira aprendera a aplicar os castigos físicos com o delegado citado anteriormente pelo Sr. José Ferreira, seu neto, pois adotara a bengala como símbolo de punição aos infratores do bairro. Interessante notar neste ponto, que a população do bairro recebia a proteção daquele delegado como também do Sr. João Pereira para a aplicação de castigos em sujeitos mais perigosos, assumindo o papel de “segurança do bairro”. O Sr. João Pereira dissera ao Sr. X que nunca matara ninguém. Contudo, foi brutalmente assassinado por um vizinho de suas terras que nunca fora punido pelo delito. Sua morte deve ter ocorrido por volta do final dos anos de 1940 e início dos anos de 1950, pois seu neto José Ferreira, nascido em 1938, dissera ter vivido uns dez anos junto a ele.

Na realidade, o Sr. João Pereira e outros eram descendentes de camponeses, embora em todo o processo histórico tenham sido vistos como colonos, parceiros da Irmandade de N^a S^a da Piedade. Devemos nos lembrar que “[...] a designação ‘campepinato’ tem uma história política que a reveste, construída por meio de eventos e experiências coletivas vivenciadas nos enfrentamentos em defesa do uso do solo e de distribuição justa da terra”. (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010, p. 20)

Embora tenhamos conhecimento das inúmeras lutas no campo anteriores a 1950, foi a partir desse período que o uso do termo “camponês” se generalizara no país. Uma ampla gama de categorias (lavradores, trabalhadores rurais, meeiros, foreiros, agricultores familiares, pequenos proprietários, posseiros) passara a articular diversas reivindicações como direitos trabalhistas, acesso à previdência social, direito à posse, reforma agrária, entre outros. (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010, p. 20)

[...] Foi justamente esse sentido político do termo “camponês” que passou a ser combatido, não apenas pelos agentes da repressão militar, como também por latifundiários e seus capangas. [...] É importante se considerar que o termo “camponês” passou a ser adotado no Brasil em meio às ações do Partido Comunista Brasileiro, quando este se lançou na “conquista das massas rurais”, a partir de meados dos anos 40, difundindo ali o linguajar adotado pela III Internacional Comunista. [...] O campo brasileiro sempre foi um trágico palco de abusos e assassinatos de trabalhadores rurais. A violência, como se sabe, atravessou todo o processo de colonização do país. Estava presente na destruição do território indígena, passou pela degradação dos quilombos e pelas lutas entre camponeses e o Exército, em Canudos, nos sertões da Bahia, em 1896 e 1897 –

assim como na guerra do Contestado, no Paraná e Santa Catarina, entre 1912 e 1916. Registre-se aí, ainda, a repressão imposta aos colonos migrantes durante as greves de 1911 nas fazendas paulistas, para limitarmos-nos a alguns exemplos. (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010, p. 20-21)

E foi nesse contexto que o Sr. José Pereira fora assassinado em terras da Vila Isabel, ex-bairro da Colônia, anteriormente colônia agrícola de Nossa Senhora da Piedade. Terras herdadas pelos libertos da condessa do Rio Novo e que atualmente, após a constituição de 1988 passam a ser designadas como quilombos.

Desde a abolição do sistema escravista colonial em 1888, o quilombo vem sendo, portanto, associado à luta contra o racismo e às políticas de reconhecimento da população afro-brasileira. [...] A expressão “comunidade remanescente de quilombos”, no início do processo constituinte, era pouco conhecida. Ela passou a ser veiculada no Brasil principalmente no final da década de 1980 para se referir às áreas territoriais onde passaram a viver os africanos e seus descendentes no período de transição que culminou com a abolição do regime do trabalho escravo, em 1888.[...] As terras dos quilombos foram consideradas parte do patrimônio cultural desses grupos negros e, como tal, deveriam ser alvo de proteção por parte do Estado. (LEITE, 2008, p. 969)

A partir da constituição de 1988, segundo a citação acima, as terras doadas pela condessa do Rio Novo, onde viviam os libertos e seus descendentes foram consideradas quilombo. Vejamos o que nos diz Leite (2008, p. 970):

A ressemantização do termo “quilombo” pelos próprios movimentos sociais e como resultado de um longo processo de luta veio traduzir os princípios de liberdade e cidadania negados aos afrodescendentes, corresponde, a cada uma delas, os respectivos dispositivos legais:

1 – Quilombo como direito a terra, como suporte de residência e sustentabilidade há muito almejadas nas diversas unidades de agregação das famílias e dos núcleos populacionais compostos majoritariamente, mas não exclusivamente de afrodescendentes. (BRASIL, 1988)

2 – Quilombo como um conjunto de ações em políticas públicas e ampliação de cidadania entendidas em suas várias dimensões. (BRASIL, 1988)

3 – Quilombo como um conjunto de ações de proteção às manifestações culturais específicas. (BRASIL, 1988).

[...] A população negra brasileira – sua existência e persistência – foi, naquele momento, reconhecida e reafirmada, em vez de ser subsumida na ideia de embranquecimento do País, tão propalada nas principais décadas do século XX pela teoria da mestiçagem, que norteou o pensamento social brasileiro e as políticas públicas ao longo de todo o século.

Mas, a constituição que reconhece aqueles direitos chegou com cem anos de atraso. Durante esse tempo, até chegar 1988, foi uma longa jornada, como pudemos ver uma parte dela em nosso trabalho.

Ao fazer as considerações sobre as entrevistas, neste segmento, não poderíamos deixar de registrar as questões sobre os conceitos de campesinato e de quilombo, uma vez que estes se encontram muito presentes nas narrativas daquelas trajetórias de vida.

Nas trajetórias dos descendentes dos libertos, nos anos de 1930 e 1940, percebe-se que os sujeitos da zona rural foram despidos de seus antigos atributos sociais e teriam que adquirir uma nova condição.

Adquirir uma nova condição demandava investimentos e, novamente, isso não fez parte da política nacional voltada para outros interesses, não incluindo em “seus projetos” as camadas mais pobres da sociedade, e principalmente os afrodescendentes.

O ensino público, que era imprescindível para a “individualização”, tema indissociável da “modernização”, encontrava-se precário também na região pesquisada. Naquele período (anos de 1930-1940), “[...] o ideal do indivíduo moderno era fundamentalmente o de um desenraizado, alguém que se afastasse de seu mundo original e construísse um espaço próprio na nova malha social.” (GOMES e DUARTE, 2007, p. 248-249) Esse foi o caso do Sr. Aurélio que ao viver em Petrópolis, “desenraizado”, teve acesso a cursos que o prepararam a trabalhar na empresa “Flayshman Royal”, onde trabalhara até se aposentar. Os outros entrevistados, vistos anteriormente, em sua maioria só estudaram as primeiras séries do primário, com exceção de D. Jane que formara no ensino superior e Rossi Meleide que estudara até o 2º ano do ensino médio.

Outra característica que se nota quando o bairro estava em expansão fora a sua procura por pessoas de baixa renda, sendo um lugar acessível aos trabalhadores rurais, como o pai do Sr. Hélio. Percebe-se em sua narrativa, a continuidade da exploração no campo, a importância do trabalho infantil e feminino para a sobrevivência da família e a tentativa de seu pai, colono, lavrador, em mudar o futuro dos filhos.

D. Maria da Glória morava no interior do bairro Colônia, com difícil acesso à escola e por isso não estudou. Lavava e passava roupa “pra fora”.

Seu marido era ferroviário. Ela e a sua família sobreviviam das roças cultivadas nas terras daquele lugar. Dizia que trabalhava cantando e que seu pai tocava acordeon. Em sua narrativa, utiliza o termo “pra fora”, assim como outros entrevistados, para diferenciar o trabalho das mulheres. Elas permaneciam em casa fazendo o trabalho doméstico e trabalhavam “pra fora”, ajudando na subsistência da família.

Assim como a família do Sr. Hélio, a família do Sr. Valdir também era miscigenada. Seu padrasto alugava pastos no “fim da Vila” onde criava seus bois. Percebe-se que o “fim da vila” era rural, a urbanização se fazia próxima ao centro de Três Rios. Foi o período em que se deteve por mais tempo, enriquecendo os detalhes do seu trabalho na infância e na juventude, da falta de tempo para brincar, das trilhas onde a boiada e as carroças passavam, dos lugares e da casa onde morou, dos sítios que existiam no bairro, de sua relação com o padrasto e com a sua mãe. Ao narrar a sua trajetória de vida no bairro Vila Isabel, nas décadas de 1940 e 1950, descreve a existência de cemitério, açougue, cabaré, farmácia, padaria, alfaiataria, colégio, mercearia, barbearia e o clube Vila Nova. Falara também do baile de sanfona, no terreiro da casa do Sr. João Pereira, onde se divertia dançando caxambu. As festas eram de aniversários, dias de São João e de Santo Antonio. Os brancos participavam e os parentes do Sr. João vinham também para esses bailes. Contudo, depois, iniciados os conflitos citados anteriormente, não participaram mais. Nota-se que os bailes no terreiro do Sr. João Pereira ajudaram na formação de laços de sociabilidade com os novos moradores que chegavam com a expansão do bairro. Outro fato interessante narrado pelo Sr. Valdir se refere à estátua da “Mãe Preta” existente na praça Ambrozina Bastos ou praça da “Mãe Preta”, localizada em frente à sua casa. A estátua fora comprada em São Paulo pelo vereador chamado Armando de Almeida, que se interessou pelas homenagens que estavam sendo feitas às escravas, amas de leite dos sinhozinhos, naquela cidade. O vereador tentou colocá-la em diversos lugares da cidade, não sendo aceita por nenhuma das pessoas com quem conversava. A estátua não tinha relação com a história das escravas da condessa, pois ela não tivera filhos, suas escravas não foram amas de leite e tampouco com a história da colônia agrícola. Depois de muito rejeitada, a estátua foi aceita pelo Sr. Valdir, que ouvira o desabafo do vereador e assim prometeu-lhe que

ninguém a tiraria da praça Ambrozina Bastos. A estátua começou, então, a participar de outro contexto ao sair de seu meio original (São Paulo), tendo outras relações e com outra função, a de ser um monumento que homenageia a cultura negra de Três Rios, mas ao mesmo tempo diminuiu a visibilidade da importância de D. Ambrozina Bastos no bairro. (LEMOS, 2009, p. 18)

D. Jane é a única com formação superior. Seu pai trabalhara como pedreiro e no Colégio Entre Rios. Nesse colégio fazia serviços gerais e os seus donos deixaram seus filhos estudarem sem pagar as mensalidades, fornecendo-lhes, ainda, os materiais escolares. Percebem-se laços de sociabilidade e de solidariedade entre esses moradores do centro da cidade de Três Rios, com melhores condições de vida e o pai de D. Jane, trabalhador, com muitas dificuldades financeiras, morador da Vila Isabel. Já sua mãe trabalhava em casa e lavava roupa “pra fora”, como outras mulheres que faziam o mesmo na Vila. Sua ascendência também era miscigenada. Seus avós maternos eram mineiros e seu avô paterno, português. De sua avó, chamada Carola, lembra-se que fora ela quem aforou o terreno da Casa de Caridade, onde mora hoje, que pertencera aos “escravos”, querendo dizer, aos libertos da condessa. Sua avó cuidava do lar e era cozinheira famosa de festas e casamentos. Observamos que, ao descrever o trabalho de sua avó na preparação da “comida” do casamento, aquela função não era uma mera atividade ligada a preparar o “alimento” e, sim, um momento de relações interpessoais que envolvem a “comida”. D. Carola se hospedava na “casa do casamento” na quinta-feira antes do casamento que aconteceria no sábado. Gonçalves (2007, p. 182, apud GOMES e DUARTE, p, 175) afirma que

a comida é assim social e culturalmente significativa e consequentemente distinta da experiência estritamente fisiológica de alimentar-se. A ‘comida’ tem a ver com apetite e paladar. No caso do ‘alimento’, o apetite é substituído pela fome.

D. Nair em sua narrativa informou que se casara em casa, somente no civil, mas que, para a festa, tinham sido feitos doces, bolo e jantar, “com muita comida”, concordando com o que D. Jane descrevera sobre os casamentos na Vila Isabel. Novamente os laços de sociabilidade se fortalecendo entre os seus moradores através das festas de casamento.

A irmã de D. Jane, professora Janete Machado, homenageou a avó colocando o nome de seu *buffet*, inaugurado em Três Rios, de “Vó Carola”. Com essa homenagem, a memória do “saber” da culinária da avó de D. Jane e da Vila Isabel permanece, pois, ao explicar a origem do nome do *buffet*, resgata-se a memória dela, além da memória do bairro, com os seus casamentos e festas. A história do bairro se mistura às memórias familiares.

Descreve com orgulho os detalhes do quintal com galinheiro, verduras e frutas plantadas, da casa simples em que vivia com seus pais e irmãos, assim como a dinâmica nas ruas de terra do bairro, com os “cachorros arruinados” e a passagem das “boiadas”. Chama atenção, em sua narrativa, os bailes onde dançava com o Sr. Pipiu, pai de Rossi Meleide, Wilson e Vilma, filho de D. Ambrozina Bastos no Colônia Esporte Clube (José Martins, tio de D. Jane, era um dos dirigentes do clube e músico do conjunto que animava o baile) e no clube Luzo, próximo ao hospital, no centro da cidade. Embora esse clube fosse mais frequentado por negros, brancos também o frequentavam. No carnaval, o Colônia Esporte Clube promovia desfiles de carros alegóricos no centro da cidade. O pai de D. Jane confeccionava máscaras artesanalmente. Como D. Jane nascera em 1943, a memória desses desfiles se remete à década de 1950. D. Nair também recordara que gostava de assistir aos desfiles de escolas de samba em Três Rios, quando estava com uns 10 anos de idade, isto é, por volta de 1937. Novamente, aqui, percebemos laços de sociabilidade entre os moradores da Vila Isabel e desses moradores com outros segmentos sociais que moravam no centro de Três Rios.

Nota-se que, D. Jane, por ter se formado em um curso superior, assim como os seus filhos e netos, reconhece a melhoria familiar em termos educacionais e econômicos, tendo viajado até para o exterior. Ainda, quanto aos filhos, uma delas é de “criação”, uma sobrinha de seu pai que necessitou de ajuda dessa “rede familiar”, característica das camadas populares, repetindo-se a mesma experiência de “cuidar” e de “ficar” citada anteriormente, sem uma adoção formal. Sua percepção do desenvolvimento de Três Rios está ligada primeiramente ao índice de desenvolvimento humano promovido pela chegada das faculdades, seguida do comércio e indústrias.

O Sr. Aurélio também faz menção a Três Rios como uma cidade que se modernizou e se desenvolveu por ter muitas fábricas, pela melhoria do aspecto

da avenida Beira Rio, pelas melhorias no bairro Vila Isabel quanto ao asfaltamento, pelo fato de ter existido uma agência bancária nos anos de 1980 e pela chegada das pessoas de classe média. Nota-se que, diferentemente de D. Jane, sua percepção de modernização e desenvolvimento esteve ligada à industrialização primeiramente e às obras, discurso que se apresentou ao longo de nosso trabalho, analisando a ideologia progressista da cidade. Já a visão de que a presença da classe média na Vila Isabel fora uma melhoria deve-se ao fato de que aquele lugar pertencera a libertos, um lugar de muita pobreza, tornara-se um lugar onde puderam conviver juntos os pobres e a classe média.

Já para D. Maria da Glória, tudo é melhor atualmente, pela existência da rua, do ônibus, da televisão e pelo fato de ela poder ir à igreja.

Importante destacar as dificuldades de Vilma quanto aos seus direitos civis, uma vez que o seu direito à aposentadoria foi adiado devido à prática comum dos empregadores de não legalizar a situação do trabalhador. Isso ocorria, principalmente, com afrodescendentes, mulheres, pessoas com baixa escolaridade e com aqueles que, por não terem família ou pertencerem a uma família com extrema pobreza, eram “criados”, trabalhando na casa da família em troca de sua subsistência.

Os três irmãos são netos de D. Ambrozina Bastos, filha de uma liberta da colônia agrícola. Rossi Meleide afirma que sua avó era branca, não negra, mas filha de escrava com um feitor que era fazendeiro. Os três não sabem muita coisa de sua família, mas quiseram ser entrevistados para que pudessem colaborar de alguma forma para a pesquisa. O pouco que sabem sobre a descendência de escravos fora contado pela mãe que tinha orgulho de D. Ambrozina e achava aquela história bonita. A sua mãe cuidava muito bem dos ternos de linho acetinado do seu pai, Sr. Porfírio (Pipiu). Quando ela adoeceu contraindo tuberculose, ele levava os ternos para serem lavados na lavanderia. O Sr. Porfírio era frequentador assíduo de cassinos, onde perdera muito dinheiro e praticamente todas as suas terras. Dançava muito bem o tango¹²⁵,

¹²⁵ “As marcas da presença africana são relevantes na cultura Argentina – Tango e o Candombe. Não deixam, porém, de surgir hipóteses, de que os negros contribuíram, sobretudo através do candombe, de maneira decisiva para a gênese do tango (tango: bailar em Congo). O tango, de raízes suburbanas, tem também uma ‘história negra’ que se relaciona com os

tendo sido campeão de dança no Clube Atlético Entre Rios (CAER), localizado no centro de Três Rios. Não trabalhava e dizia que não deixaria nada para ninguém. Gostava de freqüentar o bar Imperial, considerado por Rossi Meleide como o bar dos “ricos”. Em sua narrativa, frisa que só se lembra do seu pai usando ternos elegantes. Percebe-se que o terno de linho que ele usava ficou muito marcante em sua lembrança. O Sr. Hélio também fala dos ternos de linho usados pelos descendentes dos libertos, dizendo que os “posseiros” eram alinhados, que arrendavam as suas terras e as perdiam para os arrendatários que as registravam nos seus nomes. Na foto do Sr. Feliciano Cerqueira e a foto de D. Ambrozina com outras pessoas, próximos a uma porteira, os homens estão de terno ou pelo menos de casaco e chapéu. Vimos anteriormente que os negros, muitas vezes, assimilavam comportamentos e atitudes dos brancos, considerados “positivos” por eles. (DOMINGUES, 2002, p. 574) O Sr. Porfírio dançava o tango ignorando as raízes africanas existentes nessa dança, e talvez dançasse tão bem por ser afrodescendente. Os ternos de linho tinham um significado para o Sr. Porfírio e para os outros “posseiros”. O fato de se vestirem com ternos de linho significava que não trabalhavam em roça, não eram lavradores, eram os donos da terra. O Sr. Porfírio, mudando-se para as cidades que possuíam cassinos, jogando, perdendo, vendendo as suas terras para quitar as dívidas, sabendo que suas terras eram invadidas, não se importando, significava poder e percepção de ser um grande proprietário de terras que sustentariam a sua vida de perdulário. O que era verdade, uma vez que Rosse Meleide afirma que as últimas terras ele vendera em 1974, quando alcançara os seus 74 anos.

ritmos afroargentinos, um ‘segredo’ (uma história intencionalmente ignorada) desvelado pelo antropólogo Norberto Pablo Círio. ‘Apesar de sempre existir esse rumor sobre a presença negra no tango, esse assunto nunca foi bem estudado e compreendido’, explica ele, promotor da exposição ‘Historia negra del tango’, que recentemente (de 23 de Abril a 21 de Maio de 2010) se realizou em Buenos Aires no Museo Casa14 Carlos Gardel.[...] Parece pois certo que o Tango, elevado recentemente a patrimônio imaterial da humanidade, é resultado de encontro entre culturas que se verificou na Argentina, periferia de Buenos Aires, nos finais do século XIX, deriva de formas musicais de imigrantes italianos e espanhóis, dos crioulos descendentes dos conquistadores espanhóis que já habitavam os pampas e do ‘Candombe’ africano. Há indícios de influência da ‘Habanera cubana’ e do ‘Tango Andaluz’. O Tango nasceu como expressão das populações pobres, oriundas de todas aquelas origens, que se misturavam nos subúrbios da crescente Buenos Aires.[...]” Fonte: <file:///C:/Users/Windows/Downloads/22-222-1-PB.pdf>. Acesso em: 10.02.2015.

Finalizamos as nossas considerações com uma parte das narrativas do Sr. Hélio e do Sr. Aurélio em que aparecem experiências de solidariedade no bairro Vila Isabel com a formação do “Grupo dos 13”, em 1992. O Sr. Hélio narra que sempre pensara em ajudar a comunidade que era grande e formada por pessoas pobres, sendo a maioria negra. Sua ideia se concretizou com a formação de um grupo de treze pessoas que passaram a ajudar “os menos favorecidos” comprando remédios, fazendo sepultamentos, obras de manutenção em escolas (municipais e estaduais) e no cemitério. Criaram uma caixa de contribuições cujas doações ajudaram até pessoas de outros bairros. O Sr. Aurélio fora convidado a fazer parte do clube por ser “filho de uma família ilustre da cidade”. Das lembranças de sua família, destacamos uma, com referência à sua avó. Segundo o Sr. Aurélio, D. Bárbara gostava de contar “estórias mirabolantes”, “lendas”, mas não contava a história dos escravos. Percebe-se o silenciamento com relação ao passado traumático, ligado à escravidão. Preferia expressar afeto, sendo meiga, carinhosa, cozinhando um excelente feijão para o seu neto a rememorar o passado escravocrata.

Sendo neto de libertos, fora chamado, então, para fazer parte do “Grupo dos 13” pelo Sr. Hélio, pelo Sr. Valdir, conhecido como Valdir “bola branca” e por um senhor chamado Walter Jerônimo. O grupo se formara com a intenção de acionar uma rede de socorro mútuo nas mais diversas situações, prática adotada comumente em grupos de camadas populares existentes nas regiões mais pobres do país ou entre redes familiares. (GOMES e DUARTE, 2007, p. 172-173)

CONCLUSÃO

Depois de dois anos de sua formação, em 1884, a colônia agrícola de Nossa Senhora da Piedade apresentava problemas.

Os desejos da Condessa do Rio Novo expressados em seu testamento, no que tange aos destinos dos seus libertos, não deram certo. A Irmandade de Nossa Senhora da Piedade formada para administrar a colônia agrícola no sistema de parceria, onde a produção do café seria dividida pela forma de meação, não cumprira com o que fora determinado.

Apesar das queixas da “escassez de meios para realizarem seus desejos de melhoramentos” nas terras recebidas, pois esses melhoramentos dependiam da administração da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, os laços e os valores familiares foram construídos. Em um ano realizaram 62 casamentos, legitimando os filhos que possuíam antes do casamento.

Quando o jornal “O Provinciano” (1885) publicou que os libertos da colônia não estavam agindo como “era de se esperar”, omitiu os dispositivos do testamento que tratavam das obrigações da Irmandade. Entretanto, impressos distribuídos na Corte informavam as reclamações dos libertos contra a espoliação da Casa de Caridade e defendiam as suas ações para fazerem valer os seus direitos.

Em 1892, a colônia agrícola administrada pela Irmandade encontrava-se arrendada e novamente os libertos reclamaram junto ao presidente da Câmara Municipal de Paraíba do Sul por mais um ato de “esquecimento” da entidade que se furtava da sua principal função a qual constava no testamento da condessa. O arrendamento não era permitido, pois a condessa desejava “que a colônia fosse sempre a mesma”. Os libertos eram colonos parceiros da Irmandade. A relação de trabalho existente entre os libertos e os arrendatários era mais exploratória do que a existente com a Irmandade, pois, além da exploração do trabalho relativo à produção de café, produziam aguardente a partir da produção de cana existente naquelas terras. Esse produto pertencia à produção nas roças de subsistência, nas quais nem mesmo a Irmandade tinha o direito de participação.

Depois que as terras da colônia esgotaram-se para o café, não proporcionando lucros à Irmandade, seja com a sua administração, seja com a de um arrendatário, não houve interesse na manutenção da mão de obra dos colonos naqueles lotes. Esgotou-se o solo, a expansão de cultivo não era mais possível, devido ao fechamento da fronteira agrícola. Assim, mantidas as formas de produção e com a queda do preço do café, restou o aforamento com a tentativa de retirada dos libertos e de seus descendentes da terra.

No período pós-abolição, os afrodescendentes não construíram o seu aprendizado necessário para a vida nas cidades, pois não foram contemplados com uma política social que promovesse a igualdade na competição com imigrantes ou trabalhadores livres nacionais. Enfrentaram, ainda, a ideologia do embranquecimento, a qual atingiu as populações oriundas do escravismo.

O distrito de Entre Rios sofreu transformações, modernizou-se. Estas eram metas almejadas pela sociedade brasileira, a partir da década de 1930. As palavras de ordem eram “progresso” e “desenvolvimento industrial”. Como a colônia agrícola Nossa Senhora da Piedade pertencia a um passado agrário, escravista, sofreu o silenciamento, o esquecimento no processo de construção da história moderna e desenvolvimentista da cidade de Três Rios, tornando-se palco de conflitos e especulações imobiliárias. Nos anos de 1940, a colônia agrícola se transformou em bairro Colônia ou bairro da Colônia, considerado próspero e populoso, integrou-se à zona urbana através dos aforamentos e recebeu um povoamento, que modificou o espaço e as atividades desenvolvidas naquele lugar.

Nos discursos dos sujeitos através dos jornais ou nas atas da Câmara Municipal de Três Rios, os colonos desaparecem por completo, apagando-se o seu passado e, conseqüentemente, os seus direitos quanto às terras. Contudo, em setembro de 1940, a Sra Ambrozina de Lima Bastos liderou um grupo de descendentes dos libertos para iniciar uma Ação de Usucapião no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Paraíba do Sul. Sabendo de suas origens, por meio das lembranças de suas famílias, das gerações anteriores, lutaram contra o esquecimento, lutaram pelos seus direitos.

As “lembranças subterrâneas” emergiram com força e forçaram a Casa de Caridade a reagir em um processo durante dez anos, uma vez que esta se esquecera da sua função e de uma das razões da sua existência: passados os

cinquenta anos de sua administração, a colônia ficaria emancipada para que os libertos e seus descendentes partilhassem entre si as terras.

A Irmandade ou Casa de Caridade tentou expedir o Formal de Partilha e registrar os imóveis deixados pela condessa, antes da resolução do processo, mas os descendentes dos libertos venceram a Ação de Usucapião, celebrando, em 18 de abril de 1950, o aforamento direto.

Embora o povoamento e as redes de relacionamentos ocorressem no bairro de forma pacífica, alegre, festiva, com os eventos promovidos pelo Clube Colônia, através de seus moradores, e as obras o deixassem mais “aprazível”, prometendo tornar-se “um dos mais progressistas”, conforme analisado nos jornais, o bairro também teve tensões, segundo os discursos dos vereadores de Três Rios e as memórias dos entrevistados.

Em 22 de janeiro de 1951, a discussão na Câmara girava em torno da desapropriação de terras no bairro Colônia para construção de casas populares. Os vereadores discutiram sobre as terras, ora referindo-se a estas como “Colônia”, ora como “bairro Colônia”. Informaram que, no governo do prefeito Walter Francklin, este havia tentado, através de Decreto-Lei, desapropriá-las e não obteve sucesso. O vereador Joaquim Ferreira julgou ser inconveniente e insegura a propriedade da Colônia, por ser considerada “terra de ninguém”. Segundo ele, não se conheciam os seus donos. Além disso, seria uma terra antipatizada pelos trabalhadores. De acordo com o vereador João Silveira, a Casa de Caridade tinha se tornado a legítima proprietária. Mesmo sabendo disso, defendia a desapropriação das terras.

Os descendentes dos libertos que venceram a Ação de Usucapião em 1950, um ano depois, não eram nem citados na discussão. “Terra de ninguém” era o termo empregado para falar de um espaço que possuía 67 anos no total de sua história iniciada em 1884, com a fundação da colônia.

O posicionamento dos políticos em Três Rios, após a sua emancipação em 1938 da cidade de Paraíba do Sul, era de negar o poderio da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, que influenciava a organização territorial da cidade, refletindo na sua administração e na sua economia.

A memória e a história dos descendentes dos libertos no bairro Colônia sofreu mais um golpe ocasionando o seu esquecimento, a sua negação quando, em 1951, o seu nome foi trocado para Vila Isabel. O nome

“embranquecido” pela homenagem à princesa redentora contribuiu para o silêncio sobre o seu passado.

Esse passado permaneceu obscurecido, mas as memórias imersas nos documentos, nos periódicos e nas lembranças de alguns afrodescendentes e moradores mais antigos da Vila Isabel foram trabalhadas no sentido de vencer o “esquecimento” e o “silêncio”, como também de registrar essa trajetória na tentativa de construir um processo visando à transformação.

Essa transformação à qual estamos nos referindo, consiste na forma como os afrodescendentes veem o seu passado. Percebe-se que muitos preferem continuar em silêncio.

Sendo assim, terminamos este trabalho com a certeza de que a memória dos afrodescendentes na Vila Isabel pode ser tema de pesquisas posteriores, pois, apesar do nosso esforço e de nossas tentativas de buscar elementos que pudessem enriquecer mais ainda esta tese, não conseguimos retirar do “silêncio” e das “memórias traumáticas” todas as “lembranças” que queríamos para que o assunto se aprofundasse ainda mais. Contudo, a memória e a história dos descendentes dos libertos da Colônia Agrícola de Nossa Senhora da Piedade encontram-se registradas e, assim, espera-se que sejam valorizadas, compreendidas, nos vários aspectos que apresentamos aqui. Com isso, o conhecimento construído pretende contribuir para renovar pontos de vista, em um comprometimento com as novas gerações, no sentido de reconhecer as trajetórias de vida de seus ancestrais como um passado de luta, de resistência, de conquistas, entre outros para possuírem uma nova maneira de pensar o mundo. Como nos disse Barros (2009, p. 221): “É dotar essa identidade de força política, de valor social, de pujança cultural.”

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (Org). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2009.

AZEVEDO, Célia Marinho. **Onda negra, medo branco**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História. Estrutura Fundamental e Capítulos Iniciais**. Vol. 1. Rio de Janeiro: CELA, 2002.

_____. **Quadro Teórico e Formulação de Hipóteses**. Vol. 2. Rio de Janeiro: CELA, 2002.

_____. **A Construção Social da Cor**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BOSERUP, Ester. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo: Editora Hucitec/Polis, 1987.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOURDIEU, P. **Questions de sociologie**. Paris: Les éditions de minuit, 1988.
_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. **Imigrantes italianos em uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)**. Dissertação de Mestrado. Vassouras: USS, 2001.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano**. 2. Morar, cozinhar. 11ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. Cia das Letras: São Paulo, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural. O direito à cultura.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo., 2006.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia.** 4ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

COSTA, Iraci Del Nero. **Brasil: história econômica e demográfica.** São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

COSTA, João Severiano Maciel da; SILVA, José Bonifácio de Andrada e; SILVA, José Eloy Pessoa da e BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo César. **Memórias sobre a escravidão.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma História não contada. Negro, Racismo e Trabalho no Pós-Abolição em São Paulo (1889-1930).** Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH/USP, 2001.

FAUSTO, Boris (Direção). **História Geral da Civilização Brasileira. III. O Brasil Republicano. 1. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930).** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** Coordenação: Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. – 4. Ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

FILHO, Daniel Aarão Reis (Org.). **Intelectuais, História e Política (Séculos XIX e XX).** Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2000.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. **A Paz das Senzalas. Famílias Escravas e Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares.** 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FORMAN, Sheppard. **Camponeses: sua participação no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala.** 43ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

GIAROLA, Flávio Raimundo. **As representações da mão-de-obra: escravos, imigrantes e trabalhadores nacionais nos discursos dos políticos**

sanjoanenses (1871-1889). Dissertação de Mestrado. São João Del-Rei: PGHIS/UFSJ, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

GOMES, Edlaine De Campos e DUARTE, Luiz Fernando D. **Três famílias – identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX.** São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

GOMES, Mauro Leão. **A Cultura do Café e o Debate Ambiental no Século XIX. O Caso de Cantagalo na Província do Rio de Janeiro.** Dissertação apresentada ao Curso de Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, CPDA/UFRRJ, 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-Iphan, 2002.

GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera (Org). **O que é Memória Social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro Editora, 2006.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Org). **História Geral da Civilização Brasileira II.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1997.

INNOCENCIO, Isabela Torres de Castro Innocencio. **Liberdade e acesso à terra.** Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, 2005.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memória.** Madrid: Siglo XXI de España Editores S/A, 2002.

JORGE, Cinara. **Pioneiros dos três rios. A Condessa do Rio Novo e sua gente.** Três Rios: Gráfica e Editora Boa União, 2012.

KNOX, Miridan Britto. **A questão servil na fala dos presidentes da província do Piauí”, in Anais. VI Simpósio.** ANPUH, São Paulo: 1973, Volume II, PP. 355-370.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

LINHARES, Maria Yedda. (Org). **História Geral do Brasil.** 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 2000.

_____e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na Década da Abolição**. (2ª Ed.) São Paulo: EDUSP, 2010.

MARCONDES & FALCI. **Escravidão e Reprodução no Piauí. Oeiras e Teresina (1875)**. FEA/USP. São Paulo: USP, 2001.(mimeo)

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio. Os significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil, Séc. XIX**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1998.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos vontades livres**. São Paulo: FAPESP, 1999.

MOTTA, Márcia Maria Menendes Motta. **Nas Fronteiras do Poder: Conflitos de Terra e Direito Agrário no Brasil de Meados do Século XIX**. Campinas: Tese de Doutorado apresentada ao departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1996.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares, in: Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. PUC-SP, dez. 93.

PEREIRA, Camila Mendonça. **Abolição e Catolicismo. A participação da Igreja Católica na Extinção da Escravidão no Brasil**. Niterói: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2011.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REIS, João José. **A morte é uma festa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____e SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

RIBEIRO, Rosângela de Fátima Campos. **Três Rios (RJ) – A crise dos anos 80 e o mito da “Esquina do Brasil”**. Niterói: UFF-Dissertação de Mestrado em Geografia, 2009.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. **Memórias do Cativoiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento**. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-07122009-102220/pt-br.php . Acesso em: 30.09.2014.

SÁ, A. de Ribeiro de. **Paraíba do Sul e Entre-Rios. Cartas e Estudos Históricos**. Juiz de Fora: Tipografia Brasil, 1944.

_____. **Três Rios (Entre-Rios) sua origem e fundação**. Juiz de Fora: Gráfica Esdeva, 1970.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANT'ANNA, Márcia. **Patrimônio imaterial: do conceito ao problema da proteção**, in: **Revista TB**. Rio de Janeiro, 147:151/161, Out.-Dez., 2001.

SCHWARCZ, Lília Moritz (Direção e Coord). **História do Brasil Nação: 1808-2010. A Abertura para o Mundo (1889-1930)**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre/Objetiva, 2012.

_____. (Direção) GOMES, Ângela de Castro (Coord). **História do Brasil Nação: 1808-2010. Olhando para o Mundo. (1930–1964)**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre/Objetiva, 2013.

SILVA, Eduardo. **Dom Obá II D'África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SILVA, Jaime da. **Cativoiro e Liberdade**. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

SILVA, Pedro Gomes da. **Capítulos de História de Paraíba do Sul**. Rio de Janeiro: Cia Brasileira de Artes Gráficas, 1991.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). HALL, Stuart e WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

SIMON, Maria Lúcia Mexias. **O falar da escravidão**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na família escrava, Brasil sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SZMRECSÁNYI, Tomás e GRANZIERA, Rui G. **Getúlio Vargas & a economia contemporânea**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

TEIXEIRA, Ezilma. **Aprendendo Nossa Terra**. Três Rios: Editar Editora Associada, 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VINHAS, M. **Problemas agrário-camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1972.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez. **História falada: memória, rede e mudança social**. São Paulo: SESC SP; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto e GOMES, Flavio (Orgs). **Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

FONTES

a) Documentos Manuscritos:

Testamento de Mariana Claudina Pereira de Carvalho – Condessa do Rio Novo. 1881. Fórum de Paraíba do Sul.

Inventário do espólio de Mariana Claudina Pereira de Carvalho – 03.11.1882. Fórum de Paraíba do Sul-RJ.

Atas das assembleias da Câmara Municipal de Paraíba do Sul (1882-1932).

Livro 08 – 1879 a 1883

Livro 09 – 1883 a 1886

Livro 10 – 1886 a 1890

Livro 11 – 1890 a 1893

Livro 12 – 1893 a 1895

Livro 13 – 1895 a 1897

Livro 14 – 1897 a 1899

Livro 15 – 1899 a 1908

Livro 16 – 1909 a 1916

Livro 17 – 1916 a 1922

Livro 18 – 1922 a 1928

Livro 19 – 1928 a 1936

Livro 20 - 1936 a 1937 e 1947

Atas das assembleias da Câmara Municipal de Três Rios (1949-1951)

Atas de Novembro de 1949 a Julho de 1951.

Escritura de Doação - D. Nair Pereira de Oliveira – entrevistada em 06.03.2012.

b) Publicações Oficiais

“Boletins da Sociedade Central de Imigração”. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1883-1884. Boletim nº 3. Com notas de A. de Estragnole Taunay, Barão de Teffé, Barão de Irapuã, Bearepaire Rohan. Sessão de Obras Raras. Biblioteca Nacional – RJ.

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade de Paraíba do Sul. Aprovado pelo Exmo e Revmo Sr. Bispo de Petrópolis, por provisão de 22 de dezembro de 1903 e portarias de 8 de fevereiro de 1915 e 9 de agosto de 1916 do Revmo Bispo de Niterói, D. Agostinho F. Benassi.

Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual. Fontes Arquivistas/Coordenação do Arquivo Nacional. 2 v. Rio de Janeiro – Sergipe. Brasília, 1988.

IBGE - Conselho Nacional de Estatística. Sinopse Estatística do Município de Três Rios. Estado do Rio de Janeiro. 1948.

Regulamento da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade – Regedora da Casa de Caridade de Paraíba do Sul.

Aprovado pela mesa administrativa, nas sessões ordinárias de 1º de maio de 1904, 6 de dezembro de 1908 e 18 de outubro de 1925.

Casa de Cultura de Três Rios - RJ

Jornal “Arealense” – 1909 a 1914; 1917 a 1918; 1921 a 1922; 1929 a 1931; 1937.

Jornal “A Tribuna” – 1929 a 1932.

“Entre-Rios” Jornal – 1939

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PARAÍBA DO SUL

Jornal “Parahybano”, de Julho a Dezembro de 1868 e Julho a Dezembro de 1869. (2) Compact Disc (CD-ROM)

Jornal “O Agricultor”, de Janeiro de 1873 a Agosto de 1873 a Novembro de 1873 a Janeiro de 1874. (7) Compact Disc (CD-ROM)

Panorama Sócio-Econômico do Município de Três Rios / PMTR – Prefeitura Municipal de Três Rios, 2002.

c) Endereços eletrônicos:

BOTELHO, Tarcísio R. **População e espaço nacional no Brasil do Século XIX**. Belo Horizonte. Cadernos de História, v. 7, n. 8, p. 67-83, 2º sem, 2005. Disponível em: periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1720. Acesso em: 26.09.2014.

Cartas Patrimoniais. Disponível em: www.portaliphan.gov.br – Acesso em: 10.04.2012.

“**Código Civil de 1916 – Lei 3071/16 – Lei nº 3.071**”, de 1º de janeiro de 1916. [...] Seção IV – “**Do Usucapião**”. Art. 550. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/legislacao/103251/codigo-civil-de-1916-lei-3071-16. Acesso em: 12.06.2013.

COUCEIRO, Luiz Alberto; MOREIRA, Carlos Eduardo. **Dimensões cativas e construção da emancipação: relações morais nas lógicas de sociabilidade de escravos e livres. Sudeste, 1860-1888**. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos. Vol. 25. nº 2, 2003. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-546x2003000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 21.10.2014.

DOMINGUES, Petrônio José. **Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930**. Rio de Janeiro. Estudos Afro-asiáticos. Vol. 24. nº 3, 2002. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000300006. Acesso em: 17.11.2014.

Uma História não contada: negro, racismo e branqueamento. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?isbn=8573593679>. Acesso em: 17.11.2014.

GIAROLA, Flávio Raimundo. **Racismo e teorias raciais no século XIX: Principais noções e balanço historiográfico**. Grupo de Pesquisa Arqueologia Histórica da Unicamp. 2010. Disponível em: www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=313 Acesso em: 14.11.2014.

GOMES, Mauro Leão. **Protocampesinato e Produção Agrária Sustentável no Brasil do Século XIX. Um estudo de caso em Cantagalo, no Rio de Janeiro**. Disponível em: www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/.../Gomes%20Mauro%20Leão.doc. Acesso em: 02.10.2014.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Criminalidade e escravidão em um município cafeeiro de Minas Gerais – Juiz de Fora, século XIX**. Disponível em: bdjur.stj.jus.br/xmlui/bitstream/handle/2011/65405/criminalidade_escravidao_guimaraes.pdf?sequence=1. Acesso em: 25.09.2014.

LEITE, Ilka Boaventura. **O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais**. UFSC. Estudos Feministas; Florianópolis; 16

(3):424, setembro-dezembro/2008. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/15.pdf . Acesso em: 09.04.2013.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860**. An. mus. paul. vol. 13. nº. 2 São Paulo July/Dec. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142005000200006. Acesso em: 07.02.2013.

NASCIMENTO, Antonio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria. **O pós-abolição na Bahia: memória à construção da vida livre**”. 2008. Disponível em: www.books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-02.pdf. Acesso em: 31.10.2014.

PORTO, Darnes da Silva. **A capoeira na cultura brasileira. Um resgate histórico**. 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd142/a-capoeira-na-cultura-brasileira.htm>. Acesso em: 05. 02.2013.

RIBEIRO, José da Silva. **Hibridação Cultural: sonoridades migrantes na América Latina**. CEMRI/Laboratório de Antropologia Visual 107 Universidade Aberta. O Público e o Privado – nº 17 – Janeiro/Junho – 2011. Disponível em: www.file:///C:/Users/Windows/Downloads/22-222-1-PB.pdf. Acesso em: 10.01.2015.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos Santos. **Os bastidores da lei: estratégias escravas e o Fundo de Emancipação**. Disponível em: www.revistahistoria.ufba.br/2009_2/a02.pdf. Acesso em: 06.09.2014.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n. 53, p. 117-149, março/maio 2002. Disponível em: www.usp.br/revistausp/53/12-giralda.pdf. Acesso em: 08.03.2014.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. **Os filhos das escravas: crianças cativas e ingênuas nas propriedades de Mariana (1850-1888)**. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/viewFile/2027/2413>. Acesso em: 03.08.2014.

VALLADARES, Licia. **A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às Ciências Sociais**. RBCS. Vol. 15 nº 44 outubro/2000. www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145. Acesso em: 09.04.2014.

VIANNA, Larissa. **Os Trópicos na rota do Império britânico: a visão de Mungo Park sobre a África em fins do século XVIII**. Hist. Cienc. Saude-Manguinhos vol 18 nº 1. Rio de Janeiro Mar.2011. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000100003. Acesso em: 20.09.2014.

www.artigonal.com/direito-artigos/formal-de-partilha-1522841.html. Acesso em: 12.06.2013.

www.associartbrasil.com.br. Acesso em: 14.06.2013.

www.camaralp.mg.gov.br/historia-do-legislativo.html. Acesso em: 03.11.2014.

www.cna.pt/artigostecnicos/filipesaruga/06%20vtjulho2002_filipesaruga.pdf. Acesso em: 12.11.2014.

www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/tresrios.htm. Acesso em: 15.06.2013.

<http://estoriasdahistoria12.blogspot.com.br/2013/10/as-transformacoes-na-vida-urbana-o.html> . Acesso em: 04.11.2014.

www.idtl.com.br/artigos/176.pdf. Acesso em: 14.06.2013.

www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/pdfs/livros/Capitulo_1-30.pdf. Acesso em: 03.11.2014.

<http://www.letras.ufmg.br/literafro/data1/autores/84/dados2.pdf> . Acesso em: 15.10.2014.

www.patrimoniofluminense.rj.gov.br/patrimonio-cultural/capela-nossa-senhora-da-piedade-tresrios/ . Acesso em: 15.06.2013.

www.jornalplasticobolha.com.br/pb24/quartodedespejo.htm. Acesso em: 09.04.2014.

<http://pt.scribd.com/doc/33881697/Ordenacoes-Filipinas>. Acesso em: 02.09.2014.

<http://pt.slideshare.net/coopermoda/tecnologia-textil-apostilha-tecnica> Acesso em: 08.10.2014.

www.skyscrapercity.com. Acesso em: 15.06.2013.

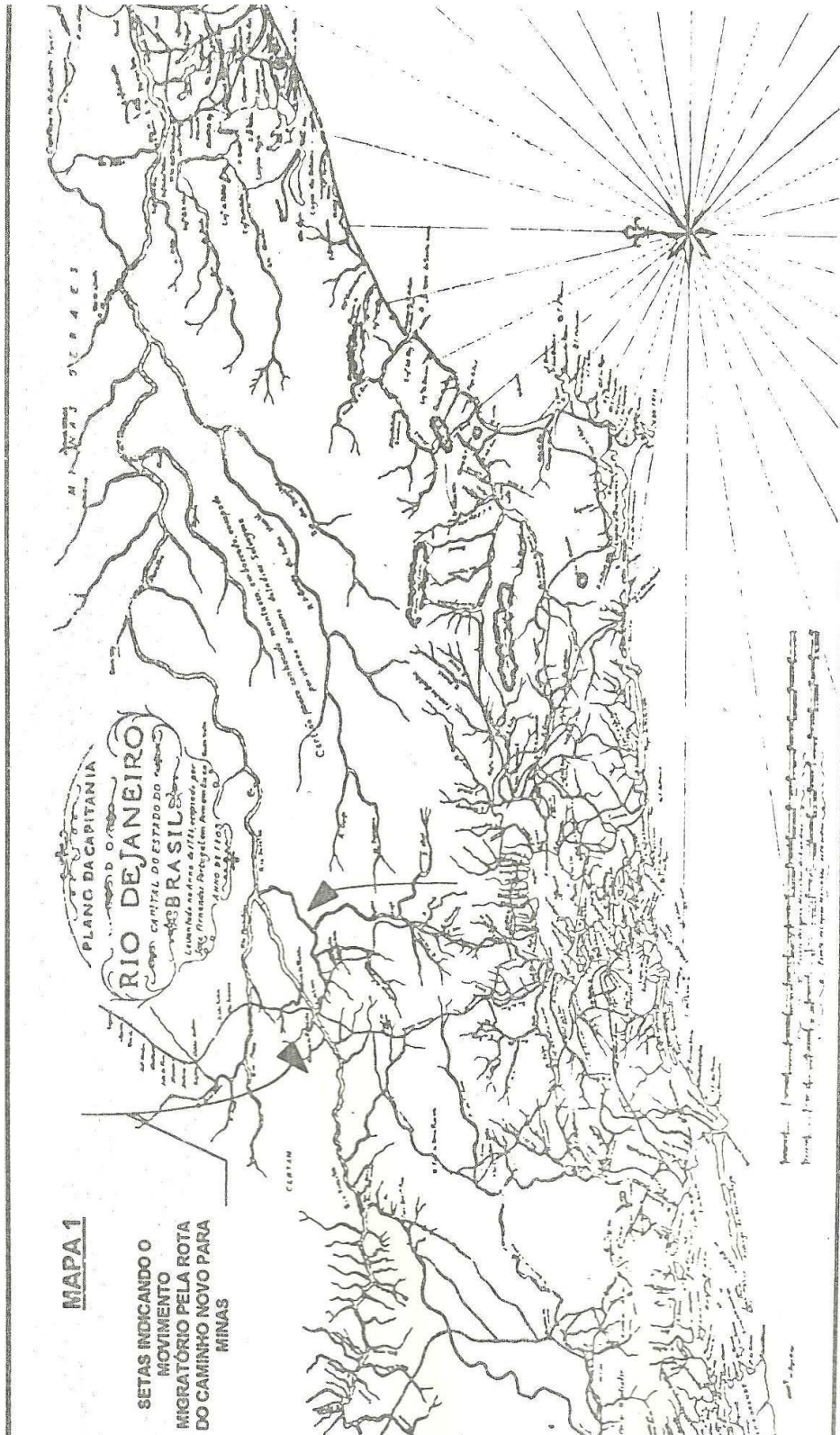
www.trabalhosfeitos.com/ensaios/cartas_patrimoniais/736478.html. Acesso em: 10.04.2012.

www.tresrioscriativa.com.br/espacoeventos/1330 . Acesso em: 14.06.2013.

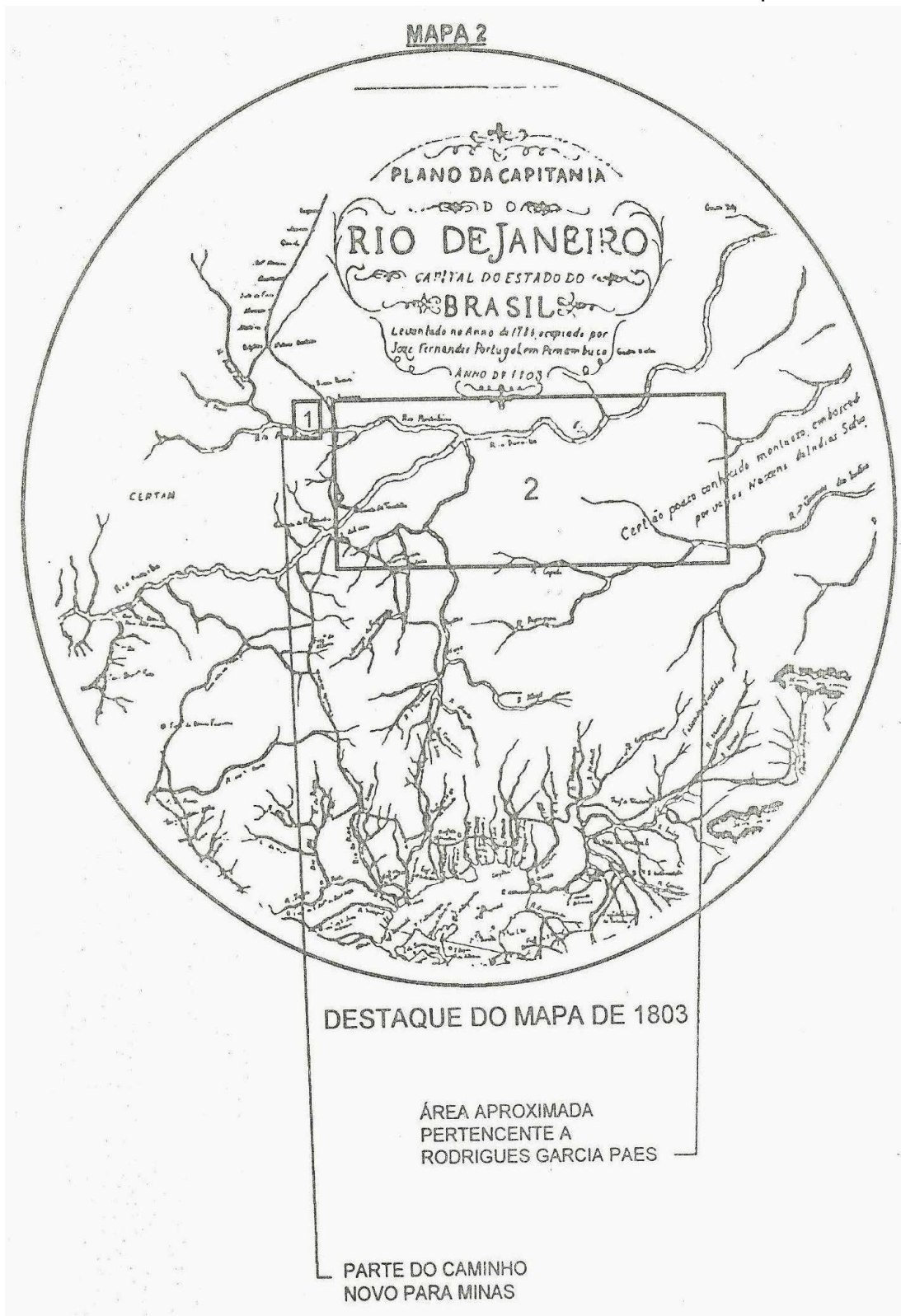
www.tresrios.rj.gov.br/historia-de-tres-rios/. Acesso em: 03.09.2014.

ANEXOS

ANEXO I – Plano da Capitania do Rio de Janeiro - 1803

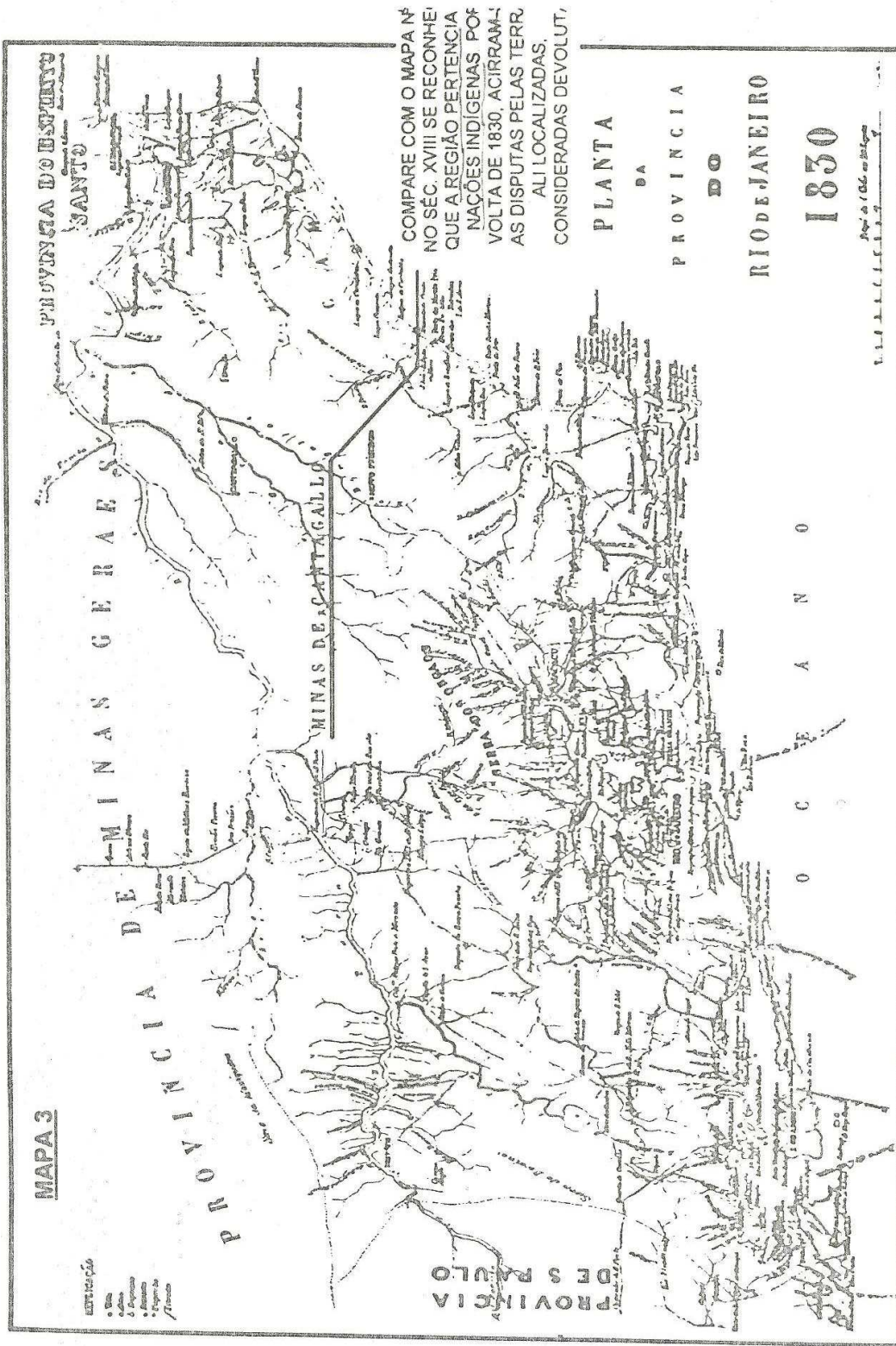


Fonte: MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas Fronteiras do Poder: Conflitos de Terra e Direito Agrário no Brasil de Meados do Século XIX**. Campinas: UNICAMP, 1996.



Fonte: MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas Fronteiras do Poder: Conflitos de Terra e Direito Agrário no Brasil de Meados do Século XIX**. Campinas: UNICAMP, 1996.

ANEXO III – Mapa da Província do Rio de Janeiro - 1830

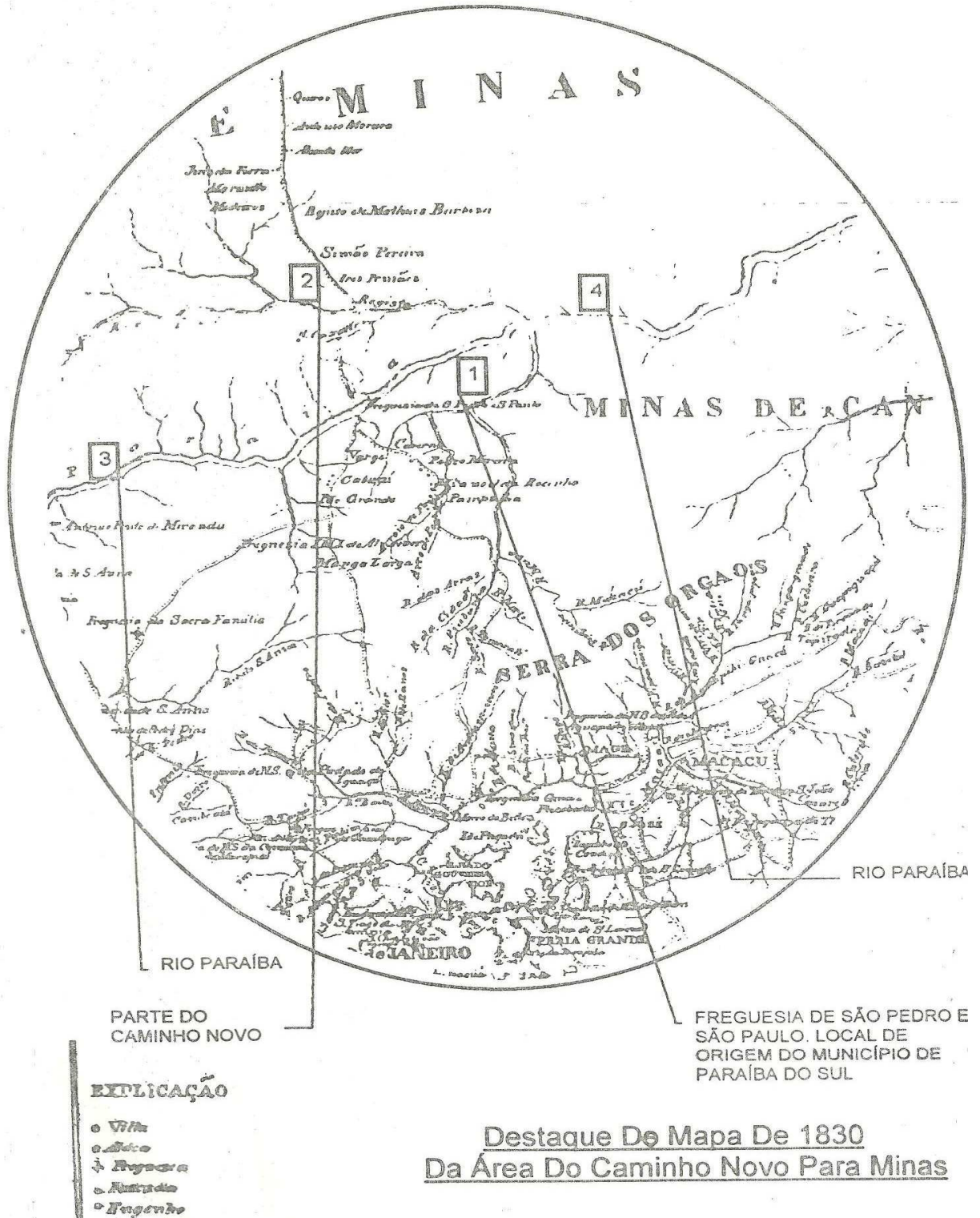


MAPA DA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO - 1830
FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO (ALTERAÇÕES FEITAS PELA AUTORA)

Fonte: MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: Conflitos de Terra e Direito Agrário no Brasil de Meados do Século XIX*. Campinas: UNICAMP, 1996.

ANEXO IV – Área do Caminho Novo para Minas

MAPA 4



Fonte: MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas Fronteiras do Poder: Conflitos de Terra e Direito Agrário no Brasil de Meados do Século XIX.** Campinas: UNICAMP, 1996.

ANEXO VI – Tabela de Dados de Escravos Fugitivos – 1868/1869

ESCRAVO	SENHOR	LOCAL	CARACTERÍSTICAS	OBSERVAÇÕES	DATA JORNAL/ FUGA
João	Claudio José Ferreira	Piabanha	Congo, estatura alta, rosto redondo, desdentado, barba debaixo do queixo, tem um signal bem no meio do peito atravessado de ferida nas costas e outro signal de ferida bem no meio das costas.	Quem o apreender e levá-lo a seu senhor, no lugar acima declarado, será gratificado.	Edição de 05.08.1868.
Caetano	Casa de França e Irmão	Registro do Parahybuna	Crioulo, official de alfaiate, com os signaes seguintes: estatura regular, côr fula, bons dentes, pouca barba e alguma que tem costuma usa-la no queixo, tem na garganta uma cicatriz de uma ferida que teve, as pernas um pouco arqueadas, mas anda desembaraçado, falla bem e com facilidade, e sabe lêr alguma cousa letra de imprensa.	Quem o apreender e apresentar aos seus senhores acima, será bem gratificado, e protesta-se desde já contra quem o acoute.	Edição de 26.08.1868. Fugiu em 23.08.1868.
Tiburcio	João Paefiro	Sítio Santo Antonio da Tabatinga, perto da Estação da Serraria	Crioulo, natural da Bahia, regulando ter de idade 22 anos (pouco mais ou menos), de estatura regular, corpolento, bem feito, retinto, com principio de ponte de barba, tem um dente de lado quebrado, é bem falante e muito intelligente.	Quem o appreender e levar ao lugar acima mencionado ou der notícias certas será generosamente gratificado.	Edição de 29.09.1868. Fugiu em 31.07.1868.
Lazaro	João Francisco de Mendonça	Fazenda de Monte Alverne, em Santa Thereza de Valença	Crioulo, tendo os signaes seguintes: é baixo, tem cabellos brancos na cabeça, barba no queixo e falhada nos lados, e os pés um pouco grandes.	Quem o appreender e levar à casa de Domingos José Machado, no Recreio de Santa Elias (nesta vila) receberá a	Edição de 02.09.1868.

				gratificação de 50\$000.	
Mariano	João Pereira de Souza Guimarães	Bemposta	Crioulo, 18 anos de idade, baixo, magro, cara fina e olhos pequenos; é natural de Guaratyba; levou uma manta de lã, uma camisa de algodão (usada), e calça e camisa de riscado escuro.	Quem o apprehender receberá a quantia de 50\$000.	Edição de 31.10.1868. Fugiu em 29.10.1868.
João e Ignácio Mineiro	Innocencia Pereira Xavier Rabello	Fazenda Retiro	-Mulato claro, 40 annos (mais ou menos), estatura mais que ordinária, cheio de corpo, pouca barba, cabello annellado, e não encara para quem falla. -Cabra escuro, sem barba, alto e magro, rosto comprido, olhos vivos, 25 annos de idade (mais ou menos), natural da cidade de Pitangui (em Minas), onde tem parentes; foi alli escravo do fallecido capitão Bernardo Xavier Rabello; tem um pequeno papo no pescoço.	Desconfia-se que seguisse para Pitangui. Gratifica-se bem a quem os apprehender e entrega-los na referida fazenda, ou na Corte, à Albino Lúcio de Figueiredo Lima, na rua dos Pescados, 95.	Edição de 11.11.1868. Fugiram em 08.11.1868.
Firmino	Dominos José de Santanna	Fazenda das Laranjeiras em Entre-Rios	Natural de Sergipe, com 25 annos de idade (pouco mais ou menos), côr preta, sem barba, estatura alta, reforçado de corpo, peito largo; tem uma orelha furada e pés grandes; levou uma argola no pescoço, a qual já deve ter tirado, e uma carapuça de preto do ganho.	É provável que tenha fugido para a Corte; onde já foi preso uma vez na rua do Aterrado. Quem o apprehender e levar a seu senhor, no lugar acima, ou na Corte, à Albino Lúcio de Figueiredo Lima, à Rua dos Pescados, 95, receberá a gratificação de 50\$000.	Edição de 12.12.1868. Fugiu em 05.12.1868.
Felippe e Daniel	João Dominos dos	Sant'Anna do Deserto	-De nação, idade 35 a 38 annos, estatura regular,	Estes escravos pertencerão a fazenda de	Edição de 10.07.1869.

	Santos		<p>bem reforçado, beijos grossos e falla atrapalhada, pés bastante altos e cumprido, sem barba; levarão roupa.</p> <p>-Creoulo do Norte, idade 35 a 38 annos, baixo, bastante barba, pés pequenos e um pouco cambeta, em uma das pernas tem um signal de queimadura, cõr retinta e bem falante.</p>	Ericeira, onde foram arrematados em praça. Quem os apprehender e levá-los a seu senhor no lugar acima indicado, será gratificado com a quantia de 50\$.	
Galdino	Manoel José de Almeida	Fazenda do Barro Alto	<p>Pardo, natural da Villa da Estrella, idade 24 annos, altura regular, pouca barba, com falta de dentes na frente, corpo reforçado, fallante e anda desembaraçado; levou vestido calça de algodão riscado e camisa de algodão Santa Catharina, chapéo de palha.</p>	Quem o apprehender será gratificado com a quantia de 50\$000 e protesta-se com todo o rigor da lei, contra quem o tiver acoutado.	Edição de 01.09.1869.
Antonio	Francisco Gomes de Aguiar	Fazenda do Sr Francisco Gomes de Aguiar	<p>Pardo, natural da Bahia, baixo, corpo grosso, pouca barba em baixo do queixo, bons dentes, tem um signal de ferida no peito do pé; levou roupa fina e chapéo do Chilis já usado, levou também um sacco de roupa fina.</p>	Quem o apprehender e leva-lo a seu senhor, será gratificado com a quantia de 100\$000.	Edição de 11.09.1869. Fugiu em 03.09.1869.
Manoel	João Nunes de Oliveira	Fazenda Velha, freguesia de Bemposta	<p>Crioulo, idade 30 annos (pouco mais ou menos), cõr fula, falla manso e fino, padece de cravos de boubas o que o impossibilita de andar desembaraçado; levou vestido calça e camisola de</p>	Quem o apprehender será bem gratificado.	Edição de 27.10.1869. Fugiu em 09.10.1869.

			baeta azul.		
Marcos	Francisco Gonçalves Portugal	Morador do município de Valença	Côr preta, altura regular, barba no queixo, e tem no corpo alguns signaes de castigo.	Quem o apprehender e leva-lo a seu senhor em sua fazenda, será gratificado.	Edição de 24.11.1869. Fugiu em 15.11.1869.
Bento	Guilherme Benjamin	Areal (União e Indústria)	De nação Inhambane, com signaes da mesma e de bexigas; é de estatura baixa, costuma trocar seu nome e o de seu senhor.	Quem o apprehender será bem gratificado.	Edição de 08.12.1869. Fugiu em 06.12.1869.
José, Miguel e Laurindo	Luiz Cordeiro do Couto	Registro do Parahybuna	-Oficial de carpinteiro, pardo escuro, 40 annos de idade, com falta de dentes, corpo regular e rosto descarado. -Preto de roça, arreiador, 30 e tantos annos de idade, corpo bem reforçado, barba cerrada e olhos grandes. -Idade 27 annos, pardo escuro, corpo regular, bem fallante de roça e faz telha; levarão diversas qualidades de roupas.	Quem os apprehender e entregar nesta Villa a seu dono, ou José Dionísio Ribeiro do Val, ou na Corte aos Srs. Francisco Nogueira e Comp., ou delles der noticias certas será bem gratificado.	Edição de 22.12.1869. Fugiram em 15.12.1869.
João e Martinho	Luiz Vieira da Costa Machado	Freguesia de Bemposta	-Creoulo, alto, cheio de corpo, falla mansa, olhos vermelhos, barba não muito cerrada, idade 35 a 40 annos; levou roupa de algodão de Minas, barrete de lã e japona de baetão. -Creoulo, official de pedreiro, baixo, grosso, pouca barba, aspecto sisudo, olhos pequenos, pernas arcada para fora, pouco falante, idade 28 a 34 annos, levou camisa de riscado, calça azul, japona de baetão, chape	Ambos forão comprados ao Sr. Pinto Braga morador no Maçambará. Gratitica-se bem a quem os apprehender e leva-los a seu senhor, ou na Corte aos Srs. Firmino Caetano do Valle e Irmão.	Edição de 22.12.1869. Fugiram em 19.12.1869.

			pequeno, preto já usado.		
Marianno	Antonio José de Souza	Bemposta	Moçambique, estatura regular, corpo reforçado, rosto comprido, côm fula, pés grandes, foi vestido com roupa de algodão de Santo Aleixo tinto e chapéu preto de lebre.	Quem o apprehender e leva-lo ao dito Sr. Na sua fazenda será bem gratificado, e protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o tiver acoutado.	Edição de 22.12.1869. Fugiu em 13.12.1869.
Cesário	José Antonio de Souza Mello	Sítio de S. Lourenço, freguesia de Bemposta	Congo, altura regular, côm fula, bons dentes, pouca barba, pés pequenos e bem feito de corpo, idade 40 annos.	Quem o apprehender e leva-lo ao referido sítio ou nesta Villa, será bem gratificado, protestando-se com todo o rigor da lei contra quem o tiver acoutado.	Edição de 22.12.1869. Fugiu em 11.12.1869.

Relação de escravos fugitivos noticiados no Jornal Parahybano entre Julho a Dezembro de 1868 e Julho a Dezembro de 1869.

ANEXO VII – Tabela de Dados de Escravos Fugitivos – 1873/1874

ESCRAVO	SENHOR	LOCAL	CARACTERÍSTICAS	OBSERVAÇÕES	DATA JORNAL/FUGA
Paulino	Manoel Marques	Sítio do Morro do Cedro, freguesia de Cebolas	Crioulo, de idade 20 anos pouco mais, alto, magro, com princípio..., faltando-lhes os dentes superiores, visto no mesmo dia, às 10 horas, passando a ponte das Garças.	Quem apprehender e levar a seu dono no sítio acima indicado, receberá a gratificação de 50\$000.	Edição de 12.01.1873. Fugiu em 03.01.1873.
Jacob	Manoel Moreira de Azevedo	Bocca do Fogo, freguesia de Santo Antonio da Encruzilhada	De nação, tendo pouco mais ou menos trinta anos, reforçado, rosto largo, pouca barba, tendo dous defeitos: um no dedo grande de uma das mãos, resultante de um pleuriz, e outro no pé, sendo o dedo grande afastado.	Gratifica-se com 50\$000 a quem o apprehender e levar a seu senhor e protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o tiver acoutado.	Edição de 19.01.1873.
Domiciano	Caetano José Pereira	Fazenda de Santo Amaro	De nação, com os signaes seguintes: côr preta, alto e corpulento, barbado, olhos grandes, com a barba e o cabelo do peito ficando brancos, tem uma ferida na canela, os pés grandes e a pelle enrugada; levou calça de algodão tinta de preto e camisa de algodão branco.	50\$000 de gratificação a quem o apprehender.	Edição de 20.02.1873. Fugiu em 03.02.1873.
Martins	Luiz Vieira da Costa Machado	Freguesia de Bemposta	Crioulo, cor preta, baixo, grosso, com falta de alguns dentes, pouca barba, pernas um tanto arcadas para fora, falla manso, levou roupa de algodão mineiro, chapeo preto de lebre e tem alguma pratica do officio de pedreiro.	Quem o apprehender e levar a seu senhor, receberá a gratificação de 50\$000 e na Côrte aos Srs. Almeida Ramos e C. Bemposta.	Edição de 20.02.1873.
José	Coronel José Pinto	Fazenda do Cachambú	Crioulo, preto, com os signaes	Quem o apprehender e	Edição de 06.03.1873.

	Tavares		seguintes: idade 25 annos, sem barba, côr fula, pizando um pouco zambo, levou vestido calça de algodão preta e camisa branca...o n. 40 de tinta vermelha.	levar à dita fazenda será gratificado.	Fugiu em 26.02.1873.
Domingas	Antonio Maria Duguet	Fazenda de S. Joaquim da Várzea, freguesia de Santo Antonio da Encruzilhada	Crioula da Corte, de idade de 25 annos, pouco mais ou menos, alta, côr fulla, falla pouco, rosto sobre o comprido e bem parecida, orelhas bastante pequenas, e quando anda é um tanto periquita; deve ter na mão esquerda signal de um leicença recentemente curado sobre a junta do dedo polegar, foi mucama e é actualmente de serviço de roça; costuma pitar cachimbo, e fugio com saia de muscla azul, camisa de algodão de Santa Catharina e lenço amarrado na cabeça; tem cabelo curto, braços grossos, e cintura delgada e comprida; desconfia-se que foi seduzida, por ter fugido sem motivo algum.	Quem a apprehender e levar a dita fazenda será bem gratificado, ou quem der noticia certa onde se acha, protestando-se com todo o rigor da lei contra quem a tiver acoutado, e por prejuízos, perdas e damnos, e 5\$ diários desde o dia da fuga.	Edição de 27.03.1873. Fugiu em 20.03.1873.
Norberto	Caetano José Pereira	Campo da Grama	Natural de Pernambuco, signaes seguintes, altura mediana, corpo regular, tem a perna direita torta para dentro, dentes claros, cara redonda, côr preta, falla bem, tem alguns signaes de feridas	Quem o levar a seu senhor ou em casa dos Srs. Moreira & Ramos será gratificado.	Edição de 10.04.1873. Fugiu em 25.03.1873.

			nas pernas, levou vestido roupa de algodão de S. Aleixo.		
Manuel	José Alves da Cruz	Sítio Recreio ou Fazenda de Santa Izabel	Pardo, idade de 26 annos, com os signaes seguintes: cabello anelado, bonito de feições, peito robusto e largo, tem um pequeno signal em uma das faces, com princípio de barba, tem uma perna um pouco torta, pés grandes e cicatrizes de pancada nas costas, levou chapéu de lebre preto, roupa ordinária de algodão, e uma faca grande.	Quem o apprehender e leval-o a seu senhor, na fazenda acima, receberá uma gratificação. Protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o tiver acoutado..	Edição de 20.04.1873. Fugiu em 14.04.1873.
Pedro Germano	Dr. Bernardo Alves Pereira	Fazenda de Santo Antonio	Pardo, de 26 annos, baixo, bem feito de corpo, acaboclado, cabellos grandes e lisos, barba raspada, bigode grosso e crescido, bem fallante, bons dentes, é natural do Pará, pagem e copeiro. Levou calça azul, paletol de panno piloto grosso, chapéu de palha amarello, com fita preta larga, foi descalço, mas costuma andar calçado.	Gratifica-se com a quantia de 50\$000 a quem o trouxer na fazenda.	Edição de 27.04.1873.
Manoel	João Gomes de Aguiar	Fazenda do capitão João Gomes de Aguiar	Nação Moçambique, altura regular, côr fula, barba no queixo (pouca), bem fallante, no rosto tem algumas espinhas, provenientes das bôbas que sofre, foi vestido com camisa de riscado azul (desbotada), e calça de algodão mineiro. Tem de	Quem o prender e levar à casa de seu dono, será bem gratificado.	Edição de 11.05.1873. Fugiu em 28.04.1873.

			idade 40 anos.		
Bueno	D. Maria Joaquina da Encarnação	Fazenda de Santo Elias	Creoulo, cujos signaes são os seguintes: estatura alta, bem falante, côm fula, má dentadura, olhos grandes, bem feito de corpo e pés, idade 30 annos mais ou menos e tem o vicio de embriaguez; levou vestido roupa toda nova sendo calça de casineta de xadrez, paletol da mesma fazenda ou de brim, camiza de morim ou de chita, chapeo de lebre e presume-se andar calçado.	Gratifica-se com 50\$000a quem o trouxer a esta Fazenda ou delle der noticia certa e protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o tiver acoutado.	Edição de 05.07.1873.
Manoel	D. Luiz Emerenciana de Jesus-Juiz de Fora	Estava com José Luiz Pereira, na Rua dos Andradas, 143 – Rio de Janeiro	Moçambique, 50 annos, alto, magro, cabelo raro, rosto, braços, e pernas compridas, orelhas e bocca grandes, falla grossa e pausada, gesto risonho, pisa devagar por sofre de rheumatismo nos pés.	Já foi preso em Parahyba do Sul, indo de passagem de outra vez que fugio, quem der noticias certas será generosamente gratificado.	Edição de 06.07.1873.
Vicente	José Pinto da Cunha Fernandes	Sítio Palmyra, perto da estação da Serraria	Idade presumível 20 annos, altura regular, rosto redondo, cabeça chata e tem barba, tem as pernas um pouco arcadas, e falla muito manso. Foi comprado há 2 mezes.	Quem o apprehender será bem gratificado.	Edição de 20.07.1873.
Joze, Pedro, Frederico e Jacintho	Manoel Joze Alves de Carvalho	Fazenda do Passa-tempo, freguezia de Santo Antonio da Encruzilhada	Nação Benguela; Nação Rebolo; Nação Benguela; Nação Cabinda.	O seu senhor gratificará a quem os trouxer à sua fazenda.	Edição de 14.08.1873. Fugiram em 03.08.1873.
Augusto	Manoel Moreira de Azevedo	Boca do Fogo	Crioulo, côm preta, altura regular, fino de corpo, sem barba, idade 25 annos pouco mais	Quem o mesmo apprehender e levar ao lugar acima	Edição de 17.08.1873. Fugiu em 09.08.1873.

			ou menos.	mencionado, gratifica-se com a quantia de cinquenta mil reis, fazendo as despesas do transporte do mesmo ao dito lugar.	
Messias e José	Tenente Coronel João José Vieira	Fazenda Santa Clara, município de Santa Thereza de Valença	Crioulo, idade 25 a 30 anos, estatura alto, muito fallante, tocador de viola, falta um dente na frente, andar de periquito. Pardo, pouca barba no queixo, cabellos emgrinhados, dentes limados e pontudos.	Quem os pegar e levar a seu senhor na dita fazenda, ou no Rio de Janeiro; ao Sr. Albino Lucio de Figueiredo Lima, receberá a gratificação de 200 mil réis.	Edição de 16.11.1873.
Eulália	Francisco Gonçalves Portugal	Fazenda de Santa Innocencia	Desappareceu a sete mezes mais ou menos, estatura regular, e um pouco corcunda, olhos gazeos, tem uma verruga ao lado do nariz, uma brexa velha na cabeça, é nascida na cidade da Parahyba do Sul.	Quem a pegar e levar à fazenda acima será gratificados com a quantia de 100\$000.	Edição de 01.01.1874.
Benedicto	José Cordeiro do Couto	Fazenda de João Jacintho do Couto	Côr preta, baixo e reforçado, tem bigodes e barba no queixo, olhos pequenos, andar miúdo.	Quem o prender e levar à dita fazenda terá 50\$000 de gratificação.	Edição de 11.01.1874.

Relação de escravos fugitivos noticiados no Jornal "O Agricultor" entre Janeiro a Agosto de 1873 e Dezembro de 1873 a Janeiro de 1874.

Jornal “O Agricultor”

[...] A sábia e humanitária lei de 28 de setembro de 1871, que tão profundo golpe deu na escravidão, e que considere-se como a precursora de sua completa emancipação deve ser acompanhada de perto, e com verdadeiro zelo e empenho, de medidas vantajosas a bem da imigração.

- E dirigindo-me por último a alguns homes de idéias mesquinhas e ânimos apoucados na sua maneira de verem e ajuizarem do modo porque o europeu volta ao seu paiz com alguma fortuna, dir-lhe-hemos que elles são os inimigos mais perigosos da causa da imigração e da prosperidade real do seu paiz.[...]

[...] Em um ponto combinamos com o Sr. Werneck, e é na opposição por ele a ser feita à colonização chinesa, que tem sido estigmatizada pelo jornalismo fluminense. [...]

[...] Nada podemos esperar de um povo tão estacionário, tão alheio aos progressos da humanidade, tão supersticioso e mal educado; além de tudo entendemos que é o nosso rigoroso dever e interesse estabelecer por uma vez o predomínio da raça caucásica – mais inteligente, industriosa, progressiva do que todas as outras. [...] (Jornal “O Agricultor”, de 10.04.1873)

[...] A questão que devia ocupar todos os pensadores, todos os escriptores, é certamente a questão da colonisação; questão do futuro do Brasil, e que necessita de tanto mais urgência, quanto mais se torna cada dia mais sensível a falta de braços, pelo vigor com que o governo procura impedir seu infame tráfico. É hoje que a questão da colonisação deve ser estudada com o maior interesse por todos aqueles que amão o seu paiz, por todos aqueles que desejão ver florescente a bella terra de Snta Cruz. [...] (Jornal “O Agricultor”, de 22.05.1873)

[...] Deverá o governo intervir na colonisação, ou deixar a solução deste problema inteiramente entregue aos particulares? [...] (Jornal “O Agricultor”, de 25.05.1873)

[...] Mas não devemos deixar de lembrar também que a escolha de colonos contribue muito para a prosperidade ou não prosperidade de uma colônia. [...]

[...] Convém pois chamar ao Brasil a emigração alemã, suíça, hollandeza, não somente por serem filhos destas nações muito dedicadas ao trabalho, e de costumes muito sérios, mas principalmente por serem elles os que mais se dedicam a industria agrícola, e em mais subido grao possuem todos os predicados de um bom agrônomo. [...]

[...] Demais, o princípio de parceria tem decidida vantagem sobre o princípio de servidão, porquanto àquelle obriga o colono a empenhar todos os seus esforços para conseguir os melhores resultados possíveis; e sendo-lhe entregue uma propriedade que elle desde já olha como sua, elle se anima e se consola da pátria perdida; o contrato de trabalho porém o rebaixa, ainda mesmo que os seus resultados pecuniários fossem mais vantajosos, e assim o desanima e desmoralisa. Todo o homem aspira a liberdade, e a dependência que elle muitas vezes aceita é somente um meio para por ella se tornar livre. É pois mui natural que quanto mais nos attingimos a essa liberdade, mais satisfazemos a sua índole, mais o animamos para vencer todos os obstáculos, para affrontar todos os perigos tornando-o apto para todos os progressos; e portanto mais contribuimos para a sua moralisação. Além disto o princípio de parceria tem outra decidida vantagem sobre o princípio de servidão, pois que tem por fim crear um núcleo de colonisação, em que na mor parte das vezes se reúnem muitas famílias, todas aparentadas entre si, conseguindo por este meio maior estabilidade e mais segurança para os próprios colonos e suas propriedades, no entanto que contractados como trabalhadores, os homens se dispensão facilmente e assim com mais facilidade preparão a sua própria ruína. [...]

(Jornal "O Agricultor", de 29.05.1873)

Systema de parceria

[...] Todos os que tem combatido a colonização para o Brazil tem dirigido os seus principaes ataques contra o systema de parceria, como querendo achar nelle as causas principaes que possão ter contribuido para o pouco desenvolvimento da colonisação, sustentando sempre ser este methodo o mais apto a escravisar os colonos, que chegassem ao Brazil. É pois o nosso fim

combater essas idéias, por estarmos convencidos que são ellas inteiramente errôneas. [...] (Jornal “O Agricultor”, de 19.06.1873)

Colônia

[...] Em S. Paulo, no município de Campinas, o Sr. J. M. de Almeida Barbosa estabeleceu na sua fazenda do Bom fim, uma colônia agrícola, com o sistema de salário, seguindo na colônia Nova Louzã, com muito sucesso. [...] (Jornal “O Agricultor”, de 06.07.1873)

ANEXO IX – Relação dos Escravos Declarados Livres da Fazenda de Cantagalo

O Barão de Entre Rios, morador neste município, comunica; a essa Collectoria, na qualidade de Primeiro Testamenteiro de sua falecida irmã a Condessa do Rio Novo que, por testamento desta, aberto em 8 de julho de 1882 forão declarados livres todos os seus escravos constantes da relação abaixo.

A Saber:

Nº de Matrícula	Nomes	Cor	Idade	Estado	Naturalidade	Profissão
2.232	Fernando	Parda	31 anos	Solteiro	Rio de Janeiro	Carpinteiro
2.236	Lino	Preta	33 anos	“	“	“
2.242	Vicente	Parda	43 anos	“	Ceará	“
2.253	Cândido	“	29 anos	“	Rio de Janeiro	Lavoura
2.262	Evaristo	Preta	28 anos	“	“	“
2.263	Firmo	“	30 anos	“	“	“
2.264	Florenço	“	40 anos	“	“	“
2.273	Izac	“	25 anos	“	“	“
2.275	Januário	“	53 anos	“	África	“
2.277	João	“	54 anos	“	“	“
2.279	João Francisco	“	33 anos	“	Bahia	“
2.283	José Creoulo	“	49 anos	“	Minas	“
2.302	Reginaldo	“	33 anos	“	Rio de Janeiro	“
2.306	Simeão	“	65 anos	“	África	“
2.308	Sérgio	“	57 anos	“	“	“
2.310	Thiago	“	25 anos	“	Rio de Janeiro	“
2.312	Valeriano	Parda	25 anos	“	“	“
2.315	Vidal	Preta	46 anos	“	“	“
2.322	Prudêncio	Parda	21 anos	“	“	“
2.324	Bernardino	“	19 anos	“	“	“
2.325	Augusto	Preta	18 anos	“	“	“
2.326	Januário	“	18 anos	“	“	“
2.331	José	“	15 anos	“	“	“
6.543	Joanna	“	50 anos	Solteira	“	Serv. Doméstico
6.545	Camilla	Parda	36 anos	“	“	“
6.546	Natharia	“	29 anos	“	“	“
6.549	Cândida	Preta	18 anos	“	“	“
6.551	Simplício	“	57 anos	“	Minas	“
6.553	Theodora	Parda	25 anos	“	“	“
6.554	Perciliana	Parda	23 anos	Solteira	Minas	Serv. Doméstico
6.555	Petronilha	“	21 anos	“	Rio de Janeiro	Lavoura
6.556	Marcelina	“	52 anos	“	África	“
6.557	Idalina	“	32 anos	“	Rio de Janeiro	“
6.559	Severiana	Parda	34 anos	“	“	“
6.562	Gertrudes	“	60 anos	Viúva	África	“
6.561	Sebastiana	Parda	42 anos	Casada	Rio de	Lavoura

					Janeiro	
6.563	Ignácia	Parda	52 anos	Casada	África	Lavoura
6.564	Fortunata	Preta	39 anos	“	Rio de Janeiro	“
6.565	Maria	“	32 anos	Solteira	Minas	“
6.566	Rita	“	34 anos	“	Rio de Janeiro	“
6.567	Francelina	“	45 anos	“	“	“
6.569	Anastácia	“	35 anos	“	“	“
6.571	Domingas	“	39 anos	“	“	“
6.572	Luiza Maria	Parda	40 anos	Casada	“	“
6.573	Alexandrina	Preta	30 anos	Solteira	“	“
6.574	Jeronyma	“	28 anos	“	“	“
6.575	Amália	“	60 anos	“	“	“
6.576	Felicidade	“	34 anos	“	“	“
6.577	Custódia	“	33 anos	“	“	“
6.578	Carolina	“	50 anos	Casada	África	“
6.583	Laurinda	“	35 anos	Solteira	Rio de Janeiro	“
6.584	Ludugena	“	28 anos	“	“	“
6.585	Carlota	“	29 anos	“	“	“
6.586	Anna	“	47 anos	Casada	“	“
6.587	Perpétua	“	52 anos	Solteira	África	“
6.588	Luzia	“	60 anos	Casada	“	“
6.589	Anninha	“	37 anos	Solteira	Rio de Janeiro	“
6.590	Brígida	“	54 anos	“	África	“
6.591	Felisberta	“	56 anos	Casada	“	“
6.592	Faustina	“	53 anos	Solteira	“	Serv. Doméstico
6.593	Bonna	“	25 anos	“	Rio de Janeiro	Lavoura
6.595	Carlota	“	32 anos	“	“	“
6.596	Dorotheá	“	50 anos	“	África	“
6.597	Eva	“	40 anos	“	Rio de Janeiro	“
6.598	Albana	“	55 anos	“	África	“
6.599	Rozaria	“	33 anos	“	Rio de Janeiro	“
6.600	Luiza	“	60 anos	Casada	“	“
6.602	Claudina	“	50 anos	Solteira	“	“
6.603	Leocádia	“	37 anos	“	“	“
6.605	Izidora	“	32 anos	“	“	“
6.606	Maria Felicidade	“	33 anos	“	“	“
6.607	Antonia	“	29 anos	“	“	“
6.608	Fausta	“	50 anos	“	África	“
6.609	Joanna	“	22 anos	“	Rio de Janeiro	“
6.610	Hortencia	Preta	20 anos	Solteira	“	Lavoura
6.611	Luminata	Preta	23 anos	Solteira	Rio de Janeiro	Lavoura
6.612	Perciliana	“	23 anos	“	“	“
6.613	Guilhermina	“	20 anos	“	“	“
6.614	Bárbara	Parda	20 anos	“	“	“
6.615	Cecília	“	17 anos	“	“	“
6.616	Felisberta	Preta	14 anos	“	“	“
6.617	Paulina	“	14 anos	“	“	“

6.620	Simphronia	Preta	11 anos	Solteira	Rio de Janeiro	Lavoura
6.624	Ângela	Preta	51 anos	Solteira	“	Lavoura
6.627	João	“	48 anos	Solteiro	África	Feitor
6.628	João	“	50 anos	“	Rio de Janeiro	“
6.629	José	Parda	41 anos	“	“	Carpinteiro
6.630	Manoel	“	46 anos	“	“	Cocheiro
6.631	Luiz	“	43 anos	“	Maranhão	Carpinteiro
6.632	Martinho	Preta	49 anos	“	“	“
6.634	Serafim	“	52 anos	“	Rio de Janeiro	Pedreiro
6.635	Firmo	“	55 anos	Casado	África	“
6.636	Manoel	“	60 anos	Solteiro	“	“
6.637	Miguel	“	48 anos	“	Bahia	“
6.638	Vicente	“	70 anos	Casado	África	“
6.640	Luiz	Parda	37 anos	Solteiro	Maranhão	Cozinheiro
6.641	Rufino	Preta	40 anos	“	Rio de Janeiro	Lavoura
6.645	Mamede	“	31 anos	“	Maranhão	“
6.646	Martinho	“	52 anos	Casado	África	“
6.650	Domingos	“	53 anos	“	“	“
6.651	Marcelino	Parda	50 anos	Solteiro	“	“
6.653	Florêncio	Preta	32 anos	“	Rio de Janeiro	“
6.654	Justiniano	“	32 anos	“	“	“
6.655	Mathias	Parda	54 anos	“	Minas	“
6.656	Alexandre	Preta	72 anos	Casado	África	“
6.657	Manoel	“	40 anos	Solteiro	Bahia	“
6.659	Matheus	“	40 anos	“	Maranhão	“
6.660	Germano	“	50 anos	“	África	“
6.661	Torquato	“	50 anos	Casado	“	“
6.663	Braz	“	51 anos	Solteiro	“	“
6.664	Demetrio	“	52 anos	“	“	“
6.666	Sebastião	“	30 anos	“	Maranhão	“
6.667	Izidro	“	53 anos	“	África	“
6.668	Faustino	“	42 anos	“	“	“
6.669	Egydio	“	50 anos	Casado	“	“
6.670	Modesto	“	62 anos	Solteiro	“	“
6.671	Paulino	“	50 anos	“	“	“
6.672	Henrique	“	21 anos	“	Maranhão	“
6.673	Casemiro	“	35 anos	“	“	“
6.674	Aleixo	“	52 anos	“	África	Carreiro
6.675	Manoel da Costa	“	40 anos	“	Maranhão	Lavoura
6.676	Simão	“	70 anos	“	África	“
6.678	Tito	“	44 anos	“	Bahia	“
6.679	Sérgio	Preta	51 anos	Solteiro	África	Lavoura
6.681	Lino	“	58 anos	“	“	“
6.683	Serafim	Preta	50 anos	Solteiro	África	Lavoura
6.684	Ernesto	“	32 anos	“	Maranhão	“
6.685	Olegário	“	56 anos	Casado	África	“
6.686	João	“	50 anos	Solteiro	“	“
6.687	Thiburcio	“	50 anos	“	“	“
6.688	Manoel Barboza	Parda	40 anos	“	“	“
6.689	Gregório(f)	Preta	70 anos	“	“	“

6.690	Anacleto	Preta	37 anos	Solteiro	Rio de Janeiro	Lavoura
6.691	Felício	Preta	71 anos	Solteiro	África	Lavoura
6.693	Adão	“	31 anos	“	Rio de Janeiro	“
6.694	José Pires	“	48 anos	“	Bahia	“
6.695	Luiz Catrais	“	53 anos	“	África	“
6.696	Manoel	“	30 anos	“	Rio de Janeiro	“
6.697	Thimoteo	“	26 anos	“	“	“
6.698	Venâncio	“	26 anos	“	Bahia	“
6.699	Salomão	“	25 anos	“	Maranhão	“
6.700	Bernardino	Parda	28 anos	“	Rio de Janeiro	“
6.701	Firmino	Preta	24 anos	“	Bahia	“
6.702	Affonso	“	26 anos	“	Rio de Janeiro	“
6.711	Alfredo	“	22 anos	“	“	“
6.712	Pacomio	“	22 anos	“	“	“
6.713	Romão	“	23 anos	“	“	“
6.715	Roque	“	23 anos	“	“	“
6.716	Eleodoro	Parda	20 anos	“	“	“
6.717	Procópio	Preta	19 anos	“	“	“
6.718	Feliciano	Parda	17 anos	“	“	“
6.719	Emygdio	“	15 anos	“	“	“
6.720	Ladislao	“	13 anos	“	“	“
6.722	Jenoviano	“	11 anos	“	“	“
6.723	Anfrisio	“	12 anos	“	“	“
6.724	Leandro	Preta	11 anos	“	“	“
6.726	Euzébio	“	32 anos	“	“	“
6.727	Luiz	“	70 anos	“	“	“
13.864	Luiz Creoulo	“	65 anos	“	Minas	“
13.865	Antonia	Parda	34 anos	“	“	Serv. Doméstico
13.866	Luiza	Preta	30 anos	“	“	Lavoura
13.867	Maria Beatriz	“	35 anos	“	Rio de Janeiro	“
6.581	Cherubina	Parda	24 anos	“	Minas	“
95	Joaquim	“	29 anos	“	-	“
1.026	Amâncio	“	28 anos	“	-	“
750	Benedicto	Preta	26 anos	“	-	“
373	Roque	Cabra	22 anos	“	-	“
946	Epifanio	Parda	21 anos	“	-	“
709	Benedicto	“	18 anos	“	Creoulo	“
146	Venceslao	Cabra	18 anos	“	“	“
192	Joaquim	“	17 anos	“	Ceará	“
561	Mathias	Parda	17 anos	“	Paraíba do Norte	“
311	Cyriaco	Pardo	16 anos	Solteiro	“	Lavoura
332	José	Cabra	17 anos	Solteiro	Paraíba do Norte	Lavoura
17.843	Antonio	Preta	29 anos	“	Creoulo	“
13.113	Maurício	Parda	17 anos	“	“	Cozinheiro
2.362	Bernarda	Preta	46 anos	“	África	Lavoura
2.379	Felizarda	“	53 anos	“	“	Cozinheira
2.389	Hortência	“	23 anos	“	Rio de Janeiro	Lavoura

2.395	Laurinda	“	49 anos	Solteira	África	“
2.396	Lourença	Preta	50 anos	“	África	Lavoura
2.398	Luiza	“	54 anos	“	“	Engomadeira
2.403	Maximiana	“	51 anos	“	Rio de Janeiro	Lavoura
2.405	Minelvina	“	21 anos	“	“	“
2.409	Perpétua	“	50 anos	“	África	Lavoura
2.412	Pacífica	Parda	23 anos	“	Rio de Janeiro	“
2.415	Roza	Preta	49 anos	“	África	“
2.424	Theodora	“	21 anos	“	Rio de Janeiro	“
2.425	Flauzina	Parda	26 anos	“	“	“
2.443	Felisbina	Preta	10 anos	“	“	“
2.444	Maria Salomé	Parda	10 anos	“	“	“
18.183	Affonso	Preta	38 anos	“	Bahia	Alfaiate
479	Guilherme	Parda	35 anos	“	Minas	Cozinheiro
8.933	Francisco	Preta	50 anos	“	De Nação	Lavoura

Fonte: Inventário do espólio de Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Condessa do Rio Novo.

ANEXO X – Relação dos Ingênuos da Fazenda de Cantagalo

Declara mais que pela irmã finada forão declarados livres os ingênuos constantes da relação abaixo:

A Saber:

Nº de Matrícula	Nomes	Cor	Data da Matrícula	Filiação
121	Virginio	Parda	26.04.1872	Joaquina (falec)
710	Frederico	Parda	11.12.1872	Fausta 6.608
786	Ernesto	“	01.02.1873	Antonia 13.865
874	Lucrécia	Preta	22.03.1873	Severiana 6.559
921	Marcos	Parda	10.04.1873	Maria Felicidad. 6.606
1.198	Mª Julieta	Preta	14.08.1873	Sebastiana (falec.)
1.473	Amélia	Preta	14.01.1874	Carlota 6.585
1.602	Eugenio	Parda	09.03.1874	Antonia 6.607
1.707	Norberto	“	29.04.1874	Florência (falec.)
1.997	Rozalina	Preta	30.09.1874	Mª Beatriz 13.867
2.198	Benjamim	Parda	26.01.1875	Theodora 6.553
2.199	Oscar	Preta	“	Rita 6.566
2.684	Leonor	Parda	08.11.1875	Severina 6.559
3.357	Andreza	Preta	09.02.1877	Sebastiana (falec.)
3.606	Virgilio	Parda	07.07.1877	Luiza Mª 6.572
3.607	Octavio	Preta	07.07.1877	Hortência 2.389
3.688	Albertina	“	20.08.1877	Rita 6.565
2.142	Randolpho	“	10.07.1878	Severiana 6.559
4.319	Mariano	Parda	29.11.1878	Natharia 6.546
4.459	Eleutério	Parda	18.03.1879	Ludugena 6.584
4.462	Balbina	Preta	“	Mª Beatriz 13.867
4.945	Agostinho	Parda	03.01.1880	Luiza 13.866
4.946	Verônica	“	“	Custódia 6.577
4.947	Cornélia	“	“	Theodora 2.424
5.105	Aurora	Preta	03.05.1880	Mª Felicidad. 6.606
5.184	Bernardina	“	10.06.1880	Rita 6.566
5.185	Palmira	“	“	Hortência 2.389
5.375	Olímpio	“	14.10.1880	Severiana 6.560
5.473	Celina	“	30.12.1880	Minelvina 2.405
5.506	Lydia	Parda	21.01.1881	Natharia 6.546
5.623	Appolonia	Preta	24.03.1881	Guilherm. 6.613
5.625	Alberto	“	“	Hortência 6.610
5.940	Lourença	“	21.08.1881	Alexandr. 6.573
6.015	Ephigenia	“	12.10.1881	Perciliana 6.612
6.132	Crospim	“	21.12.1881	Bárbara 6.614
6.176	Cyrillo	“	08.02.1882	Luiza 13.866
6.245	Sancho	“	28.03.1882	Antonia 6.607
6.246	Emilia	“	28.03.1882	Petronª 6.555
6.295	Lucinda	“	20.04.1882	Ludugena 6.584
6.454	Primo	Parda	29.07.1882	Cherubina 6.581
6.455	Marcos	Preta	“	Theodora 2.424
6.456	Magdalena	“	“	Bonna 6.593

Fonte: Inventário do espólio de Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Condessa do Rio Novo.

ANEXO XI – Relações do acrescentamento dos Ingênuos; dos Escravos Libertados; dos Escravos Falecidos; e dos Ingênuos Falecidos da Fazenda de Cantagalo

O Barão de Entre-Rios, morador neste Termo, comunica a essa Collectoria na qualidade de inventariante e testamenteiro de sua finada irmã a Condessa do Rio Novo, e em additamento de notas já apresentadas, que pela mesma finada em seu testamento aberto em 8 de julho de 1882 forão declaradas libertas diversas escravas as quaes acompanharão os ingênuos seguintes:

Nº de Matrícula	Nomes	Cor	Data da matrícula	Filiação
171	Maria Luiza	Parda	27.04.1872	Elisa 2.373
1.123	Amélia	“	18.07.1873	Pacífica 2.412
1.530	Idalina	Preta	09.02.1874	Minelvina 2.405
5.688	Roberto	“	04.05.1881	Fortunata 4.564

Relação do acrescentamento dos ingênuos

Fonte: Inventário do espólio de Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Condessa do Rio Novo.

O Barão de Entre-Rios morador neste Termo, comunica a essa Collectoria na qualidade de inventariante e testamenteiro de sua finada irmã a Condessa do Rio Novo, e em additamento as notas já apresentadas, que pela mesma finada forão também declarados livres em seu testamento aberto em 8 de julho de 1882 os escravos seguintes:

Nº de Matrícula	Nomes	Cor	Idade	Estado	Profissão
45.911	Violeta	Parda	43 anos	Solteira	Serv. Domést.
2.292	Marcos	Preta	62 anos	“	Roceiro
2.408	Paulina	“	70 anos	“	Serv. Domést.
6.550	Maria	“	15 anos	“	Roceira

Relação do acrescentamento dos escravos libertados

Fonte: Inventário do espólio de Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Condessa do Rio Novo.

Nº de Matrícula	Nomes	Cor	Idade	Estado	Profissão	Falecimento
2.265	Florentino	Preta	65	Solteiro	Foronig ^o	10.08.1879
6.560	Joaquina	“	54	Casada	Roceira	09.05.1878
6.643	Gregório	Preta	50	Solteira	“	08.09.1878

Relação dos escravos falecidos

Fonte: Inventário do espólio de Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Condessa do Rio Novo.

Nº de Matrícula	Nomes	Cor	Data da Matrícula	Filiação	Falecimento
120	Caridade	Preta	26.04.1872	Rita 6.566	07.10.1875
3.033	Máximo	Parda	30.06.1876	Joaquina 6.582	06.08.1877
4.948	Sabino	Preta	03.01.1880	Sebastiana 6.570	10.01.1881
5.104	Thomaz	“	03.05.1880	Felicidade 6.576	30.03.1881
5.183	Antonio	Parda	10.06.1880	Perciliana 6.554	14.12.1880

Relação dos ingênuos falecidos

Fonte: Inventário do espólio de Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Condessa do Rio Novo.

Jornal “Gazeta de Notícias”

Todo o Brasil recorda-se do testamento com que faleceu em Londres a Condessa do Rio Novo, e no qual, entre pios legados, deixou à Irmandade de Nossa Senhora da Piedade da Paraíba do Sul, além de 108 apólices de valor nominal de 1:000\$000 (um conto de réis) cada uma, com a condição de manter um hospital e custear uma capela, a fazenda denominada Cantagalo para ser cultivada, mediante sistema de parceria, pelos 200 escravos que a benemérita doadora beneficiou com alforria gratuita.

A antiga fazenda é hoje colônia de Cantagalo situada a três quilômetros da Estação de Entre-Rios da ferrovia D. Pedro II, acha-se convenientemente aparelhada para preparo de café, possuindo maquinismos, serrarias, terreiros cimentados e outros melhoramentos.

Dirigida habilmente, em nome da Irmandade, pelo Sr. Dr. Manuel Ribeiro do Val, foi dividida em lotes coloniais, onde se acham colocados cerca de 180 dos antigos escravos e seus descendentes, em número de 40, ocupando cada família um lote, maior ou menor, segundo o número de pessoas que as constituem. Cada família possui casa e cafezal tendo a Irmandade fornecido, para a construção daquelas, os materiais necessários.

Pouco mais de 20 dos antigos escravos deixaram o estabelecimento, preferindo gozar de sua liberdade em outros pontos, onde se empregaram como operários de várias profissões. Não consta de nenhum que se haja dado à vida desordenada, fugindo do trabalho.

Os 180 libertos de Cantagalo cultivam café, cujo produto repartem com a administração e plantam cereais de que gozam exclusivamente. Começaram a plantar cana devendo a Irmandade logo que as plantações atinjam certo nível, colocar na colônia aparelhos para fabricação de açúcar e aguardente. Os libertos acabam de recolher a sua primeira safra, que se acha avaliada em 50 quilogramas de café, sendo ainda impossível, por se achar em reparte do gênero, determinar o quantum do lucro geral que terá de ser dividido entre a administração e os libertos, proporcionalmente à produção de cada família.

O sistema de parceria, assim organizado, dá os melhores frutos. Os libertos têm-se mostrado dedicados ao trabalho e muito disciplinados, honrando a sua nova condição. Não há notícia de delito perpetrado na colônia, nem queixa contra a lisura com que os antigos escravos têm vindo trazer à sede do estabelecimento o café que colhem.

Segundo a vontade da doadora, fundou a Irmandade nas casas da fazenda um hospital para os antigos escravos e quaisquer pessoas pobres.

Este estabelecimento cujo serviço médico se acha a cargo do Sr. Dr. Joaquim Dias da Rocha, conta agora 21 doentes. [...] (30.10.1882, p. 2; JORGE, 2012, p. 93 a 95)

A Colônia de N^a S^a da Piedade

Esta colônia compõe-se exclusivamente dos ex-escravos da falecida Condessa do Rio Novo, que os deixou livres e doou-lhes condicionalmente (*)as terras de sua fazenda de Cantagallo, em Entre-Rios, no município da Parahyba do Sul, para serem divididas entre elles, ao mesmo tempo que deixou à Irmandade de N. S. da Piedade, cuja sede se acha na Parahyba do Sul, outras porções de terras e os edifícios principaes do estabelecimento e todos os instrumentos destinados ao benefício ou tratamento industrial dos productos da lavoura, com a condição de ahi serem sempre beneficiados os productos dos colonos, mediante meação do café, que deve ser todo ahi beneficiado. É das terras legadas à irmandade, e não das da colônia dos libertos, que trataremos, nos occupando das terras para a fixação de immigrants, no correr deste relatório, sendo estas terras contíguas às dos libertos.

(*) Em um trabalho especial sobre diferentes modos de obter-se terras para o colono, buscaremos discutir o assumpto a fundo, desde a propriedade absoluta do lote até o usufructo ex-fidei commissa, de maneira a bem orientar o immigrant.

1º - Consta a colônia de 30 lotes de terra, cada lote contendo um grupo natural de uma família e adherentes, prefazendo o número total de colonos de ambos os sexos e de todas as idades pouco mais de duzentas pessoas (o número exacto será em breve dada por um arrolamento que muito recommendamos à administração da colônia). O número de libertos da Condessa do Rio Novo era de 190 adultos e de perto de 40 ingênuos e menores. O facto de não podermos agora precisar as unidades que excedem de 200 pessoas habitantes da colônia, acha-se nos recentes nascimentos e no número ainda indeterminado de ingênuos, porquanto o número exacto dos libertos de ambos os sexos, actualmente residentes na colônia, podemos dar, sendo estes 170. Entre elles se contam 70 casaes matrimoniaes, estabelecidos em suas respectivas habitações independentes, tendo-se ido os outros restantes colonos, segundo as tendências naturaes de família, de affeições ou de interesses, agregar a esses núcleos.

Afora esses libertos, fixados ao solo da colônia como cultivadores, existem ainda 4 libertos homens e uma mulher (por doente, imprópria ao serviço agrícola), que se acham ao serviço da irmandade, no estabelecimento central da administração.

Nos lotes o agrupamento dos colonos foi feito, conforme eram crioulos e africanos, como facto geral: no mais seguem elles a gravidade social por famílias, affeições e interesses mútuos, em geral em cada lote, tendo elles por isso edificado ou só uma ou mais de uma casa.

2º - Desde a libertação dos escravos da Condessa do Rio Novo até hoje falleceram sete indivíduos de ambos os sexos e de diversas idades. De entre os libertos retiraram-se logo após a recepção de sua liberdade 8 indivíduos, todos do sexo masculino, e estes foram somente dos que tinham offícios e que preferiram exercel-os fora da colônia, como mais rendosos. Foi interesse e não outro motivo que os fez emigrar.

Elles eram carapinas, ferreiros, pedreiros e cosinheiros. Estes retirantes deixaram de obter lotes na colônia, de harmonia com as disposições testamentárias, de sorte que em qualquer tempo que tenham de voltar à colônia, não têm direito a lotes de terras.

Não obstante, já se tem dado o facto significativo de volta de alguns d'esses libertos reclamando sua fixação na colônia e ainda no dia de nossa estada ali, um d'elles, que retirou-se para exercer o offício de cozinheiro em casa do Sr. Visconde de Entre-Rios, voltando casado à colônia, instava pela obtenção de um lote de terra para fixar-se como lavrador, ahi querendo edificar sua casa e estabelecer sua família, composta apenas de sua esposa e de um filhinho.

Ainda convém notar que 8 dos libertos, permanentes na colônia, tendo offícios diversos, exercem estes temporariamente fora, attrahidos pelo maior interesse que isso lhes faz, não obstante serem proprietários de lotes de terras, onde se acham estabelecidos com suas famílias, lotes que elles alternativamente cultivam nos intervallos dos exercícios exterior de sua profissão mecânica, notando-se que alguns d'elles pagam a trabalhadores da colônia ou mesmo a trabalhadores livres e até brancos de fora para beneficiarem seus cafesaes e roças durante sua laboriosa e interesseira ausência.

Por estes factos fidedignos, se evidenciará que estamos na Colônia de N. S. da Piedade um pouco longe das prophcias apocalypticas, que sempre precedem as reformas profundas.

3º - Não se queixa a administração da colônia de que um único dos libertos haja sonogado sequer, quanto mais roubado um grão de café, que elles colhem, e que devem levar ao benefício industrial. Não se queixam os próprios libertos uns dos outros, da subtracção de objectos de seu uso, de seu cultivo ou de instrumentos de seu trabalho. Não se queixa nenhum visinho, nem ninguém da povoação, quer habitante fixo, quer viajante, de que os libertos da colônia tenham retirado objectos alheios, nem os viajantes se podem queixar de que elles lhes peçam cousa alguma, e menos que se entreguem à mendicidade nas ruas e estradas, ou em iludir alguém com trapaças ou armadilhas à boa fé.

Quando visitamos a colônia, os homens achavam-se pela maior parte, nos trabalhos do campo e as mulheres em casa, occupando-se dos filhos e da sua economia doméstica, rudimentar e mais que modesta ainda.

Penetramos em algumas habitações e reconhecemos o contentamento dos colonos por sua nova condição, mas todos se queixavam do que todos se queixam...da escassez de meios para realizarem seus desejos de melhoramentos.

Antes da libertação e da constituição da colônia, apesar da extrema bondade da Condessa do Rio Novo, só havia 8 casaes legítimos na fazenda; depois, porém de 20 de janeiro de 1883 até hoje, dentro de espaço de um anno, ou desde a época em que foi constituída a colônia, realisaram-se mais 62 casamentos, a mor parte logo após a constituição da colônia, prefazendo ao todo 70 casamentos, ficando portanto a maioria dos colonos constituída em famílias legaes e legitimando assim seus filhos aqueles que já os tinham antes do casamento.

A influência da constituição da família entre elles tem operado em todo sentido, do modo mais animador e salutar. Seu modo de tratar com o director e com as pessoas estranhas à colônia é todo cheio de respeito.

No domingo, após o dia da nossa visita à colônia, tivemos occasião de ver muitos colonos limpos e satisfeitos.

Convém notar-se que a colônia de N. S. da Piedade passou já por uma phase muito desagradável, e que poderia comprometer o seu futuro.

É que desde a leitura do testamento da benemérita Condessa do Rio Novo, que libertou seus escravos, até o dia 20 de janeiro de 1883, em que se fundou a colônia, mediaram alguns mezes durante os quaes desorganizou-se o antigo serviço, isto é, não havia nenhum plano seguido, e após os quaes, como durante elles, se não fora a boa índole dos negros e a philantrópica e previdente attitude da Irmandade de N. S. da Piedade, poderia ficar para sempre comprometido esse núcleo de colonização racional, laboriosa e honesta.

4º - A área occupada pelas plantações dos colonos é de 110 alqueires geométricos, mais ou menos, ou 1.100.000 braças quadradas, 5.324.000 m² ou 53.240 hectares.

As plantações constam:

1º - de cafesaes de 2 até 25 annos; sendo a maior parte novos; é o producto industrial principal, a base da producção da colônia, producto que é beneficiado no estabelecimento central da irmandade, que para a colônia representa o papel de um engenho central. Sobe ahi a plantação a 500.000 pés de café.

2º - A canna. No anno passado, a plantação de canna foi de 4 carradas. Neste anno plantaram mais de 10 carradas de canna, para com aquellas servirem de sementes, obtendo-se com muitas dificuldades essas sementes nas fazendas da visinhança.

3º - O milho. É este o cereal preferido pelos colonos. É a base de sua alimentação e de seus animaes. Sua plantação tem attingido a um desenvolvimento, que nunca teve antes da emancipação. Outr'ora não excedia de 40 alqueires o milho: no anno passado, o primeiro da colônia, plantaram-se 70 alqueires, e neste anno sobe a plantação a 110 alqueires. Todo o milho é producto do colono, não tendo ele de dividir cousa alguma com a administração nessa colheita; o mesmo dá-se com os demais productos, excepto o café. O enorme desenvolvimento dado a essa cultura mostra bem, tendo-se em vista isto, quanto o liberto é susceptível de interessar-se na cultura.

4º - Feijão. A cultura do feijão era quase nulla, antes da fundação da colônia, sendo essa leguminosa importada então; no anno passado, o 1º da colônia, plantaram-se porém 40 alqueires, e neste anno, devendo em breve começar a época do seu plantio, vai a administração adiantar aos colonos 80 alqueires,

de modo que por ahi vai triplicar a área plantada de leguminosas, incluindo a área já plantada no anno passado.

5º - O amendoim, o arroz, a mandioca, a batata, o inhame, a banana. Tudo isso começou a ser plantado em certa escala depois da fundação da colônia, e é destinado ao consumo dos colonos e seus animaes.

O tratamento que elles dão às plantações é bom; os cafezaes acham-se limpos e capinados, mormente os cafezaes novos, que verificamos estarem muito bem tratados. Entre as plantas de café, acha-se plantada grande quantidade de milho, em cujos intervallos eles plantam o feijão, não plantando este nos cafezaes, pelos inconvenientes conhecidos na lavoura. Por entre os cafezaes, na orla do caminho, abundam as laranjeiras. A estrada que percorre a colônia está mantida no melhor estado, e vai desembocar na da União e Indústria, em Entre-Rios.

6º - A colônia contém 58 casas, feitas todas pelos colonos, depois de sua libertação e da constituição da colônia, isto é, de 20 de janeiro de 1883, ou há um anno exacto.

Estas casas não se acham todas juntas, constituindo um povoado único, separadas umas das outras e independentes. Elas acham-se de preferência dentro dos diversos lotes de terra.

Além d'essas casas especiais dos colonos, e por elles feitas, devemos mencionar 2 casas maiores, já existentes antes da libertação, uma chamada Sítio e outra, Sant'Anna, constando de 14 lances; ambas são cobertas de telhas, e ahi moram algumas famílias dos colonos.

Das 58 casas, 11 são cobertas de telhas, e apresentam já certa comodidade relativa, todas possuindo portas e janellas, a mor parte com caixilhos e entre ellas já havendo umas duas com portas e janellas pintadas, e alguns quartos assoalhados. (continua) (Boletins da Sociedade Central de Imigração. RJ – Boletim nº 3, 1884)

Jornal “O Provinciano”

[...] Os libertos que formam a Colônia Agrícola sita em Entre-Rios não tem procedido como era de esperar de homens a quem sua ex-senhora, a Condessa do Rio Novo, ao par da liberdade que lhes concedeu, outorgou benefícios e auxílios de diversas ordens.

Além de não haverem entregue, em o ano passado, com lisura a quota de café destinada em testamento pela Condessa à Irmandade, a fim de cumprir esta instituição os ônus das disposições testamentárias, terem devastado as matas, retirando e vendendo madeiras e lenha, que tudo é propriedade da dita Irmandade. Mais ainda: há dias compareceram perante a Mesa administrativa e Conselho que funcionavam em sessão e declararam que estavam dispostos a apoderarem-se das matas e a não entregar este ano a parte do café pertencente a instituição pia.

Esta intimidação feita tumultuariamente em massa, esta declaração que imporia a confissão premeditada de um crime contra a propriedade, prova a evidência à insubordinação dos colonos e uma ousadia, que será funesta, se providências acertadas se demorarem...Há um perigo público que convém debelar, já e já... (09.05.1885, p. 2; JORGE, 2012, p. 96-97)

PARAÍBA DO SUL À S.M. O IMPERADOR E AO SR MINISTRO DA JUSTIÇA

O Provinciano, jornal que se publica nesta cidade, afetando isenção de quem nada tem com o negócio, anda a reclamar da mesa regedora da Irmandade de N. S. da Piedade, e das autoridades do termo, providências contra os colonos da fazenda de Cantagalo, ex-escravos da Condessa do Rio Novo, que no dizer daquela folha, já por duas vezes têm aparecido nesta cidade em massa turbulenta ameaçando a tranqüilidade pública. Aqui, na cidade e em todo o município, a ninguém enganou as manobras daquele jornal, que tem como seu principal redator, ou inspirador, o indivíduo, que, por suas malversações na gerência da colônia, tem dado causa, não a atos de turbulência, como adrede se quer inculcar, mas às reclamações enérgicas porém pacíficas, que por duas vezes têm vindo os ex-escravos da Condessa do Rio Novo produzir perante a mesa da Irmandade e o digno presidente da Câmara Municipal. Duas vezes têm vindo a esta cidade aqueles colonos, e em número crescido; de tal modo se comportaram que sua estada na cidade passou inteiramente despercebida. Só o Provinciano se lembrou de imputar-lhes desordens e turbulência, e até atitude insolente perante o Dr. Juiz de Direito. A verdade conhecida e notória, sabida de todos, é que os pobres negrinhos tem carradas de razão. Pelo testamento da Condessa do Rio Novo, o café da fazenda deve ser vendido e o produto dividido entre a Irmandade e os colonos. Ora, os pobres pretos não têm recebido o seu dinheiro, e, com o melhor dos direitos possíveis, por ele procuram. É este simplesmente o objeto de suas reclamações pacíficas posto que enérgicas, as quais se quer dar cores de turbulência para aparar o golpe e burlar a opinião pública, justamente indignada contra a atrevida espoliação. O Provinciano obedece ao pensamento, ao plano dos redatores, os mesmíssimos interessados em abafar a voz das vítimas(...) Os colonos não desrespeitaram ao Juiz de Direito, cremos que nem sequer foram procurá-lo. Eles sabem, certamente, como todos no município, aquele magistrado é cúmplice em tudo isso, pela inércia com que se recusa a cumprir o dever que lhe impõe a lei, de fiscalizar a Irmandade e fazer cumprir as disposições testamentárias dos beneficiados da Casa de Caridade.(...) Quem conhece o administrador da colônia sabe de que

ele é capaz. Não é portanto de admirar o que sucede aos pobres pretinhos. (...) Indague o Governo destas coisas, e sobretudo lance suas vistas paternais sobre os pobres libertos. S.M. o Imperador, o protetor dos fracos e dos oprimidos. Estes têm sido vítimas de tremenda espoliação. Dos livros da secretaria da Irmandade não constam que se lhes tenha dado a parte dos lucros da fazenda que lhes pertence, até o momento em que reclamaram. Só agora, consta, que aterrados e receosos da energia com que os colonos gritam e denunciam a espoliação que sofrem, o advogado e seu fiel consórcio, o administrador da colônia, si et in quantum, ordem para dar-se-lhes todo o dinheiro existente na tesouraria da Irmandade, a fim de pagarem alguma coisa aos colonos, com a finalidade de assim abafar-lhes a grita. Não foi porém o dinheiro do café; este de há muito nutrem as roletas desta cidade. Acervo Roberval Bezerra de Menezes – Titulares do Império – IHGB (JORGE, 2012, p. 97 a 99)

[...] Sr. Presidente communicou [...] 3º) que em relação a mesa administrativa da Irmandade de N. S. da Piedade occorrião dosi factos sobre os quais chamava a attenção da Câmara para deliberar como julgasse mais acertado. Declarou que na ocasião em que era Presidente da Intendência em 1890 teve de ordenar ao Procurador para requerer manutenção de posse de terrenos pertencentes a municipalidade e que a mesa da Irmandade havia invadido mandando cercar dizendo-se autorizado a isso. [...] Declarou mais o Sr. Presidente que contrapondo para o qual chamava a attenção da Câmara Municipal é para as queixas e reclamações que havia recebido de várias pessoas e colonos de Cantagalo em relação ao contrato de arrendamento celebrado pela mesa administrativa da mesma Irmandade com Juão Mello, disse que pelas cláusulas do testamento da Condessa do Rio Novo o Presidente da Câmara era fiscal da execução d'esse testamento e na parte relativa as relações da Irmandade com os colonos; nas queixas verbais que lhe havião sido feitas eles se disião celebrados de sua propriedade e pedia-lhe providências na qualidade de fiscal, mas que na sua opinião o Pais necessitando sobre tudo de calma e concórdia que de sua parte não criaria agitações e lutas estéreis in. (ilegível) esperaria que essas reclamações e queixas viessem oficialmente por meio de requerimentos, representações ou officios para então poder intervir porquanto antes de chegar a esse ponto estaria sempre procupeto a aconselhar aos colonos que reclamassem perante as justiças ordinárias contra os abusos contra eles praticados se com effeito esses abusos são reais. A Câmara concordando com a opinião do Sr. Presidente deliberou que nada se fizesse até que a sua intervenção fosse solicitada ou requerida.[...] (Atas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul. Livro 11- 1890/1893)

(continuação)

[...] Para formar, pois, a “colônia agrícola de N. S. da Piedade” não podia a testadora deixar bens de character independente de classificação à parte, excepto si o declarasse expressa e nomeadamente; e, sim, bens ou cousas agrícolas. Assim deixam, para aquelle fim, uma fazenda completa, uma fazenda com todos os seus accessórios [...] “a fazenda de Cantagallo com todas as terras, edificios e benfeitorias, cafesaes, animaes, instrumentos e utensílios agrícolas e móveis a ella pertencentes”. Taes são as partes integrantes do legado para a constituição da “colônia agrícola”, tal o seu fundo ou objecto discriminado [...] é uma fazenda com, isto é, composta de bens agrícolas por sua situação, por seu destino e pelo objecto a que se applicam [...] Temos, portanto, como incontestável, que contendo do legado é também um objecto agrícola – a formação de uma colônia agrícola.[...] Prohibe a testadora na 1ª condição que “esses bens sejam jamais alienados por qualque título, devendo ser, pelo contrário, perpetuamente conservados como patrimônio da Santa Casa e fundo da colônia agrícola”. O pensamento da illustre finada transparece sempre igual, sempre idêntico: trata-se ainda da colônia agrícola, cujo fundo é constituído por esses bens, acima descriptos, deixados como patrimônio da Casa de Caridade. Não deseja a testadora que esses bens sejam algum dia alienados, deseja que todos, como partes integrantes de um todo complexo, fiquem perpetuamente unidos, servindo de fundo, constituindo a Colônia da Piedade e patrimônio da Santa Casa; quer que a colônia agrícola seja sempre a mesma, perpetuamente conservada com todos os bens apontados, seus accessórios. (Inventário do espólio da Condessa do Rio Novo)

ANEXO XVIII - Capítulo XIV – Da Administração dos Bens e Patrimônio da Casa de Caridade

Art. 52 – A Mesa administrará todos os bens e o patrimônio da Casa de Caridade, de modo que produzam o mais possível para benefício dos fracos e infelizes, a quem este se propõe socorrer, cumprindo e fazendo cumprir fielmente as disposições testamentárias da veneranda condessa do Rio Novo.

Art. 53 – A locação de prédios e o aforamento de terrenos serão sempre feitos em hasta pública, depois de avaliados uns e outros por duas pessoas idôneas nomeadas pelo Provedor.

Art. 54 – O valor assim determinado servirá de base à arrematação, devendo ser preferida, para com ela se firmar contrato, a pessoa que mais oferecer acima da avaliação. [...]

Art. 58 – Os terrenos aforados, que forem destinados à lavoura, não poderão exceder a meio alqueire geométrico de terra para cada indivíduo, salvo concessão expressa da Mesa feita a requerimento do interessado, que provar a necessidade de maior quantidade de terra e que tem meios de cultivá-la.

Art. 59 – A pensão ou foro poderá ser paga em frutos, desde que sejam estes previamente avaliados e haja expresse consentimento da Mesa Administrativa ou do Provedor. [...]

Art. 61 – Nos contratos de locação será afixado o tempo de duração dos mesmos e, findo este, se o locatário não tiver requerido sua recondução, serão os ditos contratos postos de novo em hasta pública. [...]

Art. 63 – O saldo que se verificar será anualmente convertido em apólices da Dívida Pública da União ou aplicado na compra ou edificação de prédios até completar a quantia de 400:000.000 em bens de raiz.

Art. 64 – Toda a herança, legado ou doação em moeda corrente será aplicada na compra de apólices da Dívida Pública da União. [...] (Regulamento da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, 1904, p. 26-27)

ANEXO XIX – Relatório de 1916 – Irmandade de Nossa Senhora da Piedade

Em 24 de janeiro com o saldo do exercício de 1915, compra de quatro apólices geraes da dívida da União do valor nominal de um conto de réis cada uma e juros de 5% para augmento do patrimônio da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade de ns. 401.767 a 401.770 a 780\$000 cada uma tendo se dispendido R\$3:138\$000, inclusive carretagem e sellos. [...]

De accôrdo com a deliberação da Mesa chamei concorrentes para a venda de materiaes do prédio principal da fazenda de Cantagallo, que ameaçava ruína. Proposta de R\$3:500\$000. [...]

Balanço da receita e despeza em 30 de novembro, com saldo de R\$5:017\$289. (doc. N. 3)

A receita para o anno de 1917 foi orçada em R\$56:294\$164 e a despeza fixada em igual quantia. (doc. N. 4)

A Irmandade de Nossa Senhora da Piedade mantém actualmente:

- a) o internato com 70 meninas asyladas.
- b) o externato de Parahyba com a matrícula de 182 alumnos de ambos os sexos, com a frequência diária de 130 alumnos.
- c) o externato<Condessa do Rio Novo> para menores de ambos os sexos, com a frequência diária de 130 alumnos, estando matriculados 161 alumnos.
- d) o hospital de Parahyba com duas enfermarias, onde foram tratadas 147 doentes de ambos os sexos durante o anno de 1916, existindo 30 em tratamento no dia 30 de novembro. [...]

Resumindo, a mesa administrativa durante o anno compromissal de 1916 conseguiu:

- 1) manter em dia todos os serviços relativos ao Asylo, aos dois externatos e ao hospital;
- 2) empregar em obras e melhoramentos R\$6:797\$400;
- 3) augmentar o patrimônio da Instituição em vinte e uma apólices de um conto de réis, sendo oito adquiridas com as economias e recursos ordinários;
- 4) deixar em cofre o saldo líquido de R\$5:017\$289 em dinheiro. [...](Jornal Arealense, 29.03.1917, p.2)

ANEXO XX – Relatório de 1929 – Irmandade de Nossa Senhora da Piedade

[...] Feita a leitura pelo Sr. provedor das contas relativas a 1929, apresentado pela mesa administrativa com o saldo de R\$189\$297 (Réis).[...]

A Casa de Caridade de Parahyba do Sul abrange também a Irmandade de Nossa Senhora da Piedade e a Capella e cemitério de Cantagallo. Tem asylo com 57 asyladas e mantém internatos e externatos, dando assim seu concurso à obra patriótica da alphabetização da raça. O patrimônio está representado por óptimas e valiosas propriedades situadas em Parahyba do Sul e Entre-Rios. Possui a instituição apólices diversas no valor de R\$267:000\$000. O relatório de 1928 acusa saldo de 8:964\$000. O coronel Randolpho Penna Jr sempre com superávit, pratica, digna dos melhores encômios e a ser seguida pelos bons admnistradores. [...] a Igreja de N. S. das Graças anexa ao edifício do Asylo de N. S. da Piedade foi mandado construir a expensas de d. Maria Augusta de Oliveira Penna, que assim realizou um dos seus maiores desejos, levantando um monumento à fé christã. [...] (Jornal Arealense, 15.12.1929, p. 3)

PMPS

[...]Seção de Obras

Edital

[...] concorrência pública para a reconstrução da estrada pública municipal que liga a sede do 2º districto (Entre-Rios), partindo da margem da Estrada União e Indústria, à Colônia de Cantagalo, trecho que mede 1000 metros de extensão, compreendendo também a construção de um bueiro de alvenaria de pedras para substituir um pontilhão estivado, serviço orçado em R\$1:080\$000 (um conto e oitenta mil réis) ... (05.06.1932, p. 4)

PMPS

[...] Estrada de Entre-Rios à Colônia

Na concorrência para execução dos concertos dessa estrada, foi aceita a proposta do dr. Guilherme Hippert, de R\$1:400\$000, com o qual foi lavrado contrato em 30 de junho vindo. [...] (08.07.1932, p. 3)

Foi inaugurada a Escola da Colônia

Com a presença de grande número de moradores locais e das autoridades municipais, foi inaugurada sábado passado 18 do corrente, a Escola Municipal da Colônia de Cantagalo.

A referida escola conta já com uma matrícula superior a 60 alunos, tendo por isso sido necessária a criação de dois turnos, um para meninas, a fim de melhor ser atendido o serviço escolar.

A escola da colônia está sendo regida pela professora d. Maria da Conceição Moregola e foi montada em prédio recentemente aparelhado para o fim a que se destina pelo seu proprietário, Sr. Alfredo Torno. (26.06.1932, p. 4)

Foram incineradas, em Entre-Rios, 23.129 saccas de café

Terminou hontem, a queima de café, que o D.N.C. está fazendo incinerar.

Foram queimadas 23.129 saccas, sendo 10.436 da safra de 1936-37, 1.150, da de 1937-38 e 11.543, da de 1938-39.

Convidados pelo Sr. Dario de Oliveira Cunha, digno fiscal ajudante, fomos assistir, nos terrenos próximos ao Depósito da Central do Brasil, a incineração da preciosa rubiácea.

Visitaram o local da queima, o Sr. Dr. Walter Francklin, Prefeito do Município, Sr. Fernando Alves Pequeno, gerente da Agência do Banco de Crédito Real de Minas Geraes, nesta cidade, Sr. Eugênio Peralta, pharmacêutico e altas autoridades.

Estão à frente desse serviço de queima do D.N.C., os srs. Milton Corrêa Rezende, fiscal itinerante; Dario de Oliveira Cunha, fiscal ajudante; Zeferino José de Aguiar, fiscal classificador e furador; Adhemar Fraga Moreira, fiscal entregador; Orlando Bastos, fiscal balanceiro; José Antonio Donato, fiscal recebedor e Moacyr Cardoso, fiscal conferente. (12.01.1939, p. 4)

Uma Embaixada do Collegio Universitário visitou Entre-Rios

A nossa cidade recebeu nesta semana, a visita de uma embaixada de estudantes do Collegio Universitário da Universidade do Brasil, Secção de Direito, que aqui permaneceram durante 3 dias, em estudos das condições Geographicas e urbanas do nosso município. Todos os pontos importantes foram visitados pelos estudantes.[...]

Os estudantes deram-nos o prazer de sua visita vindo em companhia do chefe da embaixada Sr. Prof. José Veríssimo Pereira e do Sr. Walter Francklin, prefeito do Município.

Alguns dos componentes da embaixada manifestaram a sua satisfação em verificar o crescente progresso de Entre-Rios, demonstrando que daqui levavam boa impressão da cidade. [...]

[...] tiveram ocasião de testemunhar a necessidade imperiosa da instalação de 2 escolas, uma agro-pecuária e outra técnico-profissional, as quais dada a tendência agrícola e industrial do município, constituem elemento valioso para seu desenvolvimento, não devendo deles descurar o governo do estado. Outrossim o abastecimento da água, e o serviço adequado de esgotos, de que tanto se ressentem esta cidade, devem, na sua opinião, ser objeto da atenção mais cuidadosa: além do alcance do ponto de vista higiênico urbano, interessam ao desenvolvimento econômico do município, pois facilitam as instalações de novas indústrias. (“Entre-Rios Jornal” – 29.06.1939, p. 1)

Inaugurada no Bairro da Colônia a iluminação pública

Como transcorreu a festividade

Realizou-se, conforme noticiara esta folha, sabbado passado, a inauguração da iluminação pública da colônia, próspero bairro desta cidade.

A Colônia resentia-se deste melhoramento de grande importância para o seu progresso e não foi sem intensa alegria que a sua população viu concretizada esta aspiração de há muito. Vinte e uma lâmpadas ao todo, até o presente momento, illuminam grande extensão das suas ruas, não se levando em conta o grande número de residências beneficiadas, por mais este melhoramento, proporcionado a Entre-Rios, pelo seu incansável Prefeito.

Lenta, mas seguramente, o sr. Dr. Walter Francklin vae transformando o aspecto da nossa cidade, que se remoça com as suas ruas claras, calçadas e paralelipípedos, todas obedecendo a um traçado pré-estabelecido, com suas praças ajardinadas e com o augmento considerável do número de lâmpadas no perímetro urbano, não se levando em conta, outras obras de arte, taes como sejam os alargamentos dos antigos pontilhões de cimento, etc. A luz na Colônia é bem o effeito desta gestão proba e profícua.

A inauguração

Seriam 6 horas da tarde, quando o sr. Dr. Prefeito, acompanhado pelo juiz dr. José Pellini, dr. Moacyr Duque Estrada e Waldemar Moraes, respectivamente engenheiro e advogado da Prefeitura e Carlos Ribas, tabelião do 2º Officio desta cidade, chegaram ao local, sendo recebidos festivamente, pela população local.

Immediatamente, S. Excia, dirigiu-se para onde estava a chave de ligação e lá, tomando nos braços a menina Jovelina de Oliveira, <<colona>> nata, fez com que a mesma ligasse a chave. Estava inaugurada a luz da Colônia.

A Banda 1º de Maio, enquanto espoucavam foguetes, se fez ouvir.

A seguir, S. Excia, o sr. Dr. Prefeito toma a palavra e, em tom, não de quem discursa, mas de quem, sentindo-se à vontade, parolando com os seus amigos, se dirige aos seus munícipes presentes e lhes falla sobre o acontecimento que acabavam de presenciar.

Descreve-lhes as grandes vantagens que lhes porporcionará o melhoramento, já quanto ao conforto, já quanto a valorização das suas propriedades e lhes garante que, os boatos espalhados de que semelhante iniciativa viria sobrecarregar os moradores locais de pesados impostos, não representam a realidade, embora seja verdade que o <<Estado>> quando dá, também tira, pois ainda está para se ver qual o governo que possa prodigalizar à collectividade as suas necessidades, sem lançar mão de tributos que façam jus às medidas que se tornarem precisas. Diz mais ainda S. Excia que, no projeto de Água e Esgotos para Entre-Rios, a Colônia não fora esquecida, porquanto a Colônia em si, possui mais casas que as sedes todas dos outros três districtos do Município de Entre-Rios e termina suas palavras, congratulando-se com os presentes pelo melhoramento recém-inaugurado que recebiam. Uma salva de palmas cobriu as suas últimas palavras.

Seguiu-lhe com a palavra o exmo. Sr, Dr. José Pellini, que se dirige aos seus jurisdicionados da Colônia, traçando o perfil rápido da obra que acabavam de receber e de seu creador o Prefeito dr. Walter Francklin.

Incita os moradores locais à ordem e ao trabalho e lhes faz ver o grande significado daquela cerimônia, marcando o início de uma nova era, na qual, o pioneiro intemerato é o Prefeito presente, dr. Walter Francklin.

Terminando, S. Excia, cumprimenta os habitantes locais, sendo vivamente aplaudido.

Encerrando a cerimônia fez-se mais uma vez ouvir a Banda Musical 1º de Maio. Na residência do sr. Domingos Rabelo foram servidos aos presentes um copo de cerveja e doces finos, sendo todos cumulados das gentilezas de tão amável cavalheiro.

À noite, no mesmo local, realizou-se animado baile que se prolongou até altas horas.

Os nossos parabéns à Colônia. (“Entre-Rios Jornal” – 06.06.1940, p. 1)

Comarca de Paraíba do Sul

Da citação de interessados incertos, com o prazo de 30 dias, na forma abaixo:

O Doutor Adherbal de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Paraíba do Sul, estado do Rio de Janeiro etc.

Faz saber por este Juízo e Cartório do 1º Ofício de Justiça correm os seus devidos termos os autos de uma Ação de um Usucapião requerida por **Ambrozina de Lima Bastos** e outros nos termos da seguinte petição: Exmo Senhor Dr. Juiz de Direito. Dizem **Ambrozina de Lima Bastos**, viúva; **Alcides Ferreira de Almeida** e sua mulher **Izabel de Almeida**; **Albino Gorgonha da Silva**, solteiro, maior; **Alcides Fabrício**, solteiro, maior; **Albano Fabrício**; **Alfredo Albino** e sua mulher **Teodora Albino**; **Antero Leite da Costa**; **Aquiles Felicidade**, solteiro, maior. **Benvinda Pereira**, viúva; **Bárbara Firmino**, viúva; **Benedita Valeriana de Castro**, viúva, **Camila de Almeida Costa** e seu marido **Nestor Leite da Costa**; **Caetano Pereira**, solteiro, maior; **Inácio Xavier**, viúvo; **Ivete Silva dos Santos** e seu marido **Eugenio dos Santos**; **Izolina Felicidade**, solteira, maior; **Joana**, menor, filha da finada **Juventina Maria da Conceição**; **João Francisco da Silva** e sua mulher **Claudina Moura da Silva**; **João Fabrício José** e sua mulher **Josina Maria José**; **João Pereira da Silva** e sua mulher **Maria da Luz Pereira**; **João Felicidade**; **Jovelina Barbosa da Silva**, viúva; **José Ferreira de Almeida** e sua mulher **Luiza Conceição de Almeida**; **Luiza do Nascimento Lima** e seu marido **Tomaz de Lima**, **Manoel Pinheiro** e sua mulher **Maria Raymunda Pinheiro**; **Manoel Ferreira de Almeida** e sua mulher **Maria Lutt de Almeida**; **Manoel Nascimento**; **Maria Corrêa do Carmo**, viúva e sua filha menor impúbere **Maria de Lourdes do Carmo**, **Maria Felicidade**, **Maria Carlota do Nascimento**, solteira, maior; **Mateus Dionísio da Silva** e sua mulher **Apolinária Dionísio da Silva**; **Maria da Silva**, solteira, maior; **Maria Eugenia da Silva**, casada com **José Carvalho**; **Minervina Maria da Conceição**, viúva; **Olimpio João da Silva**, casado com **Lucinda Felicidade da Silva**; **Perciliana**

Figueiredo, viúva; **Sebastião Ferreira de Almeida** e sua mulher **Jacyra Ferreira de Almeida** e **Umbelina Pereira**, solteira, maior; dizem que são possuidores de **35 alqueires de terras**, mais ou menos, no lugar denominado **Cantagalo**, no município de Entre-Rios, desta comarca; que essa posse é efetiva e real e vem de seus antepassados, primitivos ocupantes dessas mesmas terras, nas quais os colocou a condição servil deles, escravos que foram de D. Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Condessa do Rio Novo, falecida em 5 de julho de 1882; que desde essa data de 1882, portanto, se pede e se deve computar o tempo dessa posse dos suplicantes; que essa posse diuturna, de quase 60 anos, lhes assegura plenamente o domínio sobre as mesmas terras; que essa posse, sempre se exerceu mansa, continuada e pacificamente, que essa posse além da proteção natural decorrente da sua diuturnidade, teve já a garanti-la decreto judicial dado na instância desta comarca; que essas ditas terras assim possuídas tem por limites ou por (...) a Fazenda da Rua Direita, a Estrada de Ferro Central do Brasil (Ramal do Centro e Ramal do Porto Novo) e o sítio conhecido por Sítio do Pury, que os suplicantes ocupam cada um a sua pequena área determinada; que as áreas correspondentes as deles todos formam no conjunto ou total a área de **35 alqueires**, compreendida nos limites ou nas linhas extremas declaradas; que essas parciais ou parcelas, assim seja julgado por sentença o reconhecimento do domínio dos suplicantes sobre a área total, serão demarcadas por técnico agrimensor, tal como se procede em partilha ou divisão geodésica de propriedade de terras de ocupação coletiva finalmente que a posse dos suplicantes se exerce, como sempre se exerceu, com o animo deles de donos dessas terras; tanto que nessas terras os suplicantes têm executado obras e benfeitorias valiosas; obras e benfeitorias de tal vulto que no local delas existem já iluminação pública e serviço de rádio, tudo isso constituindo índice notável do progresso desse mesmo local. Para a declaração do domínio dos suplicantes sobre os 35 alqueires geométricos mais ou menos das ditas terras, domínio decorrente de posse diuturna, efetiva, real e até judicial, querem os suplicantes justificar preliminarmente essa posse. E provada fique essa posse dos suplicantes, pedem se digne V. Excia de fazer citar a todos os aqueles a quem interessar possa o presente pedido ou a presente ação de usucapião para no prazo legal deduzirem defesa ou contestação ou o que lhes parecer,

sob pena de revelia. A citação dos interessados deverá ser feita por edital na forma prescrita do art. 455 do Cod. do Processo Civil. A citação vale para todos os termos e atos da causa até final; devendo officiar no presente feito em todos os seus termos e atos o Dr. Promotor de Justiça. Para a justificação preliminar da posse dos suplicantes sobre 35 alqueires das ditas terras do Cantagalo, pedem se digne V. Ex. de designar dia e hora, a fim de deporem as testemunhas abaixo arroladas, as quais comparecerão independente de intimação. Dá-se a presente causa o valor de Rs52:500\$000 ou de Rs1:500\$000 por alqueire da área que os suplicantes pretendem usucapir. Testemunhas: I – **Tupy Amaral**, funcionário público; II – **Manoel Duarte Sobrinho**, proprietário; III – **Orozimbo Flores**, funcionário; IV – **Antonio da Silva Castanheiras**, proprietário, Paraíba do Sul, 17 de setembro de 1940. P.p. Sebastião Tostes de Alvarenga. [...] (“Entre-Rios Jornal” – 19.12.1940, p. 3)

ANEXO XXVI – Juntada do Inventário do Espólio da Condessa do Rio Novo

Juntada – 03 de outubro de 1944
Petição – por Jarbas Alves de Souza

Procuração

Outorgante: Casa de Caridade de Paraíba do Sul, regida pela Irmandade N. S. da Piedade.

Provedor: Antonio Garcia Filho (serventuário da justiça).

Procuradores: Doutores: Cristovam Cláudio da Silveira.

Bernardo Belo Pimentel Barboza, brasileiros, advogados, casados, o primeiro residente nesta cidade e o segundo na Comarca de Três Rios, carteiras da Ordem, números 436 e 285, para o foro em geral em qualquer Juízo, Instância e Tribunal, juntos ou separadamente, podendo requerer a expedição do Formal de Partilha dos Bens legados à outorgante, pela Condessa do Rio Novo; promovendo ação de imissão de posse e as que forem necessárias, para assegurar os direitos da mesma outorgante ao legado feito pela dita Condessa do Rio Novo, principalmente quanto à Fazenda de Cantagalo, situada no Município de Três Rios, neste Estado; usando de todos os recursos legais e dos poderes da cláusula adjudicia a substabelecer.

27 de setembro de 1944

Livro 50 fls 3v. – 1º traslado – Jarbas Alves de Souza – Tabelião do
1º Ofício

Exmo. Snr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Paraíba do Sul

Antonio Garcia Filho, Provedor da Casa de Caridade de Paraíba do Sul, regida pela Irmandade de N. S. da Piedade, vem, nos autos de inventário dos bens deixados por falecimento da Condessa do Rio Novo, cartório do 1º Ofício, requerer digno-se V. Excia ordenar a expedição do formal de partilha dos bens que lhe foram legados pela inventariada, juntando aos

mesmos autos o incluso conhecimento do imposto devido para a transcrição de imóveis.

P. deferimento.

P. do Sul, 27 de setembro de 1944.

P.P Christovam Cláudio de Silveira

(Inventário do espólio de Mariana Claudina Pereira de Carvalho)

O Colônia Esporte Clube concretiza uma de suas caras aspirações

Coroando os esforços de uma plêiade de dedicados diretores do antigo maioral dos subúrbios, foi levada a efeito, domingo último, no bairro do Colônia E. C., à qual estiveram presentes várias pessoas gradas da cidade e da política local, entre elas o dr. Bernardo Belo, os srs. Jorasil Santos David e João Pedro da Silveira, diretor desta folha, fazendo uso da palavra o primeiro e o último que encareceram a notável realização do grêmio suburbano que irá dar grande desenvolvimento ao bairro que lhe empresta o nome, e que é hoje um dos mais progressistas de Três Rios. Antes falaram o sr. Afonso Cabral, presidente do clube, e o senhor Edmar Tavares, também diretor do colônia.

Como parte integrante da festa do dia, houve também uma animada partida de futebol entre os quadros principais e secundários do Colônia E. C. e do Bempostense E. C., do distrito de Bemposta, que excursionou a esta cidade naquele dia. Na preliminar, o clube local perdeu por 1-0, mas na principal conquistou uma linda vitória sobre o seu leal adversário pela contagem de 3-0, gols de Dedé, Dondon e Avelino. O quadro do Colônia formou assim constituído: Washington, Odilon e Osmar; Martins, Geraldo e Fabrício; Avelino, Geraldo II, Dondon, Nenê (Osmar II) e Dedé. (“Entre-Rios Jornal” – 21.08.1947, p. 4)

Um grande Festival Esportivo dia 15 deste mês, na Colônia, com uma sensacional corrida atlética

O populoso bairro da Colônia assinalará o 15 de novembro, deste ano, com um grande dia esportivo, começando as provas às 8 horas da manhã com uma sensacional corrida atlética de velocidade, cujo ponto de saída e chegada será o Bar Caiafa, desenvolvendo-se o itinerário da corrida pelo bairro da Colônia até a travessia do cemitério, que será o ponto de volta dos concorrentes, podendo inscrever-se nessa prova atletas de todos os clubes. (...)

Às 15:30, no “ground” da colônia será levado à efeito um interessante prélio de futebol entre as equipes do clube local e do 14º Posto de Consertadores da E. F. Central do Brasil que deverão realizar uma partida de sensação.

Às 19:00 horas, haverá na sede do Colônia um programa de calouros em que tomarão parte muitas senhoritas do bairro.

Em seguida, será levado à cena o drama em 3 atos: <<Sobre o túmulo>>.

A comissão organizadora da festa é a seguinte: Ernani Ramos, Professora Marieta, Afonso Cabral, Mauricio Silva, Alcides Machado, José Martins, Manoel de Carvalho, Antonio Caiafa, Alcides Francisco e Edmar Tavares, sendo todos esses elementos pessoas de destaque no cenário esportivo do progressista bairro que dia a dia mais se desenvolve, graças a iniciativas como essa que terá lugar dia 15 deste mês. (“Entre-Rios Jornal” – 06.11.1947, p. 3)

ANEXO XXIX – Escritura de Doação de D. Nair Pereira de Oliveira

Oficial do Registro Comercial

Edifício do Fórum – Pça São Sebastião, 224 – Três Rios

Taytson de Toledo Ribas – Tabelião e Escrivão

Margarida Maria Barbosa Ribas – Substituto

Escritura de Doação

Doadora: Maria da Luz Pereira

Donatária: Nair Pereira de Oliveira

Livro 14, fls 7v^o/9v^o

ESCRITURA DE DOAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM, COMO OUTORGANTE DOADORA D^a MARIA DA LUZ PEREIRA E COMO OUTORGADA DONATÁRIA NAIR PEREIRA DE OLIVEIRA, NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos esta pública escritura de doação bastante virem que, no ano do nascimento de N.S.J.C. de mil novecentos e sessenta e dois, aos vinte e oito dias do mês de julho do dito ano, nesta cidade e Comarca de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro, em meu cartório, no Fórum, por me haver sido esta hoje distribuída, pelo bilhete de distribuição que arquivo, compareceram perante mim Tabelião e as testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas, partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado como outorgante doadora D^a MARIA DA LUZ PEREIRA, brasileira, viúva, proprietária e residente nesta cidade no bairro de Vila Isabel e de outro lado como outorgada donatária NAIR PEREIRA DE OLIVEIRA, brasileira, viúva, doméstica, residente nesta cidade; reconhecidos todos como os próprios de que trato de mim Tabelião e das testemunhas adiante nomeadas e assinadas, do que dou fé. E perante essas mesmas testemunhas, pela outorgante doadora referida me foi dito que à justo título e **em virtude de aforamento direto celebrado com a Casa de Caridade de Paraíba do Sul, conforme escritura pública de aforamento lavrada nas notas do Tabelião Paulo Alves de Souza, do 2º ofício desta Comarca, no livro – nº 24, fls. 45 a 48, em 18 de abril de 1950, devidamente transcrita no Cartório do Registro de Imóveis dos distritos ímpares deste Município, no livro 3-B, fls. 209, sob o nº 2.602, em 10 de junho de 1950, tornou-se senhora e legítima possuidora,** com livre administração e sem ônus, do domínio útil de uma área de terras, foreira à Casa de Caridade de

Paraíba do Sul, ora desmembrada de maior porção, situada nesta cidade, em uma rua projetada, marginal da Estrada de Ferro Central do Brasil, ramal de Porto Novo, bairro de Vila Isabel, medindo 6,610,00 m² (seis mil seiscentos e dez metros quadrados), ou seja com 55,00ms. de frente, igual largura nos fundos, por 124,00ms. de um lado e 130,00ms. de outro, confrontando pela frente com a referida rua Projetada, pelos fundos com Manoela Pereira da Costa, por um lado com Laureano Pereira e por outro com Eloy Pereira; que pela presente escritura doada a Nair Pereira de Oliveira, filha dela doadora, o imóvel acima descrito e confrontado, com todas as benfeitorias e servidões existentes no dito terreno, e desde já cede e transfere à mesma outorgada donatária toda a posse, domínio, direitos e ação que sobre o aludido imóvel ora doado exercia, para que possa o mesmo donatário dele usar, gozar e livremente dispor, com a restrição abaixo imposta, como seu que é e fica sendo de hoje em diante, por força desta escritura, obrigando-se ela doadora a fazer a presente doação sempre boa, firme e valiosa; que a doação ora feita o é com reserva de usufruto vitalício para ela outorgante doadora, do imóvel doado e da parte disponível dos bens dela doadora ser trazida a colação e pelo valor de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), em quanto estima o imóvel ora doado. Pela outorgada donatária e ante as testemunhas, me foi dito que aceitava esta escritura em seus expressos termos, por isso que está de inteiro e pleno acordo com a doação que ora lhe é feita e me apresentou o talão de imposto do teor seguinte: Armas da República, Estado do Rio de Janeiro. Prefeitura Municipal de Três Rios. Nair Pereira de Oliveira = transmissão Inter-Vivos por quanto recebe em doação de sua mãe D^a Maria da Luz Pereira com reserva de usufruto vitalício para a mesma o domínio útil de uma área de terras com 6.610m². no Bairro de Vila Isabel.[...] Assim justos e contratados me pediram que em minhas notas lhes lavrasse esta, o que lhes fiz, lhes li, aceitaram, outorgaram e assinam com as testemunhas a tudo presentes José Amâncio de Moraes e Narciso da Costa Barros, assinando o rogo da outorgante doadora por não saber ler nem escrever o sr. Geraldo Magela Corrêa, perante mim Tabelião.[...] (Escritura de D. Nair Pereira de Oliveira – entrevistada em 06.03.2012)

Presidência: José dos Santos Filho

[...] O primeiro processo levado a discussão foi o que se refere a desapropriação de terrenos no bairro do Cantagalo, para construção de casas populares. Feita a leitura de todas as suas peças, o vereador João P. da Silveira consultou a mesa se o parecer da Comissão de Justiça já havia sido publicado na forma regimental, tendo o Sr. Presidente respondido, conforme a informação da Secretaria, que ainda não havia sido em virtude da entrega do mesmo pela Comissão ter sido feita nesta data. O Sr. Presidente comunicou que; deu obediência ao regimento Interno, o projeto só iria sofrer a primeira discussão de vez que a falta de publicidade do parecer da Comissão de Justiça o inibe de ser votado. O vereador Joaquim J. Ferreira, falou sobre a importância do problema das casas populares até hoje não solucionado pela falta de terrenos, e que o presente projeto visa justamente demover o maior obstáculo à realização desse objetivo que é a falta de terreno. Manifestou estranheza quanto aos termos do parecer da Comissão de Finanças, pelo fato deste órgão ter encontrado as dificuldades do preparo do terreno indicado pela Comissão de Obras como se todos os trabalhos nesse sentido tivessem de ser realizados imediatamente, quando não é isso que deverá acontecer pois todas as obras de melhoramento dos dito terrenos terão de ser executados talvez em dois, três, quatro, cinco anos ou no tempo que for possível. Esclarecem que o essencial é que se disponha do terreno a fim de que, mesmo sem os requisitos necessários, se possam acenar aos institutos, caixas ou qualquer entidade que queira se dispor a patrocinar esse grandioso empreendimento. Disse ainda que a Comissão de Obras, ao examinar o assunto, já esperava mesmo que o município não pudesse realizar tudo que era necessário aos citados terrenos, porque estava certa de que não era com os pequenos recursos do município que se iria construir num ano todos os melhoramentos, porém, no decorrer de vários orçamentos era possível conseguir com boa vontade, um resultado satisfatório. Declarou que, dentro em breve ocupará a governança do Estado um cidadão que sempre se demonstrou amigo de Três Rios e confiante no dinamismo e do largo tirocínio administrativo do futuro prefeito João P. da

Silveira; esperará que esse magno problema será solucionado não só com os recursos do município mas também com o auxílio dos governos Estadual e Federal. Logo após, falou o vereador João Pedro da Silveira. Inicialmente Sua Excia. agradeceu ao vereador Joaquim J. Ferreira as amáveis expressões de consideração e confiança em sua futura atuação à frente do governo do município. Em virtude do parecer da Comissão de Finanças haver causado estranheza ao mesmo colega, declarou que se sentia na obrigação de esclarecer as razões com que fundamentou o citado parecer de que foi o relator. Esclareceu que, quando em 1946 ocupou transitoriamente o governo do município, foi o signatário do convênio com a Fundação da Casa Popular para construção de 500 casas tipo popular em Três Rios. Nessa ocasião entrou em contato direto com os dirigentes desta instituição, tendo oportunidade de conhecer que a Casa Popular só executará a construção de casas nos municípios que faça a doação de terrenos, cujo preço por lote não exceda de Cr\$5.000,00, exigindo que os mesmos sejam dotados de todos os requisitos de urbanização e saneamento. Disse que conhece a magnitude e urgência que reclama a solução da construção de casa para os trabalhadores de Três Rios e, por isso, desde a organização da comissão interpartidária, vem se batendo pela realização de nobre e humanitário objetivo, declarando que, constituía uma das principais preocupações de seu governo. Frizou que quando providenciou as diligências necessárias ao exame do caso pela Comissão de Finanças, agiu imbuído do único propósito de dar uma solução objetiva ao projeto, evitando medidas protelatórias ou inexecutáveis. Louvou o trabalho eficiente dispendido pela Comissão de Viação e Obras Públicas, cujo parecer foi fruto de seu esforço e boa vontade, uma vez que não recebeu do Executivo a mínima cooperação técnica. Informou que igualmente a Comissão de Finanças não teve nenhuma colaboração dos técnicos da Prefeitura. Entretanto foi mais feliz porque pode contar com a preciosa colaboração de dois técnicos, que são os engenheiros Hélio Loureiro e Alberto Chimelli. Em companhia desses dois profissionais, compareceram ao local dos terrenos e tomaram todas as medidas e demais elementos para um estudo cuidadoso do quanto teria o município que despender para tornar aquela área em condições de ser nela construída a vila operária. Assim, depois de feitos todos os levantamentos necessários, chegou à conclusão constante do seu parecer,

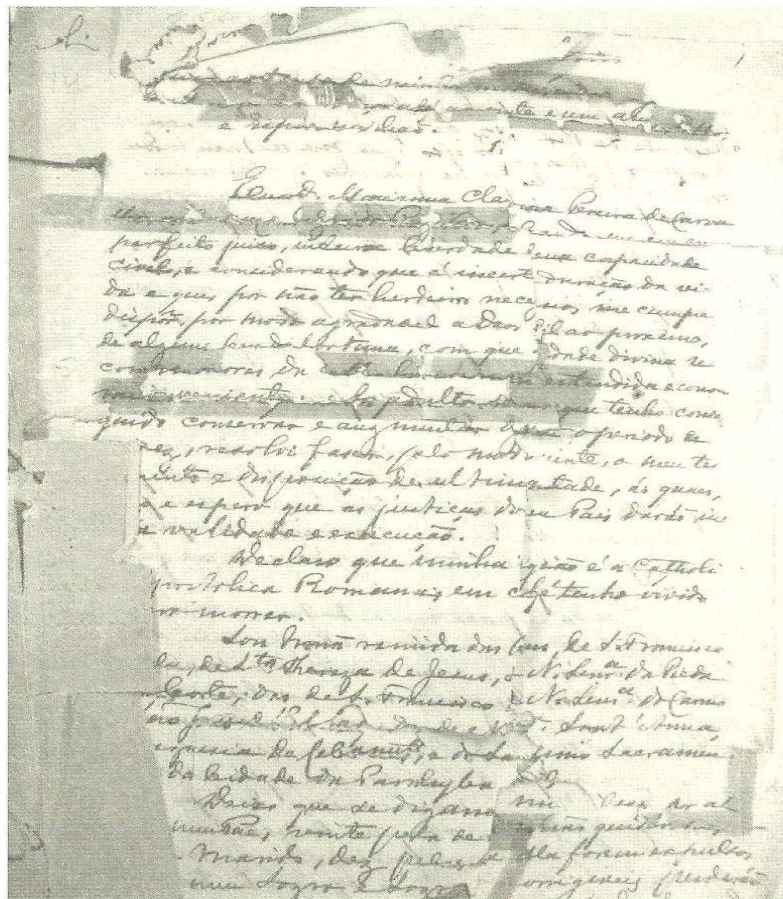
tendo sido, com imenso pesar, obrigado a opinar pela inconveniência do aproveitamento daquela área, tantos foram os obstáculos encontrados. Entretanto, não deixou o assunto sem outra solução que viesse atender objetivamente os ideais de todos os colegas desta casa, de dar ao trabalhador tririense o seu lar próprio: apontou os terrenos situados na rua Adélia Torno e Bairro Colônia, cujas áreas de acham próximas das redes de água e esgoto da cidade e não possuem as irregularidades que foram encontradas em Cantagalo. Esclareceu que, examinando mais detidamente esses terrenos, chegou a conclusão que se os mesmos fossem desapropriados, neles poderiam imediatamente ser construídas as casas populares. Disse que todo o trabalho despendido pela Comissão de Finanças, nesse sentido, foi com o fim de cooperar para que dentro do mais breve possível se tornasse realidade o problema da casa própria para aqueles que vem construindo a grandeza de nossa terra. Esclareceu, finalmente, que o parecer da Comissão de Finanças em nada vem contrariar os propósitos louváveis da bancada trabalhista e, ao contrário, colabora no mesmo sentido, admirando-se, então, como poderiam os seus termos causar estranheza ao seu colega Joaquim Ferreira. Continuando, Sua Excelência disse que estranhável sim, é o parecer da Comissão de Justiça que, abandonando as ponderações da Comissão de Finanças, baseada no trabalho de engenheiros que entendem do assunto, resolveu homologar o parecer da Comissão de Viação e obras Públicas, cujo projeto apresentado, se convertido em lei, virá cair na mesma situação do Decreto-Lei baixado pelo então Prefeito Walter Francklin da desapropriação das terras da colônia, o qual não foi executado por impossibilidade do município. Com relação ao assunto em tela, falou também o vereador Arsonval Macedo para responder à alusão feita pelo vereador João Silveira sobre a redação do parecer da Comissão de Justiça. Sua Excia, demonstrou que a Comissão de Justiça não poderia ter procedido de outra forma, porquanto a ela compete somente examinar os projetos do ponto de vista legal. Se não contraria nenhuma lei ou constituição, nada pode opor à aprovação de um projeto, não lhe sendo lícito invocar impedimento com interferência nas atribuições de outras comissões. Em seguida falou o vereador Antonio Gomes de Oliveira que faz uma vasta explanação sobre a importância das casas populares, procurando demonstrar que o local sito Bairro de Cantagalo é o mais adequado para esse fim.

Esclareceu que os obstáculos poderão ser removidos tendo historiado também, os passos da Comissão de obras no exame do projeto, cuja aprovação justificou. Novamente falou o vereador Joaquim Ferreira para responder a alguns pontos do discurso do seu colega João Silveira. Sua Excia declarou que quanto aos terrenos da Rua Adélia Torno não tem nenhuma objeção, porém, o mesmo não acontece com os da Colônia que julga inconveniente pelas seguintes razões: 1º porque a Colônia é considerada “terra de ninguém”, visto até o momento não se conhecer os seus verdadeiros donos, e, nessa situação, tornar-se-ia insegura a propriedade de qualquer imóvel naquele local. Em aparte o vereador João Silveira esclareceu que é conhecedor que mediante um registro legal a Casa de Caridade já se tornou legítima proprietária da Colônia e mesmo que ainda não o fosse a lei de desapropriação regularizaria toda a situação de propriedade da parte desapropriada. Como segunda objeção citou o vereador Joaquim J. Ferreira a antipatia que o trabalhador trirriense vota ao local denominado Colônia, pelo fato de um engenheiro que serviu em administração anterior havia dito a um ferroviário que se achava em dificuldades de normalizar a planta de um prédio de sua propriedade, a ser construído no centro da cidade, que os trabalhadores que não pudessem construir casas na cidade que fosse para a Colônia. Essas palavras proferidas no sentido pejorativo, causavam revolta a todos os trabalhadores que delas tiveram conhecimento, mormente quando souberam que as mesmas foram endossadas pelo então Prefeito, assumindo o caráter de desprezo e acinte ao trabalhador. Sua Excia ainda fez alusão ao pedido de informações formulado pelo vereador João Silveira sobre a publicidade do parecer da Comissão de Justiça, tendo interpretado como uma atitude política e uma precaução a favor dos interesses do vereador Jorazil David que é locatário dos terrenos em Cantagalo. Logo em seguida o vereador João Silveira explicou os motivos porque pediu informações sobre a publicidade do parecer da Comissão de Justiça, demonstrando não ter havido nenhum objetivo político e sim um cuidado julgado imprescindível à salvaguarda da legalidade da medida, no caso de ser aprovada, considerando que a legislação que regula as desapropriações em todo Brasil assegura aos proprietários dos terrenos o direito à contestação. Sabendo que a Cia proprietária dos terrenos de Cantagalo poderá contestar a desapropriação e que apenas o não

cumprimento dessa formalidade regimental poderia tornar nula o ato da Câmara, resolveu, então, suscitar a questão da publicidade dos pareceres. Com essas considerações queria tornar evidente que não houve nenhum interesse subalterno, como disse o vereador Joaquim Ferreira. Repetiu que os propósitos da Comissão de Finanças, outros não foram senão o de cooperar para a realização das casas populares. Declarou ainda que ao assumir o governo do município, espera realizar esse magno problema quer em Cantagalo ou em outro local, a menos que possa provar com documento que não teve a necessária cooperação das entidades responsáveis. [...] (Atas da Câmara Municipal de Três Rios. 22.01.1951)

ANEXO XXXI – Figuras

O TESTAMENTO



Original do testamento da Condessa do Rio Novo
Acervo Museu da Justiça do Rio de Janeiro

The image shows a close-up of the signature of the Countess of Rio Novo. The signature is written in a cursive script and reads 'Condessa do Rio Novo' followed by a large, stylized flourish that appears to be 'Pereira' or similar. The signature is written in dark ink on aged paper.

Assinatura da Condessa do Rio Novo no testamento original
Acervo Museu da Justiça do Rio de Janeiro.

Figura 1

Fonte: JORGE, Cinara. **Pioneiros dos três rios**. Três Rios: Ed. Boa União, 2012. p. 77 e 79.

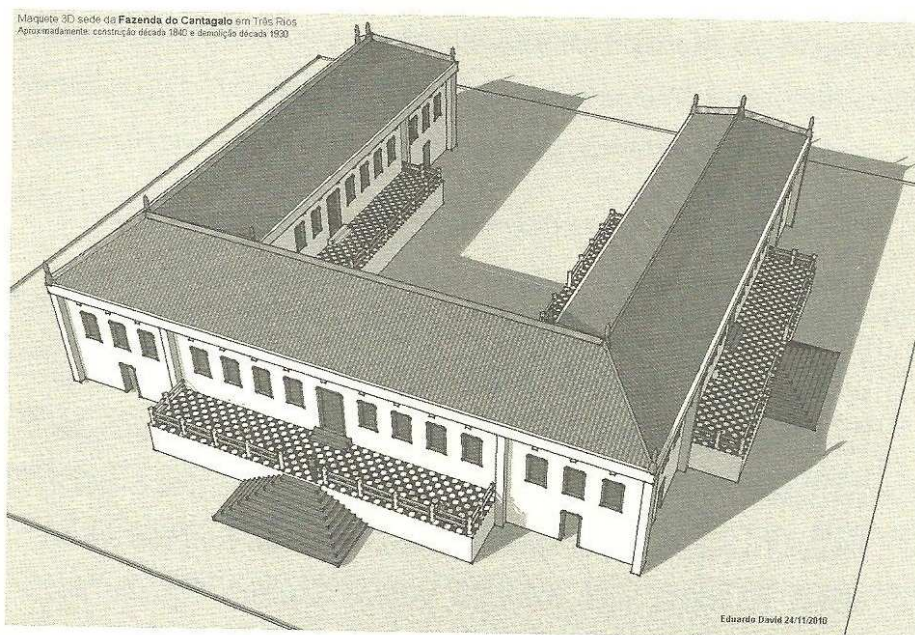
Mariana Claudina Barroso Pereira
Condessa do Rio Novo



Foto de J.J. de Barros - Acervo Cinira Henrique de Barros Ribeiro

Figura 2

Fonte: JORGE, Cinara. **Pioneiros dos três rios**. Três Rios: Ed. Boa União, 2012. p. 31.



Sede da Fazenda do Cantagalo, desenhada por Eduardo Gonçalves David baseando-se em descrição de Hugo Kling

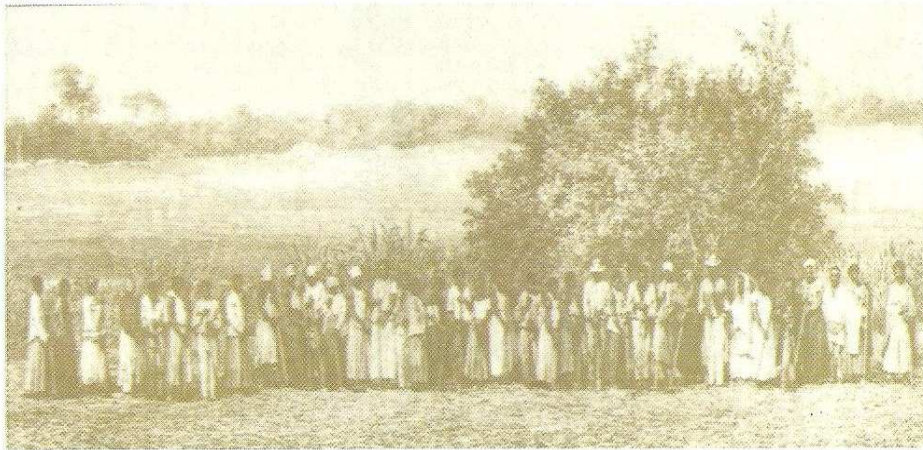
Figura 3

Fonte: JORGE, Cinara. **Pioneiros dos três rios**. Três Rios: Ed. Boa União, 2012. p. 190.



Figura 4

Fonte: JORGE, Cinara. **Pioneiros dos três rios**. Três Rios: Ed. Boa União, 2012. p. 108.



Assim teria sido na posse da Colônia Agrícola Nossa Senhora da Piedade

Figura 5

Fonte: TEIXEIRA, Ezilma. **Aprendendo Nossa Terra**. Três Rios: Editar Editora Associada, 2004. p. 84.

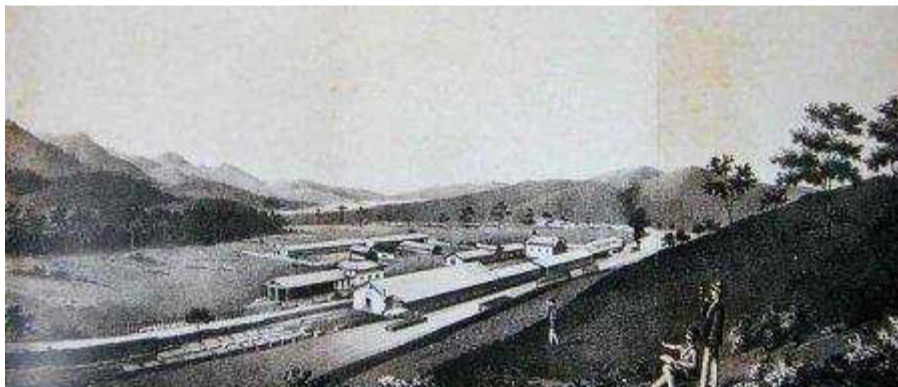


Figura 6 - Distrito de Entre-Rios – Século XIX

Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/tresrios.htm.

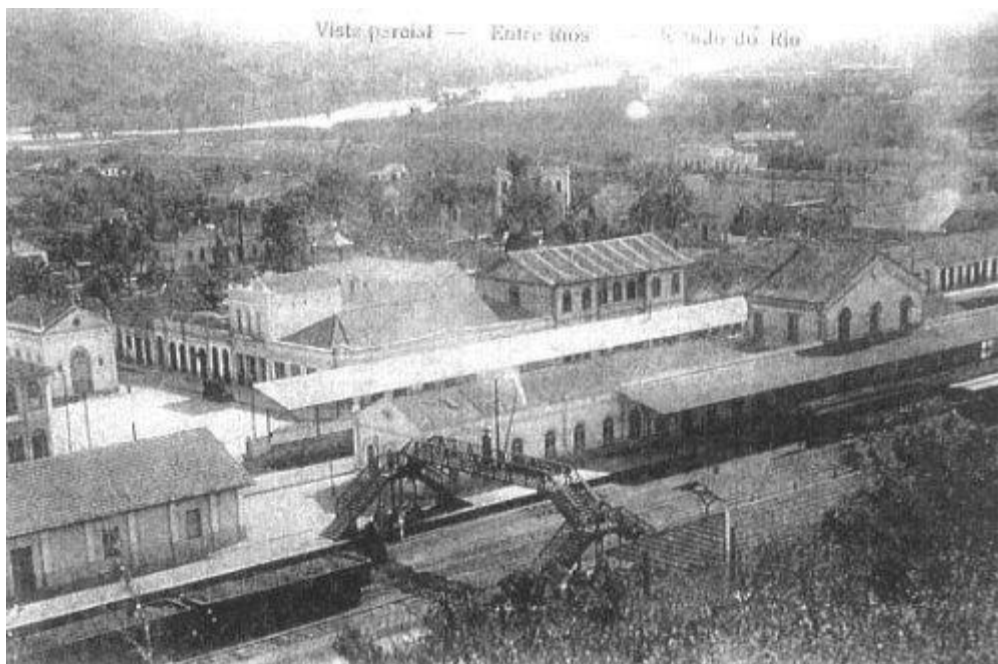


Figura 7 - Vista parcial de Entre-Rios

Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/tresrios.htm.



Figura 8 - Estação de trens – Entre-Rios

Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/tresrios.htm.



Figura 9 - Avenida Condessa do Rio Novo – Década de 20
Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/tresrios.htm.



Figura 10 - Avenida Condessa do Rio Novo – Década de 20
Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/tresrios.htm.



Figura 11 - Avenida Condessa do Rio Novo – Década de 20
Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/tresrios.htm.



Figura 12 - Estação de Entre-Rios – Década de 20
Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/tresrios.htm.



Casa da Mãe Pobre (1936)

Figura 13

Fonte: TEIXEIRA, Ezilma. **Aprendendo Nossa Terra**. Três Rios: Editar Editora Associada, 2004. p. 50.



Figura 14 - Capela de Nossa Senhora da Piedade – Três Rios

Fonte: www.patrimonioluminense.rj.gov.br/patrimonio-cultural/capela-nossa-senhora-da-piedade-tresrios/



Figura 15 - Sr. João Pereira da Silva e D. Maria da Luz Pereira – pais de D. Nair Pereira de Oliveira. Avós do Sr. Aurélio de Oliveira e do Sr. José Ferreira da Costa. (Acervo Sr. Valdir Neves de Lima)



Figura 16 – D. Manoela Pereira da Costa – irmã de D. Nair Pereira de Oliveira. Mãe de José Ferreira da Costa. (Acervo Sr. Valdir Neves de Lima)



Figura 17 – Placa de reinauguração do Colônia Esporte Clube



Figura 18 – Visita de Garrincha ao Esporte Clube Colônia – José da Silva, Dedé (José de Oliveira), Garrincha, Elias Brotinho e José Curió (Anos 70 – Acervo Sr. Valdir Neves de Lima)



Figura 19 – Time do Esporte Clube Colônia, s/d – Washington, Odilon, Osmar, Nonô, Geraldo, Carlinhos, Botina, Geraldo, Damião, Orlando e Dedé. (Acervo do Esporte Clube Colônia)



Figura 20 – Esporte Clube Colônia



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

SINOPSE ESTATÍSTICA
do
MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Aspectos Históricos e Geográficos.
Alguns Resultados Estatísticos — 1945.
Principais Resultados Censitários — I-IX-1940.

RIO DE JANEIRO

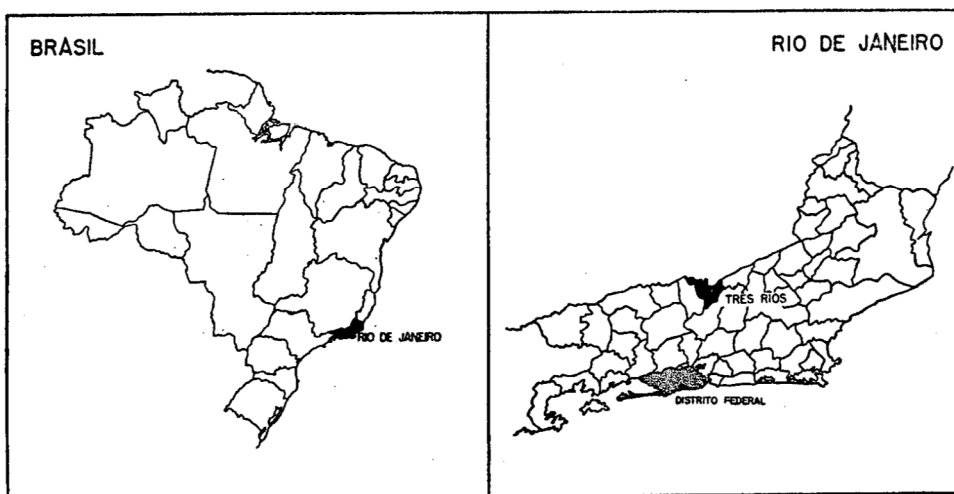
SERVIÇO GRÁFICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

1 9 4 8

MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ÁREA, POPULAÇÃO e POSIÇÃO



ÁREA
(calculada para 31-XII-1945)

do Município	501 km ²
do Estado	41 666 km ²

% sobre o total do Estado: 1,20

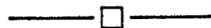
POPULAÇÃO
(estimada para 31-XII-1945)

do Município	33 781 hab.
do Estado	2 069 452 hab.

% sobre o total do Estado: 1,63

POSIÇÃO DA SEDE DO MUNICÍPIO

Latitude: S. 22°06'49" Longitude: W. Gr. 43°12'39"
Distância em linha reta da Capital do Estado: 88 km
Rumo em relação à Capital do Estado: NNO



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	VII
--------------------	-----

I PARTE

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

Evolução Social	3
Evolução Política	4
Distritos Componentes	7
Descrição do Território	7

II PARTE

ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

Produção	11
Transportes	11
Agências do Departamento dos Correios e Telégrafos	12
Melhoramentos Urbanos das Sedes Municipais	12
Assistência Médico-Sanitária	12
Ensino Primário Fundamental Comum	12
Bibliotecas, Periódicos e Diversões	12
Representações dos Estabelecimentos de Crédito	13
Finanças Municipais	13

III PARTE

PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — I-IX-1940

Censo Demográfico	17
Censo Agrícola	19



APRESENTAÇÃO

É com justa satisfação que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresenta ao público as Sinopses Estatísticas dos Municípios Brasileiros.

A iniciativa reveste-se, sem dúvida, de especial significação. É que se inicia, por êsse modo, o lançamento periódico de uma série de publicações que, destinadas às comunas brasileiras, atendem a compromissos estabelecidos nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

O plano em causa abrangerá, em princípio, um conjunto de 1 669 Sinopses,¹ organizadas de maneira sistemática, a fim de facilitar a comparabilidade dos respectivos números. É um trabalho de vulto que deve ser visto como a síntese do esforço empreendido por todos os órgãos componentes do Sistema Estatístico Nacional, com objetivos comuns. Oferecendo a cada Município a sua Sinopse Estatística, o I.B.G.E. visa a contribuir para o esclarecimento das realidades locais e a colocar essas realidades sob os olhos de quantos se interessam pelos problemas peculiares da vida nacional.

Empreendimento de largas proporções, ressentido-se, nesta primeira experiência, de lacunas inevitáveis e facilmente compreensíveis, dadas as condições especiais sob as quais se processa o trabalho do desdobramento e apresentação de dados por Município. Por isso mesmo, a Secretaria Geral do I.B.G.E. receberia com vivo regozijo quaisquer sugestões sobre a presente Sinopse, bem como críticas e informações suplementares, à vista das quais será possível o enriquecimento do elenco numérico ora apresentado.

De acôrdo com o plano geral estabelecido, cada Sinopse Municipal é dividida em três partes.

A primeira, de extensão variável, reúne dados e aspectos históricos e geográficos do Município. Constitui uma tentativa no sentido de agrupar, com adequada sistematização, elementos até hoje esparsos em diferentes documentos, publicações, monografias, artigos de jornal, etc. Em relação a alguns Municípios, ocorrem, na compilação executada, divergências de opinião entre os autores consultados. Sempre que isso se verificou, foi adotado o critério do registro das várias versões, deixando-se para exame posterior o necessário esclarecimento da matéria. Nesse particular, será acolhida com o maior interêsse, por parte do I.B.G.E., tôda e qualquer cooperação, especialmente a dos historiadores

¹ Conforme a Divisão Territorial vigente em 1945.

VIII

e geógrafos, a fim de que possamos apresentar de futuro, sem receio de controvérsia, o esboço histórico e o panorama geográfico de cada Município brasileiro.

A segunda parte apresenta resultados estatísticos referentes a vários assuntos, todos correspondentes a 1945, em comparação percentual com os do total da respectiva Unidade da Federação.

A terceira e última parte, finalmente, reproduz, para os Municípios existentes em 1940, resultados inéditos dos censos demográfico e agrícola, realizados em 1.º de setembro daquele ano, com várias discriminações que bem caracterizam cada assunto.

Das Sinopses dos Municípios das Capitais consta uma outra parte, especial, em que figuram dados periodicamente divulgados no "Boletim Estatístico" editado pelo I.B.G.E., sob o título "Estatísticas dos Municípios das Capitais". Os elementos nelas apresentados abrangem o triênio 1944-1946.

Entregando ao público as Sinopses Estatísticas Municipais, o I.B.G.E. acredita estar iniciando uma fase de atividades destinada a prestar ao país, em geral, e aos municípios em particular, um serviço de apreciável alcance cultural, dentro da esfera de suas atribuições.

CONVENÇÕES

%	Os números percentuais que figuram neste volume se referem à relação existente entre os resultados do Município e os do Estado.
...	O dado é desconhecido, não implicando, porém, a afirmativa de que o fenômeno existe.
—	O fenômeno não existe.
0 — 0,0 — 0,00	O fenômeno existe, sendo sua expressão, porém, tão pequena que não atinge a unidade adotada no quadro.

I Parte
Aspectos Históricos e Geográficos

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

EVOLUÇÃO SOCIAL

A região na qual se encontra o atual Município de Três Rios, cuja área se estende por 501 km² (qüinqüênio 1944-1948), era, primitivamente, denominada de "Paraíba Nova". Segundo reza a tradição, habitavam as suas terras, na época do devassamento, várias tribos indígenas, citando-se, entre outras, as dos Coroados e a dos Barrigudos, que pervagavam em constantes tropelias guerreiras pelas margens do Paraíba e do Paraibuna.

O devassamento do território de Três Rios se verificou em consequência da abertura do roteiro Parati-Minas Gerais, pelo qual os aventureiros e faisca-dores transitaram em busca de ouro, já em meados do século XVI. Ainda em 1597, Martim Corrêa de Sá, filho do Governador Salvador de Sá, passou por suas terras, utilizando o itinerário misto, marítimo-terrestre, via Parati, para alcançar as "Minas Novas" ou "Minas Gerais".

Embarcando no Rio de Janeiro, chegou, por mar, a Parati, acompanhado de 700 portugueses e 2.000 índios, penetrando em São Paulo, rumo a Pindamonhangaba, onde atingiu o vale do rio Paraíba, cujo curso seguiu até chegar à foz do rio Paraibuna, de onde se internou nas terras das "Minas Gerais".

Não se têm, entretanto, informações exatas sôbre até que ponto essa circunstância de se encontrar a região incluída no roteiro dos bandeirantes e faisca-dores contribuiu para o seu desbravamento.

Seja como tenha sido, o fato indubitável é que a abertura e o trânsito por êsse roteiro devem ter contribuído, de alguma forma, para o conhecimento da zona e sua subsequente colonização.

Mais tarde, em data posterior à abertura do "Caminho Novo", levada a efeito na segunda metade do século XVII, pelo bandeirante Garcia Paes Leme, começaram a surgir as primeiras notícias concretas sôbre a região do Paraibuna nas crônicas e legislações da época.

Consta que, nos primeiros decênios do século XVIII, Pedro Dias Paes Leme, filho de Garcia, mandou construir uma capela dedicada ao culto de Nossa Senhora do Monte Serrat ereta nas terras onde hoje se eleva a sede do distrito de Afonso Arinos. Sabe-se, ainda, que essa capela foi de grande utilidade, não só para os viajores de "Estrada Geral", que ligava o Rio às "Minas Gerais", como também para o destacamento efetivo do "Registro", que ali se estabeleceu, mais tarde, com a finalidade de vedar o contrabando de ouro e diamantes e arrecadar os direitos reais de "Passagem".

Por essa época, florescia na região as lavouras de mamona, que se estendiam pelo vale do Paraibuna, destinando-se o seu produto ao fabrico de azeite, que era usado na iluminação das casas da planície e de serra acima.

Enquanto essa região era colonizada, uma outra, também dentro do território do atual Município, começava a florescer. No local onde hoje assenta o distrito de Bemposta, José Antônio Barbosa, o legendário capitão Tira-Morros, fundou uma fazenda a que deu o nome de Bemposta, em homenagem à memória da terra de seu pai, Francisco Gonçalves Teixeira, nascido em Portugal, no lugar conhecido pelo referido topônimo.

O Decreto n.º 811, de 6 de outubro de 1855, concedeu a essa localidade o predicado de freguesia. Esse Decreto estava assim redigido: "Fica creada a freguezia — de Nossa Senhora da Conceição da Bemposta, no município de Parahyba do Sul, desmembrando-se da de São José do Rio Preto o território que lhe deve pertencer, com os limites estabelecidos pelo Governo."

Mais tarde, e ainda em consequência de se encontrar a referida região no itinerário Rio-Minas, formou-se novo núcleo populacional na mesma, cuja capela foi posta sob a proteção de São Sebastião de Entre Rios.

Sabe-se que, antes de 1858, o território do atual distrito de Três Rios era apenas uma colônia dependente da Fazenda de Cantagalo, propriedade de Antônio Barroso Pereira, 1.º Barão de Entre Rios.

Por essa época, precisando Mariano Procópio passar com sua magnífica rodovia por esse local, comprou ao referido barão 81 480 braças quadradas de terras, a fim de aí estabelecer, como estabeleceu, a grande estação de Entre Rios, com seus vastos armazéns, cocheiras, casas para empregados, estabelecimentos comerciais, hotel, hospedaria, etc.

Ao todo 29 casas de aluguel foram postas imediatamente à disposição das diversas pessoas que aí foram residir. O primeiro chefe da estação local chamava-se João Gavínio Viana. Foi depois da instalação dessa parada que Entre Rios começou o seu desenvolvimento, até alcançar o título de cidade, que hoje ostenta, sob o nome de Três Rios.

A famosa estrada União e Indústria, que tantos e tão assinalados serviços prestou ao país, foi inaugurada, nas terras de Três Rios, em 18 de março de 1858, com a presença de S. M. Imperial.

Na suntuosa estação de Entre Rios, a comitiva Imperial teve calorosa acolhida por parte da população, já então numerosa, da localidade.

Depois de muitos melhoramentos introduzidos na localidade de Entre Rios, pela companhia concessionária da rodovia, e já convertida ela em grande empório comercial das duas grandes províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, veio, finalmente, a Estrada de Ferro D. Pedro II, estendendo seus trilhos, cortar aí, justamente nesse ponto, a de rodagem, erguendo em frente à sua

estação, outra não menos suntuosa, ao mesmo tempo que eram construídos novos armazéns e novos edifícios, destinados a outras finalidades.

Segundo o Sr. Pedro Gomes, historiador local, a quem devemos a maior parte dos elementos constantes deste trabalho, a inauguração da E. F. D. Pedro II, realizou-se em Entre Rios, a 13 de outubro de 1867, às 10 horas da manhã, com a presença da Família Imperial e grande comitiva.

Já por esse tempo, a região encontrava-se em período de adiantado progresso agrícola. Por toda a sua extensão espalhavam-se as ricas fazendas, onde a exploração do trabalho do elemento negro escravizado fazia a fortuna de seus proprietários. Cultivavam-se, então, nessas terras, o algodão, o café, o milho, a mandioca, e a cana-de-açúcar, além de outros produtos plantados em menor escala.

Entretanto, apesar de todo progresso verificado nessa localidade, é interessante notar que a velha povoação de Nossa Senhora do Monte Serrat recebeu o predicamento de paróquia ou freguesia, e, conseqüentemente, a categoria de distrito, antes dela. Se não, vejamos a legislação existente a respeito.

O Decreto n.º 2 698, de 24 de setembro de 1884, estava assim redigido:

“Fica creada — a parochia de Nossa Senhora do Montserrat, no município de Parahyba do Sul, com os seguintes limites: — todas as aguas vertentes do rios Preto e Paraibuna, e mais as fazendas do “Socego”, pertencentes aos herdeiros do barão de Santo Antonio e da “Cachoeira de Santa Theresa”, pertencente a João Jacintho do Couto, e os sítios de propriedade de Clemente José Nunes, José Alves da Silva, e outros, comprehendidos entre esta ultima fazenda, e o alto da Serra das Aboboras.”

Só seis anos mais tarde, vigorando já a lei abolicionista de 1888, que tanto atingiu e debilitou a economia local, e já sob o regime republicano, foi reconhecido e criado o distrito de Entre Rios, por força do Decreto n.º 114, de 13 agosto de 1890.

Posteriormente, em 17 de dezembro de 1895, por efeito da lei n.º 217, foi elevada a povoação de Areal à categoria de distrito. Essa localidade deve o seu nome ao fato de, no lugar onde juntam os rios Piabanha e Prêto, existirem, outrora, grandes e vastos bancos de areia, dos quais os construtores da Estrada União e Indústria retiraram o material necessário ao bom acabamento da rodovia. Anteriormente a essa denominação, era a localidade conhecida pelo topônimo de “Barra do Rio Prêto”.

Até 14 de dezembro de 1938, os distritos de Entre Rios, Monte Serrat, Areal e Bemposta faziam parte do Município de Paraíba do Sul. Nessa data, em virtude da assinatura do Decreto estadual n.º 634, foram eles desmembrados desse Município, a fim de constituírem a nova comuna de Entre Rios. Cinco anos depois, a divisão territorial do Município sofreu algumas modificações estatuídas pelo Decreto-lei estadual n.º 1 056, de 31 de dezem-

bro de 1943, que fixou o quadro territorial do Estado para vigorar no quinquênio 1944-1948. O topônimo "Entre Rios" foi mudado para "Três Rios", e o distrito de Monte Serrat foi extinto, passando o seu território a fazer parte do de Afonso Arinos, então criado.

Atualmente, o Município de Três Rios (ex-Entre Rios) está constituído por quatro distritos, a saber: Três Rios (ex-Entre Rios), que é o distrito da sede, Areal, Bemposta e Afonso Arinos. Em todos êles, observa-se hoje um incremento progressista em todos os setores. A agricultura, rudemente golpeada pela decretação da Lei Áurea, vem-se reerguendo, ao mesmo tempo em que a pecuária, o comércio e a indústria ganham terreno rapidamente.

Pelo labor de seus filhos, pelo clima e pela riqueza de seu solo, Três Rios deixa prever ótimas perspectivas sociais e econômicas para seu povo, em futuro que se nos afigura bem próximo.

EVOLUÇÃO POLÍTICA

Formação Administrativa: — O distrito de paz de Entre Rios, foi criado por força do Decreto estadual n.º 114, de 13 de agosto de 1890, ficando subordinado ao Município de Paraíba do Sul. A criação do distrito foi confirmada pela Deliberação estadual de 21 de agosto de 1891 e Decretos estaduais ns. 1 e 1-A, respectivamente dos dias 8 de maio e 3 de junho do ano de 1892.

Segundo a divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Entre Rios figura no Município de Paraíba do Sul, assim permanecendo nas divisões administrativas de 1933 e territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 392-A, de 31 de março de 1938.

O Decreto estadual n.º 634, de 14 de dezembro de 1938, criou o Município de Entre Rios, com território desmembrado do Município de Paraíba do Sul, tendo sido confirmado pelo Decreto estadual n.º 641, de 15 de dezembro de 1938, que fixou para o quinquênio 1939-1943 o quadro territorial, onde figura o Município de Entre Rios constituído por 4 distritos: Entre Rios, Areal, Bemposta e Monte Serrat.

De acordo com o quadro da divisão territorial em vigor no quinquênio 1944-1948, fixado pelo Decreto estadual n.º 1056, de 31 de dezembro de 1943, o Município de Entre Rios passou a denominar-se Três Rios e aparece com 4 distritos: Três Rios (ex-Entre Rios), Afonso Arinos, Areal e Bemposta, deixando de figurar o distrito de Monte Serrat por ter sido extinto, indo o seu território constituir o novo distrito de Afonso Arinos.

Formação Judiciária: — O termo de Entre Rios, criado pelo Decreto n.º 634, de 14 de dezembro de 1938, figura como parte integrante da comarca de Paraíba do Sul no quadro territorial fixado pelo Decreto estadual n.º 641, de 15 de dezembro de 1938, para vigorar no quinquênio 1939-1943.

A comarca de Três Rios, criada pelo Decreto-lei estadual n.º 1 056, de 31 de dezembro de 1943, figura no quadro da divisão territorial fixado para o quinquênio 1944-1948, por esse mesmo Decreto, constituída dos termos de Três Rios (ex-Entre Rios) e Sapucaia.

DISTRITOS COMPONENTES

- | | |
|---------------------------------|-------------|
| 1. Três Rios
(ex-Entre Rios) | 3. Areal |
| 2. Afonso Arinos | 4. Bemposta |

DESCRIÇÃO DO TERRITÓRIO

Quase todo plano, o solo do Município de Três Rios apresenta, entretanto, algumas elevações a leste e ao sul, onde se destacam as serras de Cambotas, Monte Alegre, Tubatão, Cotia e Boa Sorte.

A vegetação rasteira predomina no seu revestimento florístico, encontrando-se, todavia, matas e capoeiras.

O clima de Três Rios é, de modo geral, bastante salubre, particularmente no distrito de Areal, cuja altitude é de 446 m.

O rio Paraíba do Sul, com seus afluentes Paraibuna à esquerda e Piabanha à direita, é a mais importante corrente fluvial do Município. O Piabanha, por sua vez, recebe ainda os rios Prêto e Fagundes, além de inúmeros córregos.

A fôrça hidráulica do Município é representada por várias quedas d'água, destacando-se as cachoeiras de Alfredo Tórno, situada na cidade de Três Rios; Travessão, no rio Paraibuna, com altura de 18m, não aproveitada; Praia dos Urubus, no rio Piabanha, com altura de 6m, não aproveitada; Santa Maria, também no rio Paraibuna, com altura de 7m, não aproveitada; da Barra, no rio Fagundes, com altura aproveitada de 127m e potência de 9 500 kws; e da Barragem, no rio Piabanha, aproveitada, possuindo potência de 4 875 kws, além de outras de menor importância.

No que concerne a riquezas minerais, há notícia da existência de uma jazida de níquel, no distrito de Areal, não sendo, porém, até hoje, explorada.

Das matas existentes no Município extraem-se madeiras que têm aplicações diversas, porém são mais comumente aproveitadas na fabricação de combustível.

Dentre os animais, pacas, tatus, cotias, capivaras, coelhos, etc., são os mais encontrados; e entre as aves, juritis, inambus, jacus, narcejas, marrecos silvestres, etc., são os mais freqüentes.

As águas do Município são de fértil piscosidade, abundando as espécies comuns nos rios fluminenses.

BIBLIOGRAFIA

- 1) "Legislação sobre os Municípios, Comarcas e Distritos", Desiderio Luiz de Oliveira Junior — Tip. Jornal do Comércio, de Rodrigues & Cia., Rio de Janeiro, D.F. — 1926.
- 2) "Cultura de Café no Brasil", Volume III — Departamento Nacional do Café — 1945.
- 3) "Divisão Administrativa da República dos Estados Unidos do Brasil em 1911" — Diretoria do Serviço de Estatística (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio) — 1913.
- 4) "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio" N.º 19 — março de 1936.
- 5) "Sinopse Estatística do Estado n.º 2 (Estado do Rio de Janeiro) — Niterói (Separata, com acréscimos, do Anuário Estatístico do Brasil — Ano III — 1937)" — 1938.
- 6) "Sinopse Estatística do Estado n.º 3 (Estado do Rio de Janeiro) — Niterói (Separata, com acréscimos, do Anuário Estatístico do Brasil — Ano IV — 1938)" — 1939.
- 7) "Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil (1939-1943)" — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — 1942.
- 8) Documentação Municipal do I.B.G.E.

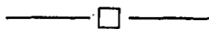
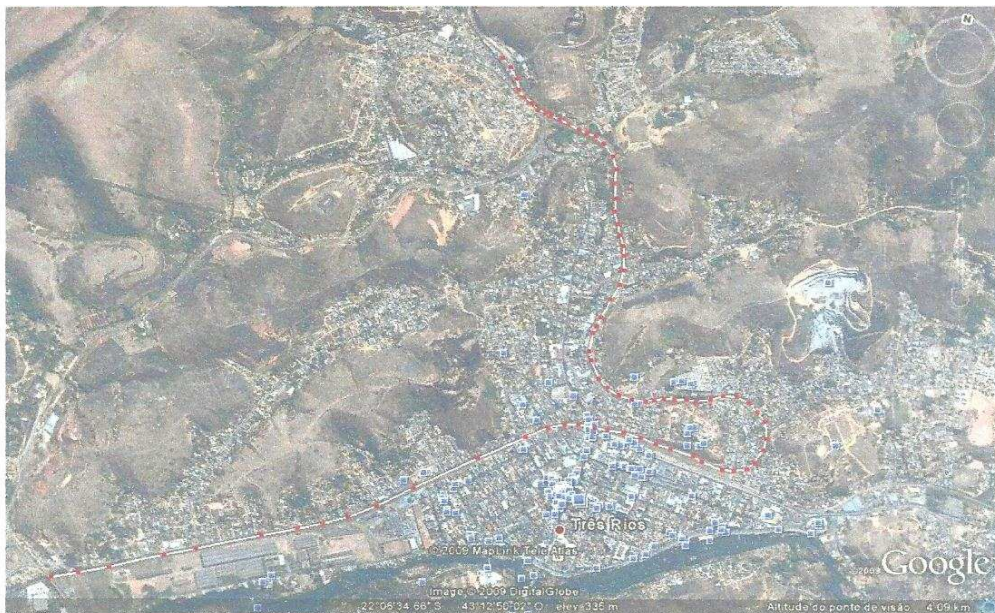


Figura 21- Fonte: RIBEIRO, Rosângela de Fátima Campos. **Três Rios (RJ) – A crise dos anos 80 e o mito da “Esquina do Brasil”**. Niterói: UFF-Dissertação de Mestrado em Geografia, 2009.



Figura 22 - Vista parcial da cidade de Três Rios – Anos 2000.
Fonte: www.skyscrapercity.com



Trecho da linha da Ferrovia da MRS Logística, que atravessa a área central da cidade de Três Rios
Consulta feita em outubro de 2009

Figura 23 - Fonte: RIBEIRO, Rosângela de Fátima Campos. **Três Rios (RJ) – A crise dos anos 80 e o mito da “Esquina do Brasil”**. Niterói: UFF-Dissertação de Mestrado em Geografia, 2009.

ANEXO XXXII – Roteiro de Entrevista

Introdução

Identificação:

1. Para começar, gostaria que o(a) senhor(a) dissesse seu nome completo, data e local de nascimento.
2. Qual o nome de seu pai e de sua mãe? E de seus avós?
3. O (A) senhor (a) tem irmãos? Quantos?

Família:

4. O que o (a) senhor (a) sabe sobre a origem de sua família?
5. O que faziam seus pais?
6. O (A) senhor (a) sabe como eles se conheceram e se casaram?
7. Como o (a) senhor (a) descreveria seu pai? E sua mãe?

Infância:

8. E, quando o (a) senhor (a) nasceu, onde a família estava morando?
9. O que o (a) senhor (a) se lembra dessa casa?
10. Poderia descrever um pouco a rua e o bairro que marcou mais a sua infância?
11. Quais eram suas brincadeiras favoritas?
12. E, dentro de casa, como era a rotina?

Escola:

13. O (A) senhor(a) estudou? Até qual série?
14. O que o (a) senhor(a) se lembra de sua primeira escola? O (A) senhor (a) poderia descrever o prédio, o pátio, a sala de aula.
15. E os professores? Algum foi mais marcante para o (a) senhor (a)? Por quê?

Juventude:

16. O (A) senhor (a) passou sua juventude na mesma cidade?
17. Qual era a principal diversão da época?
18. O (A) senhor(a) quer contar da primeira namorada?
19. E sua (eu) esposa (o), como a (o) conheceu?
20. O (A) senhor (a) se lembra como foi o noivado e o dia do casamento?

21. O (A) senhor (a) teve filhos? Quantos?

Desenvolvimento

Trabalho

22. Qual foi seu primeiro trabalho?

23. Quando começou a trabalhar, o que exatamente o (a) senhor (a) fazia?

24. Quais foram as principais dificuldades no início?

25. Como era o seu trabalho?

26. A família participava da sua rotina? Como era a sua rotina?

27. Como o (a) senhor (a) recebia o seu pagamento?

28. Teve outros empregos, outras atividades?

29. Quais foram as suas maiores dificuldades?

30. Lembra de alguma crise no país? O que aconteceu?

31. O que mudou depois disso?

Finalização

Atualidade

32. Muita coisa mudou na atividade que fazia? O (A) senhor (a) poderia dar alguns exemplos?

33. E na cidade? Quais foram as principais mudanças?

34. Como está a família do (a) senhor (a) atualmente? Com quem o (a) senhor (a) mora?

35. O (A) senhor (a) continua trabalhando? E, além do trabalho, o que o (a) senhor (a) gosta de fazer?

Futuro/Avaliação

36. Qual é hoje seu maior sonho?

37. Se o (a) senhor (a) pudesse mudar alguma coisa em sua vida, o que seria?

38. O que o (a) senhor (a) achou de contar um pouco da sua história?

Fonte: WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez. **História falada: memória, rede e mudança social**. São Paulo: SESC SP; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.